

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Daniel Mendes Gomes

Geografia no ensino secundário em São Paulo (1834 – 1896)

Doutorado em Educação

São Paulo

2016

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Daniel Mendes Gomes

Geografia no ensino secundário em São Paulo (1834 – 1896)

Doutorado em Educação

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Educação - História da Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Kazumi Munakata.

São Paulo
2016

Banca Examinadora

À Manuela, minha filha.

Este trabalho foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

AGRADECIMENTOS

Sou muito grato aos meus amigos que tanto me ajudaram. Sem eles eu não teria conseguido elaborar esta tese:

Ao Luiz Carlos Novaes pela amizade, pelo incentivo, por ter me indicado o EHPS e por sempre me ajudar em minhas inúmeras dúvidas.

Ao meu orientador, Kazumi Munakata, por mais uma vez ter aceitado o desafio de me orientar. Obrigado pelas dicas, pela paciência, pelos livros emprestados e pelo apoio.

A minha esposa, Isabel Cristina, pelo carinho e paciência ao longo dos últimos quatro anos, garantido a tranquilidade necessária para que eu pudesse escrever esta tese.

À Betinha que, com muita calma e profissionalismo, me ajudou a tirar dúvidas e orientar nessas questões burocráticas e administrativas da vida de doutorando e bolsista, e pelas cópias que me enviou dos textos selecionados no processo seletivo do programa.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade pela acolhida desde o mestrado.

Aos funcionários do Museu e Arquivo da Faculdade de Direito, Geraldo e Márcia, pela ajuda e pelo trabalho que realizam. Da mesma forma aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e do Museu José Vicente de Azevedo.

À Maria Rita Castro, amiga e companheira geógrafa, por ter conseguido as cópias de diversas teses e dissertações.

Ao Ricardo Tomasiello Pedro pelos empréstimos de teses.

Às professoras Circe Maria Fernandes Bittencourt e Maria Adailza Martins de Albuquerque (Dadá) por terem participado da minha banca de qualificação contribuindo para o texto final desta tese. Também agradeço à Maria do Carmo Martins e Manoel Fernandes Sousa Neto por participarem da banca de defesa.

Ao professor Mauro Castilho pelos materiais cedidos e pelo incentivo nas suas aulas.

Aos meus pais e a todos aos familiares que me apoiaram.

À Lucilene Barbosa e ao Marcelo Polydoro pelo apoio na tradução dos textos.

Ao CNPq pela concessão da bolsa, sem a qual seria impossível a concretização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho debruça-se sobre a organização do ensino secundário de Geografia na Província de São Paulo. A maior parte das pesquisas sobre História do Ensino de Geografia tem nas análises de Issler (1973), Vlach (1988, 2004) e Rocha (1996) seu fundamento teórico. Estas análises apontam para a institucionalização do ensino de Geografia Escolar, a sua inserção no Colégio Pedro II, fundado em 1837. Seria nesse período que a Geografia ganhou prestígio e autonomia como disciplina escolar. Esses trabalhos apoiam-se também na obra de Manuel Aires de Casal – *Corographia Brazilica* – designando esse livro como inspirador de livros didáticos por praticamente todo período imperial. O Colégio Pedro II juntamente com o livro de Casal aparece como modelares do ensino nas províncias do império.

No entanto a constituição do ensino de Geografia nas províncias do Brasil ainda é um tema pouco explorado por geógrafos e historiadores das disciplinas escolares. Entendendo que as disciplinas escolares não são naturais, mais sim frutos de uma dinâmica própria da escola, resultado do conflito de seus agentes internos e externos pretende-se aqui conhecer como o ensino de Geografia fundou-se e, posteriormente consolidou-se na Província de São Paulo, procurando dar a esse campo de pesquisa uma abordagem que ultrapasse a visão oficial centralizada no ensino elaborado na Corte brasileira. Para tanto será necessário discutir o que foi o ensino secundário paulista antes da criação de um modelo de ginásio imposto pelo Colégio Pedro II. Pretende-se aqui analisar as instituições de ensino que funcionavam durante o período imperial e seus agentes: professores, alunos e a produção didática: os livros didáticos, exames, cadernos e programas curriculares. Pretende-se então conhecer as modalidades de ensino secundário que começaram a disciplina de Geografia e saber como se deu o trâmite burocrático dessas instituições. Isso levará a uma análise documental de currículos e lei educacionais do início do Império na Província de São Paulo e uma comparação dessas leis e currículos com o modelo adotado no Colégio Pedro II. Com isso pretende-se, neste trabalho, contribuir com os estudos de História das Disciplinas Escolares dando uma nova abordagem à história do ensino de Geografia.

Palavras-chave: ensino secundário, ensino de Geografia, Província de São Paulo, Império,

ABSTRACT

This thesis focuses on the organization of secondary education in Geography of São Paulo's Province. Most of the research on History of Geography Teaching is based on the analysis of Issler (1973), Vlach (1988, 2004) and Rocha (1996) theoretical foundation. These analyzes point to the institutionalization of the School of Geography teaching, and their inclusion in the College Pedro II, founded in 1837. It would be during this period that geography gained prestige and autonomy as a school discipline. These works are supported by the writing of Manuel Aires de Casal - *Corographia Brazilica* - designating this book as inspiring textbook by virtually all the imperial period. The College Pedro II along with the Casal's book appears as model of education in the provinces of the empire.

However the constitution of teaching Geography in the provinces of Brazil is still a subject little explored by geographers and historians of school subjects. Understanding that school disciplines are not natural, but rather fruit of a school's own dynamic, result of the conflict of its internal and external agents, aiming here to know how the teaching of Geography strengthened in the Province of São Paulo, seeking to give this field of research an approach that goes beyond the centralized official view in teaching prepared by the Brazilian Court. In order to reach this, we will need to discuss what was the Paulista secondary education before the creation of a gymnasium's model imposed by the College Pedro II. The intention here is to analyze the educational institutions that worked during the empire age and its agents: teachers, students and the didactic production: textbooks, exams, notebooks and subject's programs. Then intended to know the secondary school modalities that started the discipline of Geography and know how was the bureaucratic procedures of these institutions. This will lead to an analysis of curricula and educational law of the early Empire in the Province of São Paulo and a comparison of these laws and curricula model adopted in the College Pedro II.

Thus it is intended, in this work, to contribute to the studies of History of School Subjects taking a new approach to the history of geography teaching.

Keywords: secondary education, geography teaching, Province of São Paulo, Empire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O ENSINO SECUNDÁRIO E AS HUMANIDADES	33
1.1 O ensino secundário na França	33
1.2 O ensino secundário no Brasil: Colégios, Liceus, aulas avulsas e preparatórios	40
2. ENSINO DE GEOGRAFIA E CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NO COMEÇO DO SÉCULO XIX.....	50
2.1 O contexto cultural da Província e os livros de Geografia na primeira biblioteca pública da Cidade de São Paulo.....	50
2.2 Os estatutos do curso jurídico 1827 e 1831: a definição de um currículo escolar	63
2.3 A constituição da Cadeira de Geografia e História.....	75
2.3.1 A Géographie Élémentaire de Jacquier	91
2.3.2 O Resumo de História Universal	94
2.4 Antônio Joaquim Ribas e a Cadeira de História e Geografia	102
2.4.1 Précis de La Géographie Universelle ou description de toutes les parties du monde.	110
2.4.2 Les fastes universels ou Tableaux historiques chronologiques et géographiques.....	111
2.4.3 Atlas Géographique, statistique, historique et chronologique des deux Amériques et des îles adjacentes	111
2.4.4 Obras de Alexander Von Humboldt	112
2.4.5 Nouvel Atlas Portatif e o Atlas Delamarche	115
3. ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	119
3.1 Liceus de Taubaté e de Curitiba: uma tentativa organizar o ensino secundário na província: o caso do ensino de Geografia.....	119
3.2 O livro didático de Oliveira Machado	123
3.3 Os novos estatutos do Curso Jurídico de 1853 e 1854: a indefinição quanto aos saberes escolares.....	127
3.4 A aula de Geografia do Curso Anexo após as reformas da década de 1850 .	135
3.4.1 Compêndio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil.....	151
3.5 A imposição da Geografia do Brasil.....	158
4. NOVAS INSTITUIÇÕES NA PROVÍNCIA PAULISTA E O DESMANTELAMENTO DO CURSO ANEXO	165
4.1 A proliferação das aulas e colégios particulares	165
4.1.1 Seminário Episcopal	173
4.1.2 A Escola Normal	178

4.2	O desmantelamento do Curso Anexo.	188
4.3	Carlos Mariano Galvão Bueno, o ensino de Geografia e o “bando de novas ideias”	190
4.4	Novos métodos de ensino na província de São Paulo: João Köpke e sua breve passagem pelo Curso Anexo.....	195
4.5	José Valois de Castro e Vicente de Azevedo: um retorno ao tradicionalismo.	199
4.6	A Geografia estudada e ensinada no ensino secundário de São Paulo no final do século XIX.....	203
CONCLUSÃO.....		212
FONTES		217
	Relatórios.....	217
	Manuscritos	218
	Leis	219
	Catálogos:	220
	Livros Didáticos	220
	Jornais.....	221
	Anais do Parlamento Brasileiro.....	222
	Sites	222
	Outros Documentos	223
BIBLIOGRAFIA		224
ANEXOS		235

Lista de Quadros

Quadro I - Professores que lecionaram do Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo.....	16
Quadro 1.1 - Estatística da Instrução pública em 1867.....	45
Quadro 2.1 - Relação de livros de Geografia classificados na categoria Geografia pelo bibliotecário José Antônio dos Reis.....	53
Quadro 2.2 - Livros de geografia classificados em outras categorias no inventário de José Antônio dos Reis.....	54
Quadro 2.3 - Atlas encontrados na biblioteca da Faculdade de Direito.....	84
Quadro 2.4 - Levantamento dos livros de Julio Frank.....	87
Quadro 2.5 - Livros didáticos de Geografia na Biblioteca da Faculdade de Direito - USP (1827 a 1989).....	108
Quadro 3.1 - Alunos matriculados nas aulas de História e Geografia (1865 – 1868).....	146
Quadro 3.2 - Pontos para a Prova Escrita de Geografia – 1869.....	146
Quadro 3.3 - Pontos para a Prova Oral de Geografia – 1869.....	147
Quadro 3.4 - Livros de Geografia necessários ao curso jurídico e aulas preparatórias. Catálogo da Casa Garraux – 1863.....	150
Quadro 4.1 - Livros destinados à 3º Cadeira da Escola Normal de São Paulo (1883).....	181
Quadro 4.2 - Materiais trazidos por Paulo Bourroul da França para a Escola Normal (1883).....	182
Quadro 4.3 - Pontos da prova escrita para o exame em Geografia da Escola Normal (1889).....	185
Quadro 4.4 - Pontos da prova oral para o exame em Geografia da Escola Normal (1889).....	186
Quadro 4.5 - Subseção de Geografia da Quinta Classe – História e Geografia – do Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Direito – 1887.....	210

Lista de Figuras

Figura 2.1 - Folha de rosto do <i>Nouvel Atlas Portatif</i> (1975).....	55
Figura 2.2 - Géographie Élémentaire.....	92
Figura 2.3 - Folha de rosto do Resumo de História Universal.....	95

Figura 2.4 - Perfil de Relevo retirado de Atlas Geographique et Physique de Humboldt (1811).....	106
Figura 2.5 - Mapa da América retirado do <i>Novel Atlas Portatif</i> de Vaugondy (1795).....	106
Figura 2.6 - Carta Geográfica, Estatística e Histórica do Brasil.....	111
Figura 2.7 - Carta do México por A. Humboldt.....	113
Figura 2.8 - Perfis de Relevo elaborados por Humboldt.....	113
Figura 2.9 - Legenda de um mapa do <i>Atlas Portatif</i>	116
Figura 2.10 - Mapa-Múndi em <i>Atlas Portatif</i>	117
Figura 2.11 - Mapa-Múndi em Atlas <i>Élémentaire</i> de Delamarche.....	117
Figura 3.1 - Anúncio de <i>Géographie Universelle</i>	142

Listas de Tabelas

Tabela 4.1 - Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1857.....	165
Tabela 4.2 - Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1858.....	166
Tabela 4.3 - Aulas particulares História e Geografia na Província de São Paulo 1861.....	166
Tabela 4.4 - Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1862.....	166
Tabela 4.5 - Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1863.....	167
Tabela 4.6 - Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1864.....	167
Tabela 4.7 - Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1866.....	168

INTRODUÇÃO

Desde o mestrado, de 2008 até 2010, quando defendi minha dissertação sobre a história do ensino de Geografia, minhas proposições teóricas estiveram alinhadas aos autores ligados aos estudos curriculares, à história das disciplinas escolares e ao estudo do livro didático como fonte e como objeto de pesquisa. Dentre os autores e textos lidos havia um que tratava especificamente a trajetória da disciplina da Geografia na Inglaterra (GOODSON, 1990). Até então eu não entendia como o conhecimento escolar podia ser forjado sem as considerações de uma ciência maior. O trabalho de Goodson, utilizando-se do modelo de Layton sobre a constituição das matérias acadêmicas, enquadrava-se perfeitamente no caso da disciplina de Geografia na Inglaterra e de certa forma também fazia sentido para o estudo da disciplina de Geografia no Brasil. Segundo Goodson (1992 e 1994) utilizando-se do modelo de David Layton, uma disciplina escolar passa por três fases desde a sua constituição até a consolidação. A primeira remete ao nascimento da disciplina, quando esta surge no currículo escolar, na maior parte dos casos devido a necessidades estritamente escolares, como a indagação dos alunos sobre determinado assunto, ou um projeto de ensino que em envolvesse um saber importante para ser aplicado na escola. No princípio esses saberes não são ministrados em uma disciplina autônoma, mas fazem parte de projetos interdisciplinares, ou são conteúdos de uma disciplina específica que aos poucos vão ganhando corpo e espaço no currículo escolar até se desligarem de sua disciplina matriz.

À medida que esses conhecimentos vão se consolidando em uma disciplina escolar há, cada vez mais, necessidade de se criar um corpo profissional específico para formar os professores dessa nova disciplina. Esta é a segunda fase proposta por Layton. Nesse momento criam-se associações de profissionais ligados a essa nova disciplina, como cursos superiores ou agremiações de professores e profissionais da área. O objetivo é formar esse novo profissional e discutir novo conhecimento forjado em disciplina escolar. Entretanto, ainda há uma simbiose entre os estudos acadêmicos e os escolares.

No entanto, à medida que essa nova matéria acadêmica alcança status científico, esta se desvincula das necessidades escolares e os professores universitários, tidos como corpo docente legítimo de pesquisadores sobre determinada ciência, começam a ditar novos conteúdos e metodologias, distantes da realidade escolar. Segundo o autor, essa

terceira fase seria o prelúdio do desencanto. A matéria acadêmica teria autonomia e legitimidade científica, mas também isso causaria um vão entre o conhecimento que ela produz e a conhecimento produzido e requerido pela escola.

Minha dissertação de mestrado seguiu esta esteira. Procurei ver como se deu a relação entre esses dois campos, o escolar e o acadêmico no período em que a disciplina de Geografia se viu ameaçada pela entrada da disciplina de Estudos Sociais no Brasil nas décadas de 1960 a 1980.

Destarte, entendendo que as disciplinas escolares têm a sua história e que principal função do historiador das disciplinas é desnaturalizá-las, desvendá-las. Levei minhas indagações sobre o ensino de Geografia no Brasil para o período em que a disciplina de Geografia no Brasil ainda não possuía um referencial acadêmico.

Portanto, objetivo principal dessa pesquisa é desvelar como o ensino da disciplina de Geografia se constituiu no ensino secundário paulista e seguiu sua trajetória ao longo do século XIX. O recorte cronológico adotado aqui se inicia em 1834, ano da efetivação da primeira cadeira de Geografia e História da Província de São Paulo e percorre até 1906 com a extinção do Curso Anexo à Faculdade de Direito pela Lei Federal nº 429 de 10 de dezembro de 1896 e com a inauguração e funcionamento do Ginásio da Capital a partir de 1894.

A problematização gira em torno da formação do ensino secundário paulista, que diferentemente do que ocorreu na Corte, com o Colégio Pedro II fundado em 1837, teve seu ensino ginásial adiado para a República. Partimos do pressuposto de que as particularidades históricas do ensino secundário paulista levaram esta província a constituir um saber diferenciado, pelo menos no que se refere à disciplina de Geografia.

No entanto, as particularidades da disciplina de Geografia na Província de São Paulo só podem ser desvendadas pelo estudo histórico da disciplina. Para tanto, utilizamos os aportes teóricos e metodológicos oriundos da História do Currículo e da História das Disciplinas Escolares. Entendemos a disciplina de Geografia como parte de um currículo que foi constituído em situação e local específicos. Para entender como isso ocorreu foi necessário averiguar suas finalidades e estas só foram reveladas por meio da análise dos sujeitos que a compuseram (CHERVEL, 1990). Desta forma, procuramos conceber o currículo em duas dimensões – currículo preativo e o currículo em ação (GIMENNO SACRISTÁN, 2000), procurando abranger as duas dimensões da

disciplina escolar – o saber a ser ensinado e o que de fato foi ensinado (BITTENCOURT, 2008).

Essa perspectiva levou-me a uma análise conjunta da legislação educacional do ensino secundário paulista, da elaboração e reformas dos estatutos do curso jurídico e da legislação imperial. Esse conjunto de leis proporcionou-me contemplar o saber a ser ensinado, isto é, a apreensão do currículo prescrito. No entanto, a legislação educacional não permite visualizar as intenções do legislador, mas apenas o que se deve fazer, não desvendando os interesses e conflitos que perpassam a aprovação da lei e dessa forma a pergunta central do texto – como o conhecimento de geografia começou a ser ministrado nas escolas paulistas? – ainda fica sem resposta.

Como a primeira cadeira de História e Geografia na província de São Paulo foi concretizada em 1834 no Curso Anexo à Academia de Direito de São Paulo, foi necessário esquadriñar a documentação existente sobre esta instituição.

Infelizmente, a maior parte dos registros sobre o curso anexo, como as Atas da Congregação dos Lentes da Academia, foram queimadas em um incêndio ocorrido no prédio da Faculdade de Direito em 1880. O que foi recuperado encontra-se no Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Da documentação remanescente restam cartas e ofícios do Diretor da Academia de Direito, cartas dos professores, ofícios do Governo Imperial dentre outros documentos.

Conjuntamente à legislação, parti para a verificação dessa documentação com a esperança de conseguir ressaltar os conflitos que envolveram a constituição da disciplina de Geografia. Pela documentação do arquivo da Faculdade de Direito foi possível identificar os professores de Geografia do Curso Anexo, ter contato com pedido de materiais didáticos para as aulas de Geografia, registro de faltas de professores, adoção de livros e outros materiais de Geografia e conhecer melhor os conteúdos ministrados nessas aulas.

No entanto, não seria possível resgatar toda a trajetória das aulas de Geografia do Curso Anexo apenas com o material encontrado no arquivo da Faculdade por se tratar de um material, embora rico, limitado. Na tentativa de completar o entendimento do meu objeto, recorri aos memorialistas. Memórias dos estudantes do Curso de Ciências Jurídicas e de antigos moradores da cidade de São Paulo serviram como fonte para a apreensão de como vieram a ser as aulas de Geografia no Curso Anexo. Por esse

tipo de fonte, também foi possível apreender a trajetória de alguns dos professores e conhecer suas origens acadêmicas.

Quadro I
Professores que lecionaram do Curso Anexo à Faculdade de
Direito de São Paulo

Professor	Período
Julio Frank	1834-1841
Antônio Joaquim Ribas	1841-1854
Diogo de Mendonça Pinto	1854-1882
Carlos Mariano Galvão Bueno	1882-1883
João Kopke	1883-1885
José Valois de Castro	1887-1891
Vicente de Moraes de Mello Junior	1891-1893
José Vicente de Azevedo	1893-1896

Fonte: Museu e Arquivo da Faculdade de Direito; Nogueira (1907); Panizzolo (2006); Americano (1944); Vampré (1924).

A análise da aula de História e Geografia do Curso Anexo à Academia de Direito foi feita isoladamente até o final da década de 1840. Até este momento, tudo indica que o Curso Anexo gozou de total autonomia na constituição de seus saberes. A década de 1850 surgiu acompanhada de mudanças que repercutiram diretamente no ensino secundário paulista. Os Novos Estatutos da Faculdade de Direito dão nova regulamentação para o Curso Anexo e começa-se a exigir que este último siga os estatutos do Colégio Pedro II. Concomitantemente há a partir da década de 1850 há a proliferação de escolas secundárias particulares, o fechamento dos liceus provinciais e a inauguração do Seminário Episcopal, a maior casa de ensino particular na cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX.

Procurei indícios de aulas de Geografia nos Relatórios de Inspeção Pública emitidos anualmente pelo seu Inspetor Geral. Também averigui jornais da época e os Almanques de São Paulo dos anos de 1873 e 1888.

Por fim, fiz a análise dos livros de Geografia que pude encontrar no inventário da Primeira Biblioteca Pública da Província de São Paulo, no catálogo dos livros da Biblioteca da Faculdade de Direito, no catálogo dos livros vendidos pelo livreiro Garraux e nas demais fontes aqui discriminadas.

O propósito foi examinar os livros didáticos na medida em que estes surgissem na análise documental. Isto é, em determinada aula, conforme a utilização deste ou daquele livro nas aulas de Geografia. Sendo assim, o procedimento aqui adotado não foi o de analisar toda a obra didática produzida no período da pesquisa, mas o de estudar somente os livros didáticos que foram utilizados nas aulas de Geografia na Província de São Paulo. Esse procedimento nos possibilita identificar semelhanças e particularidades do ensino de Geografia nesta província.

A Geografia como disciplina escolar no Brasil tem sua origem no século XIX. Antes seu estudo era feito de forma implícita, ou seja, junto com outros conhecimentos sem uma disciplina separada para esse fim (SILVA, 2012) ou em outras esferas de aprendizado que não fossem necessariamente escolares. Tomaremos como ponto de partida o século XIX, pois este é o momento de institucionalização desse saber no Brasil.

No entanto, não há como entender como a Geografia se introduziu nas práticas escolares brasileiras e, sobretudo paulista, do século XIX sem considerarmos como essa disciplina estava, cada vez mais, ganhando relevância no cenário educacional francês. O espírito das luzes, apoiado pela idéia da razão, vinha colocando em cheque antigos modelos educacionais, pautados preponderantemente na escolástica, em fundamentos religiosos. A Geografia produzida desde o Renascimento procurava descrever a Terra sob aspectos estritamente científicos, dando-lhe uma imagem clara e racional do mundo. A Geografia como matéria escolar nasce na França como um conhecimento necessário, pano de fundo para o entendimento da história, da retórica e de qualquer estudo que pudesse fazer referência ao espaço. Pelas estreitas relações que o modelo educacional de ensino secundário adotado no Brasil teve com a educação estrangeira, sobretudo francesa, procuramos no preâmbulo entender como o estudo da Geografia foi se constituído nos estudos da mocidade paulista e como padres mestres e professores dessa província absorveram e entenderam a relevância do ensino de Geografia como conhecimento importante para ser transmitido para os futuros dirigentes da nação.

Nos estudos sobre história do ensino de Geografia no século XIX encontramos três trabalhos que são basilares, ISSLER (1973), VLACH (1988) e ROCHA (1996).

Issler tem como preocupação entender por que o ensino de Geografia nas escolas brasileiras manteve um ensino descritivo - Geografia Descritiva - sendo que, para o autor, a Geografia, como ciência, já estava galgando para uma perspectiva

epistemológica que ia além da descrição, fazendo a interpretação ou análise do espaço. Este novo paradigma é chamado pela literatura geográfica que se debruça sobre este assunto de Geografia Moderna: MORAES (1997); GOMES (1996); CLAVAL (2006); MOREIRA (2011) e VLACH (1988 e 2004).

Geografia Moderna ou Geografia Científica teria sido implementada no século XIX notadamente pelas contribuições de Alexander von Humboldt (1769 - 1859) e Carl Ritter (1779-1859). Estes dois autores, considerados os pais da Geografia Moderna se contrapunham ao que ficou convencionado por Geografia Clássica, isto é, aos estudos geográficos que tinham como princípio exclusivo o conhecimento da Terra por meio da descrição. A Geografia Clássica teria fundamento nas obras dos clássicos Ptolomeu e Estrabão, entendendo que fazer geografia era descrever a Terra - daí as descrições de viagens, mapas descritivos e históricos, cosmografias e corografias se tornarem comuns nos estudos geográficos. Ritter e Humboldt romperam com essa tradição ao tratar o espaço não como descrição *per se*, mas fazendo a comparações entre diferente espaços da Terra.

A principal preocupação de Issler (1973) é explicar por que essa geografia descritiva perdurou por tanto tempo no currículo escolar brasileiro ao século XIX, sendo que já havia bons trabalhos no Brasil inspirados pela orientação científica, e delatar como aquela tradição prejudicou o avanço desse saber na escola sendo a responsável pelo *desprestígio no papel e no valor do ensino de Geografia* (p. 3). A geografia ministrada nas escolas durante o século XIX é apresentada como um saber inútil, meramente decorativo e separado do saber científico.

O autor inicia sua pesquisa a partir da criação do Colégio Pedro II em 1837 e encerra com a reforma Francisco Campos em 1931. Segundo Issler seria somente no final do século XIX que a Geografia Moderna teria sua primeira entrada na escola secundária brasileira pelas mãos de Capistrano de Abreu que traduzira as obras de J. E. Wappeurs em 1883 e a de A. W. Sellim em 1889, para o uso nas aulas de Geografia do Colégio Pedro II.

No entanto, para o autor a “perniciosa” orientação clássica perdurará ainda por bom tempo causando um descompasso entre os novos métodos de geografia - científica - e a geografia ensinada na escola. Issler conclui afirmando que a esse desencontro só foi resolvido quando foi possível reunir os objetivos educacionais com os princípios da Geografia Moderna e isso ocorre coma a criação da área de Estudos Sociais.

Vlach (1988) contraria Issler (1973) ao entender que o caráter do ensino de Geografia predominante no século XIX - Geografia Clássica, mnemônica e descritiva - tinha um objetivo específico: o de disseminar o nacionalismo pátrio para uma elite burguesa. Nesse sentido, Geografia seria a *ferramenta essencial do capitalismo industrial* (p. 1).

Segundo Vlach (1988) a introdução dessa disciplina ao currículo formal, como disciplina autônoma no Brasil, só ocorre após 1837, com a criação do Imperial Colégio Pedro II. No contexto da formação do estado nacional brasileiro, a Geografia, juntamente com a História eram disciplinas que serviam para difundir o pensamento patriótico e a ideologia do Estado. Em outras palavras, nesse período a Geografia tinha como finalidade a construção da identidade nacional, trazer o sentimento de pátria à população.

Para a autora, a burguesia institucionalizou a ciência por meio da escola, tomou a escola do monopólio da igreja, substituindo o sacerdote pelo professor e o dogma religioso pelo científico, que no caso do ensino de Geografia foi o de difundir a ideologia da nação. Por isso a Geografia dos Professores (LACOSTE, 1993) não seguia os avanços da ciência geográfica. Neste sentido instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Pedro II tinha por objetivo principal criar o brasileiro, forjar por meio da história, da língua e da geografia a nação que acabara de se tornar independente. Para a autora, a geografia que era ensinada nas escolas brasileiras era muito próxima da geografia produzida no IHGB (p. 134).

Destarte, a forma como o ensino de determinada matéria ocorre na escola é fruto do projeto modernizador de nação instituído pelo Estado. Para a autora esse foi o caso da Prússia no século XIX ao passar pelo processo de unificação desse país. A escola tinha a finalidade de forjar o culto à pátria e a geografia teve um papel fundamental nesse processo (VLACH 1988 p. 64). Tal pensamento também é comungado por Pereira (2009) em sua dissertação defendida em 1988 defendendo que a causa da introdução do ensino de Geografia na escola básica seria por razões geopolíticas *enquanto não só marca a naturalidade do homem no espaço, mas também sustenta que o homem só é humano porque incluído num espaço politizado nacional* (PEREIRA, 2009 p. 27). A autora diz que a escola e o processo de escolarização se firmam em um contexto de formação e consolidação dos Estados nacionais e do capitalismo nesses países tendo como exemplo o caso da França e da Alemanha. O ensino de Geografia nasce nesse

bojo de formação do novo homem burguês e cidadão e é um instrumento poderoso difusão da ideologia do capital que deseja consolidar o Estado nacional.

Aproximando-se de Issler (1973), Vlach (1988) fez análise dos livros didáticos que circularam no Brasil também destacando as contribuições de Capistrano de Abreu ao traduzir livros de Geografia de “orientação moderna” para uso no Colégio de Pedro II. Nota-se que quando a autora descreve os conteúdos escolares de Geografia disseminados no Brasil, a autora está escrevendo especificamente sobre o que foi produzido no Colégio Pedro II tendo como pressuposto de que este colégio sistematizou e modelou a educação secundária brasileira. No entanto, não há uma pesquisa empírica sobre o que ocorreu nas províncias brasileiras.

Já Rocha (1996) propõe estudar a trajetória da Geografia escolar brasileira buscando desvelar a constituição do currículo dessa disciplina, o que legitimou o ensino de Geografia. Para realizar sua pesquisa o autor usa a categoria de Tradição Seletiva para entender como certos saberes geográficos entraram no currículo em detrimento de outros. Nesse sentido Rocha (1996) se distancia dos demais autores por entender que uma disciplina escolar possui uma epistemologia própria, diferente dos conhecimentos científicos. As disciplinas escolares se constituem mediante uma gama de sujeitos que a compõem e estão em uma relação de conflito. Para entender como se constituiu o ensino de Geografia o autor salienta que é necessário desvelar tais conflitos. O currículo oficial é o resultado de lutas entre os agentes que o compõe, sobressaindo a hegemonia do pensamento dominante.

No entanto, a análise feita pelo autor concentrou-se no estudo do currículo prescrito da disciplina de Geografia no Colégio Pedro II. As fontes que Rocha utiliza para analisar o ensino de Geografia no século XIX são basicamente os decretos que apresentaram a configuração e as modificações do currículo do Colégio Pedro II conjugados com a pesquisa sobre o ensino secundário no Brasil, elaborada por Maria de Lourdes Mariotto Haidar no início da década de 1970¹. Os decretos foram: Nº 62 de 01/02/1841; Regulamento de 17/02/1855; Decreto 2006 de 24/10/1857; Decreto 2883 de 01/02/1862; Decreto 4468 de 1870; Decreto 6130 01/03/1976; Decreto 6881 de 20/04/1878; Decreto 8051 de 25/03/1881. (ROCHA, 1996). A análise é feita estritamente sobre o currículo prescrito. Não há outras fontes que não sejam as legislações de ensino do Colégio Pedro II. Mesmo os livros didáticos são abordados de

¹ No presente trabalho utilizaremos a 2ª edição de 2008 da obra desta autora.

forma superficial como foi o caso do livro *Compêndio de Geografia Elementar* de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, com veremos no decorrer desta tese.

O autor esquiva-se de estudar as aulas preparatórias ao dizer que

Através dos estudos preparatórios, como podemos ver, a geografia começa a fazer parte mais explícita do currículo escolar brasileiro, entretanto, ela aparece ainda não como disciplina autônoma, mas como parte integrante da disciplina História e Geografia. Seria apenas com a criação do Colégio de Pedro II, em 1837, que finalmente a geografia adquiria no currículo escolar brasileiro o estatuto de disciplina autônoma. (ROCHA, 1996 p.148)

O autor reconhece a presença do ensino de Geografia em outras instituições, mas propositadamente os desconsidera.

Feitas as considerações acima, queremos deixar claro que acreditamos que o fato do (sic) Colégio Pedro II não ter atingido durante, muito tempo, a condição de verdadeiro padrão de ensino, não inviabiliza o estudo que estamos fazendo da evolução da geografia escolar através do seu ensino nesse colégio. (ROCHA, 1996 p.151)

E ainda:

Assim sendo, por acreditarmos não significar diminuição do rigor científico que se espera de um trabalho acadêmico como este, pretendemos, em detrimento dos cursos preparatórios, analisar a disciplina geografia a partir de sua trajetória apenas no Currículo do Colégio de Pedro II. Primeiro em função da organicidade dos currículos aí desenvolvidos e, segundo, devido ao fato de que, ao contrário dos estudos preparatórios extintos ainda no século passado, do referido estabelecimento de ensino ter sido mantido oficialmente como instituição padrão até por volta dos 60 deste século [1960], o que nos permite uma análise continuada da trajetória da geografia escolar brasileira num maior espaço de tempo. (ROCHA, 1996 p. 152)

Ora, uma instituição como o Curso Anexo à Academia de Direito de São Paulo que funcionou por quase um século – de 1828 a 1896 – não mereceria um estudo aprofundando?

Para Rocha, a chamada “orientação clássica” predominou tanto no currículo prescrito quanto no currículo efetivado nas salas de aula até meados do século XIX quando houve uma entrada da “Geografia Moderna”. No entanto, *os choques causados entre os diferentes grupos acabarão por gerar um novo modelo que nada mais é do que a complementaridade entre as duas orientações* (p. 100).

O autor também aponta o Colégio Pedro II com definidor de conteúdos do ensino de Geografia durante o século XIX.

É importante destacar que os autores até aqui mencionados fazem referência à *Corographia Brazilica*, obra do Padre Manuel Aires de Casal, escrito em 1817. Para Issler (1973), Rocha (1996) e Vlach (1988) a *Corographia Brazilica* serviu de base para confecção de livros didáticos para o ensino secundário durante o século XIX. Segundo esses autores, por conta da obra de Casal, a chamada “orientação clássica” de ensino de Geografia, notadamente marcada pela enumeração de acidentes geográficos e dados estatísticos sobre as províncias e nomes de cidades das províncias do Brasil perdurou no ensino nessa disciplina no Brasil.

A proximidade de suas análises, principalmente quanto à importância da *Corographia Brazilica* no ensino de Geografia, ocorre pelo fato de esses autores terem como fundamento o texto de Prado Jr. (1945) ao prefaciar uma edição *fac-símile* da obra de 1817. Prado Jr. critica a influência que a obra de Casal exerceu nos compêndios do século XIX por ela ser destituída dos *rudimentos da Geografia Moderna*. Caio Prado Jr. salienta que a origem da denominada Geografia Clássica remonta Ptolomeu e a Estrabão, sendo Ptolomeu o “pai da cosmografia” e Estrabão o defensor da descrição das terras e dos povos conhecidos até então. O autor diz também que esse modelo perdurou até o século XIX e por isso, ele cobra a crítica e análise dos fatos em detrimento de uma mera descrição. Quanto aos livros didáticos de Geografia no século XIX, o autor afirma que a *Corographia Brazilica* serviu de modelo a todos os autores que trataram do tema. Cita o que para ele foi o primeiro livro de Geografia Geral redigido por um brasileiro, um compêndio escrito por Basílio Quaresma Torreão escrito provavelmente entre 1817 e 1820. Prado Jr diz que no prefácio do compêndio autor revela que se serviu da obra do Reverendo Casal.

Caio Prado Jr também acrescenta que *Durante a mais de meio século será este o caso de todos os tratadistas da matéria. A Corographia Brazilica se tornará uma espécie de ‘livro sagrado’ da geografia brasileira...* (p. 26 do prefácio). Tendo essa referência, os trabalhos de Rocha (1996) e Vlach (1988) e Issler (1973) se aproximam no que tange as origens do ensino de Geografia no século XIX.

É importante destacar que no campo da história da disciplina de Geografia deste período, século XIX, os trabalhos de Issler (1973), Vlach (1988) e Rocha (1996) são basilares. No entanto, recentemente, algumas pesquisas têm sido desenvolvidas na

pretensão fazer uma revisão desses pilares (ALBUQUERQUE, 2012). No Grupo de Trabalho História da Geografia Escolar elaborado pelo III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico realizado em 2012 no Rio de Janeiro além do trabalho da pesquisadora supracitada percebeu-se a inclinação de outros autores como MAIA, (2012) e SILVA, (2012b) para o estudo da Geografia em outras instituições e com livros didáticos que não sejam o Colégio Pedro II e a *Corographia Brazilica*.

Silva (2012a) centra-se na discussão sobre a produção didática de geografia e seu discurso no período que vai de 1810 a década de 1930 quando esta disciplina entra efetivamente na universidade. Para a autora, as primeiras manifestações desta disciplina no Brasil foram feitas a partir de 1810 na Escola Militar do Rio de Janeiro. Antes, o saber geográfico já era difundido, porém diluído em outros saberes.

A Real Academia Militar teria sido, assim, a constituidora de um corpo de professores e saberes que dariam as primeiras diretrizes de um discurso geográfico escolar. A autora mostra como essa instituição foi responsável pelas primeiras produções didáticas de Geografia, obras elaboradas por Manuel Ferreira de Araújo - *Elementos da Astronomia: para uso dos alunos da Real Academia Militar*, de 1814; e por José Saturnino da Costa Pereira - *Leituras para meninos contendo histórias morais relativas aos defeitos ordinários às ideias tenras, e um dialogo sobre geografia, cronologia, história de e história natural*, de 1818.

O livro didático foi analisado como materialidade discursiva. A pesquisa centrou-se no *saber a ser ensinado* o que, por meio da análise de discurso em livros didáticos, levou a autora deflagrar as intenções dos sujeitos, suas ideologias na produção didática de Geografia e o sentido dos discursos.

O Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade – GPCES coordenado pela professora Maria Adailza Martins de Albuquerque na Universidade Federal da Paraíba tem realizado pesquisas em torno da constituição da disciplina de Geografia e do conhecimento dessa disciplina em liceus na Região Nordeste do Brasil apontando novos marcos no ensino de Geografia (ALBUQUERQUE, 2014). O grupo investiga cadeiras isoladas dessa disciplina que foram autorizadas pelo governo provincial a partir de 1831 na Paraíba. Assim a pesquisa aqui apresentada vai ao encontro dessa perspectiva do ponto de vista teórico/metodológico. Outras formas de ensino que não necessariamente aquelas instituídas na Corte, devem ser levadas em consideração no estudo das disciplinas escolares.

Outras pesquisas também tem se preocupado em estudar o ensino de Geografia no século dezenove nas províncias de Sergipe (SANTOS, 2004), Espírito Santo (OLIVEIRA 2011) e Minas Gerais (MAIA, 2014).

Santos (2004) estuda a legislação provincial sergipana, buscando leis que abordassem o ensino de Geografia nas escolas primárias na Província de Sergipe. Para a autora não houve publicações sobre a geografia local ou geografia de Sergipe antes do período republicano. Apesar das tentativas das autoridades provinciais feitas em outros períodos o primeiro livro didático de Geografia do Sergipe foi publicado somente em 1897 por Luis Carlos da Silva Lisboa, a *Chorographia do Estado do Sergipe*.

A autora se baseia em Maria Thetis Nunes ao apresentar os livros didáticos utilizados em 1855 nos internatos de Estância e Laranjeiras, ambos localizados em Sergipe. Segundo a autora foram utilizados os compêndios do Senador Pompeo e do Abade Gaultier além dos atlas de Grosselin e de Delamarche.

Vera Maria dos Santos entende que os conteúdos de Geografia Geral foram predominantes, a autora afirma isso ao estudar os conteúdos dos livros didáticos encontrados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe. O predomínio da Geografia Geral continuaria até Capistrano de Abreu e A. do Vale Cabral traduzirem do idioma alemão a obra *Geografia Physical do Brasil Resumida* de autoria de J. E. Wappeurs.

Mizael Fernandes de Oliveira (2011) estudou a institucionalização da Geografia na Província do Espírito Santo dentro os anos de 1843 a 1889 utilizando como suas principais fontes os relatórios anuais da Província do Espírito Santo, a legislação provincial e o Livro de Geografia de Abade Gaultier, único livro didático citado nos relatórios consultados pelo autor.

O autor diz que a institucionalização do ensino de Geografia no Brasil se deu em 1837, com a fundação do Colégio Pedro II e que a finalidade do ensino de Geografia no Brasil era forjar o cidadão brasileiro, cidadão civilizado e moderno. Porém na província capixaba diante de inúmeros problemas o ensino secundário exercia a mera finalidade de preparatório para os cursos superiores. O autor salienta que a Geografia escolar na Província do Espírito Santo ficou circunscrita à capital capixaba, restrita ao ensino secundário com pouca procura por parte dos estudantes e julga que o ensino de Geografia nesta província possuía um baixo status perante as demais disciplinas. O autor afirma isso pelo fato de no período de 1854 -1867, época que funcionou o Liceu

de Vitória a cadeira de Geografia ter tido uma baixa demanda de alunos – apenas cinco estudantes em relação às demais disciplinas lecionadas pelo liceu.

Em relação ao livro didático de Geografia de Abade Gaultier, o autor justifica a análise unicamente dessa obra pelo fato de o encontrar mencionado no relatório do diretor de instrução pública do Espírito Santo, Bacharel Tito da Silva Machado, remetido em 1869 ao presidente da província capixaba. Segundo Oliveira, não foi encontrada outra citação de livro utilizado nessa província, muito embora admita que não seja possível afirmar que todos os professores do Espírito Santo tenham usado os mesmos livros didáticos. Na análise dos livros de Gaultier, o autor entende que as mudanças das edições de 1838 e 1878 procuraram adaptar a obra francesa ao mercado editorial brasileiro e às exigências de estudos de Geografia especial do Brasil.

Eduardo Pereira Maia (2014) defende a tese de que os conteúdos de Geografia do Brasil foram predominantes nos oitocentos, apesar de reconhecer que havia outros temas ligados a Geografia Universal, dos Continentes, Cosmografia e Astronomia. (p. 146). O autor debruça-se sobre o ensino de Geografia na província mineira no período de 1854 a 1889, mas também traça conclusões sobre os conteúdos que foram ministrados no currículo de Geografia no Brasil.

Para isso o autor fez um levantamento de 183 obras que foram usadas como livro didático de geografia das quais conseguiu localizar 139. O autor classifica esse conjunto de livros por ano de publicação, profissão ou principal ocupação dos autores, local ou província onde foram publicados, províncias de origem dos autores e por tema – Geografia e História, Geografia Universal; Geografia especial ou particular do Brasil; Corografias e Geografia das Províncias. Pela classificação o autor conclui que o ensino de Geografia no Brasil foi feito a partir de referenciais nacionais, e com conteúdo predominante de Geografia ou Corografia do Brasil contrariando assim a tese de Rocha (1996) que defende que o ensino de Geografia no Brasil de oitocentos, totalmente influenciada pela Geografia ensinada nos liceus franceses com predomínio de uma Geografia Universal e de José Veríssimo Pereira (1906) de que a Geografia brasileira era dedicada exclusivamente aos estudos da Europa.

Essas informações permitiram concluir, ao contrário do que se deduzia, que a maioria dos manuais para o ensino de Geografia era de autores brasileiros. Principalmente, aqueles dedicados à Geografia ou à Corografia do Império. Muitos desses manuais foram produzidos pelos próprios professores que ministravam as aulas (MAIA, 2014p. 85)

Tratando-se de listagem de livros que o autor conseguiu localizar não podemos afirmar tais conclusões de forma categórica, isto seria um tanto perigoso. O fato de o autor ter encontrado maior número de publicações de Geografia ou Corografia do Brasil ao longo do século XIX não significa necessariamente que esse tenha sido o conteúdo privilegiado. Para tal afirmação haveria necessidade de conhecer o número de tiragens, edições e a circulação dessas obras. O fato de a obra didática existir não quer dizer que ela foi utilizada nos colégios e ainda restaria saber como tais livros teriam sido utilizados. Outra questão importante concerne às obras estrangeiras que não aparecem nas listagens dos autores que se comprometeram em mapear a produção didática de Geografia no Brasil (COLESSANT, 1984; SILVA, 2012; MAIA, 2014). Um estudo dos catálogos da Livraria Garraux, um dos principais livreiros da província de São Paulo no século XIX nos mostra que havia uma gama de livros estrangeiros oferecidos a população. O jornal Correio Paulistano, periódico que circulou pela província paulista ao longo da segunda metade do século XIX também anunciava venda livros estrangeiros de diversas disciplinas e ramos científicos.

AVISO ESSENCIAL

Esta casa recebe diretamente da Europa todos os seus livros e mercadorias, e desta arte pode oferecer às pessoas que a ela se dirigirem consideráveis vantagens.

[...]

Aceita-se toda e qualquer encomenda de livros para a Europa, cuja encomendas de mais de 50\$, gozaram de uma abatimento razoável.

[...]

Recebemos ultimamente um grande sortimento de obras de Direito relativas ao estudo das diversas matérias que constituem o curso da Faculdade; e, além daquelas adotadas, considerável número de livros escolhidos² que gozam de excelente reputação na Europa: podendo por conseqüência, satisfazermos à todas as necessidades do estudo.

(GARRAUX Catálogo dos livros necessários para os cursos jurídicos da Academia de São Paulo e livros para os Preparatórios, 1863)

Não há ainda como quantificar ou mesmo presumir se tais obras foram adquiridas ou mesmo lidas, mas como veremos mais adiante a biblioteca da faculdade de Direito da Universidade de São Paulo possui um acervo de obras estrangeiras que estiveram disponíveis a toda a população paulista no século XIX. Com isso não queremos dizer que a Geografia escolar do Brasil foi predominantemente influenciada

² A relação completa dos livros vendidos neste catálogo encontra-se no Anexo desta tese.

pelas obras estrangeiras. Nossa proposta é tentar verificar como essas obras e outras fizeram parte das aulas de Geografia na província paulista. Entendemos que verificar o uso das obras nas instituições, bibliotecas, gabinetes de leitura pode nos ajudar melhor a elucidar como se deu o ensino ou mesmo o gosto pela Geografia do que somente catalogá-las e classificá-las.

A referência concreta que MAIA (2014) encontra de adoção de um livro didático na província mineira consta somente na relação de livros presente no relatório da diretoria de instrução de 1867 onde é mencionado o livro de Tomaz Pompeo de Souza Brasil – *Compêndio Elementar de Geografia Geral e do Brasil* e em 1880 o *Curso Methodico de Geographia Physica*, de Joaquim Maria de Lacerda. (p. 107). Para o autor a proposta desses livros didáticos aponta para a unidade do território mostrando aspectos da civilidade da nação brasileira.

Sobre a província mineira o autor buscou a documentação no Arquivo Público Mineiro a partir de 1854, data da criação do Liceu Mineiro, mas admite que já havia instituições que lecionava geografia antes dessa data. O autor diz que muitas normas ditadas pela Corte foram acatadas pelos legisladores mineiros, mas que, ao ir além do que foi prescrito, pôde identificar as finalidades reais da disciplina. (p. 129) Para tanto, o autor apresenta um conjunto de nove provas e exames de Geografia compreendidos entre os anos de 1878 a 1889. Esses exames e provas variam entre provas da escola normal mineira, exames de ingresso na carreira do magistério público e para professores de Geografia. Segundo o autor, tais fontes apontam para o predomínio da Geografia do Brasil e da província mineira. No entanto das nove provas e exames apresentados na tese somente duas referiram-se a Geografia do Brasil. O autor não deixa claro se encontrou mais provas e exames nos arquivos consultados e por isso fez uma seleção de nove provas para apresentar os conteúdos de Geografia. Contudo o autor insiste em dizer que a documentação analisada na tese aponta para o predomínio de conteúdos referentes à Geografia do Brasil. O autor conclui a tese criticando a produção de Rocha (1996) e Vlach (1988) e dizendo que não houve um modelo francês de ensino de Geografia³.

³ Realmente não há como afirmar que houve uma importação de currículo francês ou um modelo estrangeiro que embasou a Geografia escolar brasileira do século XIX, por outro lado não devemos omitir as obras estrangeiras que circularam no Brasil, que foram lidas, interpretadas e reelaboradas. Caso contrário, podemos cair em uma leitura dicotômica ao dizer que a Geografia no Brasil foi uma coisa ou outra, isto é, ensinou-se Geografia do Brasil ou Geografia Universal. A Geografia do Brasil a partir da década de 1850 começa a se mostrar como conhecimento imprescindível no estudo da disciplina

Tendo em vista os debates em torno da história da Geografia escolar o objetivo dessa pesquisa é avançar os estudos de história do ensino de Geografia e identificar as origens do ensino dessa disciplina em São Paulo e sua trajetória ao longo do século XIX. A disciplina de Geografia em São Paulo seria um reflexo da Geografia ministrada no Rio de Janeiro ou ela teve características próprias? Que livros didáticos de Geografia circularam nos cursos secundários de São Paulo? Quais foram os professores desses cursos? Quais foram as leis que regiram os cursos e como elas se relacionaram com as leis de ensino regidas pela Corte? Quando a Geografia entra no currículo escolar nas escolas da Província de São Paulo?

Para responder tais indagações esta pesquisa tem como referencial teórico/metodológico os estudos de André Chervel sobre História das Disciplinas Escolares. A constituição dos saberes escolares é a principal preocupação deste autor, isso requer pensar três aspectos: O primeiro diz respeito à “desnaturalização” dos conteúdos escolares. Geografia, História e Matemática, por exemplo, são disciplinas presentes nos currículos escolares em todo território nacional, entretanto é necessário saber como cada uma delas se constituiu um saber importante para ser ensinado na escola. Além da constituição das disciplinas escolares, temos também a constituição de seus conteúdos. Por que ensinar determinados conteúdos em detrimento de outros? É mister saber que a composição do currículo escolar não é algo natural, pronto ou mesmo harmônico.

O segundo aspecto a ser analisado diz respeito às finalidades das disciplinas. Ora, se a constituição das disciplinas e do currículo escolar é fruto de conflitos oriundos da sociedade, podemos perguntar quais são os interesses que as disciplinas expressam.

Os grandes objetivos da sociedade, que podem ser, segundo as épocas, a restauração da antiga ordem, a formação deliberada de uma classe média pelo ensino secundário, o desenvolvimento do espírito patriótico, etc.; não deixam de determinar os conteúdos do ensino tanto quanto as grandes orientações estruturais (CHERVEL 1990, p.187).

Em outros termos, um dos objetivos dessa perspectiva de pesquisa é o de descobrir as finalidades das disciplinas e conteúdos, saber por que a escola ensina o que ensina.

Geografia, mas a Geografia Universal, a cosmografia e a astronomia também se configuraram como saberes essenciais na composição da disciplina e não foram subsumidas ou mesmo diminuídas com a introdução da Geografia do Brasil.

O terceiro aspecto remonta à questão de que o estudo das disciplinas escolares deve ser feito a partir da escola. Chervel (1990) faz a crítica aos estudos das disciplinas escolares que estudam a constituição das matérias escolares como o fruto da vulgarização e transmissão dos saberes das ciências de referência. O autor faz uma crítica à concepção de Yves Chevallard que pensa a transposição didática como norteadora dos saberes escolares. Segundo Chervel (1990):

Longe de ligar a história da escola ou do sistema escolar às categorias externas, ela se dedica a encontrar na própria escola o princípio de uma investigação e de uma descrição histórica específica (p. 184).

Ainda sobre esse último item podemos destacar o trabalho de Goodson (1990) que mostra como a disciplina escolar de geografia orientou a constituição da disciplina acadêmica. No caso de São Paulo, a formação do primeiro curso superior de Geografia só ocorreu em 1934 com a formação da Universidade de São Paulo. Sabe-se que o ensino de Geografia é anterior ao aparecimento do curso superior dessa disciplina. Sendo assim cabe aqui o seguinte questionamento: antes da formação da USP, que Geografia era ministrada em São Paulo?

O objetivo deste trabalho é desvelar como ensino de Geografia se constituiu no ensino secundário paulista, isto é conhecer quais as finalidades do ensino dessa disciplina, saber se a Geografia ensinada em São Paulo foi a mesma da do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Havia um projeto de ensino próprio para a Província de São Paulo? De que maneira as instituições não ginásiais impingiram um conhecimento próprio, diferente daquele proposto pelo Colégio Pedro II?

Dentro dos estudos sobre História das Disciplinas Escolares pretende-se contribuir com o estudo da Geografia como disciplina escolar. A história dessa disciplina tem caminhado para a formação de uma subárea de estudos no campo específico da História da Geografia devido à crescente preocupação de pesquisadores na área da História da Educação e da Geografia⁴. Mesmo assim grande parte das pesquisas

⁴ Foi feito um levantamento junto ao Banco de Teses do Portal da Capes – www.capes.gov.br no segundo semestre de 2012 e notou-se que houve um aumento das pesquisas sobre livro didático de Geografia. Foram identificadas 101 pesquisas, entre teses e dissertações, que estudam o tema Livro Didático de Geografia no período de 1983 à 2012. Este período foi dividido em três decênios com o intuito de comparar o aumento da produção acadêmica sobre o assunto e chegamos ao seguinte resultado: Decênio 1983-1992: Quatro produções; Decênio 1993-2002: 22 produções; e Decênio 2002-2012: 75 produções. No entanto, foram poucas as pesquisas que tratam o assunto em uma perspectiva histórica. O GPCES foi o responsável pela maior parte dos trabalhos nessa perspectiva.

ainda tem como pressuposto a origem da disciplina escolar atrelada ao conhecimento científico, como um apêndice do que foi produzido nos institutos geográficos nas sociedades de geografia ou a criação de universidades ou institutos de pesquisa. Outras pesquisas dedicam-se ao conhecimento geográfico como extensão dos conhecimentos acadêmicos ou à verificação de conceitos geográficos nos livros didáticos de Geografia. Percebe-se também que História da Geografia como disciplina aparece junto com a história do livro de Geografia.

As pesquisas oriundas principalmente dos estudos do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade – GPCES da Universidade Federal da Paraíba vem debruçando-se sobre a História do Ensino de Geografia em diferentes Estados da Região Nordeste sob uma leitura de Chervel (1990), no campo da História das Disciplinas Escolares. É nessa perspectiva que esta pesquisa pode contribuir como um aprofundamento do conhecimento geográfico escolar na Província de São Paulo.

Nesse prisma não pretendo aqui achar as matrizes do pensamento geográfico escolar. Enquadrar autores de livros que foram usados nas aulas de Geografia na província de São Paulo durante o período aqui estudado em categorias como Geografia Clássica ou Geografia Científica ou buscar filiações ou aproximações filosóficas de autores podem dar subsídios para o entendimento da disciplina, mas não dão conta de responder como esses conhecimentos constituíram-se na escola.

Entendendo que as finalidades do ensino são, antes de tudo, finalidades educacionais, pretende-se aqui fazer uma incursão na história dos sujeitos envolvidos na constituição da disciplina de Geografia - professores, autores e alunos.

Este trabalho ficou organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo tem por finalidade analisar o ensino secundário no Brasil. Isto implica entender como essa modalidade de ensino configurou-se no currículo brasileiro entendendo que isso não ocorreu de forma mecânica. Aulas avulsas, ministradas na casa de professores, em salas anexas à igrejas ou em prédios públicos foram consideradas aulas de ensino secundário assim tanto como as aulas ministradas em liceus, cursos preparatórios e colégios particulares. O ensino secundário paulista apresentou-se durante o século XIX na forma de vários tipos de ensino oriundos desde as aulas avulsas lecionadas em lugares separados até o modelo seriado ginásial importado dos liceus franceses. Dessa forma faz-se importante entender como o ensino secundário francês configurou-se como modalidade de ensino.

No caso desta pesquisa, a maior ênfase é dada ao curso preparatório que foi ministrado nas salas inferiores do Convento dos Franciscanos, prédio que foi utilizado, desde 1827, para abrigar o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo.

O segundo capítulo o estuda a consolidação da cadeira de História e Geografia por meio dos seus dois primeiros lentes - os professores Julio Frank e Antônio Joaquim Ribas. A regência desses professores compreendeu-se aos anos de 1834 a 1854, período de vigência dos os Estatutos de 1831. Entende-se esse período como de consolidação da Cadeira de História e Geografia pela quantidade de pedidos de materiais didáticos para a aula de Geografia e pela adoção e uso do Resumo de História Universal de autoria de Frank com colaboração de Ribas. Entende-se a importância desse período para a aula de História e Geografia por ter ele ainda pouca influência dos conteúdos das aulas de Geografia do Colégio Pedro II. É nesse período também que surgiram novos professores dessa matéria. Professores saídos das mãos de Frank e Ribas abrirão cadeiras de História e Geografia em estabelecimentos particulares, Liceus Provinciais e no Colégio Pedro II.

O terceiro capítulo trata do período posterior aos Estatutos de 1854 que, juntamente com a saída de Antônio Joaquim Ribas da cadeira de História e Geografia no mesmo ano, promovem mudanças na disciplina de Geografia. A imposição de um ensino de Geografia alinhado ao projeto estabelecido pelo Colégio Pedro II trouxe não só modificações quanto ao ensino dessa disciplina como também resistência e o fortalecimento de uma tradição que se iniciou na Província de São Paulo com os primeiros professores dessa matéria. Este período aborda não somente as aulas de geografia oferecidas no Curso Anexo à Faculdade de Direito mas também procura abranger outras instituições e professores que também lecionaram aulas de Geografia na Província.

O quarto capítulo aborda o desmonte do Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo a partir da metade do século XIX até 1896. O gradual declínio dessa instituição se deu pelo desprestígio que ela sofreu devido a perda da prerrogativa de selecionar programas e conteúdos e também diante do surgimento de novas instituições de ensino na província, marcada pela presença de colégios particulares.

Como esta pesquisa abrange um longo período histórico do Século XIX optei por atualizar a ortografia da época para o atual acordo ortográfico da língua portuguesa

com o intuito de facilitar a leitura das citações, porém procurando manter a fidelidade do conteúdo dos textos.

1. O ENSINO SECUNDÁRIO E AS HUMANIDADES

O maior problema sócio-político relativo à instrução pública, desde o final do Antigo Regime, é saber se o ensino elementar deve ser, ou não, concebido como preparatório aos cursos superiores de instrução, mesmo considerando que de qualquer forma, a maioria dos alunos não ultrapassaria este estágio.

André Chervel

1.1 O ensino secundário na França

É primordial entender a escola como construção social. O que se configurou na Europa como ensino secundário é o fruto de debates pedagógicos e enfrentamentos políticos que durou décadas para se estabelecer. O conflito de diversas propostas educacionais ocorrido na França no final do século XVIII teve impactos nas concepções educacionais brasileiras, principalmente no que diz respeito às idéias iluministas e liberais que circularam nos debates educacionais franceses e portugueses.

Boto (1996) aborda a construção do “homem novo” forjado na e pela Revolução Francesa. Para a autora a educação estatizada teve um papel fundamental na constituição desse novo cidadão e por isso dentre os projetos apresentados à Assembleia Constituinte francesa o tema instrução pública era recorrente, sempre pautado na idéia de se forjar uma nova tradição cívica e cidadã. No entanto, a autora destaca que houve divergências quanto ao modelo educacional apresentado, uns mais voltados para uma sacralização do civismo e outros mais voltados ao espírito ilustrado do século XVIII entendendo a instrução como marcha para o progresso e perfectibilidade humana. Havia dissensos entre a obrigatoriedade e gratuidade da instrução pública, se esta deveria atender a todas as etapas do ensino, se deveria ser obrigatória e gratuita somente nas séries iniciais, se todos deveriam ter acesso as etapas mais elevadas da instrução, etc. Boto diz que havia certo receio por parte de alguns deputados – notadamente pela proposta educacional trazida por Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, ou simplesmente Talleyrand, como é mais conhecido – da Constituinte francesa de 1791 em levar as luzes para toda a população de maneira irrestrita, sob o risco da população camponesa, ou aqueles considerados inaptos aos estudos avançados não quererem mais sujeitar-se aos trabalhos a eles destinados.

A autora centra-se nos embates entres os projetos educacionais apresentados por Condorcet e por Lepeletier, este trazido pela voz de Robespierre. Condorcet¹ enviou suas memórias sobre instrução pública à Assembleia Legislativa francesa onde foram lidas em 31 de abril de 1792. A proposta deste intelectual distanciava-se das ponderações de Talleyrand no que diz respeito à oferta da instrução pública a população rural, ou não apta aos estudos maiores. Condorcet preconizava uma educação gratuita, laica, e pública para todos em todos os níveis de ensino. Os motivos que impulsionavam esse modelo de ensino iam muito além do que as questões educacionais propriamente ditas. Segundo Boto *o conhecimento adquirido na escola deveria ser, no parecer de Condorcet, mobilizado pelo homem adulto para que este se revelasse capaz de trazer a sua específica contribuição para o suposto progresso humano* (p.120).

O relator das memórias não nega o patriotismo e a formação do cidadão para nova nação que estava se constituindo, porém acreditava que a instrução das crianças e jovens não deveria se resumir somente à formação cívica. É o que Boto (1996) chamou de ensinar a Constituição francesa nas escolas como um fato e não como um dogma. Nesse sentido, a proposta de Condorcet para a instrução pública francesa estava mais voltada para a crença de que era por meio do conhecimento racional, científico proporcionado pelo iluminismo que o “novo homem” poderia seguir sua marcha para seu progresso histórico a caminho da perfectibilidade humana, nas palavras do próprio autor:

O plano que apresentamos à Assembleia foi concebido em função do exame do estado atual das Luzes na França e na Europa; em função daquilo que as observações de vários séculos nos permitiram aprender sobre a marcha do espírito humano nas ciências e nas artes, enfim, em função do que se pode esperar e prever desses novos progressos. Nós procuramos o que poderia, com mais segurança, contribuir para lhe dar um caminho mais firme, para tornar seus progressos mais rápidos (CONDORCET *apud* BOTO 1996 p. 149)

Segundo Boto (1996 p. 121) o relatório de Condorcet dividia a instrução em cinco partes: escolas primárias, escolar secundárias, institutos, liceus, e Sociedade Nacional das Ciências e das Artes.

O relatório observa que todo conhecimento racional que pudesse levar o homem ao caminho da perfeição do intelecto seria contemplado pois, *quanto mais o espírito*

¹ Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, marquês de Condorcet (17/09/1743 - 28/03/1794)

humano houver descoberto verdades, mais ele se tornará capaz de retê-las e combiná-las em um número maior (CONDORCET *apud* Boto 1996, p.129). Seria nesse contexto que o ensino de Geografia e História seria introduzido no currículo formal francês como matéria indispensável para o conhecimento humano. Para Condorcet, o ensino da História e da Geografia deveria ser ensinado no segundo grau de instrução² como *objetos de instrução comum*, ou seja, como matérias úteis e indispensáveis à vida comum, oferecendo *os conhecimentos gerais sem os quais somos incapazes para qualquer função, e a facilidade de adquirir os conhecimentos exigidos em cada gênero de emprego* (CONDORCET, 2008 p. 100).

Essa proposta de instrução pública foi abafada na Assembleia Legislativa por conta de diversos acontecimentos políticos que marcam a Revolução Francesa a começar pela Guerra que Luis XVI, rei da França proclamara contra a Áustria no mesmo dia em que a proposta de Condorcet fora lida, interrompendo a sessão. A questão educacional foi momentaneamente deixada de lado em virtude da guerra. Houve uma tentativa de retomá-la em 10 de agosto de 1792. Quando Condorcet tentou recolocar seu *Rapport* em discussão a situação política da Assembleia Legislativa não lhe era mais favorável. A Assembleia Legislativa foi concluída sem nada deliberar sobre a instrução pública (BOTO, 1996 p.154).

A proposta de Condorcet foi rechaçada pelas novas lideranças que compunham a nova Assembleia Legislativa e a Comissão de Instrução Pública: primeiramente por Romme³ ao propor um novo relatório de instrução pública e posteriormente por Robespierre⁴ ao submeter ao plenário o projeto de instrução pública escrito por Lepeletier⁵ em 1793.

Os novos projetos educacionais aproveitaram das Memórias de Condorcet aquilo que lhes foi conveniente, provocando aproximações e distanciamentos do *Raport*. De qualquer forma ao ensino de História e Geografia não saiu mais dos programas de ensino, mesmo que fosse com um propósito diferente daquele idealizado por Condorcet,

² Nas memórias do autor, deveriam ser criados estabelecimentos de segundo grau de instrução nas áreas centrais de cada distrito ou no centro de cada divisão territorial (CONDORCET, 2008 p.98)

³ Charles-Gilbert Romme, mais conhecido por ter sido o autor do calendário da Revolução, era membro da Comissão de Instrução Pública

⁴ De uma forma ou de outra, ambas as propostas se distanciaram das proposições de Condorcet ao enfatizarem as finalidades do ensino público para o serviço de um catecismo cívico, tendo a escola como instrumento de formação do novo cidadão.

⁵ Louis-Michel Lepeletier escreveu um projeto educacional que não fora discutido em vida. Somente após a sua morte o projeto foi trazido pelas mãos de Robespierre para a Assembleia Legislativa.

muitas vezes utilizando essas matérias com verdadeiros catecismos patrióticos, voltados para a propagação do novo regime. As memórias de Condorcet também continuaram a inspirar o pensamento educacional do século XIX servido com norte para propostas educacionais tanto na França como no Brasil, como veremos posteriormente.

Já sobre as origens do secundário, Chervel (1992) faz uma discussão sobre a constituição do termo “secundário” na França a partir da Revolução Francesa. Nesse artigo, o autor afirma que as escolas secundárias não foram criadas pela revolução com suas escolas centrais ou pelo império com os liceus⁶. Elas renascem da reabertura dos colégios que foram suprimidos pelo decreto de 15 de setembro de 1793. Esses colégios foram predominantes no Antigo Regime e certamente Chervel está se referindo aos colégios confessionais, colégios das artes e pensões. Apesar do termo “secundário” aparecer posteriormente com a denominação das Escolas Centrais na revolução e dos liceus no império, os colégios do antigo regime continham características semelhantes àquelas que estavam surgindo na França após a revolução.

O tecido escolar do Antigo Regime tendia a ser criado por toda parte, e se a situação de Igreja e das congregações tornava impossível a preocupação total dos colégios, suprimidos pelo decreto de 15 de setembro de 1793, **via-se renascer, em vários locais, certos estabelecimentos intermediários que haviam sido numerosos no decorrer do século XVIII**: “escolas latinas”, “regências latinas”, “pedagogias”, “semi-colégios”, “pequenos colégios”. O sucesso deles parecia considerável (p. 100 grifos nosso).

Houve uma tentativa do Governo de controlar a proliferação desses colégios e substituí-los por escolas públicas – Liceus – proibindo a abertura de escolas secundárias sem a autorização do Estado. Pela lei de 11 de floreal⁷ esses estabelecimentos de ensino para receberem a denominação de secundário teriam que seguir um padrão organizacional com programas mínimos de ensino, ter pelo menos três professores e um mínimo de cinquenta alunos (p. 101).

⁶ Escolas Centrais foram escolas secundárias criadas na França do final do século XVIII logo após a Revolução. Inspiradas nas idéias iluministas, principalmente as de Condorcet, as Escolas Centrais eram destinadas a todas as classes populares, detinham um currículo enciclopédico onde o aluno poderia optar por disciplinas a serem cursadas. As disciplinas oferecidas contrapunham-se aos dos antigos colégios confessionais, predominando assim as matérias de caráter científico e profissionalizante em detrimento do Latim e das Humanidades. Essas escolas foram suprimidas por Napoleão Bonaparte ao criar os Liceus.

⁷ A lei de floreal do ano 10 (1/5/1802), promulgada por Napoleão Bonaparte, criou os estabelecimentos secundários franceses denominados de Liceus. Essas escolas se aproximavam dos antigos colégios religiosos no que diz respeito a constituição de estabelecimentos próprios de ensino, podendo dessa forma, dividir os alunos por classes sucessivas e por níveis, trazendo também o retorno do ensino do Latim e das Humanidades, destinado à formação da elite francesa.

O autor ainda acrescenta que a discriminação entre ensino primário e secundário foi feita mediante um imposto que foi cobrado para matérias consideradas não pertencentes ao ensino primário, principalmente o Latim: *Todos os alunos admitidos em um estabelecimento onde se ensina latim estão sujeitos ao imposto*. Esse imposto era tanto para alunos quanto para professores. Assim:

É esse imposto que, em poucos anos, vai selar a unidade dos estabelecimentos escolares aos que se aplica, sendo que essa imposição não atinge as escolas primárias. A este conjunto de estabelecimentos faltava apenas dar um nome. Será chamado de ensino secundário (CHERVEL 1992 p. 103).

Diante desse quadro o ensino secundário francês a partir dos decretos de 1808 ia consolidando-se como instituição pública para a formação das elites francesas diferenciando-se do ensino primário que era estendida por todo território, destinada a todos. E ao longo do século XIX o termo ensino secundário vai se estendendo para outras modalidades de ensino sob forte pressão das escolas privadas e confessionais.

Tal concepção é, em boa medida, também compartilhada por Silva (1959) ao entender que a origem do ensino secundário tinha como principal finalidade a distinção social, ou seja, formar as elites. O autor se utiliza do conceito de “cultura geral” que pode ser entendido como um saber ornamental criado socialmente e historicamente com o objetivo de diferenciar as pessoas fruto da junção da tradição clássica centradas nos estudos das humanidades que permaneceu junto ao saber racional e científico do século XVIII. O saber clássico humanístico, centrado nos estudos do latim e da retórica sob a leitura predominante de Cícero, remonta aos colégios medievais e a tradição jesuítica que se instalou em boa parte dos países de origem cristã pela ação de colégios regidos por ordens religiosas. A Revolução Francesa teve por princípio romper com a tradição humanística rebaixando o estudo do Latim nas novas escolas – Escolas Centrais – e acrescentando matérias ligadas ao conhecimento prático e aos saberes científicos. Embora o Latim não fosse abolido do currículo esse teria um status menor frente aos novos conhecimentos oriundos da matemática e dos saberes científicos como a Geografia e a Botânica.

No entanto após a tempestade revolucionária, com a entrada de Napoleão Bonaparte no governo francês, há uma tentativa de restituir o ensino clássico-humanista que novamente ganha força no currículo secundário francês. Assim as duas tradições

foram incorporadas no ensino secundário amalgamando o novo e o velho. Ainda segundo Silva (1959) a obra napoleônica no campo da educação desvirtuou os propósitos da escola secundária idealizada por Condorcet que visava um saber realista e flexível, ligado ao cotidiano do aluno *por um ensino formalista e tradicional semelhante aos dos colégios do antigo regime (p. 182)*. Ensino tradicionalista, porém com boa dose de matérias de cunho científico.

A formação do ensino secundário francês pós-revolução viraria a ser o estudo de conhecimentos humanísticos e conhecimentos enciclopédicos para distinção entre dirigidos e dirigentes. Conhecimento meramente ilustrativo, ornamental que se tornou propedêutico para a entrada nos cursos superiores.

Concerne-se aqui o chamado nível secundário neste momento histórico como um ensino que não é a sequência do ensino primário, mas sim, como uma modalidade ligada ao ensino superior, de tal maneira que os candidatos faziam um exame de suficiência não necessitando ter o diploma do primário. Arlette Gasparello (2004) faz uma discussão sobre as origens do termo colégio para explicar por que o modelo de ensino secundário adotado pela Corte brasileira foi o do modo colegial. Para Gasparello a constituição do termo colégio como um lugar de instrução resultou de uma construção histórica, isso é, *de uma lenta estruturação orientada pela Universidade, do século XIII aos meados do século XIX*. A autora cita um curso conferido por Durkheim no início do século XX na França em que o autor discorreu sobre a História do ensino francês para entender como ocorreu a constituição do ensino secundário nesse país e chega à conclusão que ensino secundário francês foi gestado à sombra do ensino superior pela a união de instrução e internamento. Nessas instituições eram oferecidas *todo modelo de ensino das artes* que eram estudos necessários *para ingressar na Faculdade de Artes Liberais, uma espécie de curso preparatório* (GASPARELLO 2004, p.48).

Ainda sobre a *invenção do secundário* a autora acrescenta que este é por definição um estudo propedêutico, *estudos necessários, exigidos para estudos maiores, superiores, com a marca da cultura clássica* (GASPARELLO 2004 p.55).

Para Hisldorf (2006) a escola secundária erudita tem sua origem com a criação dos colégios de humanidades desvinculadas do modelo escolástico das universidades medievais. Os ideais humanistas passam a ser escolarizados de forma lenta ao longo dos séculos XV e XVI por professores-repetidores, que desvinculados das universidades medievais, davam aulas em pensões para bolsistas e alunos pobres em troca de

hospedagem nesses estabelecimentos. Eram ensinos de caráter preparatório para a universidade, ali os alunos aprendiam o conteúdo das sete artes liberais – o *trivium* e o *quadrivium* – desvinculado de práticas universitárias estritamente escolásticas. (p. 63).

A autora afirma que:

Pela atividade desses professores e repetidores, os pensionatos colegiais acabaram por retirar o conteúdo das 7 artes liberais do âmbito das faculdades universitárias, organizando-se, ao longo do século XV, como instituição específica e reconhecida – o colégio das 7 artes liberais –, onde jovens realizavam todos esses estudos preparatórios para as universidades (HILSDORF, 2006 p. 62)

Estes estabelecimentos espalharam-se pela França, Inglaterra, Portugal e outros países da Europa enquanto que o conhecimento humanístico passava a ser necessário para a formação do homem universal, conhecedor principalmente das línguas e da cultura greco-romana.

Chervel e Compère (1999) ao se debruçarem sobre a questão das humanidades no ensino escolar afirmam que a tradição escolar francesa tendeu mais para uma formação *apoiado em textos de longa tradição e sobre a língua necessária à comunicação, à persuasão*, funcionando como suportes para o pensamento, do que uma formação de cultura geral fundamentada nas coisas sobre o universo, no entendimento do mundo físico, no entendimento das coisas naturais.

Os autores afirmam que:

Do homem honesto das idades clássicas ao homem cultivado da época contemporânea, o indivíduo que essa tradição forma é aquele que, pela prática dos textos e dos autores, pelo contato com as civilizações fundadoras, pelo exercício da tradução, da imitação e da composição, adquiriu o gosto, o senso crítico, a capacidade de julgamento pessoal e a arte de se exprimir oralmente e por escrito, conforme as normas recebidas (p. 140).

Essa tradição, que podemos chamar de humanística, teve no estudo das línguas clássicas seu principal apoio e sua instituição remonta às artes liberais antigas. Não é por acaso que as línguas clássicas – principalmente o Latim – surgem como conhecimentos mais importantes do que a própria língua nacional na França.

O Humanismo chega à escola como negação ao modelo escolástico praticado nas escolas medievais da Europa. Ele é absorvido pelos colégios jesuítas onde são lidos autores clássicos, mas sem discordarem com os dogmas da igreja.

Para Chervel e Compère (1999) a origem do nome *humanidades* foi dada pelos jesuítas *aos estudos intermediários entre os de gramática e os de retórica* (p. 150). Os autores fazem ainda uma diferenciação entre humanidades clássicas e humanidades modernas sendo que ambos os termos aparecem no final do século XIX para diferenciar os estudos clássicos nos moldes que foram tratados anteriormente dos estudos de caráter científico que a partir do final do século XIX passam aos poucos a se tornarem preponderantes com a desvalorização do Latim e a valorização de estudos ditos modernos com a matemática, Química e Ciências. Os estudos das humanidades clássicas tinham como finalidade o exercício do intelecto, *a formação do gosto e do estilo*, uma educação moral sem o menor vínculo com uma atividade prática. Esse tipo de formação era destinado às elites francesas.

Trata-se, para o aluno, de se impregnar dos princípios da língua clássica. Por motivos semelhantes, o aluno decora, no curso de sua escolaridade, milhares de versos de Ovídio, Horácio, Virgílio e Homero, a verbosidade pomposa de Tito Lívio, discursos de Cícero, que se supõem constituir a base de sua cultura e, executando-se Homero, são modelos para seus exercícios de composição (p. 152 e 153).

O Latim e a Retórica foram as matérias privilegiadas desse ensino não pelo conteúdo intrínseco, mas pela atividade mental que elas proporcionavam. Nesse sentido os exercícios dessas matérias eram mais importantes que os conteúdos propriamente ditos. Era pelo exercício do Latim e da Retórica que se melhorava a capacidade de raciocinar, de aprender, de se comunicar.

Cabe lembrar que havia um conjunto de outros conhecimentos essenciais para atingir a formação do aluno. Conhecimentos como a história e a geografia antiga, e a poética compunham um conjunto de saberes essenciais para a formação completa do espírito humanístico e eram auxiliares dos estudos clássicos. Chervel (1990) salienta que termo “disciplina escolar” surgirá somente no século XX após a I Guerra Mundial. Antes os conhecimentos escolares não compunham ensinamentos independentes. Todos formavam o corpo de saberes que podiam ser chamados de Humanidades.

1.2 O ensino secundário no Brasil: Colégios, Liceus, aulas avulsas e preparatórios

A primeira lei geral sobre instrução pública no Brasil durante o período imperial data de 1827. A lei de 12 de outubro de 1827 dizia que deveria haver escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos. Essa lei está em conformidade com o pensamento vigente que entendia a instrução primária dentro de um projeto civilizatório.

Com a descentralização do ensino em 1834 as assembleias provinciais começaram a debater o assunto e publicaram um grande número de textos legais acerca da instrução pública. Porém, mesmo com o forte debate sobre educação e a necessidade da constituição da nação, as escolas e as redes de serviços públicos de instrução no império foram sempre muito precárias por falta de investimento com políticas educacionais descontínuas e descentralizadas. Entretanto, isso não significa que não houve instrução pública no Império.

Apesar do pouco investimento a maior parte das províncias brasileiras manteve aulas de primeiras letras e cadeiras isoladas com aulas de Latim, Retórica, principalmente nas capitais. Há lugares onde houve aulas de outras matérias como Desenho, História, Geografia etc. Algumas províncias destinavam parte de seu orçamento para a educação, havia significativa rede de escolas se contarmos as esferas pública, privada e doméstica. O grande debate da época era a democratização do ensino primário, porém como os recursos públicos eram escassos em muitas províncias, as escolas particulares tiveram grande participação na composição de escolas e professores.

O curso secundário no Brasil no século XIX foi curso de formação das elites aos moldes do que ocorreu na França. O Colégio de Pedro II foi a instituição criada para atingir essa finalidade, formada no Rio de Janeiro, a capital do Império, em 1837 com funcionamento em 1838 nos moldes dos liceus franceses. O objetivo era a formação dos filhos das elites brasileiras com estudos de caráter humanístico e enciclopédico reunindo cadeiras secundárias em um único estabelecimento de ensino num curso seriado. Segundo Haidar (2008) foi preciso *buscar fora do Brasil a experiência que nos faltava; a atração irresistível que então exerciam sobre nós as ideias, as instituições e os costumes franceses, impôs-nos o modelo francês*. Esse modelo privilegiou o ensino das humanidades clássicas, predominando os estudos literários. Juntamente com estes havia também os estudos da aritmética, história, geografia, desenho e música vocal. A conclusão do curso ginásial dava ao formando o grau de bacharel em letras. Nenhum

outro estabelecimento de ensino secundário tinha essa prerrogativa e a partir do Decreto n. 296, de 30 de setembro de 1843 o título de bacharel em letras habilitava o aluno a ingressar em qualquer curso superior do Império sem ter o candidato que passar por exames admissionais.

No entanto, o ensino secundário brasileiro não se constituiu de forma homogênea e harmoniosa em todo território brasileiro ao longo do século XIX. Esse foi um processo longo e conflituoso. O Colégio Pedro II deveria servir como um paradigma para os outros estabelecimentos secundários do Brasil, coisa que não aconteceu de forma automática ou mecânica. O Ato Adicional de 1834 extinguiu as aulas régias e descentralizou o ensino no Brasil. A partir daí as assembleias provinciais tiveram autonomia para legislar sobre a instrução pública e foi responsabilidade dos governos provinciais fornecerem os recursos necessários para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e secundário.

Apesar da descentralização do ensino promulgada pelo Ato Adicional de 1834 o governo imperial tentou centralizar o ensino por meio do controle do currículo. O Colégio Pedro II seria o paradigma de ensino secundário devendo ser adotado nas províncias brasileiras, substituindo as aulas avulsas pelo modelo seriado, ginásial. Os compêndios dessa instituição também deveriam ser seguidos pelos outros estabelecimentos de ensino. A corte também manteve o controle do ensino superior, mantendo sob sua responsabilidade os cursos preparatórios anexos às faculdades. Assim a descentralização do ensino secundários no Brasil promulgada pelo Ato Adicional de 1834 tornou-se, nas palavras de Haidar (2008), uma *pseudodescentralização*

No Brasil houve grande dificuldade de se estabelecer um ensino secundário padronizado no modelo ginásial do Colégio Pedro II, haja vista que os governos provinciais não tiveram condições financeiras de formar uma escola secundária nos moldes do que foi feito na Corte. O governo provincial paulista limitou-se em aglutinar aulas avulsas em um mesmo prédio, constituindo dois liceus províncias em 1847. Esses liceus não atenderam ao padrão do Colégio Pedro II e faliram em menos de meia década. Além dos liceus havia na província de São Paulo dezenas de aulas avulsas públicas nos moldes das aulas régias anteriores ao Ato de 1834. Era o legado das aulas régias estipuladas pelo Alvará Régio de 28 de Junho de 1759. Devido a isso, pode-se dizer que houve uma pluralidade do ensino secundário no Brasil durante o século XIX, modalidades de ensino que tinham origens distintas.

As províncias continuaram a oferecer aulas avulsas em detrimento do que estipulava a Corte. Muitos liceus criados nas províncias brasileiras tiveram aulas parceladas e o Curso Anexo à Faculdade de Direito das duas academias jurídicas do país mantiveram o padrão do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra.

Houve uma indefinição quanto o que seria os objetivos do ensino secundário no Brasil. Se o Colégio Pedro II visava uma formação de caráter terminal – dava o título de bacharel em letras – as outras modalidades de ensino estavam mais ligadas a uma formação propedêutica.

Se partirmos do pressuposto de que só o modelo ginasial e seriado promovido pelo Colégio Pedro II pode ser considerado como ensino secundário no Brasil, teremos que aceitar que, no império brasileiro, somente o Rio de Janeiro ofereceu educação secundária, como ocorreu com parte da produção historiográfica sobre ensino secundário no Brasil do período imperial. Isso seria desconsiderar educação exercida em todas as províncias brasileiras que lecionavam sob outros modelos de escola secundária. Nesse sentido é essencial entender como esses outros modelos de educação funcionaram, qual a relação, se é que houve alguma, deles com a escola secundária estipulada pelo Colégio Pedro II.

Cabe lembrar que havia uma indefinição por parte dos próprios autores da época sobre como se constituía o ensino secundário no Brasil.

De acordo os relatórios do estado da instrução pública da Província de São Paulo emitidos entre 1852 e 1866 pelo inspetor geral de instrução pública, Diogo de Mendonça Pinto, o ensino secundário público compreendia poucas aulas ministradas nos dois liceus provinciais de São Paulo - os liceus de Curitiba⁸ e Taubaté, algumas aulas de Latim e Francês, espalhadas pela província e uma aula de desenho ministrada na capital. A Escola Normal é enquadrada junto à instrução primária juntamente com os seminários e o Curso Anexo à Faculdade de Direito não se enquadrava como instrução pública secundária da província de São Paulo pelo fato de ela estar sob jurisdição do ministro do Império.

No relatório anual de 1866 o autor atestava:

Instrução secundária de criação provincial não existe presentemente. As próprias aulas avulsas de Latim e Francês que haviam sobrevivido aos

⁸ Curitiba emancipou-se de São Paulo em 1853 constituindo a Província do Paraná. Os relatórios anuais emitidos pelo inspetor geral de instrução pública sobre essa região abrangem somente até esta data.

Liceus; sem fim ao que alvejassem, ou benefício algum que as recomendassem, acabaram quase na totalidade por desaparecer. Felizmente para aqueles que ao abandonar os bancos da escola almejam adquirir educação mais esmerada, ou se propõem a matrícula em estudos superiores, há nesta Cidade as aulas preparatórias da Faculdade de Direito. Elas porém não dão satisfação à necessidade de um internato. Os colégios particulares podiam preencher a lacuna, notável há sido o número deles; mas - algum raro à parte - de casas de trabalho literário e científico só tem o nome, e desacreditados, uns após outros, foram baqueando. (PINTO, 1866 pp. 4 e 5).

O texto é bem claro ao mostrar que se em 1866 a instrução pública secundária paulista sucumbira, o Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo acabou por se tornar a única opção de instrução pública da província para jovens aspirantes ao ingresso na faculdade. Em outras palavras, na prática o Curso Anexo funcionou como a instrução pública de ensino secundário na Província de São Paulo.

A instrução pública oficial da província de São Paulo apresentada em *A Província de São Paulo (1875)*, obra de autoria de Joaquim Floriano de Godoy, senador pela Província de São Paulo, trabalho destinado à Exposição Industrial da Filadélfia ocorrida em 1876, como superior, preparatória e primária, sendo a primeira representada pelas aulas maiores da Faculdade de Direito a segunda pelo Curso Anexo à mesma faculdade e a última representada por três estabelecimentos: O Seminário da Glória, Educandos Artífices e a Escola Normal. Para o autor há muito tempo a província só se ocupava da instrução primária mesmo estando a secundária sob seu encargo.

Os livros didáticos de Geografia da época também abordam a instrução pública do seu tempo. O livro *Noções de Corographia do Brasil* publicado em 1873, de autoria de Joaquim Manuel de Macedo, traduzido para a língua francesa e alemã para ser apresentado na Exposição Universal de Viena no mesmo ano, posteriormente adotado pelo Colégio Pedro II faz uma análise corográfica dividindo o Brasil por províncias. Em cada província o autor detalha dentre tantos outros assuntos o estado da instrução pública no tópico denominado *Estatística*. O autor relata a instrução secundária por meio dos liceus provinciais, seminários episcopais, estabelecimentos particulares, aulas avulsas e o Colégio Pedro II. Os cursos preparatórios anexos as suas respectivas faculdades foram enquadradas na educação superior.

Já o livro didático de Thomaz Pompeo de Souza Brasil, *Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil* na sua quinta edição publicada em 1869 aborda a instrução pública brasileira da seguinte forma:

Instrução pública – Consta de três graus: científica ou superior, secundária ou preparatória, e primária. A primeira é dada por duas faculdades jurídicas em S. Paulo e Recife, pelas faculdades médicas da Bahia e Rio de Janeiro e pela escola central engenheiros militares, e academia marinha da corte e seminários teológicos; a segunda pelos dois colégios (internato e externato) de Pedro II, da Corte, escolar militares do Rio Grande do Sul e Corte, e mais 19 colégios ou liceus públicos provinciais, a cargo destas; a primária por 1880 escolas em todo o Império. (BRASIL, 1869 p. 472 e 473)

É interessante notar como o autor aborda o ensino secundário brasileiro, denominando-o de instrução secundária ou preparatória. Nota-se também que o livro não relata os cursos anexos como instituições de ensino secundário o que demonstra uma contradição. Se o ensino secundário brasileiro é também denominado de aulas preparatórias por que o autor deixou de mencionar as aulas preparatórias dos cursos anexos às faculdades? Em uma nota de rodapé, de forma explicativa, o autor faz a seguinte apresentação sobre a instrução pública brasileira:

Quadro 1.1
Estatística da Instrução pública em 1867

Estabelecimentos	Quantidade	Cadeiras	Alunos
Fac. Jurídicas	2	24	815
Fac. Médicas	2	22	401
Colégios de Artes	2	14	732
Academias de Belas Artes	1	11	216
Liceus e Colégios	18	154	1628
Seminários	10	91	322
Avulsas secundárias		167	1391
Primárias		1879	57589

Fonte: (BRASIL 1869. P 473)

Essa tabela é esclarecedora por mostrar diferentes instituições que cuidavam da instrução pública brasileira. Chama-nos atenção a falta no quadro das Escolas Normais, que era a escola de formação de professores primários. O autor denomina os dois cursos preparatórios das faculdades de Direito de São Paulo e Recife de Colégio de Artes, uma referência a nome que estas instituições receberam em Portugal no século XVIII.

Também é interessante que autor relata os seminários como instituições de instrução pública, pois muitas dessas instituições serviram como colégios de instrução primária para crianças órfãs e para pobres.

O *Almanak da Província de São Paulo administrativo, comercial e industrial da Província de São Paulo para 1888* enquadra a Escola Normal como instituição de ensino secundário para ambos os sexos. O Curso Anexo é apresentado como um apêndice da Faculdade de Direito.

Diante das indefinições sobre o que foi realmente o ensino secundário no Brasil, a maior parte da historiografia da educação consultada centrou seus estudos no Colégio Pedro II ou na legislação sobre esse nível de ensino: Antunha (1980); Haidar (2008); Gasparello (2004); Silva (1959); Vechia e Lorenz (1998); Vechia (2005); Vechia e Cavazotti (2003); Almeida (1989) e Azevedo (1963).

Parte desses autores negaram completamente a ação dos cursos preparatórios e das aulas avulsas, outros não negaram a existência dos cursos anexos às faculdades do Império e as aulas preparatórias avulsas públicas e particulares mas, no entanto não aprofundaram seus estudos nesses outros tipos de escola secundária por uma questão metodológica ou por não ter encontrado fontes substanciais para isso.

Silva (1859) parte da ideia de que houve um retrocesso na implantação das aulas avulsas no Brasil após a expulsão dos jesuítas em 1759. Para o autor, as medidas pombalinas destruíram *um sistema institucional laboriosamente criado no decorrer de dois séculos* trazendo efeitos meramente negativos (p. 209). Dessa forma, somente alguns resquícios do antigo modelo de ensino mantido por colégios e seminários de outras ordens religiosas mantinham vivo o ensino secundário no Brasil.

No conjunto, e do ponto de vista do desenvolvimento institucional, o efeito dessa reforma, no Brasil, foi certamente o de uma regressão na evolução escolar. As aulas régias com que se pretendeu substituir os antigos colégios, eram instituições menos desenvolvidas e menos diferenciadas internamente do que aqueles, além de não serem confiadas a professores do mesmo nível, formação e vocação dos Jesuítas. (SILVA, 1959 p. 208).

Diante de seus pressupostos o autor não poderia considerar aulas preparatórias como um modelo de ensino secundário. Para Silva, estas não estariam organizadas na forma de um sistema pedagógico. Somente a criação dos liceus provinciais, do Colégio Pedro II e da manutenção de antigos seminários garantiria vivo o ensino secundário no

Brasil após a retirada do monopólio do ensino das mãos da Companhia de Jesus. Essa concepção vai ao encontro daquilo que Fernando de Azevedo (1963) escreveu sobre o ensino brasileiro no século XIX, considerando um verdadeiro apagão educacional que só viria a ser reorganizado após a década de 1930.

Haidar (2008) também parte para o ataque ao ensino preparatório ao considerá-lo como pernicioso, o grande problema da educação secundária do Brasil no século XIX. A autora denuncia a desorganização das aulas menores dos cursos preparatórios, feitos de qualquer maneira, com falta de professores, falta de examinadores, baixa frequência dos alunos e pouca regularidade de horários. A autora também acusa a falta de seriedade dos exames onde muitos estudantes burlavam as provas apresentando atestados de aprovações se nunca terem freqüentado aula alguma, compravam examinadores com favores ou por apadrinhamento. No entanto, a autora não se propôs em estudar o funcionamento dos cursos, seus professores, conteúdos ministrados, materiais e suas práticas.

Antunha (1980) é enfático ao considerar que houve negligências quanto às pesquisas sobre o ensino secundário no Brasil com relação ao regime de preparatórios, por estes serem considerados marginais ao sistema oficial de ensino, entendidos como o grande vilão do ensino no século XIX. O autor entende que o regime de preparatório foi tão legítimo quanto os ginásios e foi responsável por boa parte da formação secundária do século XIX:

De qualquer modo, ao invés de prosseguir considerando-o simplesmente como um sistema paralelo ao ginasial, é preciso encará-lo como um regime normal, tão legalmente estabelecido quanto o próprio ginásio e que, ao dividir com este a responsabilidade de preparação dos jovens para o ingresso nos cursos superiores, encarregava-se, de fato, da imensa maioria dos estudantes. O regime preparatório, apesar de suas deficiências, prestava um importante serviço, numa época em que não existiam ainda, no país, condições para se acelerar a expansão do modelo ginasial. (ANTUNHA, 1980 p. 20)

Apesar da constatação, não foi o objetivo do autor fazer um estudo aprofundado desse modelo de escola, centrando-se apenas nas legislações de ensino a partir do período republicano. Antunha ainda acrescenta que por ter sido sempre negligenciado os cursos preparatórios deixaram poucos vestígios o que dificulta sua reconstrução histórica.

Infelizmente, o esquecimento em que foi mantido após a sua definitiva extinção dificulta a sua reconstrução histórica. Ao contrário do que ocorreu como curso oficial, o ginásio, a respeito do qual abundam documentos, em relação aos preparatórios, exatamente por terem sido considerados marginais, há poucos registros e escasseiam as informações e os depoimentos úteis. (ANTUNHA, 1980 p. 20)

A despeito de o autor não ter tido contato com a documentação existente sobre o Curso Anexo localizada no Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo, seu posicionamento perante o regime de preparatório destoa dos demais autores que se debruçaram sobre o tema que não consideraram as aulas avulsas preparatórias ou os cursos anexos às faculdades como outra modalidade de ensino secundário.

Se o Colégio Pedro II era o padrão ideal de ensino, o regime de preparatórios foi o padrão real. Sendo assim o estudo dos cursos preparatórios ganham notoriedade para a pesquisa histórica sobre educação. Fazer somente a crítica da desorganização ou da falência dos estudos preparatórios não dá conta de explicar como ocorreu o ensino de uma grande parcela de estudantes que passaram por tal regime de estudos.

Foi nessa perspectiva que Santos (2005) pesquisou sobre o lugar da Língua Portuguesa na constituição de uma elite nacional brasileira. A autora comenta que o curso preparatório funcionou concomitante e de forma autônoma às prescrições dos estatutos do Colégio Pedro II. Havia divergências entre esses dois modelos já apontadas por Haidar (2008) no que diz respeito à procura dos cursos. O curso ginásial oferecido pelo Colégio Pedro II trazia um currículo que ia além do que era exigido para os exames de admissão para o ensino superior. Como o objetivo principal da maior parte dos alunos era entrar no nível superior, muitos abandonavam o curso ginásial assim que conseguissem ser aprovados nesses exames. Para Santos (2005) houve formas distintas de ensino secundário, todas elas servindo ao ensino de jovens da elite brasileira. Foi somente em 1851, com a reformulação dos Estatutos dos Cursos Jurídicos, que o Curso Anexo teve seu currículo subjugado aos programas do Colégio Pedro II (SANTOS 2005). Hilsdorf (2001) também aponta para particularidades do ensino secundário paulista ao estudar as aulas avulsas de desenho e pintura lecionada pelo artista José Jorge Pinto Vedras na segunda metade da década de 1840.

Vale lembrar também das aulas do Gabinete Topográfico, criadas na Província de São Paulo em 1835, pelo Presidente Província Rafael Tobias de Aguiar para a

formação de engenheiros de estradas. Esse curso não poderia ser considerado como superior, pois essa modalidade de ensino era prerrogativa do governo da Corte, mas formou profissionais que atuavam como uma espécie de engenheiros para pavimentação e construção de estradas na província. Obviamente, não era um curso primário e se não poderia ser um curso superior o Gabinete Topográfico aproximava-se ser mais de uma modalidade de curso secundário ou um curso profissionalizante na província. Paula (2011) afirma que pelo menos entre os anos de 1835 a 1850, período em que o autor concentrou a sua pesquisa, houve na província de São Paulo a preocupação por parte de seus administradores de criar instituições de ensino que ultrapassassem o âmbito da educação elementar. Nesse período foram criados além do Gabinete Topographico, a Escola Normal em 1836, a Fazenda Normal em 1836 e a aulas de Desenho e Pintura em 1847 e os liceus provinciais de Curitiba e Taubaté em 1847.

Pirola (2013) ao acompanhar a trajetória de professores de história da província do Espírito Santo questiona se o Colégio Pedro II efetivamente se tornou e se manteve como paradigma da educação secundária no Brasil. Para o autor foram os professores de História que constituíram a disciplina da História no Espírito Santo, esses professores protagonizaram conflitos na constituição desta disciplina por serem de diferentes fraternidades – religiosas, acadêmicas, políticas, etc. – onde cada uma, sob perspectivas e interesses diferentes, impôs um modelo de ensino de História.

Em São Paulo o primeiro ginásio público só foi inaugurado em 1894, no período republicano com a criação do Primeiro Ginásio da Capital. Segundo Cabral (2002) em 1892 o único estabelecimento oficial de ensino secundário da Província paulista era o Curso Anexo. Os demais cursos secundários eram feitos pela iniciativa particular.

Destarte, todo o período posterior ao Ato 1834 na província de São Paulo, no que se refere à instrução secundária fora ministrada pela iniciativa particular, por meio de liceus, ginásios particulares, com exceção do Curso Anexo, da Escola Normal e de algumas aulas avulsas espalhadas pela província ou em instituições que não perduraram como o já citado Gabinete Topográfico e nos Liceus e Taubaté e Curitiba. Nosso esforço aqui é o de entender a importância de se estudar essas instituições que apesar de não se enquadrarem aos moldes do ensino ministrado pelo modelo do Colégio Pedro II foram as únicas instituições públicas que existiram nessa província que tiveram relevância na construção de conhecimentos no ensino de Geografia.

2. ENSINO DE GEOGRAFIA E CONHECIMENTO GEOGRÁFICO NO COMEÇO DO SÉCULO XIX

...antes se imprimissem todas as [obras] Elementares, principiando pelas que são necessárias para o uso de escolas de primeiras letras, e depois as que são indispensáveis a qualquer homem que não se destina a maiores Estudos, como são Elementos de História, de Geografia, e em fim de todas as mais Artes, e Ciências, de maneira que iniciados os Povos nos conhecimentos gerais, e que devem ser comuns em toda a classe de pessoas, possam depois pela lição desses preciosos impressos, fazer os maiores progressos, e tirarem delas todas aquelas vantagens que S. A. R. se propôs quando se dignou mandar por em execução tão útil projeto. (...) São Paulo, 22 de janeiro de 1801. Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça (Documentos Interessantes para história e costumes de São Paulo. v. 30 p. 41)

2.1 O contexto cultural da Província e os livros de Geografia na primeira biblioteca pública da Cidade de São Paulo

Tudo indica que havia na cidade de São Paulo já nos fins do século XVIII procura por parte de uma elite letrada por conhecimentos científicos dos quais a geografia fazia parte. A assertiva do governador-geral de São Paulo em 1801 parece emblemática. A população planaltina tinha maior necessidade de obras de cunho histórico e geográfico do que dos livros enviados pelo governo português, em sua maioria tratados sobre cultivo de diversos gêneros alimentícios, para serem vendidos para a população.

Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça recebera algumas remessas de livros da Corte do Império para serem vendidos em praça pública. Porém o governador-geral atesta a dificuldade de vender tais obras. Pela falta de compradores a maior parte dos livros foi comprada pelo próprio governo local que assumia as despesas e enviava a remessa dos valores à Corte Portuguesa. Castro e Mendonça atribuía a falta de compradores ao desinteresse da população por esses tipos de literatura. As obras enviadas, não correspondiam às necessidades da população paulista que ainda estaria muito aquém dos conhecimentos explorados pelos tratados enviados.

O conselho de Mendonça era para que a Coroa Portuguesa começasse pelas obras elementares, pelo envio de livros para as escolas de primeiras letras e, posteriormente, pelo fornecimento de obras de cultura geral, *indispensáveis a qualquer homem que não se destina a maiores Estudos, como são Elementos de História, de*

Geografia. Essa afirmação nos leva a refletir sobre a importância do conhecimento Geográfico no início dos oitocentos. Afinal, o estudo da Geografia servia para que?

O ensino de Geografia como disciplina ministrada na Província de São Paulo tem suas origens em 1834 com a regência de uma cadeira de História e Geografia no Curso Anexo à Academia de Direito, no entanto isso não significa que antes de 1834 não houvesse estudo ou interesse sobre esse conhecimento. Livros de geografia geral, geografia antiga, atlas, mapas de viagem, atlas para meninos dentre outras obras já faziam parte do acervo de bibliotecas particulares e da primeira biblioteca pública da província de São Paulo inaugurado em 1825 (DEAECTO, 2011). Marisa Midori Daecto em sua pesquisa sobre a circulação e o consumo de livros na cidade de São Paulo afirma que a presença de obras de História e Geografia em bibliotecas particulares e na primeira biblioteca pública de São Paulo mostra o caráter ilustrado da elite paulistana formador de uma cultura geral, conhecimento necessário para os estudantes e leigos. Muitos estudantes, candidatos ao ingresso nas faculdades europeias freqüentaram essas bibliotecas.

Cabe lembrar que ideário iluminista atingiu o âmago da elite paulista desde os meados do século XVIII. Havia na capital paulista padres e leigos formados na recém reformulada Universidade de Coimbra, que com espírito liberal e reformista traziam novas ideias para a elite de Piratininga. Em *São Paulo, formosa sem dote?*, o padre e historiador Aluísio de Almeida¹ declara que desde 1759 com a expulsão dos padres jesuítas das possessões portuguesas o Iluminismo rompeu com o conhecimento escolástico no interior do clero paulista, levando-o a um posicionamento eminentemente liberal.

Antes das reformas de 1759 e 1772, São Paulo era um reduto jesuítico desde sua fundação. A partir dessas reformas, outras ordens religiosas, notadamente as dos Franciscanos, Beneditinos e Carmelitas, já existentes na província, ganharam força e se tornaram as responsáveis pela instrução e formação dos clérigos e da elite paulista que preparava seus filhos para os exames de admissão na Universidade de Coimbra.

Almeida cita que nos estudos menores na província de São Paulo, a filosofia aristotélico-escolástica fora suprimida e substituída por estudos da filosofia influenciados por Descartes, Kant e pelo empirismo de Locke.

¹ Trata-se do Mons. Luis Castanho de Almeida que em sua obra *São Paulo: formosa sem dote?* Usou o pseudônimo de Aluísio de Almeida *apud*. Moura (1998).

Dessa forma o estudo da Geografia estaria associado a esse novo conhecimento difundido nas aulas avulsas da capitania. A frequência de estudantes, padres e leigos em bibliotecas particulares na cidade de São Paulo atestam para isto. Os grandes exemplos dessa elite ilustrada que estudou seus preparatórios na capital paulista são os filhos da família Andrada², que saíram da cidade de Santos, onde moravam, para estudar as lições de Frei Manuel da Ressurreição, terceiro bispo de São Paulo, proprietário de uma vasta biblioteca. José Bonifácio de Andrada e Silva, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Martin Francisco Ribeiro de Andrada estudaram seus preparatórios na capital paulista, foram discípulos de Manuel da Ressurreição e posteriormente foram estudar na Universidade de Coimbra. Além destes podemos citar outros sujeitos que estudaram seus preparatórios nos campos de Piratininga como o futuro padre e regente de império Diogo Antônio Feijó e o seu companheiro de estudos Rafael Tobias de Aguiar.

Ellis (1957) resgata o inventário da primeira biblioteca pública da cidade de São Paulo, feito pelo seu primeiro bibliotecário, o padre José Antônio dos Reis que em 1826 elaborou a seguinte classificação para o inventário desta biblioteca: Escrituras Sagradas e Santos Padres; Liturgia; Teologia Natural, Dogmática e Moral; Direito Canônico; Direito Natural e Civil; Teologia Mística; Sermonários; Filosofia, Matemática, História Natural, e Física; Retórica e Poética; Geografia; Dicionários e Artes das Línguas; História Universal e Particular; e Miscelânea.

² As informações sobre formação de José Bonifácio e Antônio Carlos de Andrada foram retiradas de Homem de Mello (1862). Sobre o José Bonifácio salienta o autor:

Concentrada então a educação nas mãos do clero, foram seus primeiros estudos literários dirigidos na cidade de S. Paulo pelo virtuoso bispo D. Frei Manoel da Ressurreição. No seio da religião balbuciou a primeira palavra de sua inteligência. Desde logo revelou um desenvolvimento precoce, e esse amor ao estudo, que fez mais tarde sua glória literária. (HOMEM DE MELLO, 1862 pp. 8 e 9)

Já sobre Antonio Carlos o mesmo autor nos conta que:

Feitos seus primeiros estudos em sua terra natal, foi sua educação literária conferida aos cuidados do virtuoso Bispo D. Frei Manoel da Ressurreição, o mesmo que abrira a José Bonifácio os tesouros da inteligência. Munido desses princípios, que faziam-lhe já antever os segredos das ciências, seguiu par Coimbra... (HOMEM DE MELLO, 1862 pp. 85 e 86)

Sobre Martin Francisco utilizamos o trabalho de Ribeiro (1945) para obter informações sobre sua formação preparatória:

Como aconteceu com seus irmãos. Martin Francisco recebeu a sua instrução elementar “sob as vistas do pai”. Quem teria sido o seu primeiro professor? Algum mestre régio? Algum “pecuniário”? Algum caixeiro viajante de Bonifácio José? Ou fora a zelosa D. Maria Bárbara? Ninguém o sabe ainda. É certo todavia que, Frei Manuel da Ressurreição, o mestre preparador de José Bonifácio e Antônio Carlos foi-o igualmente de Martin Francisco, dando-lhe os necessários conhecimentos de filosofia, retórica, lógica, moral e língua francesa, para o ingresso na Universidade de Coimbra. (RIBEIRO, 1945 p.63).

A biblioteca, que era localizada no prédio do Convento dos Franciscanos, contava com 1512 títulos e 4809 volumes. A biblioteca foi formada a partir da compra de duas bibliotecas particulares, uma pertencente ao convento dos Franciscanos que anteriormente pertencera ao Frei Manuel da Ressurreição e a outra fora propriedade do bispo D. Mateus, falecido em 1824. O inventário também apresenta uma relação de 37 livros duplicados que foram vendidos à população em um leilão ocorrido em 1825. Dentre os livros vendidos encontram-se o *Dicionário de Geografia*, de Vosgien³.

Segundo Elis (1957) o bibliotecário José Antônio dos Reis inventariou a biblioteca de forma rápida e provisória, sem uma classificação por ordem alfabética das obras ou dos autores por ocasião de acusações de falta de probidade no cargo de bibliotecário. Isso levou a José Antônio fazer o inventário de forma rápida para apresentar ao presidente da província e logo depois pedir demissão do cargo, que foi negado pelo presidente, Visconde de Congonhas do Campo.

No que diz respeito aos livros de Geografia, o inventário de José Antônio dos Reis classifica 15 títulos totalizando 43 volumes como obras de Geografia.

Quadro 2.1
Relação de livros de Geografia classificados na categoria Geografia pelo bibliotecário José Antônio dos Reis

Título	Autor	Volumes
<i>Medida dos três primeiros graus do meridiano</i>	M. De la Condamine	1
<i>Geografia, de Vaissete</i>	Vaissete	12
<i>D.a antiga</i>	M. d'Anville	3
<i>Indagações e reflexões sobre a Geografia</i>	Ten. Cel. D. Mel. de Aguirre	1
<i>Uso dos Globos</i>	Bion	1
<i>Atlas dos meninos</i>	n/c	1
<i>Geografia Geral</i>	Vanerio ⁴	4
<i>Novo Atlas portátil de Vaugondy, aumentado, etc.</i>	Dalemarche	1
<i>Mapas das Viagens de Cook</i>	n/c	1
<i>Coleção de mapas geográficos, estatísticos,</i>	n/c	1

³ Pseudônimo de Jean-Baptiste Ladvocat.

⁴ Há três versões para o nome deste autor: Bernard Varenius, Bernard Varen ou Bernhardus Varenius (1621/1622-1650) (BAUAB, 2011).

<i>etc. e as duas esferas.</i>		
<i>Dicionário Geográfico</i>	Vosgien	2
<i>Atlas histórico, genealógico, geográfico etc.</i>	M. La Sage	1
<i>Coleção de mapas geográficos</i>	n/c	1
<i>Geografia de Busching</i>	Mr. Berenger	12
<i>Atlas etc. para a História Filosofia</i>	n/c	1

Fonte: Elaborado a partir do inventário publicado por Ellis (1957)

Para Deaecto (2011) a participação em termos percentuais dos livros de Geografia pode causar falso julgamento sobre o interesse reservado a este domínio. A autora considera falha a lista do inventário concernente as obras geográficas. Há mais livros de geografia no acervo do que consta na lista correspondente a essa categoria. Podem-se verificar obras com teor geográfico que o bibliotecário catalogou em outras categorias.

Isso significa que embora não estejam classificados na categoria de livros de Geografia, pelo título pode-se enquadrá-los como geográficos ou relacionados ao estudo de geografia. A autora acrescenta que as obras de caráter geográfico poderiam também estar relacionadas aos relatos de viagem, os relatos históricos, narrativas publicadas por viajantes e os relatos etnográficos, como são denominados nos dias atuais. Ao consultar o inventário de 1826 podemos encontrar as seguintes obras catalogadas nas categorias de *Filosofia, Matemática, História Natural e Física, e Elementos da Filosofia Racional e Experimental*; e de *História Universal e Particular*:

Quadro 2.2
Livros de geografia classificados em outras categorias no inventário de José Antônio dos Reis

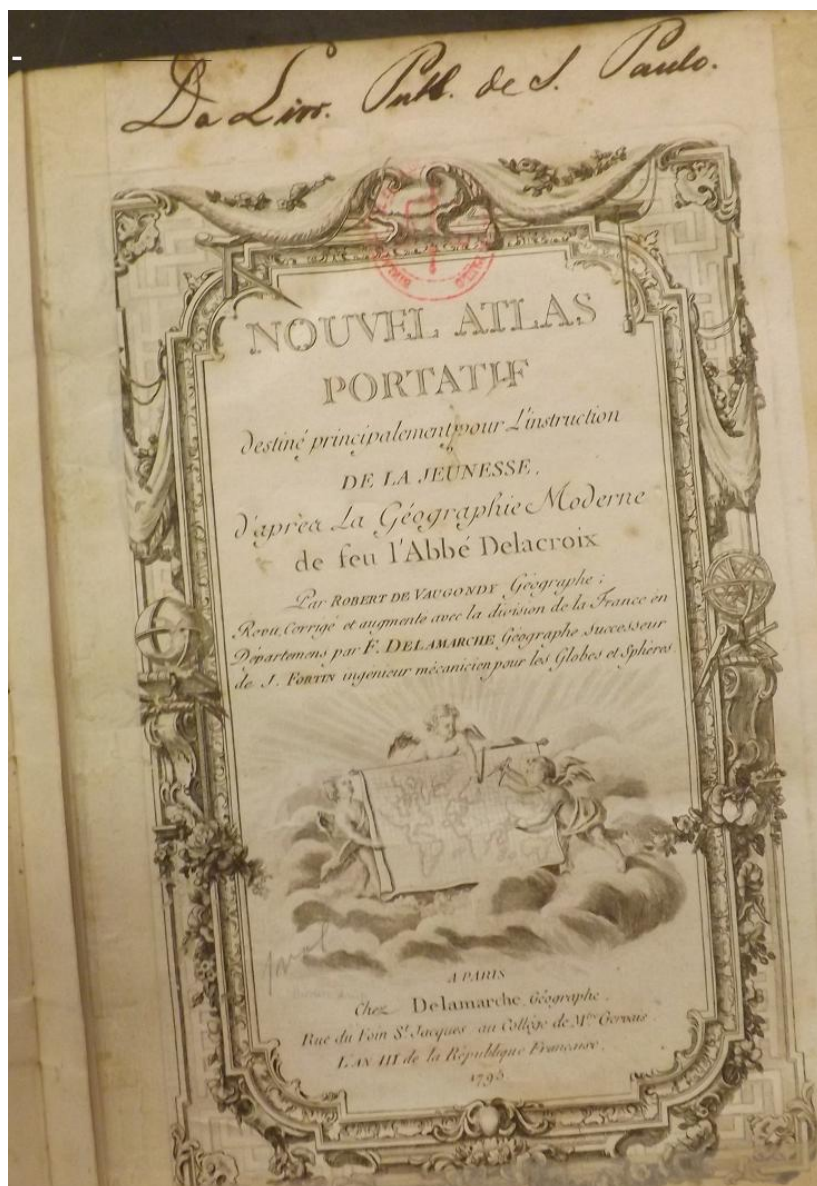
Título	Autor	Volumes
<i>3ª Viagem de Cook</i>	n/c	8
<i>Viagem ao Cabo da Boa Esperança</i>	n/c	3
<i>Viagens de Richard Pockocke ao Oriente no Egito</i>	Traduzido por uma sociedade de sábios	6
<i>Memórias sobre a América</i>	D. Ulloa	2
<i>Viagem à Índia</i>	La Lande	16
<i>Corografia Portuguesa</i>	Pe. Antônio de Carvalho Costa	3

<i>Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos de Europa</i>	D. Luiz Couto de Lima	3
<i>Mapa de Portugal antigo e moderno</i>	Pe. João Batista	3
<i>Zoologia Geográfica</i>	Zimmermann	1
<i>Elementos de Mineralogia</i>	M. Le Sage	2
<i>Indagação sobre diferentes pontos importantes do sistema do mundo</i>	D'Alambert	3

Fonte: Elaborado a partir do inventário publicado por Ellis (1957)

Deaecto (2011) chama atenção ao caráter científico da biblioteca, por ser composta em boa parte por livros seculares. Uma parte desse acervo se encontra preservada na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e estão disponíveis para consulta.

Figura 2.1
Folha de rosto do *Nouvel Atlas Portatif* (1975)



Fonte: Foto tirada por Daniel Mendes Gomes

Obra de Roberty de Vaugondy, revista e ampliada por F. Delamarche pertenceu à primeira biblioteca pública da cidade de São Paulo, em 1825 como mostra o manuscrito na folha de rosto. Esses livros já eram usados por estudantes aspirantes à Universidade de Coimbra, antes mesmo da constituição da biblioteca pública da cidade, quando ainda pertenciam às bibliotecas particulares de D. Mateus e da biblioteca dos franciscanos. Ellis (1957) relata que somente a biblioteca do terceiro bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, posteriormente incorporada à biblioteca dos franciscanos, possuía quase dois mil livros e que estavam à disposição de clérigos e estudantes.

Daecto (2011) também menciona que a biblioteca de D. Mateus, totalizada em 1059 títulos, localizada em sua chácara nos arredores da cidade, na rua da Glória, era muito frequentada por estudantes e seminaristas (p. 77). A autora também chama atenção para o acervo de D. Mateus que, apesar de ser clérigo, possuía em sua biblioteca particular obras variadas.

Tratados de história, geografia, zoologia, astronomia, botânica, mineralogia, geometria, atlas e dicionários estariam então juntos ao conjunto de conhecimentos científicos que naquele momento já eram considerados importantes para a instrução das elites paulistas.

Esses livros compunham o que os autores de livros de Geografia do final do século XVIII e início do XIX concebiam como conhecimento moderno. Não era a geografia da comparação entre os espaços aos modos da Geografia produzida por Carl Ritter, mas era a geografia dos viajantes, do conhecimento do mundo. História e Geografia se articulavam em um estudo de reconhecimento da terra.

Como vimos no quadro acima, o *Dicionário Geográfico*, de Vosgien aparece como uma das obras do acervo da biblioteca pública da cidade de São Paulo. Esta obra também fora vendida a um cidadão que a adquiriu pela importância de 1\$000 (DAECTO, 2011 p. 70). Vosgien, cujo nome verdadeiro era Jean-Baptiste Ladvocat (1709-1765), ficou famoso na segunda metade do século XIX pela produção de dicionários históricos e geográficos como o *Dictionnaire Géographique Portatif* de 1747, o *Dictionnaire Historique e Geographique* de 1752 e o *Dictionnaire Géographique Universel*. Pela escassez de informação do inventário da biblioteca pública paulista de 1825, não é possível identificar exatamente a que obra o bibliotecário estava se referindo.

De qualquer forma, podemos ver a importância desse tipo de literatura para a população letrada do início do século XIX. Biografias, dicionários, almanaques, listas e outras literaturas que tinham o formato de levantamentos, divididos por verbetes foram comuns no século XVIII e XIX, essas obras proporcionavam uma consulta rápida e precisa sobre determinado assunto. A edição de 1755 do *Dictionnaire Géographique Portatif* já dizia a esse respeito: *Trabalho muito útil para o conhecimento da História moderna e para negócios presentes* (p. 2).⁵

⁵ *Ouvrage très utile pour l'intelligence de Histoire moderne e des affaires présentes*

O prefácio da segunda edição do *Dictionnaire Géographique Universel* de 1834 aponta para a importância dos dicionários geográficos como obras de interesse geral:

Dentre os livros que imperativamente exigida pelas necessidades da indústria e do comércio, ciência, ensino fundamental e até mesmo simples curiosidade, estão os dicionários geográficos na linha de frente (Vosgein, 1834).⁶

Na edição de 1834 Vosgien anuncia sua obra *totalmente redesenhada e atualizado para a ciência moderna e depurada de mais de 500 itens duplicados, itens imaginários, etc.*⁷ A obra abarca o estudo descritivo das grandes regiões físicas dos impérios, suas províncias, cidades, rios, mares, cordilheiras, renda e dívida, forças religiosas, governo, clima, minerais, riquezas vegetais do solo, indústria, comércio, moeda real e conta, peso, medidas, divisões e subdivisões.

Não devemos classificar essa literatura como inferior aquela que posteriormente ficou conhecida como Geografia Científica ou Geografia Moderna, fazendo do conhecimento geográfico uma espécie de evolução científica de uma geografia meramente informativa, descritiva para outra que pudesse interpretar as relações espaciais dando-lhe status científico. Isso seria incorrer em anacronismo, podendo produzir um apagão da produção científica de Geografia no período. Há carência de estudos a respeito da Geografia praticada antes da Geografia Moderna ou Científica.

Dentre os poucos autores que versam sobre o assunto, Tatham (1959) traça um histórico do conhecimento geográfico na história da humanidade. Apesar de ter sido o século XIX o momento de profundas mudanças epistemológicas na ciência geográfica, o autor diz que autores dos séculos precedentes foram fundamentais para a constituição da ciência geográfica. A *Introdução a Geografia Universal* de Cluverius e a *Geographia Generalis* de Varenius estabelecem novos rumos para a Geografia elevando esse saber de mera especulação para um conhecimento científico.

Philippe Cluverius teve sua obra publicada postumamente em 1626. Segundo Tatham (1959) o escritor alemão destina a maior parte da sua *Geografia Universal* a uma Geografia Regional descrevendo os países do mundo e estabelecendo um padrão de

⁶ Parmi les livres que réclament impérieusement les besoins de industrie et du commerce, les sciences, l'instruction élémentaire et même la simple curiosité, figurent en première ligne les dictionnaires géographiques.

⁷ totalement refondu et mis au niveau de la science moderne e purgé de plus de 500 doubles emplois, articles imaginaires, etc.

Geografia Regional que perdurou longo tempo. Para o autor a curiosidade e a dimensão espacial ampliaram-se na mesma medida em que os conhecimentos sobre novas terras também foram difundidos. Isso remonta às Grandes Navegações e ao maior conhecimento de outros povos, culturas, assim como as diferenças naturais na paisagem como o tamanho e volume dos rios, novas espécies de animais e plantas e diferenças de clima e relevo constatados ao partir do século XVI. Isso, de certa forma, remonta à própria história do conhecimento científico. Fazer ciência era conhecer o mundo, diferenciar as partes, descrevê-las e localizá-las corretamente.

Autores como Tatham (1959) e Vieira e Santos (1966) apontam para importância das contribuições da Geografia Clássica e de geógrafos desse período, como as obras de Bernard Varenius (1622-1650), que contribuíram de forma significativa para o avanço da chamada “Geografia Moderna”. A *Geographia Generalis* é apresentada como a grande obra de Geografia do século XVII, publicada em 1650, fora a primeira a adotar as novas teorias do universo em consonância com as obras de Copérnico, Kepler e Galileu.

Tatham também chama atenção para a importância de geógrafos pouco considerados na história da ciência geográfica mas que, segundo o autor, tiveram relevo na constituição científica desse saber. Esse foi o caso de Johann Rheinhold Foster (1729-1798) e Johann George Foster (1754-1794). O primeiro, o pai, era viajante e foi um dos precursores do método de comparação em Geografia. O seu filho, J. G. Foster, embora menos inovador, fora amigo de Humboldt e tradutor e divulgador dos trabalhos do pai.

Bauab (2011) aborda a importância da obra de Varenius - *Geografia Geral*⁸ publicada no ano de 1650 em Amsterdã. Esta obra teve duas edições organizadas por Isaac Newton em 1672 e em 1681 e uma nova versão atualizada em 1712. Durante o século XVIII foi traduzida para o inglês, italiano, francês, russo e holandês. Segundo Bauab o êxito da obra está relacionado a uma nova forma de fazer geografia, estritamente ligada à ciência moderna. Varenius teria sofrido forte influência de novos procedimentos de investigação pautados na matemática cartesiana e no experimentalismo. As Descobertas Marítimas também deram um impulso ao avanço do conhecimento geográfico da Terra que, naquele momento, necessitava ser cartografada e melhor conhecida para o avanço do comércio marítimo.

⁸ *Geographia Generalis*.

Assim, a *Geografia Geral* de Varenius rompia com os antigos tratados de Geografia que se baseavam nos dogmas religiosos, fábulas, contos ou em fontes pouco confiáveis. Bauab destaca o caráter científico da obra de Varenius reconhecendo-o como um precursor da “Geografia Moderna”.

Silva (2012a) ao estudar as origens do ensino de Geografia na Real Escola Militar do Rio de Janeiro, esclarece que o ensino de Geografia foi fortemente influenciado pela orientação clássica de dois autores geógrafos que tiveram suas obras publicadas na virada do século XVIII para o XIX: Nicolle de La Croix (1704-1760) e John Pinkerton (1758-1826).

Os autores citados no quadro acima também fazem parte dessa plêiade de intelectuais que, de certa forma, deram ao conhecimento geográfico um status de erudição e quicá científico. Analisando a seção dos lançamentos literários e científicos do jornal *Correio Braziliense* no período de 1808 a 1822, nota-se a importância dada aos estudos de caráter geográfico. Autores como Le Sage, Pinketon, Smith, Mantelle e Malte Brum eram considerados grandes geógrafos no início do século XIX (*Correio Braziliense*, março de 1819). Muitos dos novos autores de mapas, tratados de Geografia e corografias utilizavam-se desses autores para compor suas obras. Este foi o caso do português Coronel Joaquim Pedro Cardozo Casado Giralde, que publicou um *Mapa Geográfico, Histórico e Mercantil de todo o império português em 1818*; um *Tratado Completo de Cosmographia-histórica e Chronologia Antiga e Moderna em 1819*; além de mapas do Reino. As notas emitidas pelo jornal sobre as obras do autor mostram que ele utilizara-se do que havia de mais moderno do conhecimento geográfico e contribuía para avanço dessa matéria em Portugal. Autores estrangeiros eram considerados referência nos estudos da Geografia.

Voltando para a composição do ensino de Geografia na Província de São Paulo, não há como desconsiderarmos a influência das obras de Geografia contidas na primeira biblioteca pública da Província. Não sabemos por quem essas obras foram lidas, mas o fato de obras de Geografia estar disponível em uma biblioteca pública mostra que a ciência geográfica tinha alguma notoriedade. Afinal, o que levou esses clérigos paulistas a adquirirem tais obras?

Se antes da constituição da cadeira de Geografia no Curso Anexo da Academia de Direito de São Paulo houve algum interesse pelos estudos de Geografia, estes foram feitos por estudos de autores estrangeiros. Não foi encontrada alguma referência de

obras de Geografia que foram produzidas pela já instituída Academia Real Militar no Rio de Janeiro ou mesmo da *Corografia Brazílica* na cidade de São Paulo.

Portanto, ao mergulhar no contexto cultural da província de São Paulo no início do século XIX percebemos mais indícios de seu caráter autônomo em relação à vida cultural da Corte. No entanto, para entendermos a constituição da disciplina de Geografia em São Paulo é mister um olhar mais próximo, esquadrihando de fato a história de sua constituição.

A ideia de se criar uma cadeira de ensino de Geografia e História em São Paulo, ou seja, da criação de uma disciplina escolar oficializada, remonta a 1816 em uma proposta elaborada Martim Francisco de Andrada Machado e apresentada ao futuro Marques da Cachoeira, Luís José de Carvalho e Melo.

A Memória de Martim Francisco sobre a reforma dos estudos da Capitania de São Paulo foi o objeto de estudo de José Querino Ribeiro (1945). O autor nos diz que Martim Francisco, muito conhecido por suas viagens e estudos de mineralogia pelo interior paulista exercendo o cargo de Inspetor Geral das Minas e Matas da Capitania de São Paulo, à época já lecionava filosofia na capital paulista, sob a luz das idéias de Kant e também havia pedido autorização para a abertura de uma cadeira de Matemática. A Memória para o ensino na capitania paulista fora elaborada devido a uma proposta que o autor obtivera para ser nomeado diretor de estudos da Capitania de São Paulo, fato que não se efetivou.

A memória foi bem aceita por Carvalho e Melo que, sob o pretexto de levá-la a Corte para ser apresentada como proposta de ensino para todo o reino ficou esquecida até 1823 quando foi novamente resgatada e lida pela Comissão de Instrução Pública da Assembleia Constituinte. Na assembléia os debates educacionais foram polarizados na questão do ensino superior no país e o projeto de Martim Francisco após ser lido e mandado tirar-lhe cópias não aparece mais nos debates da referida assembleia.

Independentemente de sua efetivação a Memória de Martim Francisco chama-nos a atenção por ser uma das primeiras tentativas no Brasil de organizar a instrução pública por níveis de ensino e por incluir no segundo nível – secundário – aulas de História e Geografia. Segundo Ribeiro (1945) a proposta tem como principal fundamento as ideias de Condorcet. Martim Francisco teria se inspirado na proposta educacional que Condorcet escreveu para o ensino público na França, conforme mencionamos no segundo capítulo desse trabalho. Vemos assim que os ideais

educacionais franceses, dentre os quais o ensino de Geografia como disciplina escolar, circularam também entre os intelectuais brasileiros já no começo do século XIX. Dessa forma a ideia de se lecionar História e Geografia de forma sistematizada em uma cadeira de ensino já estava sendo colocada no Brasil como uma possibilidade. É bom lembrarmos também que esse ensino já havia se constituído na escola militar do Rio de Janeiro desde 1810, mas parece-nos que as propostas de ensino Geografia elaboradas por Martim Francisco de Andrada Machado não passavam pelo crivo do ensino militar. Na Memória, o autor não faz qualquer referência ao ensino de Geografia pautada em uma experiência nacional, ou nacionalista ou mesmo que determine adotar um livro didático já estipulado. Sobre o ensino de Geografia o autor diz que:

No estudo da geografia e história não se pretende que o professor se encarregue de dar a descrição de um país ou o resumo mais ou menos circunstanciado dos fatos, que formam a história complicada de um povo, porque iguais conhecimentos se adquirem com mais facilidade pela leitura; porém sim que ele dê uma explicação mais ou menos extensa de um quadro ou tabela, que seguindo a ordem dos tempos apresente para cada época a distribuição da espécie humana no globo, seu estado em cada uma destas divisões, seus climas, suas produções indígenas mais [ilegível] suas relações com os outros povos, etc., e o nome dos homens, que por suas luzes e trabalho, mais influíram para a felicidade. Por meio dessas tabelas o discípulo aprenderá a ordenar no espaço e no tempo, os fatos e observações diversas, que lhe forem transmitidos, habituar-se-á a abarcar suas relações e a criar para si uma filosofia da história, o que não acontece no estudo de fatos isolados, que espalhados nas diferentes páginas de um livro, instantaneamente se riscam da memória, e que, para se conservarem, exigem do discípulo, que formem iguais quadros em seu pensamento (MACHADO *in* RIBEIRO, 1945)

Podemos ver que a proposta de ensino de Martim Francisco muito se afasta de uma Geografia Pátria e que o principal objetivo dessa era dar ao aluno uma visão geral do mundo, visão muito próxima do conceito de ensino de Geografia preconizado por Condorcet em 1792:

Ao falar do ensino da Geografia e da História, não quero dizer que um professor fique encarregado da descrição de um país, nem me refiro a um resumo mais ou menos detalhado dos fatos que formam a história de um povo. Tais conhecimentos são adquiridos facilmente sem o professor e pela leitura. Refiro-me a uma explicação mais ou menos desenvolvida de um quadro que, seguindo a ordem do tempo, apresentaria para cada época a distribuição da espécie humana sobre o globo, seu estado em cada uma dessas divisões, o nome dos homens que tiveram uma influência importante ou durável sobre sua felicidade (CONDORCET, 2008 p. 103).

Nota-se claramente que as proposições de Martim Francisco sobre o ensino de Geografia para a província de São Paulo foram copiadas das memórias de Condorcet para o ensino de Geografia na França no final do século XVIII. Sobre os livros didáticos o autor salientava que: *se deixe a cargo do mestre a escolha dos livros* (MACHADO 1816).

2.2 Os estatutos do curso jurídico 1827 e 1831: a definição de um currículo escolar

O curso de preparatórios anexo à Academia de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo começou a funcionar a partir de 1828 logo após a fundação da Faculdade de Direito em São Paulo e Olinda em 1827. Para ingresso no curso superior o candidato deveria submeter-se a exames que comprovassem seus conhecimentos nas línguas francesa e latina, em filosofia, retórica, e geometria. Caso o candidato não comprovasse seus estudos, estes poderiam se matricular no curso preparatório sediado na própria faculdade. Essa modalidade de ensino já existia na faculdade de Coimbra onde os alunos tinham que saber as artes necessárias para então começarem os estudos superiores. Era o Colégio das Artes, o estudo preparatório da Faculdade de Coimbra. Essa tradição remonta aos colégios medievais de artes liberais onde professores que moravam em pensões pagavam sua hospedagem com aulas para estudantes que aspiravam as universidades (HILSDORF 2006, p. 62). Essas aulas deram origem a cursos preparatórios – o colégio das sete artes liberais – de caráter humanístico, desligando-se da escolástica das universidades.

No império, antes do Decreto de 1834, as aulas dos chamados estudos menores eram dadas em cadeiras isoladas pagas pelo Governo Geral, ainda regida pelas reformas pombalinas de 1759. A Província de São Paulo era provida por poucas cadeiras que eram regidas em salas anexas à igreja da Sé e no Palácio do Governo.

De acordo com as correspondências do diretor do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo, José Arouche de Toledo Rendon para o governo imperial, havia em 1827 na Cidade de São Paulo apenas uma cadeira das respectivas disciplinas: Língua Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Teologia Dogmática, Escritura Sagrada e História Eclesiástica; e duas cadeiras de Primeiras Letras sendo uma de

método lancasteriano. Rendon propõe a divisão dessas cadeiras entre o seminário de Sant'Anna e o Curso Jurídico para a formação do Curso Anexo. Rendon solicita as cadeiras de Geometria, Língua Francesa, Língua Latina, Retórica, Filosofia para compor o curso de preparatórios. As aulas do Curso Anexo ficariam debaixo da inspeção do Diretor do curso jurídico e regido pelos seus estatutos. Em São Paulo ainda não havia cadeira de História e Geografia (MAFD livro 1)

Desde 1823 já havia um debate sobre a criação de uma universidade no Brasil para que os jovens estudantes brasileiros não mais precisassem da Universidade de Coimbra para realizar os seus estudos superiores. Com a independência do Brasil em 1822, muitos jovens brasileiros que estudavam na Universidade de Coimbra começaram a se sentir hostilizados em meio a clima de revanchismo, e na recém-criada Assembleia Legislativa do Brasil começou um debate sobre a constituição de uma universidade no Brasil.

Em sua dissertação de mestrado sobre o lugar do ensino da língua portuguesa na constituição do ensino secundário paulista, Santos (2005) nos informa que as elites brasileiras representadas pela câmara dos deputados tinham a preocupação de criar um curso autônomo, rompendo com a hegemonia portuguesa e que pudesse formar seu próprio quadro político e administrativo. O debate sobre o local da suposta universidade foi intenso na Assembleia Legislativa, os deputados queriam que universidade se estabelecesse nas suas respectivas províncias (NOGUEIRA 1907). Porém, a universidade não foi constituída.

Em 1825 houve uma segunda tentativa de implantação de cursos superiores no Brasil, desta vez com a proposta de criar um curso jurídico no Rio de Janeiro que, no entanto, não ganhou força. Mas esses novos debates em torno da formação do curso jurídico no Brasil levaram à criação de um estatuto organizado pelo Conselheiro de Estado Luís José de Carvalho e Melo – Visconde da Cachoeira e decretado em 09 de Janeiro de 1825.

O impasse da criação de uma Academia no Brasil estendeu-se até 11 de agosto de 1827, data em que o projeto se transforma em lei, criando os cursos de direito em São Paulo e Olinda. A Assembleia Legislativa optou por criar Academias isoladas em algumas províncias. São Paulo e Olinda sediaram o curso de ciências jurídicas enquanto que a província da Bahia já sediava uma faculdade de medicina desde 1808. Na corte já

havia desde 1810 uma academia militar que formava, além dos quadros do exército, engenheiros para o Império.

Pelos estatutos para ingressar no Curso jurídico o candidato deveria ter a idade mínima de 16 anos. Essa era a idade mínima considerada que o candidato estaria maduro para a reflexão e apto nos conhecimentos preparatórios prévios que eram exigidos⁹. Os estatutos determinavam conhecimentos prévios em línguas latina e francesa, retórica, filosofia racional e moral e aritmética e geometria. Dessas matérias o candidato deveria apresentar certidão de aprovação em exame que era feito na própria faculdade por uma comissão de professores juntamente com o diretor da academia que exerceria a função de presidente da mesa avaliadora, ou por professores que comprovadamente lecionassem as respectivas matérias. Os capítulos I e II dos estatutos de 1825 versam especificamente sobre os procedimentos e justificativas dos conhecimentos preparatórios para os estudantes aspirantes ao curso jurídico. A ideia central é que os novos estudantes do curso superior já entrassem para a academia com sólidos conhecimentos humanísticos e literários. Esses conhecimentos são, segundo o texto, imprescindíveis à formação daqueles que seriam futuramente os novos advogados, magistrados ou deputados, ou seja, àqueles que conduziriam a nação. O texto é enfático em dizer que é por meio dos bons estatutos que se pode garantir o bom funcionamento do curso jurídico. Há uma crítica à formação dos bacharéis da Universidade de Coimbra que, por falta de bons estatutos *produziu em Portugal péssimas consequências* (BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto de 26 de julho de 1827 p. 8). Nota-se que o objetivo do curso preparatório era a formação de conhecimentos científicos e literários.

Assim, os estatutos do Curso de Ciências Sociais e Jurídicas do Brasil serviram, nesse primeiro momento, como um instrumento forte de controle e funcionamento do curso, uma espécie de currículo prescrito em forma de lei. Voltando às aulas preparatórias, os estatutos de 1825 explicitam o currículo do curso preparatório ao discriminar os exames das cinco matérias exigidas para o ingresso no curso. Embora não se saiba ao certo se tais prescrições foram seguidas literalmente, o primeiro capítulo dos estatutos apresenta a forma como os conteúdos seriam exigidos nos exames.

⁹ Os estatutos do Visconde da Cachoeira foram aprovados em caráter provisório mas vigoraram até 07 de novembro de 1831, data da promulgação dos novos estatutos dos cursos jurídicos.

Segundo Santos (2005 p.69) Governo Geral a partir da decisão nº 101, de 27 Julho de 1828 começa regular os estudos preparatórios aprovando professores estrangeiros, como o caso da aprovação do italiano Líbero Badaró¹⁰ para a cadeira de Geometria, aglutinando as cadeiras de Retórica e Filosofia e acordando o ordenados dos professores em outros decretos ao longo do ano.

Já em Janeiro de 1828 o diretor nomeado para o Curso Jurídico de São Paulo, Tenente General José Arouche de Toledo Rendon, envia uma correspondência ao Imperador pedindo a criação de um Seminário Episcopal na Cidade de São Paulo com o objetivo de organizar a aulas de instrução pública.

É de toda a evidência, a necessidade de um seminário episcopal nesta cidade, não só para a instrução geral da mocidade nos primeiros elementos das ciências, como particularmente para a instrução dos ordenandos, que devem instruir nas matérias próprias do ministério a que se destinam. Aqui nunca houve seminário... (MAFD Livro 1 p. 21).

Rendon propõe fazer o seminário no convento do Carmo. Para ali deveriam ser transferidos os seminaristas do seminário de Santana¹¹, as cadeiras de Primeiras Letras, Latim, Teologia Dogmática, Escritura Sagradas e História Eclesiástica. As outras cadeiras deveriam ficar sob a inspeção do Diretor do Curso Jurídico para as aulas do Curso Anexo. As cadeiras pedidas em princípio foram as de Língua Francesa, Retórica, Latim Filosofia, Língua Latina e Geometria. Isso demonstra que para além da legislação do Governo Imperial, já no começo do ano de 1828 havia aulas preparatórias herdadas de cadeiras já existentes na província de São Paulo.

¹⁰ Giovanni Batista Libero Badaró natural de Laigheglia, cidade próxima de Gênova. Veio ao Brasil em 1826 para exercer a função de médico e com interesses por botânica. Bandecchi (1982) defende que o médico italiano tenha vindo ao Brasil por razões político/ideológicas fugido por seus posicionamentos liberais, de toda forma, Badaró mantinha relações com os liberais brasileiros. Fora devido aos seus contatos com o então deputado José da Costa Carvalho, futuro Marquês de Monte Alegre e regente do império que Líbero Badaró se alojou em São Paulo e começou suas atividades como professor de Geometria do Curso anexo e como redator no jornal de Costa Carvalho – o *Farol Paulistano*. Em 1829 Líbero Badaró fundou o seu próprio Jornal – *O Observador Constitucional*, folha de oposição ao governo imperial que defendia o cumprimento da Constituição, o republicanismo e as liberdades individuais. Martins e Barbuy (1999) atentam para a influência que o professor de Geometria exercia sobre a mocidade acadêmica: *Embora jovem, no vigor de seus 30 anos, contava com o dobro da idade de seus alunos e seguidores... Homem instruído e preparado politicamente, redigindo com idealismo e ardor um dos dois únicos jornais impressos na cidade, afrontando sem recuos o regime imperial, difundindo com erudição ideias coerentes e sedutoramente impregnadas de “Luzes”, não é de estranhar que se tornasse um líder* (MARTINS e BARBUY, 1999 p. 38).

¹¹ Apesar de o diretor Rendon afirmar que não havia seminário na Cidade de São Paulo, havia o seminário de Santana, que o Rendon chamou de “princípio de seminário”. Como ele achava que este não era adequado, indigno de ser chamado de seminário, o desconsiderava.

Cabe ressaltar que a lei que criou oficialmente o Curso Anexo aos Cursos Jurídicos é posterior ao seu funcionamento. Haidar (2008) e Santos (2005) apontam para aprovação de novos estatutos no curso de ciências jurídicas pelo decreto de 07 de novembro de 1831. Nos novos estatutos os dois primeiros capítulos são dedicados ao funcionamento das aulas menores. Santos (2005) chama a atenção para os pontos que foram modificados no novo estatuto no que tange as aulas menores: Seria o diretor da Academia o responsável pelo funcionamento das aulas preparatórias assim como aos exames, cabendo somente a ele a função de presidente da banca examinadora; o capítulo II dos estatutos aprovados em 1827 que versava sobre os exames preparatórios foi completamente reformulado, não definindo mais sobre o que os examinandos deveriam ser arguidos; os candidatos que não tivessem atestados de frequência seriam submetidos a um maior rigor nos exames e não mais seria exigida a pronúncia correta nos exames de línguas.

Haidar (2008) também faz referência ao decreto de 1831 ao dizer que:

Assim, alguns anos depois, os novos Estatutos dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Império, aprovados a 7 de novembro de 1831, previram a incorporação às Academias de seis cadeiras destinadas a ministrar os conhecimentos exigidos para os exames de preparatórios aos quais, agora, acrescentavam-se Inglês, Aritmética e Geometria, História e Geografia. Estavam criados os tristemente famosos Colégios das Artes preparatórias dos Cursos Jurídicos (HAIDAR 2008, p.46)

No entanto, o que vemos na prática, pelo menos na Academia de Direito de São Paulo, é o funcionamento dos estudos preparatórios sob a responsabilidade do diretor da Academia já no início, em 1828.

Ofícios do Diretor dos Cursos Jurídicos enviados ao Governo Imperial (NOGUEIRA, 1907 v. 1 p. 33) mostram sua preocupação com as aulas menores, que deveriam estar sob a sua inspeção, e tenta, já em 1827, trazer as aulas menores para as salas mais baixas do prédio da faculdade. Antes elas eram lecionadas no prédio do Palácio do Governo, atual Pátio do Colégio, depois passaram para um prédio antigo próximo à Academia, hoje o prédio da Escola de Comércio Álvares Penteado no Largo São Francisco. Mesmo que as aulas não estiveram, num primeiro momento, literalmente anexas a faculdade, elas foram separadas das demais cadeiras das províncias que foram destinadas aos seminários e ficaram sob a inspeção do diretor da Academia de Direito.

Ilm. E Exmo. Sr. — Para informar a v. Exa. Com exatidão, examinei os cômodos dos três conventos de frades, existentes nesta cidade, que são do Carmo, de S. Bento e de S. Francisco.

O primeiro e o segundo não têm capacidade para neles se estabelecer o Curso Jurídico; porque, não tendo celas senão nas frentes, estas têm pouca extensão e apenas em cada uma delas se arranjarão três aulas; e para isso seria preciso expulsar os frades e demolir todas as celas, para delas e dos corredores formar salões.

Portanto, resta S. Francisco.

Este convento tem celas na frente e no lado direito. No lado esquerdo está a igreja, e na retaguarda um salão antigo e outro sumamente grande, em paralelogramo, destinado para celas. O primeiro serve sofrivelmente para uma aula, e do segundo se podem formar duas.

No lado direito também está uma boa livraria, que me parece já tem 5.000 volumes. Parte dela foi legada aos frades, e parte é publica. Está entregue ao cuidado de um padre bibliotecário, pago pela Fazenda Nacional.

Nos baixos do convento se pode estabelecer 4 aulas menores, formando-se duas da antiga aula dos frades, e outras duas do lugar onde está a sacristia, mudando-se esta para o lugar antigo, por detrás da capela-mór, de cujo lugar a mudaram os frades por haver algumas ruínas nas janelas.

Posta uma divisa no fim do salão grande ficam os frades separados e só terão encontro com estudantes quando descerem para a igreja, porque até as escadas são separadas, indo uma para os mencionados salões e outra para a parte dos frades e o coro.

E aqui tem V. Exa. Acomodado o Curso Jurídico com três aulas em cima e com quatro em baixo para os estudos preparatórios sem demolir nada e sem vexame dos frades.

Eu serei sempre de voto que todas as aulas sejam de manhã desde oito horas até onze horas; mas isto se não conseguirá senão com 5 salas.

Creio que Sua Majestade Imperial mandará depois formar este estabelecimento em lugar próprio, e que tenha não só as comodidades para um Curso Jurídico como também para outras Faculdades, que se julgarem necessárias. Nesta hipótese, fica interinamente bem o Curso Jurídico em S. Francisco. Só com o inconveniente, que passados três anos, duas aulas deverão ser de tarde, bem como uma das menores; e entretanto se tratará de novo arranjo: pois fortuna é dar-se principio a esse tão necessário estabelecimento.

Se há projeto de tirar daqui dois ou três frades do Carmo e outros tantos de S. Bento, que nada fazem, nesse caso qualquer dos dois conventos é uma boa casa para uma Universidade; do que pouco se tem a demolir e ha suficiente terreno para edificar.

E no caso de que este projeto seja compreensivo dos Franciscanos, então direi que se não deve lançar mão de um convento acabado para dismantelá-lo no interior; pois que, como está, serve muito bem para um Seminário.

Mas o meu fim é informar a v. Exa. O que existe, e Sua Majestade ordenará o que melhor convier.

A vista do que levo dito, verá v. Exa. Que, sendo do agrado de Sua Majestade Imperial, o Curso Jurídico pôde ter principio no ano de 1828, vindo os lentes nomeados, publicando - se com tempo a abertura, declarando-se que serão admitidos com espera de geometria, na forma dos estatutos do Visconde de Cachoeira, e **vindo logo as ordens para os arranjos necessários ás três aulas de cima e ás quatro de baixo.** Suponho que a despesa será pequena.

Não posso deixar de lembrar que, pelo menos, o lente do 1º ano deve trazer os seus compêndios das matérias que vai ensinar, sendo-lhe indispensável compor um abreviado da Análise da Constituição Do Império. Estes compêndios devem ser impressos em numero suficiente e taxados, para serem vendidos aos estudantes.

Fico esperando as Ordens Imperiais, que me forem dirigidas por v. Exa, a quem Deus guarde muitos anos.

S. Paulo, 20 de novembro de 1827.

Ilmo. E Exmo. Sr. Visconde de S. Leopoldo.

José Arouche de Toledo Rendon - Diretor do Curso Jurídico de S. Paulo (NOGUEIRA, 1907 v.1 pp. 30-34; grifos nossos).

Nota-se aqui a preocupação do primeiro diretor do curso jurídico de São Paulo com aulas menores. Sabe-se, porém, que elas não foram transferidas de imediato para os baixos da academia, mas os pedidos foram constantes, desde a fundação do curso em 1827. Houve resistência dos monges franciscanos de se retirarem do mosteiro e por isso as salas do convento foram evacuadas aos poucos ao longo do ano de 1828. Nogueira (1907) esclarece que as aulas menores saíram do Palácio do Governo por volta do ano de 1829. O autor narra as memórias de Francisco de Assis Vieira Bueno que viveu nos tempos que as aulas de Latim ainda eram lecionadas nos baixos do Palácio do Governo:

Antigamente, a frente do convento ficava dentro de um quintal, que tomava todo o largo atual de S. Francisco, só deixando livre um pátio na frente da igreja e as duas ruas laterais, que o isolavam. Encravado nesse quintal, com a frente para o dito pátio, havia, pegado ao vestibulo da igreja, um casebre em que anualmente pelo Natal os frades expunham presépio muito visitado.”

“Não sei precisamente quando o largo de S. Francisco veio a ficar descortinado pela demolição dessas tranqueiras. Conjecturo que foi por ocasião da adaptação do convento para a instalação da Faculdade, pois que, quando a aula de Latim, que eu frequentava, foi removida do Palácio para a Faculdade, por ter ficado pertencente ao curso anexo, já o largo estava desafogado.”

A remoção da cadeira de Língua Latina, que até então funcionava nos baixos do palácio do governo, o antigo Colégio dos jesuítas, parece ter-se efetuado no mês de março de 1829, em vista dos ofícios do diretor do Curso Jurídico ao ministro do Império, datados de 9 de novembro e 20 de dezembro de 1828, e principalmente o de 28 de fevereiro de 1829, no qual está o seguinte trecho:

“V. Ex. em aviso de 20 de dezembro p. p. me participou que S. M. o Imperador fora servido ordenar que as aulas menores fiquem todas no mesmo edifício do Curso Jurídico, á exceção ias de primeiras letras e das mais cadeiras estabelecidas fora da cidade. Para isto se estão acabando de preparar duas aulas, uma das quais 3 para a Língua Latina e outra para Retorica Filosofia, ambas nos baixos do edifício, bem como ali estão a aula de Francês e Geometria 6 duas do Curso Jurídico. (NOGUEIRA 1907, v.5 pp. 18-20)

Havia problemas na composição dessas cadeiras no que se refere à falta de professores e aquisição de material didático. No primeiro exame do curso de preparatórios só havia a presença de quatro professores, os das cadeiras de Latim, Retórica, Filosofia e Língua Inglesa. Uma alternativa para o suprimento de professores foi a contratação de estrangeiros. Estes só eram contratados na completa ausência de um professor brasileiro. No curso anexo o primeiro professor estrangeiro foi Dr. João Batista Líbero Badaró para as aulas de Geometria.

Os estatutos de 1831, à semelhança do que ocorreu em 1827 com estatutos organizados pelo Visconde da Cachoeira, também foram aprovados em caráter provisório apesar de este último ter vigorado por mais de duas décadas até 1853. Outra semelhança entre os dois primeiros estatutos é que ambos dedicam os capítulos I e II para as aulas e exames preparatórios.

Os estatutos de 1831 flexibilizaram a exigência de certidões que demonstrassem proficiência dos candidatos nos conhecimentos exigidos para a matrícula no Curso Jurídico, que a partir desta data, passa de cinco para sete matérias. A forma como os examinadores deveriam arguir os candidatos não aparece mais de forma explícita como no primeiro estatuto. Em vez disso o art. 4 diz que os examinadores deveriam arguir os examinandos *nos limites da matéria dos exames, sobre tudo o que for necessário para poderem formar o seu juízo sobre o mérito deles...* (BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto de novembro de 1831 p.186). Assim, os examinadores poderiam interpelar os candidatos na forma que bem entendessem, fazendo qualquer pergunta dentro do ponto sorteado. Essa mudança também acarreta em maior autonomia por parte dos examinadores e dos professores que deveriam lecionar essas matérias.

Os exames deveriam seguir os pontos que seriam dados no final do ano letivo, dados pelo professor responsável da respectiva matéria, realizados publicamente e com uma hora de duração.

Os professores gozavam de certa autonomia na escolha dos seus compêndios. Poderiam escolher ou mesmo produzi-los, mas estes deveriam ser aprovados pela Congregação do Curso Jurídico. Apesar da submissão aos membros da Congregação, não havia imposição de livros e de conteúdos a serem ministrados. O diretor do curso dava-lhes garantia de liberdade de ensino, podendo dissertar e dirigir a aula como achassem conveniente.

As aulas do Curso Anexo deveriam começar no terceiro dia útil de Fevereiro e terminariam no último dia útil de Outubro. As aulas seriam diárias sendo três horas dedicadas às matérias de Latim e Francês e uma hora e meia dedicada às demais.

Embora os estatutos de 1831 não elejam o Curso Anexo como o único meio de alcançar o nível superior ou de atestar proficiência nas matérias exigidas como preparatórios, a criação de cursos anexos às faculdades de direito e em outros cursos superiores do Brasil intensificam a relação do ensino secundário com um saber propedêutico, diretamente relacionado com o nível superior.

A introdução da cadeira de História e Geografia como matérias obrigatórias para o ingresso no curso superior além de dar um novo status a esses saberes que já eram cultivados na província antes de sua institucionalização como matéria escolar.

Afinal, por que tais conhecimentos eram importantes para a formação do bacharel, do homem de letras? História e Geografia inserem-se aqui como conhecimentos ligados aos saberes humanísticos ou foram saberes essenciais para conhecer a nação, seu passado e seu território?

Diante do que foi exposto até momento, nosso estudo nos leva a entender a introdução do ensino de História e Geografia como parte de um currículo de caráter enciclopédico. Os conhecimentos geográficos vinham ganhando cada vez mais espaço no campo dos conhecimentos científicos ilustrados, isto é, aqueles saberes que eram pautadas na razão e no conhecimento científico. Da mesma forma a possibilidade de criação de uma cadeira separada de Geografia e História já havia sido considerada em vários momentos tanto na França com o *Rapport* de Condorcet como no Brasil com a Memória de Martim Francisco. O ensino de Geografia e História também havia sido sistematizado pelos professores da Escola Normal francesa em 1795. Nessa instituição um dos professores encarregado do ensino de Geografia, Edme Mentelle dizia sobre a importância do ensino de Geografia e História:

Não é a história como as ciências positivas cujo progresso está traçado: no entanto, encontramos nesse ensino os dados gerais que devem partir, como é a ligação da narração dos fatos, ou a própria história, com o tempo em que eles ocorreram, que é o cronologia, e os países onde estes eventos ocorreram, o que é o objeto da geografia. Esta ciência acima de tudo é essencial. E quase todos os estados da sociedade, geralmente formam um objeto de ensino separado. Pela instituição das Escolas Centrais, este ensino deve ser ministrado pelos professores de história: este é razoável quanto aos detalhes sobre o país que ensinam história. [...] Importante que os alunos sejam

preparados no estudo da história por alguns bons livros de geografia, ou aulas particulares¹². (Mentelle *apud* NORDMAN, 1994 p. 5)

Este novo saber que estava se efetivando no Brasil e na França fazia parte de um currículo que ao mesmo tempo mantinha o humanismo como base curricular mas, diante das novas necessidades do homem, introduzia os conhecimentos de ordem científica como o estudo do cálculo aritmético, a Geometria e a Geografia. Nesse sentido a disciplina de Geografia estava se consolidando como matéria escolar importante para a mocidade estudantil seja pelo seu caráter de conhecimento necessário para o entendimento da história ou de qualquer outro conhecimento que se propunha discutir o espaço seja ele, continente, país, estado, província ou cidade.

Os estatutos de 1831 oficializam a obrigatoriedade do estudo da Geografia ao colocar esse conhecimento no rol das matérias exigidas no exame de ingresso nos cursos Jurídicos do Brasil e conseqüentemente criar a cadeira de História e Geografia nos dois cursos preparatórios das respectivas Academias. Vale ressaltar que será nesse mesmo período que outras províncias, que não possuíam cursos preparatórios ou liceus ainda organizados começam estabelecer ensino de Geografia por meio da autorização de cadeiras isoladas dessa matéria. Esse foi o caso da província da Paraíba que autorizou a criação de uma cadeira de Geografia pelo decreto de 07 de junho de 1831 (ALBUQUERQUE, 2014 p. 17). Embora não saibamos ao certo quais foram os conteúdos, programas e livros didáticos adotados nessas cadeiras, que extrapolaria os limites desta pesquisa, é bem provável que essas cadeiras de ensino tiveram a preocupação de preparar seus alunos para os exames dos cursos jurídicos.

A elaboração dos estatutos dos Cursos Jurídicos de 1831 teve forte representação da congregação dos lentes da academia paulista. Segundo Venâncio Filho (1982 p.52) a referência a documentos e atos datados unicamente em São Paulo atestam para a participação dos paulistas na confecção dos estatutos. Segundo o mesmo autor, apoiado

¹² Il n'en est pas de l'histoire comme des des sciences positives dont la marche est toute tracée: cependant on trouve dans cet enseignement des données générales dont in ne faut s'écarter, telle est la liaison de la narration des faits, ou de l'histoire proprement dite, avec les tems où ils ont eu lieu, ce qui constitue la chonologie, et les pays où ces faits se sont passés, ce qui est l'object de la géographie. Cette dernière science sur-tout étant indispensable, à presque tous les états de la société, forme ordinairement l'object d'un enseignement à part. Par l'institution des écoles Centrales, cet enseignement est conté aux professeurs d'histoire: cela est raisonnable quant aux détails qui concernent les pays dont ils enseignent l'histoire. [...] important que les élèves se préparent au cours d'histoire par l'étude de quelques bons ouvrages de géographie, ou par des cours particuliers.

pelos *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos e Estatísticos da Província de São Paulo* de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques os proponentes dos estatutos foram os doutores e lentes José Maria de Avellar Brotero, José Joaquim Fernandes Torres, Tomás José Pinto Junqueira e Luiz Nicolau Fagundes Varela. As considerações de Venâncio Filho também vão ao encontro do que diz Carlos Honório de Figueiredo em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1859, concernente aos professores que assinaram os estatutos apenas com o acréscimo de mais uma assinatura, a de Carlos Carneiro de Campos. De toda forma todos estes lentes pertenciam à academia de São Paulo.

Como temos demonstrado até aqui, havia na cidade de São Paulo uma plêiade de políticos e intelectuais que procuraram dar a província o máximo de autonomia frente ao Governo Imperial. Essa intelectualidade agiu ativamente para o processo de independência do Brasil em 1822 apoiando D. Pedro de Alcântara para ser imperador do Brasil, mas posteriormente foram contra o despotismo praticado pelo imperador, lutando pela descentralização do poder e maior autonomia as províncias. Defendemos que tal postura pela descentralização impactava os estudos na província de São Paulo. Isso por que seus professores, aqueles adeptos ao liberalismo e descentralização, não atendiam a todas as injunções do governo imperial, mesmo estando à Academia de Direito sob a custódia do ministro do império.

O Governo Imperial por meio dos Estatutos do Curso Jurídico tentou controlar a ação dos professores e administradores da Academia, porém como nos aponta Adorno (1998) na prática os professores gozaram de autonomia nas decisões sobre o ensino.

A despeito de todas as possibilidades que se ofereciam à ação governamental, os controles burocráticos sobre a administração do processo de ensino-aprendizagem nunca foram, efetivamente, eficazes e tampouco feriram a autonomia das práticas acadêmicas. Se, formalmente, os estatutos limitavam e subordinavam a atuação do corpo acadêmico ao Estado patrimonial brasileiro, na prática, a estrutura didática e administrativa se desenvolveu ao sabor das relações sociais dominantes no interior da academia. Era a congregação o órgão que, em última instância detinha o controle e as decisões sobre o cotidiano acadêmico e que interpretava, segundo seus interesses, as normas e regras instituídas pelo governo. De fato, durante quase todo o curso do século XIX, a principal característica do ensino jurídico no Império foi o conflito entre a academia “real” e a academia “formal”. (ADORNO, 1998 p. 154)

De acordo com o autor, era a Congregação da Academia de Direito formada pelos seus lentes e seu diretor que efetivamente tomavam as decisões pedagógicas e institucionais. Se levarmos a discussão para as práticas em sala de aula a autonomia por parte dos professores da primeira metade do século XIX era praticamente total. Podemos atrelar este autogoverno da escola jurídica paulista a diversos fatores, ligados conjuntamente. Em primeiro lugar alertamos ao isolamento do Curso Jurídico. Alojado na Cidade de São Paulo as decisões, pareceres poderiam demorar meses para chegar obrigando a Congregação a tomar decisões emergenciais e somente avisando o que já havia decidido e executado. O mesmo acontecia com a fiscalização do que se fazia no curso. Era encargo do diretor da academia a fiscalização e a “prestação de contas” com o Governo Imperial, era ele quem fazia o vínculo entre o Curso Jurídico e o Governo. No entanto dificilmente o diretor do curso jurídico conseguia averiguar todas as aulas que ocorriam na faculdade. Por várias vezes, Avellar Brotero, além de lente do curso, exerceu a função de diretor interino pela ausência dos diretores que abandonavam o cargo para exercer outras funções de maior prestígio. Além disso, Brotero também exerceu a função de secretário do curso. Com a ausência de um diretor efetivo, problemas com a falta de professores nas aulas maiores, indisciplina de alunos e outros procedimentos burocráticos é pouco provável que a direção do curso jurídico tenha se atentado para o conteúdo das aulas menores ministradas no Curso Anexo.

Outro fator importante está vinculado a uma deliberação de parte do seu corpo docente juntamente com um projeto liberal da Província de São Paulo de independência diante da Corte. Como salienta Adorno (1998) a história da vida acadêmica na Faculdade de Direito de São Paulo fora marcada pelo intenso conflito entre liberais, moderados e conservadores.

O liberalismo agiu na Academia paulista principalmente pela difusão de jornais e pela presença de professores que disseminavam o republicanismo, abolição da escravatura, as liberdades individuais discursos entre outras idéias liberais.

Não sem razão a Academia de Direito de São Paulo esteve à frente dos principais acontecimentos que marcaram a emergência e o curso da ordem social competitiva na sociedade brasileira, arregimentando considerável número de acadêmicos os movimentos abolicionistas e republicano (Vampré. 1977, v.2: 323 e passim). Por fim, um traço marcante das “Arcadas” revela a particularidade do processo de profissionalização dos bacharéis. Trata-se do periodismo. Ao longo de toda sua história, a vida da Faculdade de Direito de São Francisco comportou a existência de uma

imprensa expressiva, produzida por jovens acadêmicos, que traduz a defesa dos direitos individuais e das liberdades públicas. (ADORNO, 1998 p. 95.)

A aspiração liberal também circulou dentre os professores do Curso Anexo como veremos a seguir.

2.3 A constituição da Cadeira de Geografia e História

Em 1831 com a redefinição de novos estatutos dos Cursos de Ciências Jurídicas as aulas de Geografia e História passam a fazer parte do Curso Anexo, mas como não houve opositores¹³ a cadeira de História e Geografia ficou suspensa até 1834 com a contratação de Julio Frank. Cabe aqui notar que nessa época as matérias de História e Geografia eram ministradas na mesma cadeira, ou seja, pelo mesmo professor.

Em 1834 o então diretor da Academia de Direito, Carlos Carneiro de Campos abriu concurso para as cadeiras de Inglês, História e Geografia e para substituto de Filosofia. Naquele momento somente dois professores se apresentaram candidatando-se aos concursos. Foram eles: Joaquim Inácio Ramalho para substituto da cadeira de Filosofia e Julio Frank candidatando-se a cadeira de História e Geografia e oferecendo-se também como substituto da cadeira de Inglês.

Diante da dificuldade de se achar um opositor da cadeira de História e Geografia o diretor da academia de Direito enviou uma carta ao Governo Imperial em 15 de fevereiro de 1834 pedindo a autorização para contratar um estrangeiro. Julio Frank já havia lecionado aulas particulares de primeiras letras na região de Sorocaba e pedira para fazer o concurso de acesso à lente do Curso Anexo. O Governo Imperial assinala positivamente e Frank assume a cadeira em 15 de março de 1834 por meio de correspondência do Governo Imperial à Faculdade de Direito, (MAFD, livro 3 p. 81).

Frank era natural da Saxônia, nasceu em 1808 na cidade de Göttingen. Seu nome completo, segundo Bandecchi (1982), era João Julio Godofredo Luís Frank – Johann Julius Gottfried Ludwig Frank – primogênito de um encadernador de livros, Carlos Frederico Frank e de Carlota Frederica. Frank estudou na universidade de Göttingen, mas teve que abandonar seus estudos para fugir de dívidas indo para Leipzig e logo depois para Berlim para trabalhar como professor. Segundo Bandecchi (1982) em Berlim, fora-lhe pedido certificados de seus estudos em Göttingen para continuar

¹³ O termo *opositor* é aqui empregado no sentido de candidato de um concurso como se dizia na época.

leccionando. Como Frank não tinha tal comprovação, sua situação financeira foi se agravando. Devido à impossibilidade de lecionar o professor embarca para o Brasil em 1828.

Há ainda controvérsias quanto aos motivos de sua vinda ao Brasil. O principal o principal adversário dessa versão foi Gustavo Barroso que em seu livro *Sociedade Secretas do Brasil* o autor diverge quanto os motivos da vinda de Frank ao Brasil (BANDECCHI, 1982). Para Gustavo Barroso, Frank teria chegado ao Brasil em 1821 com o nome de Carlos Luís Sand e teve que fugir do Rio de Janeiro par Sorocaba por ter assassinado o escritor alemão Fernando de Kotzebüe.

Apesar dessa versão os demais autores Bandecchi (1982); Schmidt (1950); Franco (1987); Vampré (1924); Nogueira (1907); Martins e Barbuy (1998) são unânimes quanto à data de chegada e os motivos da vinda de Julio Frank para o Brasil no Rio de Janeiro e posteriormente para São Paulo. Frank ao desembarcar no Rio de Janeiro, ficou detido na fortaleza da Lage *por queixa ou coisa semelhante do comandante do navio* (BLAKE *apud* NOGUEIRA 2007). Permaneceu pouco tempo no Rio de Janeiro, transferindo-se para a região de Sorocaba para trabalhar com seus patrícios na Real Fábrica de São João do Ipanema. Deixando a fabrica de ferro, tornou-se caixeiro numa venda e morador em um quarto alugado na casa de um boticário, onde passou a lecionar aulas particulares para um jovem aspirante à Academia de Direito de São Paulo.

Conhecedor de Latim, Grego e das línguas vivas da Europa, com profundos conhecimentos em geometria, história antiga e moderna ali começou a lecionar o que talvez lhe tenha causado certa notoriedade, ao ponto de ser apresentado para o então governador da Província Rafael Tobias de Aguiar que era natural da cidade de Sorocaba. Este o conduziu até a cidade de São Paulo e, sob a sua proteção foi indicado para lecionar no Curso Anexo. É importante nos atentarmos aqui nas relações entre Frank e Aguiar. Tobias de Aguiar teria interesses na pessoa de Julio Frank não só pela sua erudição mas também por ter percebido nele suas convicções liberais ao gosto governador¹⁴?

¹⁴ Vale lembrar que Tobias de Aguiar era um político de convicções liberais, anos depois o político sorocabano, ao lado de outro liberal, o Padre Diogo Antônio Feijó, comandaria a Revolução Liberal de 1842.

Julio Frank também defendia posicionamentos liberais. Não é à toa que mestre alemão ficou conhecido por disseminar a o pensamento liberal na Academia de Direito de São Paulo. Muito querido pelos seus alunos Frank foi o precursor da Bucha no Brasil, sociedade secreta de ajuda a estudantes e divulgadora de pensamentos liberais inspirada na *Burschenschaft* dos Estados Germânicos¹⁵.

Em 15 de Fevereiro de 1834 Julio Frank se candidatou às aulas de História e Geografia do Curso Anexo à Faculdade de Direito. Como não houve outro candidato, Frank foi aprovado diretamente, porém, sob a condição de ceder a cadeira de História e Geografia caso surgisse algum professor brasileiro para assumi-la. Frank assinou um contrato de dez anos, mas morreu antes em 1841 deixando a cadeira para seu discípulo Antônio Joaquim Ribas – futuro Conselheiro Ribas.

Com a contratação de Julio Frank para a cadeira de História e Geografia a faculdade deveria começar exigir os exames preparatórios para essas duas matérias conforme prescrevia os estatutos do curso jurídico de 1831. O grande problema era que não havia cadeira dessas matérias em outras províncias. Foram muitas as reclamações trazidas ao diretor da academia sobre a obrigatoriedade de exames de História e Geografia. Tantas foram que ele apela ao Imperador para que possa ser adiado o ano de início desses exames.

Ilmo. Ex. Imperador.

Tendo provido a cadeira de História e Geografia, e sendo esta matéria incluída pelos Estatutos no mesmo dos exames preparatórios, que até hoje não se tem exigido por ordem do Governo, visto não estar provida a referida cadeira; e havendo-me consultado diversos alunos da Academia se para as matrículas do ano próximo futuro se exigiria exame sobre a referida matéria, isto mesmo levo ao conhecimento de V. Ex. afim de decidir como for conveniente; cumprindo-me expor a V. Ex. que não sendo a história e geografia susceptível de se ensinar, e estudar no curto espaço, que decorre

¹⁵ Sobre as ligações de Julio Frank com a *Burschenschaft* cf. Bandecchi (1982); Schmidt (1950); Nogueira (1907, v. 9); Franco (1987); Martins e Barbuy (1998) e Vampré (1926). Bandecchi nos diz que a década de 1830 deu início das sociedades secretas no Brasil que, embora proibidas no país, foram trazidas pelas mãos de liberais brasileiros e estrangeiros. Martins e Barbuy destaca que a *Burschenschaft* teria se originado na Baviera. A *Burschenschaft* foi trazida para o Brasil em 1831 (BANDECCHI, 1982 p. 84) por Julio Frank pela sua experiência como estudante na Universidade de Göttingen. A Bucha (nome como ficou conhecida a *Burschenschaft* no Brasil) era uma sociedade secreta acadêmica, congregada por vários estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. A sociedade difundia ideais republicanos e abolicionistas e tinha como finalidade a filantropia entre a comunidade estudantil. Bandecchi salienta que os membros da Bucha eram escolhidos entre os estudantes que apresentassem *firmeza de caráter, espírito filantrópico, amor à liberdade e aos estudos*. Segundo o autor uma plêiade de intelectuais, líderes, políticos e “cidadãos ilustres” fizeram parte da Bucha como Rui Barbosa, o Barão de Rio Branco, Afonso Pena, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Wenceslau Brás, Afonso Arinhos, Bernadino de Campos, Spencer Vampré, Julio de Mesquita Filho, entre outros.

desde o provimento da cadeira até o fim do presente ano letivo, isto é, o mês de outubro, me parece que tal exame só pode ser exigido para a matrícula de 1836. Deus guarde V. Ex. São Paulo 31 de Maio de 1834.
(MAFD livro 1, p. 124)

Nota-se nesse excerto que a academia tenta adiar o máximo a obrigatoriedade desses exames. Mas em resposta, o Governo Imperial emite um aviso em 11 de julho de 1834 ratificando a obrigatoriedade dos exames de História e Geografia para o ingresso no curso jurídico em conformidade com os estatutos da congregação do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de 1831. Sobre a reclamação dos estudantes, o Governo Imperial emite outro aviso em agosto de 1834 dizendo que não iria revogar as prescrições dos estatutos. O aviso diz que a lei deveria ser cumprida e os candidatos deveriam procurar aulas públicas dessas matérias e na ausência delas, aulas particulares.

A academia de Direito de São Paulo atende a solicitação imediatamente:

Ilmo. Ex. Imperador. Acusando a recepção da Portaria que V. Ex. me dirigiu com data de quatro do corrente, tenho a comunicação à V. Ex. que em seu cumprimento mandei fazer publicado na Academia que os exames de História e Geografia, e o da língua Inglesa serão indispensáveis de ora em diante para a matrícula do primeiro ano acadêmico. Deus guarde a V. Ex. São Paulo 16 de Agosto de 1834. (MAFD, livro 3, p. 89)

Entretanto, as reclamações continuaram por parte dos candidatos que não conseguiam achar aulas de História e Geografia além das do Curso Anexo à Faculdade de Direito. Houve reclamação de alunos de outras províncias quanto à inexistência de cadeiras dessa matéria ou mesmo de um compêndio elaborado pela academia para que eles pudessem estudar para a os exames. Cabe lembrar que apesar de algumas províncias já terem autorizado a criação de cadeiras de Geografia e História, não há evidências de que muitas delas tenham funcionado, como é o caso da cadeira de Geografia criada em 1831 na Paraíba, e mesmo tendo funcionado os alunos ainda teriam dificuldade de estudar os mesmos conteúdos daqueles que eram ministrados no cursos preparatórias de São Paulo ou Olinda.

José Maria Avellar Brotero, então diretor interino dos cursos jurídicos, redige uma nova correspondência ao Governo Imperial pedindo que se aceitasse matricular os alunos no primeiro ano do curso jurídico sem tê-los passado pelo exame de História e Geografia. Assim esses estudantes teriam que fazê-lo até o final do segundo ano do curso. Os alunos estando matriculados no primeiro ano da faculdade poderiam

frequentar as aulas menores para se prepararem para os exames. Esse pedido data de 26 de janeiro de 1837, três anos após a abertura das aulas de História e Geografia, e essa questão ainda não estava resolvida conforme podemos ver na correspondência:

Tenho mais a honra de levar ao conhecimento do excelentíssimo regente em nome de S. M. Imperial as seguintes reflexões a respeito da cadeira de História e Geografia. Nesta cidade já se acham alguns jovens com a intenção de matricular-se no primeiro ano, e quase todos eles trazem todos os preparatórios, exceto o de História. Há alunos contra tal exame por causa de não haver aulas públicas nas províncias, e mesmo por não haver um compêndio próprio da Academia por onde se possa estudar particularmente. Mas com método; pois não obstante serem verdadeiras as regras de quem sabe história, não necessita de saber compêndios para fazer exame, e que todos os compêndios são bons, havendo bons mestres, mas faltam o respeito de jovens que aprendem preliminares para fazer o seu exame; verdade é que com pontos, mas nos quais há fatos de que o melhor mestre se não lembraria repentinamente se fosse perguntado. Sendo também certo que não é [ilegível] em dois anos que se aprende vagamente história e geografia. Os estudantes vão a seguir a moda [ilegível] de se matricular-se voluntários e é recinto provável que ao final obtenham dispensas das Augustas Câmaras Legislativas vindo então a fazer seus atos sem terem dado lições, nem feito sabatina, sendo os lentes obrigados a decidir do merecimento do estudante a toa, só pelo ato, aprovando-se ou reprovando-se talvez a quem não mereça, levando a grande prejuízo no serviço da Academia. Para de uma vez se acabar com tal prática, eu julgava ser muito melhor mandar o Governo de S. M. Imperial matricular os estudantes no primeiro ano sem os exames de história e geografia, ficando tal matrícula dependente da aprovação da Assembleia Geral Legislativa. São ainda de [ilegível] estas minhas reflexões, olhando-se a dispensa dada ao ano próximo passado aos estudantes do segundo ano, e o projeto geral para todos os anos que já existe na Comissão da Augusta Câmara dos Sr. Deputados, respeitosamente submeto estas minhas ideias à aprovação do Excelentíssimo Regente em nome de S. M. Imperador... 26 de janeiro de 1837... José Maria de Avellar Brotero, Vice-Diretor.
(MAFD livro 1 pp. 152-154)

Essa foi uma saída que o Governo Imperial achou para suprir a carência de aulas das matérias de História e Geografia nas províncias brasileiras. O candidato poderia se matricular como voluntário no primeiro ano do curso jurídico e deveria ser admitido mediante exames até o final do segundo ano. Esse era o chamado ato. E segundo Avellar Brotero muitos alunos estavam burlando os estudos preparatórios por meio dos atos. A cadeira de História e Geografia sofria resistências por parte dos alunos que não queriam estudar e fazer os exames dessas matérias e a questão só foi resolvida à medida que outros estabelecimentos de ensino começaram a oferecer aulas de História e

Geografia em outras províncias. Isso não significa dizer que a cadeira de História e Geografia não funcionou. Ela simplesmente não supria a demanda.

A atuação dos professores no Curso Jurídico nos seus primeiros anos foi marcada pela carência de material didático apropriado. Várias são as cartas do diretor do curso ao Imperador pedindo livros para a biblioteca da Academia. Por exemplo, já nos primórdios, ainda em 1827, ano da criação da faculdade, Rendon envia carta ao Imperador escrevendo que os lentes das aulas maiores¹⁶ deveriam trazer seus compêndios das matérias que iriam ensinar, sendo indispensável um abreviado da análise da Constituição do Império. Os compêndios deveriam ser em número suficiente para todos os alunos e deveriam ser devidamente taxados para serem vendidos, (MAFD, livro 1 p.7).

Sobre as aulas menores pode-se destacar que também havia demanda por livros. Em 1829 há uma reclamação dos professores para os alunos que não liam todo o livro de Euclídes na aula de Geometria. Pedidos do diretor por novos livros para a biblioteca também são frequentes nas cartas ao Imperador (MAFD, livro 1 p. 43).

No que tange às aulas de História e Geografia, já em 31 de maio de 1834, dois meses após ter assumido essa cadeira, Julio Frank pede, por intermédio do diretor da academia, mapas para aula de Geografia:

Não havendo na biblioteca desta academia mapas convenientes para o Estudo da Geografia, assim participo a V. Ex. a fim de dar as providências: cumprindo-me de comunicar a Vossa Excelência, que por enquanto são absolutamente indispensáveis os mapas das diversas partes do mundo, o mapa mundo e alguns do Brasil, todos em ponto grande... (31 de maio de 1834).
(MAFD Livro 1 pp. 124-125, grifos do próprio autor).

Frank ignorou as obras de Geografia que a biblioteca do Curso Jurídico possuía. Isso pode nos levar a algumas questões. A primeira é que podemos supor que muitas das obras que compuseram a inventário da biblioteca feita por José Antônio dos Reis em 1826 não existissem mais ou não estivessem em condições de uso. A conservação de livros no século XIX era precária, muitos livros eram deteriorados por insetos ou pela umidade nas bibliotecas. Assim, pode-se supor que muitos dos primeiros livros, mapas

¹⁶As aulas do Curso Jurídico eram chamadas de aulas maiores enquanto que as aulas do curso dos exames preparatórios eram chamadas aulas menores.

ou atlas que constituíram o primeiro acervo da biblioteca já estavam imprestáveis para o uso.

Mesmo assim não desconsideramos as obras que o Governo enviava à biblioteca. Mesmo que parte das obras de Geografia oriundas da primeira biblioteca pública da cidade tenha sido inutilizada o Governo imperial abastecia a biblioteca do curso jurídico com outras obras. Não sabemos de fato como era a situação da biblioteca em 1834 mas o inventário feito dez anos depois, em 1844, pelo bibliotecário mostra que havia uma quantidade significativa de livros de Geografia, o número aumentava ao longo dos anos. Os relatos do professor de Geografia declaram que os livros de Geografia ou não eram suficientes, ou apropriados para a atividade nas aulas menores, pelo menos essa era a sua queixa. O próprio Frank fora convocado em 1839 juntamente com o lente Pires da Mota e o Diretor do curso para fazerem um levantamento de todas as obras da biblioteca que estavam em condições de uso, separando-as daquelas que seriam consideradas como inutilizáveis (CARNEIRO, 2007 pp. 54-55).

Outra questão que podemos levantar é que os livros e mapas existentes na biblioteca não satisfizeram as expectativas do professor. Frank teria pedido um material mais apropriado para suas aulas, compêndios com os quais ele se identificava, seguiam a suas orientações teóricas. Essa hipótese nos parece mais profícua.

Pedidos de livros e outros materiais didáticos foram constantes nos anos de 1834 e 1835. Em uma das cartas o relator acrescenta que havia na biblioteca da faculdade poucas obras que realmente serviam para os estudos do curso jurídico, que foram doadas pelo antigo diretor da academia, José Arouche de Toledo Rendon. Esses livros não serviam para o ensino das matérias lecionadas.

Em uma carta datada de 20 de maio de 1835 há outro pedido de globo, mapas e livros para a biblioteca da faculdade:

Não tendo quase nunca feito aplicação das somas destinadas pelas Leis do Orçamento para a compra de livros para a Biblioteca da Academia desta Cidade e havendo eu por vezes solicitado do Governo que me marcasse o meio por que se devia efetuar aquela compra, a fim de saber se eu deveria exigir da tesouraria desta Província as somas designadas, e encarregar-me encomenda e compra dos livros, o se o Governo entendia se fizesse de outra sorte: vou solicitar novamente de Vossa Excelência as ordens do Governo a respeito, a fim de se poder melhorar a biblioteca, atualmente composta em grande parte de obras inúteis ou truncadas, não obstante algumas remessas de livros, globos e mapas, que por ordem do Governo se tem para ela feito dessa Corte, porquanto contém aquelas remessas apenas uma ou outra útil, e

os globos e mapas são antigos e bastante arruinados: não valendo tudo as despesas com o transporte para esta cidade. (MAFD Livro 1 pp. 135 e 136).

É importante enfatizar que os pedidos feitos para suprir as aulas de Geografia compunham-se de mapas e globos e não de livros. Neste tempo, Frank adotara um compêndio francês como livro didático do Curso Anexo. Era o livro de P. J. Jacquier, *Géographie Elementaire*, dividido em dois volumes e publicado em 1825. Pelo menos até 1844 havia um exemplar da obra na biblioteca da Academia como nos mostra o *Inventário da Biblioteca do Curso Jurídico da Cidade S. Paulo* de 1844¹⁷. Porém não sabemos se houve alguma remessa dessa obra para o Brasil ou se tratava de um único exemplar que o professor Frank utilizava em suas aulas. De qualquer maneira, como veremos mais adiante, a *Géographie Elementaire* era uma obra que não continha mapas, apenas uma única imagem localizada na primeira folha contendo a *rosa-dos-ventos* e uma esfera apresentado os graus de latitude e longitude. O próprio autor diz no prefácio da obra que é impossível estudar Geografia sem a utilização de mapas. *Como é impossível estudar a Geografia sem mapas, indicamos aqui os de Brué e para aqueles que não puderem devido ao preço, pode-se utilizar simplesmente o Atlas Delamarche*¹⁸. (JACQUIER 1825 p. II). Isso nos dá indícios de como eram ministradas as aulas dessa matéria. Mapas e globos eram recursos indispensáveis na aula de Geografia.

Encontra-se no Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo um conjunto de cartas enviadas pelo Governo do Império para o diretor do Curso Jurídico, muitas delas em resposta às solicitações dos diretores como podemos ver na carta datada de 20/06/1834:

Não sendo possível satisfazer completamente a requisição de Vossa Mercê sobre a remessa dos mapas de que trata um ofício de 06 de Maio último, para o estudo da Geografia, manda a regência em nome do imperador, participar-lhe, que nesta data se expedem as convenientes ordens, para que da Biblioteca Pública desta Corte se lhe remetam o Mappa do Sul da América de Mr. Lapié¹⁹, publicado em 1814 por Mr. Pardieu, o Atlas Universal de

¹⁷ Nome completo do livro é *Este livro há de servir para o inventário da Biblioteca do Curso Jurídico da Cidade S. Paulo. São Paulo, 03 de setembro de 1844. José Maria de Avelar Brotero* e encontra-se na secretaria administração biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

¹⁸ *Comme il est impossible d'étudier la géographie sans cartes, nous indiquerons ici celles de Brué pour les personnes qui ne redoutent pas un prix un peu élevé; les autres pourront se contenter de l'Atlas de Delamarche.*

¹⁹ Pelo sobrenome Lapié encontramos dois importantes geógrafos que publicaram juntos na França mapas na primeira metade do século XIX; P. Lapié foi "Premier Géographe du Roi" e chefe da seção topográfica

Mr. Robert²⁰ e os globos de Mr. Adams feitos em 1747, o que tudo será de muita utilidade a Biblioteca e a Aula de Geografia desse curso jurídico. (...) Palácio do Rio de Janeiro em 20 de Junho de 1821. (MAFD Livro 3 p. 87).

Em 1837 o Governo Imperial remete outro aviso dizendo que enviou mapas geográficos de parede para a aula de História e Geografia. Nessa correspondência datada de 15 de fevereiro de 1837, o governo alerta que *assim que possível* iria comprar e enviar o Atlas de Stieler²² *que o professor Julio Frank solicita* (MAFD, Livro 3 p. 125). Em 10 de junho de 1839 foi enviada para o diretor do Curso Jurídico a obra de Astronomia de Jean Baptiste Joseph Delambre em três volumes (MAFD, livro 3 p. 158).

Isso nos mostra que foram vários os pedidos de Julio Frank por material didático, especialmente os materiais para uso nas aulas de Geografia. Mapas de tamanho variados, do continente americano, mapas do Brasil, do mundo, mapas históricos, globos, esferas, e atlas compunham a lista dos materiais destinados às aulas desta disciplina.

Não obstante a escassez de material didático escrito em língua portuguesa, as fontes testificam o trabalho dos professores. Se estes pediam material didático para suas aulas é um sinal que elas aconteciam, mesmo que em condições desfavoráveis. Por meio dessas correspondências percebe-se a atuação intensa do professor Julio Frank na preparação das aulas de Geografia. Percebe-se o uso de mapas e globos nas primeiras aulas de Geografia da Província de São Paulo. As aulas do Curso Anexo eram executadas por preleções dos professores e, no caso das aulas de Geografia feitas pelo professor diante de mapas e globos. Aulas sobre localização dos países, sobre a esfera

do Ministério da Guerra e A. E. Lapié foi professor na academia militar de Saint-Cyr (BLACK 2005, p. 78). Ambos produziram coleções de mapas históricos - Atlas Universel de géographie ancienne et moderne - e ressaltaram a importância do estudo da Geografia.

²⁰ Trata-se de Gilles Robert de Vaugondy (1688-1766) que juntamente com seu filho, Didier Robert Vaugondy (1723-1786), produziu mapas, globos e atlas no desde o final do século XVIII até a metade do XIX. A família Robert Vaugondy foi responsável pela publicação do Atlas Universal, um dos mais importantes do século XIX.

²¹ Essas cartas foram transcritas para um livro e encontram-se organizadas em ordem cronológica no livro do arquivo da Faculdade de Direito intitulado *Livro de Correspondência Imperial*.

²² Embora a correspondência não deixe claro, é bem possível que Julio Frank tivesse solicitado o *Handatlas* produzido por Adolf Stieler, publicado pela primeira vez em 1817 sob a direção de Justus Perthers, reeditado em 1823 apresentando uma obra de cinquenta mapas (CRONE, 1978 p. 127).

Este material teve tal importância para a divulgação do conhecimento cartográfico na Alemanha que a obra foi editada várias vezes ao longo do século XIX e começo do século XX, tendo sua última edição em 1930. Adolf Stieler (26/02/1775 – 13/03/1836) trabalhou a maior parte da sua vida como cartógrafo, apesar da formação em Direito na Universidade Iena. Stieler trabalhou no Instituto Geográfico de Weimar e para a editora de Johan Justus Perthes como cartógrafo em Göttingen. Pela proximidade lingüística e geográfica seria pouco provável que Julio Frank tivesse ignorado tal obra em questão.

da terra, noções de astronomia, eixo e inclinação do globo, latitude e longitude parecem ser os temas abordados.

Pode-se dizer que neste momento houve a criação de um modelo de ensino de Geografia que até então inexistia na província. No caso de São Paulo podemos identificar tanto a ação do professor dessa matéria quanto à ação do governo.

Enquanto o professor elaborava suas aulas, pedia materiais específicos e lecionava como bem entendia a matéria de Geografia, o Governo teve sua ação por meio da compra de livros e materiais para o uso na aula de Geografia do Curso Anexo que em muitos casos não eram os requeridos por Frank. É importante salientar que para ambos o padrão foi o europeu. Na pesquisa sobre acervo de mapas e atlas da biblioteca da Faculdade de Direito encontramos a seguinte relação:

Quadro 2.3
Atlas encontrados na biblioteca da Faculdade de Direito

Autor	Título	Ano
<u>Vaugondy, Robert de</u>	<u>Atlas universal.</u>	<u>1757</u>
<u>Vaugondy, Robert de</u>	<u>Nouvel atlas portatif.</u>	<u>1795</u>
<u>Dupuis</u>	<u>Origine de tous les cultes, ou, Religion universelle.</u>	<u>1795</u>
<u>Le Sage, A.</u>	<u>Atlas historique chronologique géographique et genealogique.</u>	<u>1806</u>
<u>Humboldt, Alexander von</u>	<u>Atlas Géographique et Physique.</u>	<u>1811</u>
<u>Le Sage, A.</u>	<u>Atlas historique, genealogique, chronologique et géographique.</u>	<u>1814</u>
<u>Longchamps, Buret de</u>	<u>Les fastes universels ou tableaux historiques, chronologiques et géographiques.</u>	<u>1821</u>
<u>Buchon, J A C</u>	<u>Atlas deux amériques.</u>	<u>1825</u>
<u>Humboldt, Alexander von</u>	<u>Atlas Géographique et Physique</u>	<u>1834</u>
<u>Mendes, Cândido</u>	<u>Atlas do imperio do brasil.</u>	<u>1869</u>
<u>Malte, Brum</u>	<u>Atlas de géographie primitive.</u>	<u>1875</u>
<u>Chagas, Manuel Pinheiro</u>	<u>Suplemento ao dictionario popular historico, geographico, mythologico, biographico, artistico.</u>	<u>1886</u>

Fonte: Catálogo on-line da Biblioteca da FD-USP: <http://www.direito.usp.br/biblifd/>

O inventário da Biblioteca do Curso Jurídico da Cidade São Paulo de 1844²³ também assegura o padrão europeu, mais especificamente francês das obras de Geografia nesta biblioteca. A maior parte do acervo de Geografia é representada por obras estrangeiras. Encontramos autores como Malte Brum, Zimmerman, Buchon, Humboldt, Pinkerton, Le Sage, Varenius, D'Anville, Vaissete, Busching, Vosgien, Vaugondy, Lapié, Buchon, Aguirre, Dampuis, dentre outros que não foram identificados pela impossibilidade de reconhecer a grafia. Dentre os escritos em língua portuguesa conseguimos destacar Aires de Casal, Lima, Cardoso, Castro, Costa e Carvalho da Costa.

O Governo Imperial, por meio de correspondentes, manteve contato com a produção intelectual da Europa, havia uma comissão designada pelo governo para consultar e comprar livros no exterior e manter atualizadas as bibliotecas da corte e dos cursos superiores do Brasil.

Em resposta ao ofício que V. M. dirigiu com data de 7 do corrente, acompanhando a lista dos livros que devem ser comprados para a Biblioteca dessa Academia. Manda o Regente, em nome do Imperador, declarar-lhe se vão exigir do nosso Enviado Extraordinário em Paris e do nosso Encarregado de Negócios em Lisboa, as precisas informações sobre a sua importância, a fim de ulteriormente se resolver a respeito. (MAFD livro 3 p. 110).

E também

De ordem do Regente, em nome do Imperador, D. Pedro II, transmito a V. Exa., cópia de um ofício do nosso enviado extraordinário em Paris, datado de 29 de janeiro deste ano, contendo a importância total da relação dos livros, que são precisos para a Biblioteca do Curso Jurídico desta Cidade, afim de que, mandando V. Exa. consultar a Faculdade àquele respeito, exija dela e remeta à esta Secretaria de Estado, uma resposta definitiva sobre tal encomenda. (...) 22 de Abril de 1836 (MAFD, livro 3 p. 116).

Em outubro de 1835 o diretor do Curso Jurídico envia ofício com *a lista dos livros que a Congregação julga devem ser comprados para a biblioteca da Academia* (MAFD livro 1 pp. 140-141). Muitos foram os pedidos por livros, periódicos e outros

²³ O inventário que se encontra junto a documentação da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo é um livro manuscrito assinado na primeira capa por José Maria de Avelar com a seguinte frase *Este livro há de servir para o inventário da Biblioteca do Curso Jurídico da Cidade de São Paulo*. A primeira página está assinada pelo então secretário do Curso, Manuel Francisco da Costa Silveira e as demais páginas rubricadas com a rubrica de *Falcão*, assinatura do lente de Direito Comercial Dr. Clemente Falcão de Souza.

materiais para a biblioteca da faculdade, mas nem sempre o Governo Imperial remetia os livros solicitados e mandavam outros não solicitados em substituição. O governo também pedia ao diretor da Academia de Direito uma relação das obras pertencentes à biblioteca que nem sempre era enviada prontamente pelo diretor. A diretoria da Academia de Direito tinha por obrigação informar os compêndios utilizados pelos professores em suas aulas e estes deveriam também compor seus próprios compêndios.

Nos primeiros anos da aula de Geografia não aparece registro da utilização de algum compêndio escrito em língua portuguesa dessa matéria. Frank utilizava-se de um compêndio estrangeiro em suas aulas, *Géographie Elementaire*, provavelmente pouco sabia sobre a História e Geografia do Brasil. Na composição do *Resumo de História Universal*, livro elaborado por Julio Frank para uso nas aulas do Curso Anexo, o professor alemão utilizou-se principalmente de duas obras: um discurso de Schiller que Frank traduziu para a introdução do livro e a História Universal de Luiz Poelitz, obra que lhe serviu de modelo. Além desses, Frank utilizava-se de outros livros estrangeiros em suas aulas.

O professor da cadeira fez uma tradução de um compêndio alemão, mas de nada posso dizer porque não entendo tal língua, e ainda não veio a tradução: dizem-me que a introdução é boa, e V. Ex., que já tem em seu poder o 1º volume, segundo me disse o professor, pode decidir com a sua sabedoria de costume sobre o merecimento relativo da mesma obra. O professor em seu ofício me disse que julga ser necessário três anos para o estudo de História e eu acrescentaria que cinco anos não chegam para aprender a História Geral com a sua Filosofia, ou aprender a história geral de legislação. Porém seja-me lícito acrescentar, que de olho para a aula de história debaixo de um ponto de vista muito diferente: é uma aula de suma necessidade, mas é uma aula preliminar e elementar, [ilegível] os estudos dantes devem aprender os fatos e acontecimentos históricos cronologicamente despidos de detalhes políticos e explicações, exceto aquelas que necessárias forem para mostrar a influência de tais fatos na mudança da política, da moral a civilização dos povos. É uma aula que deveria existir em todos os colégios e em todas as cidades de maneira tal, que os estudantes já viessem para a Academia habilitados com este preparatório. A Filosofia da História é estudo de gabinete, é objeto de grande trabalho, e dependente de um gosto decidido pela matéria. A História Geral de Legislação é coisa essencialíssima, mas está nas mesmas circunstâncias supra ponderadas. E nas aulas só se podem dar noções gerais, e estas noções os professores e os lentes são obrigados a dá-las, quando principiam o ensino de suas matérias, de maneira que a história considerada de baixo desta vista está repartida por todas as Cadeiras que fornecem os estudos desta Academia. A aula de história estabelecida como preparatório, como um ensino elementar, não necessita de mais tempo do que um ano. Assim se pratica nos colégios da Europa... (MAFD Livro1 pp. 168-174.).

Brotero comenta sobre livros estrangeiros adotados na aula de História para as matérias de Geografia e História. Bandecchi (1982) também comenta que Frank utilizou-se de muitos compêndios estrangeiros para composição de suas aulas no Curso Anexo e para o seu Resumo de História Universal. O autor fundamenta-se em um levantamento feito por Rosemarie Erika Horch que identificou uma lista de 37 livros que teriam pertencido à Julio Frank.

Quadro 2.4
Levantamento dos livros de Julio Frank

Autor	Título
Adelung, Johann Christoph	<i>Geschichte der Kultur</i>
Bayle,	<i>Dictionnaire Historique et Critique. Nouv. Édition de notes, extraites de Chauffepie, Joly, La Monnoye, L-S Leclerc, Le Duchat, Pros per Marchand etc. 16 vols. Paris: Desoes, 1820-24,</i>
Beck	
Becker, Karl Frederich	<i>Karl Frederich Weltgeschichte. 14 vols. Berlin: Dunker und Humboldt, 1828-30.</i>
Bossuet, Jacques Bénigne.	<i>Discours sur l'Histoire Universelle depuis le commencement du Monde jusu'à e'Empire de Chalemangne. 2 vls. Paris: Lefèvre, 1825</i>
Büsch & Bredow	
Bredow, Gabriel Gottfried.	<i>Weltgeschichte in tabellen nebst einer tabellarrischen Übersicht der Litteärgeschichte Von... 4 verb. Und fortfesetzte Ausgabe. Altona: J. F. Hammerich, 1816</i>
Carus, Carl Gustav	
Chaufepiê, Jacques George de.	<i>Nouveau Dictionnaire Historique er Critique, pour servir de suite à celuei de Bayle. 4 vols. La Haye: s.ed. 1750-56</i>
Condorcet, Marie Jean Antoine Nicolas Caritat; Marquês de.	<i>Esquisse d'um Tableau Historique des Progrés del'Espirit Humain. Ouvrage posutme de C ondorcet. 4ª ed. Paris: Agasse, 1798</i>
Dolz	
Eggers, Christian Ulrich	

Detlev.	
Eichhorn, Johann Gottfried.	<i>Geschichte der Cultur und Literatur des Neueren Europas. 3 vls. Goettingen: 1796-1813.</i>
Gatterer, Jo. Casp.	
Grohmann, Johann Christian.	
Gruber, Johann Gottfried.	<i>Geschichte Menschlchen Geschlechts aus dem Gesichtspunkte der Humanität. 2 vls. 1806.</i>
Guizout, François Pierre Guillaume	<i>Histoire de la Civilisation em Europe depuis la chete de l'Empire romain jusqu'à la Revolution Française (Cous d'Histoire Moderne). 6 vls. 1828-1830.</i>
Hegewisch, Dietrich Hermann	
Herder, Johann Gittfried.	<i>Idée sur la philosophie de l'histoire de l'humanité, ouvrage traduit de l'Allemand et précédée d'une introduction par Edgar Quinet. 3 vls. Paris et Strasbourg: Levrault, 1827.</i>
Iselin, Isaak.	<i>Ueber die Geschichteder Menschheit. 2 vls. Carlsruhe: Schmieder, 1784.</i>
Jenish, Daniel.	<i>Universalhistorischer Überblick der Entwicklung des Menschengeschlechts, als ei nes sich fortbildenden Gazen. E ine Philosophie der Culturgeschichte. 2 vols. Berlin: Voss, 1801.</i>
Kant, Immanuel.	
Luden, Heinrich.	<i>Allgemeine Geschichte der Völker und Staaten des Altertums. 3^o ed., melhorada e parcialmente refeita. Jena: F. Frommann, 1824.</i>
Meusel, Johann Georg.	<i>Biblioteca Histórica. 11 vls. Lipsiae: 1782-1804</i>
Milot, Cl. Fr. Xav.	<i>Élements d'Histoire Générale, Ancienne et Moderne. 15 vls Paris: 1800.</i>
Müller, Johannes Von.	<i>Vier-und zwanzig Bücher allgemeiner Geschichte. 3 vls Gotta: Tübingen, 1810.</i>
Pülitz, Karl Heinrich Ludwig	<i>Método Cronológico.</i>
Robinet, J. B.	<i>Dictionnaire Universel des Sciences Morale, Economique, Politique et Diplomatique. 30 vls. Londres: 1777-83</i>
Russel, W.	Introduction to tue History of Europe
Schiler. Johann	<i>Was heist und zu welchem ende studiert nam Universalgeschichte.</i>

Christoph Friedrich.	<i>Iena, 1789.</i>
Schlozer, August Ludwig von.	<i>Vorstellung der Universalhistoire</i>
Schlosser, Frederich Christoph.	<i>Weltgeschichte für das deutsche volk. Unter mitwirkung des verfassers bearbeitet von G. L. Kriegk. 8 vls. Frankfurt am Mai n: 1815-41</i>
Schockh, Johann Mathias.	<i>Allgemeine weltgeschichte für kinder 2 vls. 2ª ed. melhorada e ampliada. Aufrage, Leipezig: M. G. Weidmann, 1787-99</i>
Segur, Louis Philippe, cond de.	<i>Histoire Universelle, Ancienne et Moderne... 10 vols. Paris: A. Eymery, 1821 e 1 atlas e uma tábuia analítica, 1823.</i>
Suabedissen, David Theodor August.	
Tourson	<i>History of the Heman Society</i>
Wachler, Johann Friedrich Ludwig.	<i>Geschichte der Historischen Forschung und Kunst, seit der Wiederherstellung der litterarischen Cultur in Europa. 2 vols. Goettingen: J.F. Röwer, 1795.</i>
Woltmann, Karl Ludwig von.	<i>Plan für historische vorlesungen, 1795.</i>

Fonte: BANDECCHI (1982 pp. 146-147).

Bandecchi acredita que tais livros foram passados a Antônio Joaquim Ribas, seu discípulo dileto e sucessor de sua cadeira no Curso Anexo, mas posteriormente foram dispersos e quase todos os livros foram perdidos.

Vale ressaltar aqui a afinidade da Geografia praticada nas aulas do Curso Anexo com o que se vinha produzindo na Europa. Temos aí erudita figura de Julio Frank que trouxe para São Paulo além de conhecimentos históricos e geográficos oriundos de sua formação em Göttingen uma seleção de livros que começaram a circular entre os estudantes acadêmico e seus candidatos. Livros que foram comprados pelo governo no exterior para estudo da Geografia, mapas e globos produzidos por eminentes geógrafos começavam a fazer parte da leitura de muitos jovens estudantes da capital paulista e contribuir para o gosto dessa disciplina.

Ainda sobre o excerto acima podemos apreender a preocupação de Julio Frank com o ensino minucioso dos conhecimentos históricos geográficos ao indagar por mais tempo para o estudo dessas matérias. No entanto não era de interesse do diretor do curso um estudo prolongado das matérias, pelo contrário, o Curso Anexo à Faculdade de

Direito sempre foi o caminho mais rápido para o ingresso na Academia de Direito (HAIDAR, 2008).

O diretor interino do curso jurídico de São Paulo, José de Avellar Brotero, fora um dos maiores críticos do trabalho de Julio Frank como professor do Curso Anexo. Em um ofício datado de 11 de julho de 1840 ao Governo Imperial o implacável²⁴ Brotero acusa Frank de não ensinar a História Pátria. Brotero diz que essa já era o segundo ofício enviado sobre essa questão, e que não havia recebido uma resposta do governo. O diretor pedia as devidas providências, pois para o autor os estudantes deveriam conhecer *os acontecimentos históricos relativos ao desenvolvimento e progresso da associação brasileira (sic), suas épocas principais a fim de fazerem uma ligação dos mesmos acontecimentos* (MAFD, livro 1 pp. 187-188). Para Brotero, a história produzida na Academia de Direito de São Paulo afastara-se das academias de direito da Europa, pois todas começavam seus estudos pela História Nacional.

As *Tradições e Reminiscências* de Almeida Nogueira também testificam a ênfase aos estudos da Europa em detrimento dos do Brasil, como conta o caso do exame de História de um aluno protegido do professor Inglês e Francês, Joaquim Pinto Junior. Na banca examinadora o professor tenta ajudar o discípulo fazendo perguntas fáceis:

– Diga-me: — quem foi em França o sucessor de Luiz XIII?

O aluno:

– Foi Luiz XIV.

– Muito bem! E quem sucedeu a Luiz XIV?

– Luiz XV.

– Sim, senhor; o senhor vai indo bem. Está-se vendo que conhece a historia da França. Diga-me, agora: quem foi o sucessor de Luiz XV?

Nisto, atalhou o conselheiro Pires da Motta, presidente da mesa examinadora:

– Também o senhor está fazendo perguntas tão fáceis!

– São fáceis? Retorquiu o Dr. Pinto Júnior.

– Pois bem, farei outras. Diga-me, voltando-se para o estudante, – quem foi o primeiro imperador da China?

O estudante, depois de uma pausa:

²⁴ As memórias sobre Brotero mostram que o lente de Direito Natural, primeiro lente da academia, eloquente mestre português e tantas vezes secretário e diretor interino da faculdade era em perseguidor dos funcionários. De *índole brigosa*, Brotero está mencionado em vários atritos com os funcionários da academia, principalmente com o seu primeiro diretor, o tenente José Arouche de Toledo Rendon, que por muitas vezes pediu ao imperador que o demitisse de seu cargo por não aguentar o convívio com o lente do primeiro ano. Rendon dizia, em carta ao Imperador, que estava em ponto de *ir as mãos desse estrangeiro* caso o imperador não desse sua aposentadoria antes. Nogueira (1907) complementa que Brotero era um opressor dos funcionários quando este assumia o cargo de diretor interino e que se preocupava em oprimir *até as das mais ínfimas criaturas*. Para mais informações sobre Brotero cf. Nogueira (1907) e Vampré (1924).

– Não sei, não, senhor.
O Dr. Pinto Júnior, ao presidente da mesa:
– E V. Exa. ?
– Homem! Francamente, também não sei!
– Nem eu, tão pouco! — concluiu rindo-se o examinador.
Mas V. Exa. quer perguntas difíceis.
(NOGUEIRA 1907, v.1 p.70)

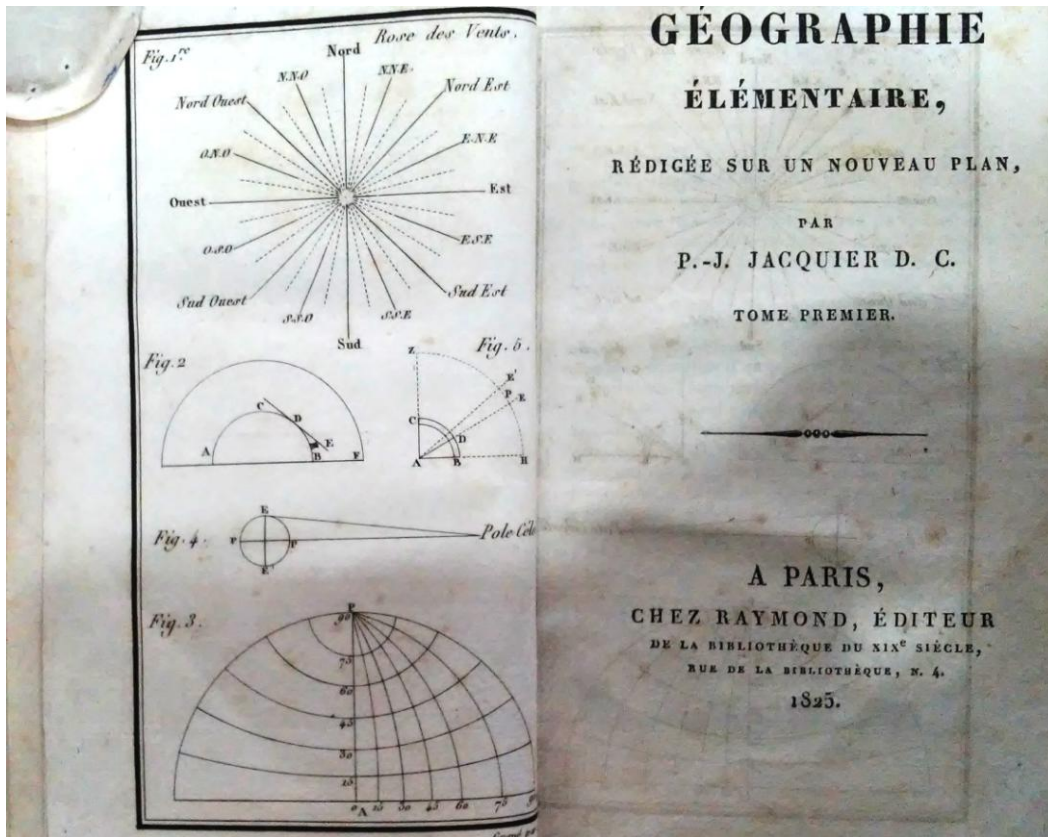
2.3.1 A *Géographie Élémentaire* de Jacquier

Em uma carta ao governo imperial datada de 18 de março de 1839 o diretor interino da academia, José Maria Avelar Brotero, discorre sobre as aulas menores da faculdade de direito e a utilização dos compêndios em cada disciplina lecionada. O diretor faz uma avaliação do trabalho do professor de História e Geografia:

Na aula de história se usa, como compêndio, em Geografia o compendio de Jacquier e em História a História Universal de Jean Müller. Seria um ataque feito a V. Ex. o entrar-se à análise relativa d'estes autores com outros, contudo sempre me animo a dizer que sua adoção não desonra a academia. O compêndio de história não é do meu gosto, mas elevem preencher o fim para que se adotou. São autores muito conhecidos na Europa, e compêndios adotados em colégios de muito respeito (MAFD Livro1 pp. 168-174.).

Até momento não encontramos mais informações sobre P-J Jacquier, autor de *Géographie Élémentaire*, livro didático adotado por Julio Frank para as aulas de Geografia do Curso Anexo. Segundo o relato do diretor interino do Curso Jurídico o compêndio de Jacquier não desonraria a Academia pois era uma obra conhecida na Europa. Realmente, a *Géographie Élémentaire* correspondia aos 17º e 18ª volumes da coleção *Bibliothèque du Dix-neuvième Siècle* produzida em Paris pela Chez Raymond, Éditeur em 1825. A obra é dividida em dois volumes, com formato “bolso”, 17X10 cm. O compêndio apresenta um subtítulo, *Rédigée sur un nouveau plan*, mostrando que a obra fora redigida pelo que havia de mais moderno no ensino de Geografia. O compêndio apresenta três partes: Geografia Geral, Geografia Particular e Geografia Antiga, somando ao todo 820 páginas. O autor dedica as primeiras 119 páginas para o estudo da Geografia Geral, a segunda parte, a maior, com 666 páginas, trata da Geografia Particular dos países e a última, em menor número com 35 páginas, destinadas ao estudo da Geografia Antiga.

Figura 2.2
Géographie Élémentaire



Fonte: JACQUIER, 1825 folha de rosto

A proposta é a de apresentar os países de forma clara e objetiva dando a cada parte do globo a sua localização e uma breve descrição dos aspectos físicos e localização das divisões administrativas de cada país.

Conhecer ou reconhecer no mapa determinado país, continente ou região seria um pré-requisito para o estudo de qualquer matéria que se reportasse ao espaço geográfico, principalmente ao estudo da História. Para tanto, o livro já apresenta o estudo da Geografia de forma independente expondo conceitos próprios dessa área; não é por acaso que a primeira parte do livro é dedicada a Geografia Geral. Antes de um estudo geográfico é imprescindível o estudo de seus principais conceitos dentre os quais o autor ressalta o uso das latitudes e longitudes

Utilizamos com muita frequência as latitudes e longitudes. Esperamos não sermos reprovados por essa inovação pelas pessoas que conhecem a sua

utilidade para a geografia não somente para fixar a localidade dos lugares, mas também para fazer conhecer os estudos das regiões e até certo ponto do seu clima, de sua produção e dos seus aspectos físicos. (JACQUIER, 1825 p. I)²⁵.

Na primeira parte, o compêndio de Jacquier abrange conceitos gerais da Geografia como Latitudes e Longitudes; divisão da terra em continentes, ilhas, mares; zonas climáticas da terra – zonas glaciais, zonas temperadas e zona tórrida; atmosfera abordando os climas, ventos e temperatura; relevo da Terra, correspondendo à formação das montanhas, terremotos, vulcões, rochas e minerais, e principias montanhas do globo; águas oceânicas correspondendo ao estudo da profundidade, salinidade, temperatura, nível coloração e correntes marítimas; águas continentais correspondendo ao estudo dos lagos, rios, águas minerais, águas subterrâneas, bacias hidrográficas; Geografia da vegetação, mostrando as influências da temperatura no crescimento de espécies ao longo do globo; Geografia dos animais, também influenciado por condições atmosféricas; “Geografia Humana”, mostrando a diferenciação das raças humanas, suas características, origens, graus de civilização, línguas, religião, formas de governo, classes industriais e comércio. Por último o autor discute a origem e evolução do Globo explicando as mudanças da Terra por fatores geológicos como vulcões, terremotos e o estudo de fósseis.

Um olhar sobre a primeira parte de *Géographie Élémentaire* nos mostrou como, segundo Jacquier, está posta a interrelação entre clima e vegetação; clima e tipos humanos; e clima e fauna. Enunciados tais pressupostos, o autor parte para segunda secção do livro que abrange a descrição particular da Terra abordando: a Europa, a Ásia, a Oceania, a África e a América, trazendo a localização e informações de cada país dos cinco continentes.

Na terceira e última parte da obra, o autor aborda a Geografia Antiga trazendo as antigas divisões do mundo e apresentando antigos povos e civilizações.

²⁵ Nous avons fait très fréquemment usage des latitudes et des longitudes. Nous espérons n’être pas blâmé pour cette innovation par les personnes qui connaissent de quelle utilité elles sont en géographie, non seulement pour fixer la position des lieux, mais encore pour faire connaître l’étude des contrées, et, jusqu’à un certain point leur clima, leur productions et leur aspect physique.

2.3.2 O Resumo de História Universal

Como já foi visto a falta de um compêndio em língua portuguesa para as aulas da Academia de Direito era um problema para professores e alunos. Apesar de o governo mandar livros, periódicos e outros materiais para a biblioteca da Academia eles não foram suficientes, principalmente no período da instalação das disciplinas do Curso Anexo e das aulas do Curso Jurídico. Para resolver tal defasagem o decreto de 7 de novembro de 1831 que alterou os Estatutos do Curso jurídico, no capítulo segundo que dispõe das modificações das aulas menores ficou definido que os professores teriam a prerrogativa de adotarem os livros em suas aulas e, em caso de falta desses compêndios, ele deveria fazer um e apresentá-lo para a Congregação dos lentes do Curso Jurídico para que fosse aprovado (SANTOS, 2005).

Com a cadeira de História e Geografia estabelecida em 1834, Julio Frank deveria apresentar um compêndio em língua portuguesa que pudesse ser adotado para suas aulas. Pelo menos nos primeiros anos, Frank utilizou-se de livros estrangeiros para suas aulas e foi objeto de críticas. Como já vimos nos ofícios já apresentados houve críticas por parte de candidatos oriundos de outras províncias. Estes além de não possuírem uma cadeira de Geografia e História não possuíam sequer um livro de referência para que pudessem estudar para os exames dessa matéria.

Em abril de 1837 o Governo Imperial emite um aviso à diretoria do Curso Jurídico e em anexo um exemplar do Compêndio de Geographia Elementar de José Saturnino da Costa Pereira para ser expedido um parecer da Congregação dos lentes. Isso nos mostra a preocupação do Governo Imperial no que tange a ausência de um compêndio oficial adotado na aula de História e Geografia.

José Saturnino da Costa Pereira já era nessa época um consagrado autor de livros didáticos pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Escrevera obras variadas sobre Mecânica, Leitura, Geografia, Lógica, Cálculo, além de um dicionário topográfico. Também fora presidente da Província de Mato Grosso e senador do Império (MAGALHÃES, 2006 p. 47).

Mas tudo indica que o livro de Costa Pereira não foi aprovado. Dois meses antes, em Fevereiro de 1837 a presidência da Província de São Paulo já tinha autorizado a tradução da História Universal de Karl Heinrich Ludwig Politz por Julio Frank e pedia em um aviso desse mês para que o professor Frank não desanimasse na tradução do

compêndio. Sobre o Compêndio de Geografia Elementar de José Saturnino, não há sequer um exemplar dessa obra na Biblioteca da Faculdade Direito da Universidade de São Paulo ou mesmo qualquer referência sobre sua utilização em aulas de Geografia no Curso Anexo.

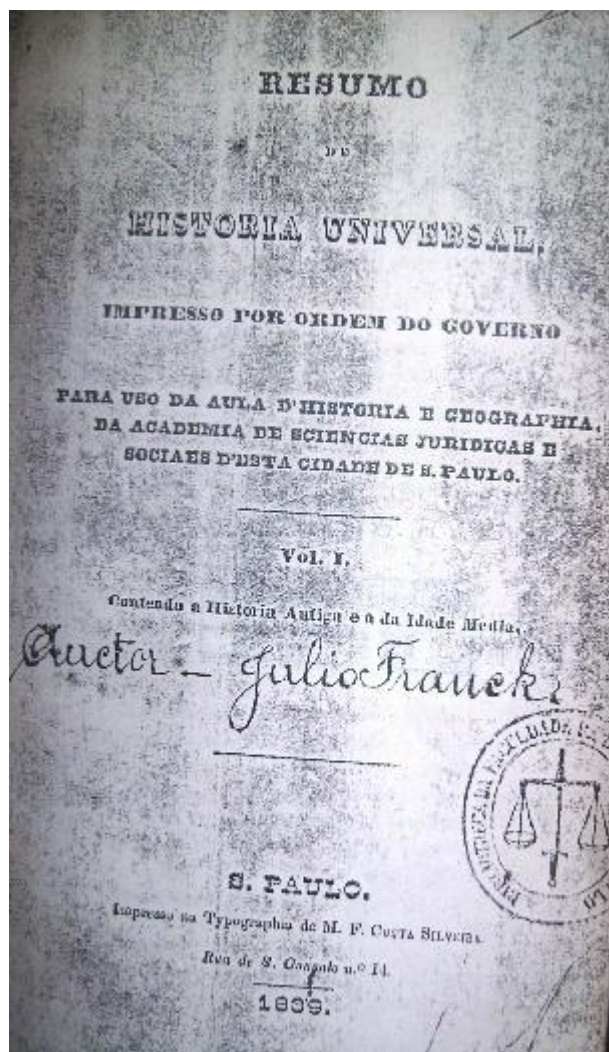
É nesse contexto que o Governo da Província de São Paulo autoriza a publicação de uma obra didática para as aulas de História e Geografia. E em ofício de 16 de fevereiro de 1838 o Governo Imperial autoriza a impressão do compêndio devendo os custos da primeira impressão ficar sob os encargos da Fazenda Pública da Província:

...a fim de se poder fixar o convenientemente o preço da obra para o uso das escolas, quando à elas se aplique, e precaver-se o abuso possível de onerar os estudantes acima do justo, devendo a referida impressão verificar-se nessa cidade, visto que o próprio escritor é muito mais idôneo que qualquer outra pessoa, para a revisão das provas, principalmente de um escrito daquela natureza. Ofício do Governo Imperial de 18 de janeiro de 1838. (MAFD Livro 3 p. 141).

O motivo alegado foi a produção de um compêndio apropriado para os alunos do curso preparatório. Frank menciona no prefácio da obra que conforme fosse a necessidade da província e se essa obra agradasse no gosto da juventude pelos estudos de História Universal poderia escrever também outros compêndios para crianças, ou seja, para a educação primária e outro para jovens, para fins estritamente acadêmicos.

Com isso Frank, na introdução, demarca bem o alcance e o destino do livro: ser um livro didático *para a aula de História e Geografia, para a Academia e Ciências Jurídicas e Sociais desta Cidade de São Paulo*. Não pretendendo ser um livro acadêmico que apreendesse uma história universal completa, uma obra que pudesse avançar com essa ciência o autor propõe então um resumo, como bem indica o título da obra.

Figura 2.3
Folha de rosto do Resumo de História Universal



Fonte: Foto tirada por Daniel Mendes Gomes

No livro, não há referencias a autores brasileiros ou a qualquer escrito feito no Brasil, sua matriz referencial é puramente germânica. A introdução do livro é uma tradução de um discurso de Friedrich Schiller²⁶ na aula inaugural de História na Universidade de Iena. Frank ainda menciona que sua obra foi fundamentada no livro de Luiz Poelitz, (Karl Heinrich Ludwig Politz), professor de Ciências de Estado na Universidade de Leipzig. Frank comenta que houve a possibilidade de fazer uma tradução de tal livro, mas ressalta que se assim fosse feito o livro não atingiria seu propósito, portanto, ele faz uma adaptação da obra de Politz:

²⁶ Johann Christoph Friedrich von Schiller (1759-1808) foi um dos representantes do Romantismo alemão do século XVIII. Em 1788 foi indicado por Johann Wolfgang von Goethe para assumir a cadeira de História na Universidade de Iena onde permaneceu por uma década.

Certo das dificuldades, que uma tal obra oferece e desconfiado dos meus mesquinhos conhecimentos recorri ao Resumo que fez um sábio alemão, o distinto H. Luís Poelitz, professor de Ciências do Estado da Universidade de Leipzig. Porém um mais profundo exame do livro e a experiência mostraram-me que nem esse Resumo podia em tudo satisfazer às necessidades do Estabelecimento; e portanto em vez de dar uma versão, como pretendia, resolve-me compor uma obra nova - mormente na parte que trata da Idade Média - fundando-a todavia no excelente sistema do historiador (FRANK, 1839 prefácio.)

Bandecchi (1982) afirma que pelas circunstâncias indicadas, Frank teria desistido de fazer uma tradução e composto uma obra própria, utilizando a obra de Politz no que tange à metodologia e como forma de inspiração. O autor declara ainda que a obra Frank foi impressa uma única vez e pelo constante uso pelos alunos do Curso Anexo, passando de geração em geração restaram pouquíssimos exemplares. Bandecchi acrescenta que ele mesmo só tem conhecimento de dois exemplares restantes²⁷.

Na introdução traduzida de Schiller há a definição de conceitos, definindo o campo da História e apresentando suas filiações teórico/metodológicas que ele usaria em suas aulas. A ideia principal do estudo da história é o despertar do que o autor chama de “espírito filosófico” em detrimento das ideias escolásticas. Para isso o ensino de História Universal seria fundamental.

O autor entende por espírito filosófico a capacidade do estudante de pensar além de sua profissão, o pensamento que daquele tem a probidade de dar coesão ao saber do seu ofício com o restante do saber do mundo, um conhecimento universal que o permite transcender ao conhecimento meramente profissional.

Diverso é o plano de estudos, a que se propõem quem os considera como ofício, daquele que forma para si a mente filosófica. O que tem somente em vista preencher com sua assiduidade as condições, que o tornam apto a um emprego, e em particular de seus próis; o que se põe em movimento as forças de seu espírito com o fito em melhorar seu estado externo, e contentar mesquinho e acanhado amor de glória, esse, quando entrar no curso acadêmico, certo não julgará mais importante, do que extremar com esmero as ciências, que chama lucrosas, das, que só satisfazem o espírito como espírito. Todo o tempo, que consagrar a estas últimas, cuidará que rouba à sua futura vocação, e nunca perdoará este roubo... O que mais lhe interessa é ainda – ostentar os acumulados tesouros da memória, e não deixar que seu valor desmereça. Qualquer expansão aos seus conhecimentos o inquieta, por que lhe ordena novo trabalho, ou lhe inutiliza o passado; cada inovação importante o amedronta, por que lhe rompe as antigas formas escolásticas,

²⁷ O exemplar aqui utilizado encontra-se na Biblioteca Central da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

pelas quais tanto se afanou, e que o expõe ao perigo de perder todo o trabalho de sua vida passada. (SCHILLER, 1839 p. IV)

Nessa perspectiva, se a finalidade das aulas de História Universal for realmente, de acordo com o apresentado na introdução do livro, o enriquecimento do intelecto do estudante, futuro universitário, pode-se dizer que o ensino preparatório tinha um caráter humanístico, propedêutico voltado para a formação do intelecto. A formação do estudante pelas aulas de História Universal tinha o objetivo de preparar o estudante para o pensamento científico de uma forma ampla.

Ao ler o texto percebe-se que a História Universal é a história da conquista europeia sobre o resto do mundo, levando os princípios da civilidade, segundo o autor, do avanço social para a “infância”, ou seja, para os povos selvagens que estão atrasados no processo civilizatório. Trata os outros povos, tanto da América como os da África como selvagens sem os rudimentos da civilidade como a religião, a família, a propriedade, sendo muitos que desconhecem até as artes fundamentais como o uso do ferro ou até mesmo o do fogo.

Assim, Schiller contrapõe o resto do mundo com a “civilização européia” para concluir que esta se encontra no estágio mais avançado do pensamento humano desde que as leis *desceram até à fraqueza do homem* e o homem entrou em harmonia com a razão, proporcionando um ambiente propício para grandes descobertas, avanço na indústria e por fim, o estabelecimento da paz entre os povos da Europa.

Que painel tão oposto! Quem presumiria que os refinados Europeus de agora são apenas irmãos mais adiantados dos novos Canadenses ou dos antigos Celtas! Todas essas habilidades, impulso para as artes; e experiências, todas essas produções da razão germinaram, e desenvolveram-se no espaço de poucos mil anos, todos esses prodígios das artes, todas essas obras gigantescas do trabalho foram de eles arrancado. O que foi, que tais prodígio despertou à vida, e estes evocou? Por que estados atravessou o homem, quando se remontava daquele extremo a este extremo, de insocial troglodita à genial pensador, e político cosmopolita? Estas questões resolve a História Universal. (SCHILLER, 1839 p.XVII)

Assim, estudar a História Universal é estudar o avanço da civilização do “barbarismo às luzes”. Vários acontecimentos ocorreram para o homem chegar ao atual estágio, cabe a História Universal estudá-los.

Julio Frank não se desvia das instruções do seu mestre ao definir a História Universal como *a exposição e o desenvolvimento científico dos fatos importantes e*

verificados, que tem formado e mudado o estado externo social do gênero humano (FRANK, 1939 p.3).

A História Universal proposta por Frank não foi a História ou a Geografia Pátria, cuja finalidade era o nacionalismo, mas a História do progresso do pensamento científico de cunho liberal que acreditava no progresso e evolução das civilizações. Tudo leva a crer que o autor entendia que o estudo da História nesses moldes poderia levar seus alunos a um pensamento racional e evolucionista, em marcha ao progresso.

É interessante notar que a História e Geografia ensinada pelo autor fora muito diferente daquela ensinada em outros estabelecimentos, como o próprio colégio modelo, o Colégio Pedro II criado em 1837 com funcionamento em 1838, quatro anos após o início das aulas de História e Geografia do Curso Anexo. Essa concepção de História e Geografia, que ignorava a História e Geografia do Brasil incomodava o Diretor interino da Faculdade, José Maria de Avelar Brotero. Em sua carta de 18 de março de 1839 ao Governo Imperial o diretor interino demonstrava sua preocupação com o professor de História e Geografia que adotara livros em alemão e que em suas aulas não havia História Pátria. Em outra correspondência datada de 11 de julho de 1840 o mesmo diretor diz que as aulas dessas matérias no Curso Anexo se afastam de todas as demais instituições de ensino por que não ensinam a História Nacional

O livro escrito por Julio Frank de 1839, publicado em dois volumes, o primeiro em janeiro e o segundo em agosto do mesmo ano, sob ordem do governo da Província de São Paulo para a composição de material didático para os alunos do Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, impresso pela Tipografia de M. S. Costa Silveira é o primeiro livro didático de História e Geografia produzido na província paulista. No primeiro volume da obra, o autor acrescenta ao título: *Para o uso da aula de História e Geografia, da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais d'esta cidade de São Paulo*.

O autor do Resumo de História Universal já lecionava no curso preparatório desde 1834, mas a publicação da obra ocorre somente em 1839. Frank comenta que a ideia de compor a obra ocorre pela falta de um compêndio adequado para as aulas que o professor ensinava no curso anexo. Isso pode significar, além das acusações feitas por Brotero, a real necessidade de elaborar um livro para as aulas de História e Geografia. Poderia até chegar à província livros de História e Geografia, mas, segundo o autor e professor, não eram adequados ao tipo de curso que ele lecionava.

Pelo ofício de 21 de Abril de 1837 foi remetido à Academia de Ciências Jurídicas de São Paulo o exemplar do compêndio de José Saturnino Costa Pereira, o Compêndio de Geographia Elementar para ser avaliado pela congregação e, caso aprovado, ser usado na aula de Geografia. Diante das fontes consultadas até o momento não há referências de aprovação ou de utilização do livro de Costa Pereira. No período de 1834 a 1839, não há referências à utilização de um livro didático escrito em língua portuguesa para a aula de Geografia, mas sabe-se que no mesmo ano em que o compêndio foi enviado à academia Julio Frank já estava confeccionando o seu Resumo de História Universal como nos mostra a correspondência de 18 de fevereiro de 1837.

Os conteúdos do livro didático de Frank estão divididos em oito capítulos além do prefácio e da introdução. O autor divide a história em três momentos: Antiguidade, Idade Média, História Moderna e cada momento é subdividido em períodos históricos totalizando sete períodos a saber: Primeiro Período: da fundação dos Estados mais antigos até Ciro e Pérsia; Segundo Período : de Ciro e da Pérsia até Alexandre, o Macedônio; Terceiro Período: de Alexandre, o Macedônio até a monarquia de Octaviano (Augusto) em Roma; Quarto Período: da monarquia de Augusto até a queda do Império Romano Ocidental; Quinto Período: da queda de Roma a Carlos Magno (o Franco); Sexto Período: de Carlos Magno até o descobrimento da América; e do descobrimento da América até a Revolução Francesa.

O autor dedica as primeiras trinta páginas para mais uma introdução desta vez regida pelo próprio autor, apresentando o método da ciência histórica. Para Frank a História é composta de quatro categorias de ciências: ciências fundamentais, propedêuticas, deduzidas e auxiliares.

O autor apresenta a ciência geográfica da seguinte forma:

Geografia:

- a) A pura ou geral, que partindo da qualidade física da superfície da esfera terrestre pouco desenvolve a sua divisão política, como sujeita a continuas alterações, e se funda na geografia matemática (parte das matemáticas práticas) e física (tirada da descrição e história da natureza)
- b) A antiga, média e moderna, segundo as alterações mais notáveis que nos diversos períodos tem sofrido a divisão política da superfície. (FRANK, 1839 p. 10)

Assim como a Crítica das fontes e a Cronologia, a Geografia é enquadrada na categoria de ciências propedêuticas, essenciais e preparatórias para o estudo da História

Universal. Por ciências propedêuticas entende-se: *O círculo dos conhecimentos preparatórios ou propedêuticos formam aquelas ciências históricas, sem as quais as fundamentais não podem ser elevadas a uma forma sistemática, nem desenvolvidas no seu nexos necessário.* (p. 10). Desse modo, o ensino de Geografia torna-se conhecimento inicial e obrigatório para o entendimento da História. O autor cita a obra de Malte-Brum denominada *Histoire de la géographie* e ainda cita os autores Büsching, Hussel e Stein. (p. 10).

Frank dedica um tópico para expor o método de estudo da História Universal. O método histórico divide-se em seis: Geográfico, Cronológico ou analítico etnográfico, sincronístico, pragmático, político. Para o autor o método geográfico consiste em:

O geográfico, o qual começando pela divisão antiga ou atual da terra em reinos e Estado, a ela acomoda a narração dos fatos que influíram na sua formação. Este método convém principalmente ao ensino elementar, por que em geral o conhecimento da geografia deve preceder ao estudo da história. Necessário é para este método o uso de bons mapas antigos e modernos. (FRANK, 1839 p.18)

O autor elenca um conjunto de obras que podem ser utilizados para o ensino da Geografia:

Cellarius: Notitia orbis antiqui cum observ. Scliwarzii Lips, 1770
Dav. Koechler: Descriptio orbis antiqui in XLIV tabulis exhibit. Norimb. 1778.
J. Mathias Hase: Atlas historicus comprehendens imperia maxima orbis antiqui.
D'anville, Heeren, Bruns, e Paulus: Geographia Antiga com Atlas. 1800 (continua) Norimb.
P. F. J. Gosscli: recherches sur la geographie systematique et positive des anciens. 4 t. Paris 1814.
Os Atlas de Stickler e Weiland (Saxe-Wemar) são exatos e bem desenhados. (p.19)

Frank salienta que utilizou o do método etnográfico para a composição dos períodos estudados no compêndio. Mesmo assim o caráter geográfico da obra é chamativo, a começar pela maneira em que a obra foi organizada. Dividida em períodos e por países como nos mostra o índice do livro.

PRIMEIRO PERÍORDO:

1 Ideias preliminares; 2. Continuação; 3. (Continuação); 4. Ásia em Geral; 5. (Continuação); 6. (Continuação); 7. Índia; 8. China; 9. Média, Bactria, Maracanda; 10. Assíria e Babilônia; 11. Armênia; 12. Síria; 13. Fenícia; 14. Arábia; 15. Ásia Menor; 16. Seythia; 17. África em Geral; 18. Povos Egípcios; 19. Egito; 20. Cartago; 21. Grécia; 22. Itália (FRANK, 1839 índice).

O primeiro capítulo que aborda o primeiro período histórico é o mais representativo. Antes de anunciar os eventos de cada país, região, território ou continente há uma descrição geográfica do espaço a ser estudado.

Ásia em geral. As mais antigas tradições da história, os primeiros desenvolvimentos do gênero humano conduz-nos para a Ásia. (...) Um continente enorme em si, unido não interrompido por mares, mas regado por grandes rios que abrange 700.000 milhas quadradas (África 530.000, Europa somente 160.000, e o continente da América 650.000 mais ou menos) forma aquela parte do globo, que segundo a sua posição geográfica contém em si imensos campos para nômades, serras e matas para hordas caçadoras, e planícies férteis e risonhas para povos agricultores; inumeráveis rios pequenos, e vários grandes para o comércio, produtos para as mais variadas necessidades da vida, e um riquíssimo mundo animal. (pp. 34-35)

E ainda:

Por grandes serras dividiu a natureza esse continente em três partes. A Ásia setentrional compreende as terras do norte do Altas até ao mar glacial; a Ásia média as terras entre o Altas e Tanro; a Ásia meridional as terras no sul do Tauro até o Oceano Índico. A primeira estendendo-se de 70° e 50° latitude norte; a segunda, a grande Tartaria e Mongólia (Sethya e Sarmatia Asiática dos antigos) de 50° a 40°; a terceira, o teatro da atividade dos povos antiquíssimos, e o centro do comércio do antigo mundo, de 40° até a vizinhança do equador. (p. 35)

2.4 Antônio Joaquim Ribas e a Cadeira de História e Geografia

Ribas fora o discípulo dileto de Frank²⁸. Chegando a São Paulo do Rio de Janeiro com apenas 15 anos de idade, Antônio Joaquim Ribas fez seus estudos

²⁸ Almeida Nogueira (1907 v.9 p.17) retrata Antônio Joaquim Ribas como discípulo dileto de Julio Frank o que nos faz entender que este último tinha outros discípulos. De fato, toda historiografia sobre o mestre alemão o apresenta como uma figura carinhosa que conquistou a mocidade acadêmica. Daniel Pedro Müller (1978 p. 258) diz que em 1834 a cadeira de História e Geografia, regida por Frank, possuía a quantidade de trinta e oito alunos e em 1836 havia vinte e dois. Antônio Joaquim Ribas começou seus

preparatórios no Curso Anexo, conhecendo Frank e aprendendo nas mãos do mestre História e Geografia além de Latim, Grego, Alemão, Literatura, Filosofia e Inglês. *Figura tímida, afetuosa, austero e estudiosa* (AMERICANO, 1943), Ribas não foi adepto das chamadas estudantadas, as festas e bagunças dos estudantes tão bem descritas nas tradições de Almeida Nogueira (1907). Esse era mais próximo dos estudos. Formou-se em 1839 e em 1841 assume a cadeira de História e Geografia por conta da morte de Julio Frank.

Tudo indica que a regência de Ribas seguiu os mesmos passos da de Frank, utilizando-se do mesmo compêndio e dos mesmos materiais que foram solicitados na década de 1830. Pela documentação pesquisada no Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, não há referência de que Ribas tenha elaborado ou adotado um compêndio para a aula de História e Geografia, assim como não há pedido de material para essa aula.

Almeida Nogueira acresce que Ribas foi fiel ao mestre não deixando cair o nível dos estudos da cadeira de História e Geografia fazendo da História *um estudo verdadeiramente científico, contribuindo com muita eficácia para o progresso da mentalidade brasileira*. Ribas lecionou História e Geografia de 1841 a 1854 quando saiu para assumir a cadeira de Direito Administrativo, ficando na Faculdade de Direito até a sua jubilação em 1870. Também foi deputado provincial de São Paulo.

Antônio Joaquim Ribas deu continuidade ao trabalho de Julio Frank na metodologia, nos conteúdos e com os mesmos materiais. Há registros sobre a atuação desse professor, de suas preleções e exames do Curso Anexo nas memórias dos seus alunos. Como podemos ver nas memórias de João Cardoso de Menezes e Souza (Barão de Paranapiacaba) citadas por Almeida Nogueira em suas lembranças sobre as aulas do Curso Anexo na década de 1840 o autor relata:

Outro tipo, que vive nas tradições acadêmicas, é aquele que respondeu com uma dissonância ao professor de história, que lhe perguntou:

–Por quem foi edificada a cidade de Roma?

Rindo-se a aula do cacófato, contido na resposta, ele, de novo interrogado, respondeu:

–Por (fez aqui uma pausa, tossindo) Rômulo.

–Porque essa parada? Há alguma vírgula entre por e Rômulo?

– Não, senhor. É para evitar o cacófato.

estudos preparatórios aos quinze anos de idade, por volta de 1833, dessa forma fazendo parte das primeiras turmas da aula de História e Geografia do curso anexo.

Esse estudante era meu vizinho. Viu certo dia, na minha mesa de estudo, uma esfera armilar:

– Como está enferrujado o eixo da terra! - exclamou.

– Você sabe que estes globos devem representar com exatidão o estado do nosso planeta. Ora, este já conta milhares de séculos. Está bem velho. Quando menos se esperar, esse eixo carcomido estala, e eis as pobres terrícolas a rolares pela imensidade do espaço...

No dia seguinte, vai o homem a meu ubi; mas, sorumbático e soturno:

– Sabe que não preguei olho?

– Por quê?

– Levei a pensar na possibilidade, ou antes, probabilidade da catástrofe que você ontem me figurou. Quem sabe se não será breve?

(NOGUEIRA, 1907 v. 3 pp. 13 e 14)

Esferas, globos e mapas continuam a ser suporte das aulas de Geografia do Curso Anexo. Esses materiais também eram usados nos exames. O mapa era posto diante do aluno e os examinadores faziam a pergunta conforme o ponto sorteado. Eram perguntas de todos os tipos: localização, memorização, pedido para explanar sobre determinado país, nome de reis, rios, clima. O mesmo aluno citado nas memórias de João Cardozo de Menezes e Souza no excerto acima fora examinado pelo amigo, que se tornou professor de Geografia no Liceu de Taubaté e convidado para uma banca examinadora do Curso Anexo.

Cinco anos, depois, tive de examiná-lo em Geografia. Havia sido reprovado quatro vezes nessa matéria.

Saiu-lhe em sorte o ponto — Holanda e Bélgica.

– Como se divide esta região que se chama Flandres?

O homem olha para o mapa e vê em letras garrafais “Flandres Oc. e Flandres Or.” (abreviações conhecidas de Ocidental e Oriental) e responde com o maior apurmo:

– Divide-se em Flandres Oc. e Flandres Or.

O Amaral Gurgel esbugalhou os olhos e trocou com o Ribas significativo sorriso. Toquei com o meu pé o examinando e repeti a pergunta.

– Já disse — insistiu ele. — É Flandres Oc. e Flandres Or.

– Vamos adiante. Que notabilidade tem este rio (o Reno) que desagua no Zuiderzée?

– O Reno? É celebre pelos importantes queijos que exporta.

– Estou satisfeito.

Custou-me obter a aprovação do homem.

(NOGUEIRA, 1907 v. 3 pp. 14 e 15)

Os temas dos exames eram sorteados aleatoriamente em forma de pontos²⁹, os examinadores poderiam fazer qualquer pergunta sobre o assunto selecionado. Vejamos outro exame prestado por um aluno do professor Ribas:

Perguntou-lhe um dia, o Ribas:

– Qual é o monarca da Espanha?

Ele, olhando para as notas que o mapa do Dufour trazia em cada carta geográfica, leu:

– Izabel — e respondeu:

– Não me consta que haja, atualmente, monarca na Espanha.

– Como? Não é monarquia o governo da Espanha?

– É.

– Está vago o trono ou há regência?

– Não, senhor.

– Pois então, não entendo.

– Não há monarca, e sim monarquiza, porque reina uma mulher.

(NOGUEIRA, 1907 v. 3 pp. 17 e 18)

Temos aí a ocorrência de mais um mapa utilizado no Curso Anexo. August-Henri Dufour foi um importante geógrafo francês do século XIX. Estudou com Lapié e trabalhou com ele em vários mapas. Segundo BLACK (2005) Dufour foi um dos responsáveis pelo o aumento do mercado de mapas históricos na França no Século XIX, publicando em 1840 o *La Terre. Atlas historique et universel de géographie*.³⁰ Os mapas de Dufour foram publicados em importantes obras como o *Dictionnaire Géographique Universel de Vosgien*, obra já citada anteriormente.

A biblioteca do Curso Jurídico fornecia os mapas para os exames de preparatórios. Estes eram retirados da biblioteca e deveriam ser devolvidos logo após o exame. Segundo o inventário de Manuel Pereira da Silva³¹, bibliotecário em 1844, a biblioteca possuía dois globos geográficos além uma série de atlas em tamanho *in-fólio* que serviram para os exames; estes atlas eram todos importados. Nesse mesmo inventário há uma seção própria de livros didáticos denominada *Compêndio de exames*

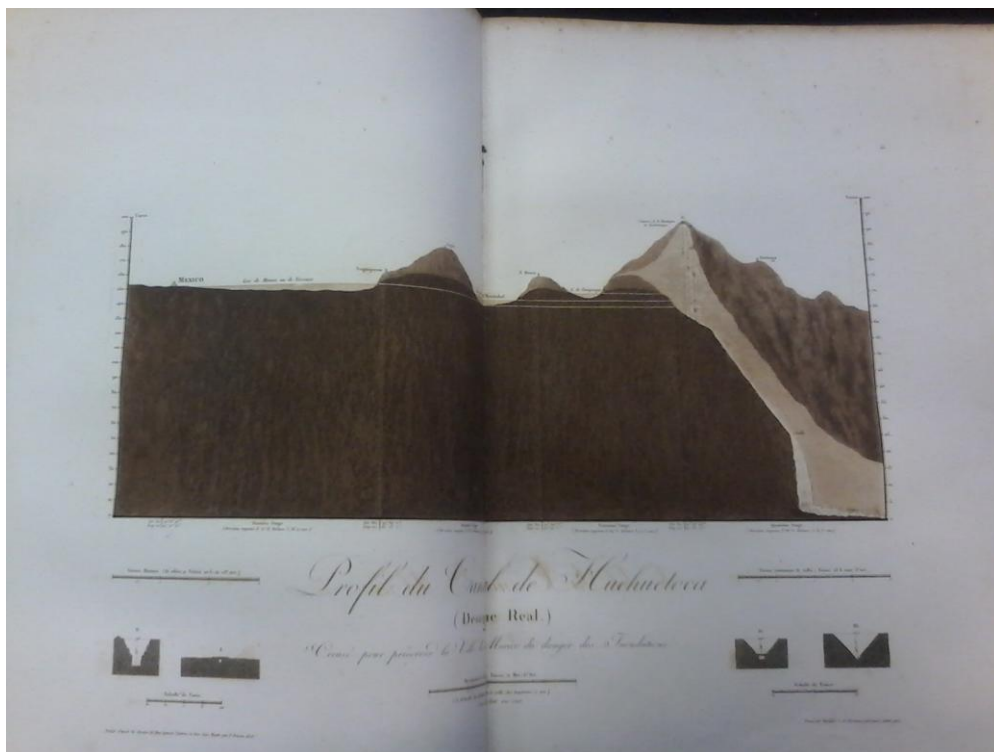
²⁹ Termo muito comum na época para indicar os temas que iriam ser sorteados para a realização do exame. No Curso Anexo esses temas eram selecionados pelo professor da disciplina e colocados em uma urna. No dia do exame um assunto era escolhido aleatoriamente da urna e o examinando deveria responder todas as questões feitas pelos examinadores que fossem referentes aquele ponto.

³⁰ Segundo Black (2005 p. 80) esse atlas era composto de 16 mapas históricos, sendo eles treze do Mundo Clássico e os outros três sendo um mapa da Europa V; outro do império Mongol; e o outro do império de Carlos Magno.

³¹ Este livro há de servir para o inventário da Biblioteca do Curso Jurídico da Cidade de São Paulo. São Paulo, 03 de setembro de 1844

preparatórios. Nessa lista encontramos a *Géographie Elementaire* de Jacquier, único livro didático de geografia relatado³².

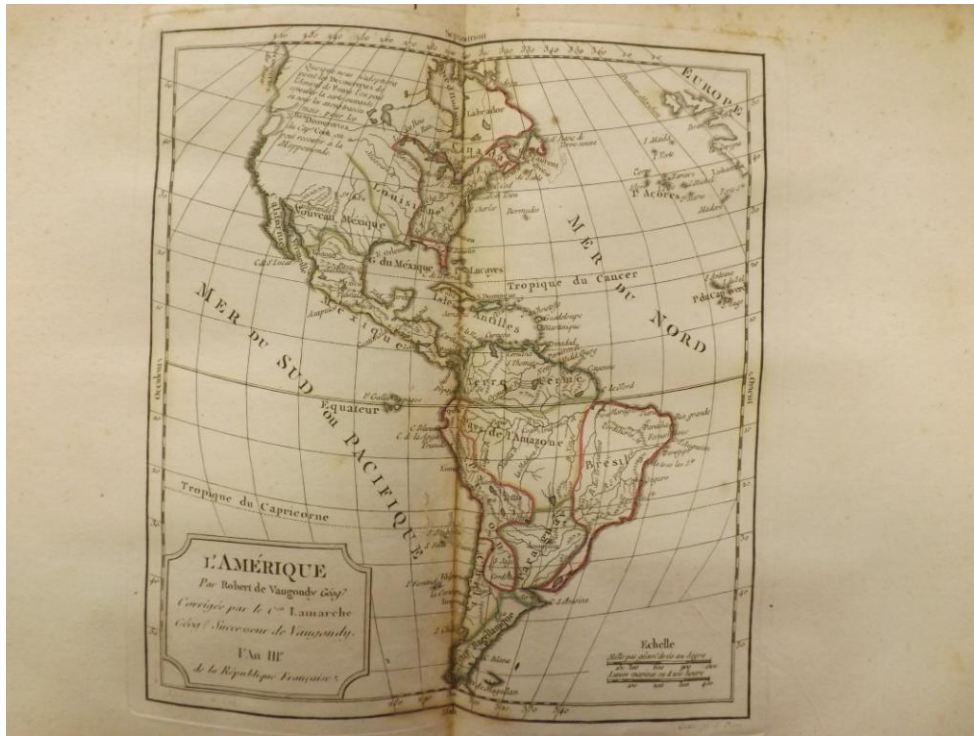
Figura 2.4
Perfil de Relevo retirado de Atlas Geographique et Physique de Humboldt (1811)



Fonte: Foto tirada por Daniel Mendes Gomes

Figura 2.5
Mapa da América retirado do *Novel Atlas Portatif* de Vaugondy (1795)

³² Os demais livros didáticos encontrados são: *Compêndio de Euclides*, em dois volumes; *Bezont, Matemática* em dois volumes; *Romam History* em dois volumes; *Tabelas Latinas*, em seis volumes, e autores como Virgílio, Cícero e Voltaire.



Fonte: Foto tirada por Daniel Mendes Gomes

Consultamos seis obras que estão disponíveis na biblioteca da Faculdade de Direito da USP e todos os atlas consultados, obras do final do século XVIII e da primeira metade do Século XIX, são escritos no idioma francês publicados em Paris.

Isso revela que a Geografia feita neste estabelecimento de ensino vinha ao encontro daquela praticada nos países da Europa como bem constata Nogueira (1953),³³ ao destacar a influência francesa na Província de São Paulo a partir da segunda metade do século XIX. Autora chama a atenção para o elevado número de professores de origem francesa que começaram a lecionar na Província. Percebe-se aqui que a influência estrangeira na escola paulista é mesmo anterior a segunda metade do século, datando os seus primórdios, pelo menos no que diz respeito ao ensino secundário de Geografia.

Tanto Bandecchi (1982) quanto Americano (1944) afirmam que Ribas teve participação na elaboração do Resumo de História Universal juntamente com Julio Frank. Ribas teria ajudado na revisão da obra. É interessante notar que o Resumo de História Universal de Frank não aparece o nome de nenhum autor. No exemplar encontrado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o nome de Julio Frank está escrito na capa à mão. Americano (1944) ao citar a homenagem que o

³³ Texto republicado em 2000 por Emília Viotti da Costa pela Revista de História (COSTA, 2000).

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez por ocasião da morte do Conselheiro Ribas ocorrida em 22 de Fevereiro de 1890 menciona que o Instituto reconhecia o Conselheiro como colaborador de Julio Frank no seu Resumo de História Universal. Já Bandecchi (1982), parafraseando o jornal *O Estado de S. Paulo* de 25 de fevereiro de 1890, ao registrar a morte do célebre juriconsulto, diz que Ribas *escreveu de colaboração com Julio Frank um compêndio de História Universal que durante longos anos foi adotado pela academia.*

Sendo assim, seria natural que Antônio Joaquim Ribas não tenha adotado um novo compêndio para a aula de História e Geografia durante sua permanência nessa cadeira. Sobre o uso desse compêndio podemos dizer que ele perdurou por muitos anos como o compendio de História e Geografia do Curso Anexo que, junto com outros livros, compêndios, mapas, atlas, globos compuseram o acervo didático do curso durante a primeira metade do século XIX.

Há registros da utilização dessa obra ainda em 1867 nas aulas do terceiro professor da cadeira de História e Geografia. O professor Diogo de Mendonça Pinto, afirma que só deixou de utilizar-se do compêndio por ter-se esgotado os exemplares à venda. (MAFD Livro 21 – 10/09/1967)

Na consulta à biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo sobre os compêndios de Geografia utilizados durante do Império no Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo foram encontradas as seguintes obras didáticas:

Quadro 2.5
Livros didáticos de Geografia na Biblioteca da Faculdade de Direito - USP (1827 a 1989)

Autor	Título	Ano
Florez, Enrique.	<i>Clave geografia para aprender geografia los que no tienen maestro.</i>	1798
Frank, Julio.	<i>Resumo de História Universal: impresso por ordem do governo para o uso da aula de historia e geografia, da academia de sciencias juridices e sociaes d'esta cidade de São Paulo.</i>	1839
Oliveira, Machado.	<i>Geographia da província de São Paulo.</i>	1862
Oliveira, Machado.	<i>Geographia da província de São Paulo adaptada a lição</i>	1862

	<i>das escolas e oferecida a assembleia legislativa provincial.</i>	
Souza Brasil, Thomaz Pompeo de.	<i>Compendio elementar de geografia geral e especial do brasil.</i>	1869
Macedo, Joaquim Manuel de.	<i>Noções de Corographia do Brasil.</i>	1873
Pinto, Alfredo Moreira.	<i>Geographia das províncias do Brazil.</i>	1883
Oliveira Martins, Joaquim Pedro.	<i>Taboas de chronologia e geografia histórica.</i>	1884
Jaguaribe Filho, Domingos José Nogueira.	<i>Sul de São Paulo: contribuição para o estudo da geografia physica d'esta zona da província.</i>	1886

Fonte: Catálogo on-line da Biblioteca da FD-USP: <http://www.direito.usp.br/bibliofd/>

Podemos destacar que no período de funcionamento da aula de História e Geografia do Curso Anexo sob a regência dos seus dois primeiros professores - Julio Frank e Antônio Joaquim Ribas - não há um relato conhecido no arquivo da Faculdade de Direito sobre adoção de um novo compêndio de História e Geografia pela Congregação dos lentes da Academia de Direito. Isso nos faz concordar com a bibliografia estudada que concebe o Resumo de História Universal como compêndio oficial do Curso Anexo, adotado para a cadeira de História e Geografia por décadas. Cabe ressaltar, porém que esse livro só teve uma única tiragem cuja quantidade de livros impressos não se sabe.

Vale ressaltar também que o Resumo não foi o único livro utilizado nessas aulas. Apesar de ser o adotado oficialmente, havia outros compêndios de estudo como o compêndio de Cesare Cantù, muito utilizado nos estudos de História durante o século XIX. Almeida Nogueira relembra, pelas memórias de Francisco de Assis Vieira Bueno, o estudante Hilário Gomes Barbosa Nogueira, leitor voraz que leu os setenta e dois volumes da *História Universal* de Cesare Cantù (NOGUEIRA, 1907 v. 5 pp. 127 e 128). Já Venâncio Filho cita as memórias de Peçanha Póvoa de 1870 no que concerne ao ensino de História:

entre nós, cada ano traz-nos uma glória nova. A mocidade acadêmica, até o ano de 1856, tinha sido historiadora. Na imprensa e na tribuna, o seu gênio se consagrava ao estudo da História. Estavam em voga Cesare Cantu e Lamartine. Antes, tinha sido filosófica. A Alemanha era-lhe modelo. Fez-se

uma geração espiritualista. Hoje, trata-se de saber do que fomos em 1856, 1857, 1858. Cansada da História, a mocidade passa para a poesia (Pessanha Póvoa *apud* VENANCIO FILHO 1982 pp. 153 e 154).

Apesar de não serem propriamente livros didáticos, a geração de Antônio Joaquim Ribas, apaixonada pela história universal escreveu diversos livros sobre história e sobre Geografia, tendo o próprio Ribas a autoria de um livro que podemos considerá-lo como de Geografia pois o autor estuda a navegação do rio Paraná e seus afluentes, sobretudo o Mogi-Guaçu. *O título da obra é Memória sobre a navegação do Paraná e seus afluentes* (AMERICANO 1944 pp. 40 e 41). Americano também faz referência a uma História dos Paulistas, obra não publicada segundo o autor.

Cabe ainda destacar que na pesquisa feita nas memórias dos alunos de Ribas relatadas por Almeida Nogueira e pela consulta a biblioteca da faculdade de Direito encontramos mais livros de história do que livros de geografia. Essa constatação nos traz os indícios de que além do maior gosto da história pela mocidade acadêmica com trata a bibliografia pesquisada, constata-se também que o estudo da Geografia foi feito pelo menos até a metade do século XIX mediante a utilização de mapas. O atlas aparece aqui como o instrumento privilegiado para o estudo da Geografia.

2.4.1 Précis de La Géographie Universelle ou description de toutes les parties du monde.

Obra escrita por Malte Brum, dividida em quatro volumes publicados entre 1812 e 1813. No primeiro volume, o autor faz a descrição e o histórico da ciência geográfica começando por uma “Geografia Primitiva” abordando desde Moisés, Homero, os hebreus, os egípcios e outros povos da antiguidade seguindo a ordem cronológica até o período das Grandes Navegações, descrevendo o continente americano. O segundo volume é dedicado à teoria da Geografia. Nesse volume o autor dividiu os capítulos por áreas de estudo abordando estudos da geologia, astronomia, distribuição geográfica dos animais, vegetais, dos tipos humanos, do relevo, clima, mares, lagos e relevo. Do terceiro ao quarto volume o autor aborda a Geografia Geral da África, Ásia e Oceania, descrevendo partes e particularidades dos continentes.

2.4.2 Les fastes universels ou Tableaux historiques chronologiques et géographiques.

Obra publicada em 1821 por M. Buret Longchamps em Paris, vendida em sete livrarias localizadas em Paris e mais oito lojas espalhadas pela Europa. O livro apresenta quadros mostrando as divisões dos continentes e países, seus povos, origens e ordens das dinastias.

2.4.3 Atlas Géographique, statistique, historique et chronologique des deux Amériques et des îles adjacentes

De autoria de J.A. Buchon, a obra foi adaptada de um atlas da América de Le Sage e publicada em Paris no ano de 1825. Todo escrito no idioma francês o atlas de Buchon apresenta 63 três mapas do continente americano. Ao todo são 42 mapas da América Setentrional, dos quais 39 correspondem aos Estados Unidos e suas subdivisões por estados federados. Com predomínio de mapas dos Estados Unidos da América o atlas traz o texto da Constituição dos Estados Unidos e uma descrição histórica exclusiva desse país.

Somente o primeiro mapa apresenta todo o continente americano, dividindo-o em duas grandes regiões: América Meridional e América Setentrional. O mapa é acompanhado de textos informativos sobre o continente apresentando um esboço histórico e características gerais.

A partir do segundo mapa o atlas mostra o que o autor denomina América Setentrional, que corresponde ao que hoje denominamos Américas do Norte e Central. O mapa é acompanhado de textos subdivididos em categorias: montanhas, baías e golfos, lagos, rios, divisões e história.

Os 13 últimos mapas que compõem o atlas distribuem-se na representação do restante do continente. Há apenas um mapa do Brasil.

Figura 2.6 Carta Geográfica, Estatística e Histórica do Brasil



Fonte: BUCHON, 1825 - Atlas Géographique, statistique, historique et chronologique des deux Amériques et des îles adjacentes

O autor complementou os mapas trazendo informações históricas e estatísticas dos países em textos ao lado dos mapas. Estes textos não foram reproduzidos nesta tese. Eles compreendem em dados referentes aos limites de cada país, as principais vilas, comércio, religião, história, clima, rios, aspectos do solo, produção, comunicação interna e Governo.

2.4.4 Obras de Alexander Von Humboldt

Foram localizadas na biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo três obras de autoria de Alexander Von Humboldt publicadas entre os anos de 1811 e 1834.

O Atlas Géographique et Physique du Royaume de La Nouvelle-Espagne publicado em Paris em 1811, não apresenta textos explicativos como no atlas anteriormente apresentado. O trabalho de Humboldt consistiu em cartografar a Nova Espanha, região hoje composta pelo México e o sul dos Estados Unidos, apresentando em diferentes escalas gráficas detalhes técnicos sobre o terreno dessa região.

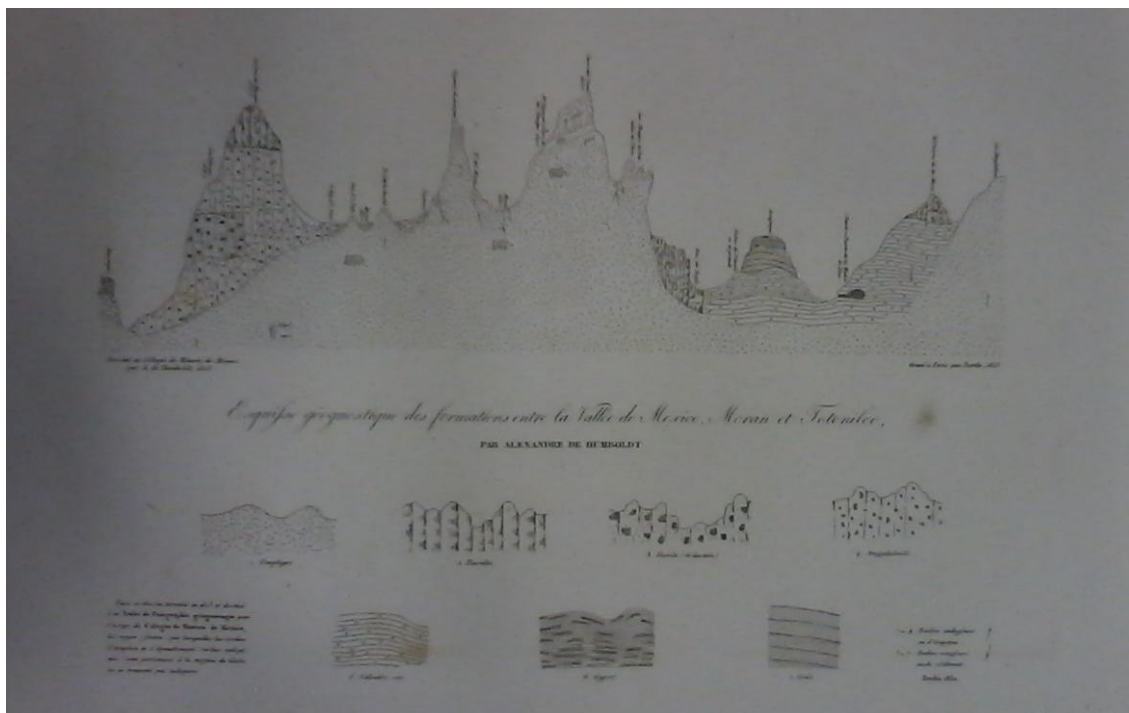
Figura 2.7
Carta do México por A. Humboldt



Fonte: Humboldt (1811) - Atlas Géographique et Physique du Royaume de La Nouvelle-Espagne

Além dos mapas o autor também traçou perfis de relevo com escala de altitude e níveis barométricos, desenhando paisagens apresentando vulcões, montanhas e vales. Da mesma forma o autor procedeu no *Atlas Géographique et Physique des Regions Équinoxiales du Nouveu Continent*, desta vez apresentando estudos sobre a hoje denominada América Central. Humboldt fundamentou seus estudos em observações astronômicas e medidas trigonométricas e barométricas, traçou perfis de cursos de rios, relevo e estrutura geológica.

Figura 2.8
Perfis de Relevo elaborados por Humboldt



Fonte: HUMDOLT (1834) - *Atlas Géographique et Physique des Regions Équinoxiales du Nouveau Continent*.

Em *Voyage de Humboldt et Bonpland première partie: relation historique* publicado em 1834, é a primeira parte introdutória do *Atlas Geographique et Physique*. Os autores traçam uma evolução histórica do conhecimento geográfico/científico que se inicia desde os tempos remotos, nas tentativas de viagens dos povos antigos pelo Mar Mediterrâneo e proximidades do Oceano Atlântico. As antigas descrições e viagens do mundo então conhecido remontam a uma progressiva marcha em direção ao Ocidente, servindo como ensaios para as grandes navegações e avanços do conhecimento. A virada do século XV para o XVI é marcado por uma alteração brusca nos campos da Geografia pela chegada dos europeus ao Novo Continente. A América abriu-se como um novo campo de averiguação científica, vegetação, povos, relevo, rios são objetos de atração de viajantes, cientistas. Nessa obra Humboldt e Bonpland não ignoram o conhecimento elaborado por estudos geográficos anteriores, o entanto os autores propõem fornecer dados e avançar o conhecimento geográfico por meio do registro de suas viagens realizadas entre os anos de 1799 e 1829 pelo continente americano.

2.4.5 Nouvel Atlas Portatif e o Atlas Delamarche

O *Atlas Delamarche* foi o principal difusor da cultura cartográfica escolar do século XIX no Brasil. Foi adotado como obra didática para as aulas de Geografia e História no Colégio Pedro II (VECHIA e LORENZ, 1998 p. 34); indicado por manuais didáticos como auxiliar no ensino de Geografia para o uso dos mapas, haja vista que o primeiros manuais escolares dessa disciplina não acompanhavam mapas (JACQUIER, 1825 p. II). Segundo Maia (2014) o *Atlas Delamarche* foi adotado nos anos de 1856, 1858, 1862, 1877 e 1878 para uso nas aulas de Geografia no Colégio Pedro II. A adoção desse atlas também foi mencionada por Rocha (2010) e por Haidar (2008) ao discutirem o caráter francês do curso secundário brasileiro, no caso do primeiro autor, especificamente do curso de Geografia.

No entanto, não encontramos estudos específicos e detalhados sobre a obra ou sobre o autor em questão. O nome Delamarche remonta a uma família de geógrafos que enriqueceram com a venda de mapas, atlas, globos e esferas como materiais didáticos para aulas de Geografia e História. Quando procuramos um *Atlas de Delamarche* nem sempre o encontramos com esse título. Delamarche seria então o nome da editora que levava o nome de seu proprietário e que tinha os direitos autorais de uma série de atlas produzidos por eminentes geógrafos do século XVIII.

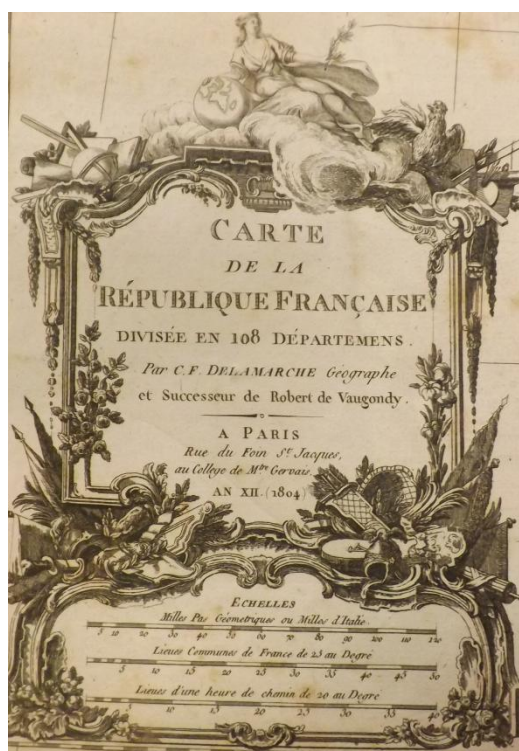
Charles François Delamarche (1740-1817) fundou a Maison Delamarche empresa importante na confecção de mapas. Com sede em Paris a Chez Delamarche adquiriu os direitos de publicações dos atlas de Robert de Vaugondy, que segundo apresentação descrita em um de seus atlas, *Atlas Universel par M. Robert*, foi *Geógrafo ordinário do Rei e de S. M. Polonesa Duque de Lorraine e de Baron e da Associação da Academia Real de Ciências e Belas Letras de Nancy*³⁴ (VAUGONDY, 1757).

Foram encontrados e consultados na biblioteca da Faculdade de Direito da USP dois atlas de autoria de M. Robert de Vaugondy. O primeiro, publicado em 1757, *Atlas Universel par M. Robert*, ainda não fazia referência a Maison Delamarche. A obra foi publicada por BOUDET, *Libraire Imprimeur*, juntamente com o próprio autor. O atlas foi produzido em tamanho grande, *in-fólio*, dedicada ao rei sem referências ou indicações para o uso escolar.

³⁴ *Géographe ord. du Roy, et de S. M. Polonoise Duc de Lorraine et de Bar, et de l'Académie Royale des Sciences et belles Lettres de Nancy.*

Já no *Novo Atlas Portatif*, de 1795 a obra aparece publicada por Delamarche Géographe e com a indicação *destinado principalmente à instrução da mocidade*³⁵. O nome de F. Delamarche aparece na folha de rosto da obra como Geógrafo sucessor de J. Fortin - engenheiro mecânico de globos e esferas³⁶, e nos mapas como *C. F. Delamarche, Geógrafo Sucessor de Robert Vaugondy*³⁷

Figura 2.9
Legenda de um mapa do *Atlas Portatif*



Fonte: Vaugondy (1795) - *Atlas Portatif*

Delamarche prosperou como editor de mapa, adquirindo a maioria dos trabalhos de cartógrafos da geração anterior como Lattre, Bonne, Desnos, e Janvier, de produtores de globos e esferas como J. Fortin. Posteriormente Charles Delamarche passou o controle da empresa para seu filho Felix Delamarche e ao geógrafo Charles Dien (1809-1870) que mais tarde passariam a editora para Alexandre Delamarche. Este revisou e reeditou várias publicações de Delamarche em meados do século XIX. A empresa

³⁵ *destiné principalement pour l'instruction de la jeunesse*

³⁶ *Géographe successeur de J. Fontin ingénieur mécanicien pour les Globos et Spheries*

³⁷ C. F. DELAMARCHE Géographe et Successeur de Robert de Vaugondy

continuou a publicar mapas e globos até a segunda metade do XIX³⁸. Isso explica a semelhança dos mapas produzidos por Delamarche e aqueles produzidos por outros geógrafos contemporâneos e predecessores.

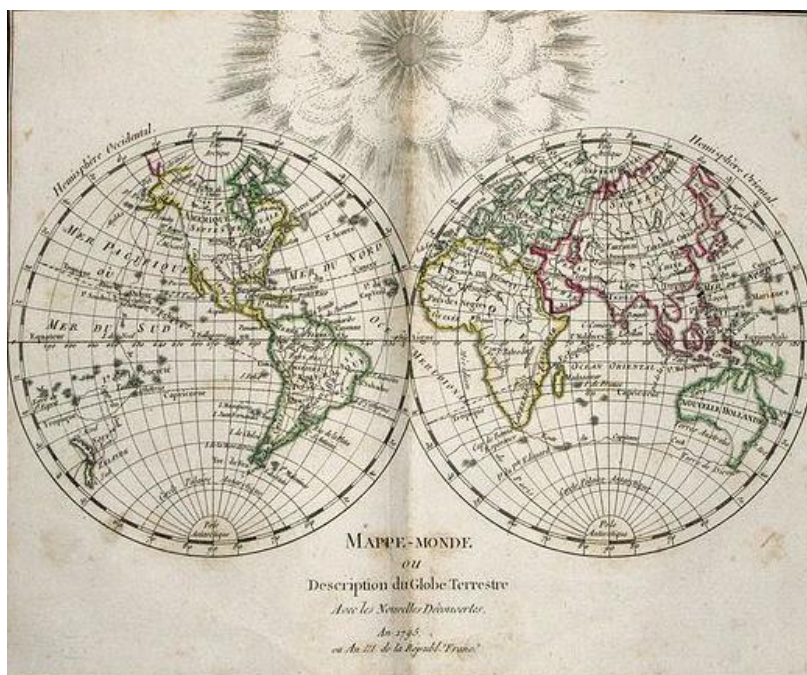
Figura 2.10
Mapa-Múndi em *Atlas Portatif*



Fonte: Vaugondy (1795) - *Atlas Portatif*

Figura 2.11
Mapa-Múndi em *Atlas Élémentaire* de Delamarche

³⁸ Essas informações foram retiradas do site http://www.geographicus.com/mm5/merchant.mvc?Screen=CAD&Product_Code=delamarche consultado em 19/05/2015.



Fonte: Delamarche (1799) retirado de <http://www.swaen.com/antique-map-of.php?id=17430> em 19/05/2015.

Dessa forma, podemos considerar que as duas obras Robert Vaugondy guardadas na biblioteca da Faculdade de Direito da USP serviram de consulta como material didático para a mocidade estudantil paulista. Se lembrarmos que um dos livros didáticos de Geografia utilizados nas aulas do Curso Anexo indicava o *Atlas de Delamarche* (JACQUIER, 1825 p. II), podemos considerar os dois atlas mencionados como obras fundamentais para complementar os estudos dessa matéria.

3. ENSINO DE GEOGRAFIA A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Estas aulas, que compõem a instrução secundária, faltam à Província. O Liceu de Taubaté, mal conformado, e mal situado, desmantelou-se, abandonadas pelos professores as cadeiras que puderam ser providas. É nos colégios particulares da Capital, ou no das Artes da Faculdade de Direito que bebe a instrução quem se propõe ao curso de qualquer das Academias, e Faculdades, ou os que somente apeteçam as luzes do Bacharelato em letras e ciências. É da mesma sorte aí onde podem achar os membros das classes mais elevadas a erudição e ciência precisa para reterem a influência que são chamados a exercer na sociedade.

Mas as aulas menores do Curso Jurídico não contentam as atuais necessidades: - a existência dos colégios privados o demonstra. Os colégios não as contentam. (...) Nenhum reúne Cadeiras e Professores em número e capacidade que excuse a inauguração do Liceu Provincial. Por isso ao assumir o cargo que tenho a honra de ocupar, sua fundação na Capital foi das minhas primeiras propostas.

Diogo de Mendonça Pinto (1854 p. 10)

3.1 Liceus de Taubaté e de Curitiba: uma tentativa organizar o ensino secundário na província: o caso do ensino de Geografia.

A despeito das aulas do Curso Anexo o Governo Provincial de São Paulo tentou angariar um ensino secundário próprio. Após o Ato Adicional de 12 de Agosto de 1834, a instrução pública ficava a cargo das províncias brasileiras. Isso não acontecia com os Cursos Anexos, pois estes, apesar de ministrarem conhecimentos relativos ao ensino secundário, faziam parte de suas respectivas academias, administradas e custeadas pelo governo central.

Em São Paulo, o governo provincial abriu cadeiras avulsas em diversos pontos da província sendo na maior parte delas, cadeiras de Latim. Somente em algumas vilas foram instaladas outras cadeiras, como na capital que recebeu uma cadeira de Desenho em 1846. Neste mesmo ano, por meio da Lei Provincial nº 33 de 13 de março, houve uma investida na criação de liceus provinciais. Estes liceus se constituíram da criação e reunião de cadeiras isoladas em um mesmo estabelecimento. O debate da criação dos liceus, um ao norte e outro ao sul da província foi feito na Assembleia Provincial e nas Assembleias Municipais. Em janeiro de 1845 a Câmara Municipal de Taubaté já se articulava para sediar um dos liceus:

Senhores - A Câmara Municipal de Taubaté tendo recebido a representação junta e relação de assinaturas de voluntária contribuição, com maior prazer vai levar ante vós sua postulação, afim de que Decreteis para esta Cidade um colégio de educação científica. (...) Senhores, na Cidade de Taubaté tudo parece concorrer para a criação de um tal estabelecimento; colocada no centro de tantas vilas ao Norte da Província, oferece a facilidade da instrução para um incalculável número de jovens: abundante de todos os gêneros de consumo, facilita os meios àqueles, que por falta de fortuna, não se animam a buscar na Capital a instrução, desalentados pelo grande dispêndio: sua atmosfera é salubre: motivos de distração não existem: há nela um convento de Religiosos Franciscanos, de muito é habitado pelo Guardião; suficientemente espaçoso, não será preciso que este fique privado de seu cômodo Claustal (...) Decreteis, senhores, para este município o colégio de instrução científica debaixo da forma e denominação, que em Vossa sabedoria achardes conveniente (...) Paço da Câmara Municipal de Taubaté 16 de janeiro de 1845 *apud* Guisard Filho (1944 pp. 340-341).

Assim, a partir de 1847 entraram em funcionamento dois liceus provinciais em São Paulo, um na Vila de Coritiba e o outro em Taubaté. Os liceus provinciais não podiam emitir carta de bacharel, prerrogativa apenas do Colégio Pedro II. Seus estatutos foram promulgados pela lei nº 29 de 16 de março de 1847.

Segundo esses estatutos, os liceus deveriam compor-se quatro cadeiras, com cursos anuais. Para o ingresso na primeira cadeira de Latim, os candidatos deveriam, por meio de exames, mostrarem-se aptos em leitura, executar as quatro operações de aritmética e conhecer a doutrina cristã. Para a matrícula nas demais cadeiras o candidato deveria, obrigatoriamente, ter aprovação em Latim. Ao que parece, seria por meio dessa medida que o liceu teria certa organicidade em suas aulas. Esses colégios não tinham organização seriada. As disciplinas eram ministradas no período de um ano, não havendo níveis ou graus como propôs o Colégio Pedro II. Dessa forma, a aprovação na primeira cadeira do liceu seria o único pré-requisito para o ingresso na 2ª e 3ª cadeiras.

Cada disciplina era ministrada diariamente, de segunda a quarta com uma hora e meia de duração, sendo uma hora destinada para a preleção e meia hora para tomar lições. Cabia ao professor fazer a escolha dos compêndios. Estes deveriam ser apresentados ao diretor do liceu e ser submetido à aprovação do governo. O Artigo 19 aconselha aos professores escolherem compêndios que fossem adotados nas academias e escolas do império.

Os exames seriam feitos anualmente na forma de sorteio. O professor deveria fixar na porta de sua sala a lista dos pontos que seriam sorteados no momento da avaliação.

Na prática, os liceus não passavam de aulas avulsas aglutinadas em um mesmo prédio. Os liceus deveriam compor-se de quatro cadeiras que seriam respectivamente: 1ª Filosofia Racional e Moral; 2ª Língua Latina e Francesa; 3ª História e Geografia; e 4ª Geometria Prática e noções de Mecânica aplicada às artes. A Lei nº 29 também prescrevia que o estudo da geografia seria o de geografia especialmente do Brasil.

No entanto, houve dificuldade na composição dessas cadeiras. Não houve candidato à cadeira de Geografia no Liceu de Curitiba (INTO, 1852 p.14). Em Taubaté, foi nomeado por concurso para compor a terceira cadeira o professor João Cardoso de Meneses e Sousa, aluno do 4º ano do Curso de Ciências Jurídicas de São Paulo em 1847.

João Cardoso Meneses e Sousa (1827-1915) - futuro Barão de Paranapiacaba - era paulista, formado pela Academia de Direito em 1848, amigo do professor Antônio Joaquim Ribas. Tudo indica que fora seu discípulo. João Cardoso foi várias vezes convidado para participar da mesa avaliadora dos exames de História e Geografia do Curso Anexo (ALMEIDA, 1907). Desta maneira pode-se conjecturar que o conteúdo de Geografia ministrado no Liceu de Taubaté fosse bem próximo do que era lecionado no Curso Anexo.

Mesmo com a cadeira de Geografia instituída, o número de alunos do Liceu de Taubaté foi desprezível. Segundo uma carta do diretor interino do Liceu de Taubaté, Pedro Maria Xavier de Castro, enviada ao inspetor geral de instrução pública, Diogo de Mendonça Pinto em 1852, a razão para o desmoronamento do liceu de Taubaté, era justamente o artigo 4º dos seus estatutos que obrigava a aprovação na primeira cadeira para o ingresso nas demais. Em 1851 somente um aluno matriculou-se para as aulas de História e Geografia, e logo desistiu do curso,

Dessa forma, não podendo a 1ª Cadeira apresentar ainda avultado número de discípulos aprovados, a consequência natural às 2ª e 3ª Cadeiras: ou não terão discípulos ou serão frequentadas por limitadíssimo número deles, como constantemente tem sido (PINTO, 1852 p. 20).

Tudo indica que o número de alunos que frequentaram a aula de Geografia do liceu de Taubaté durante o seu período de funcionamento, que foi de 1847 a 1852, foi

mínimo. Em 1853, o relatório do diretor de inspeção pública apresenta a condição dos dois liceus paulistas:

O de Curitiba só existe na coleção das Leis Provinciais. Restava-lhe uma única Cadeira - a de Latim e Francês; essa existia quando abriu-se o Liceu: no corrente ano foi abandonada pelo Professor, que dirigiu-se a Província do Rio Grande do Sul. Ao de Taubaté, coube igual sorte; desmoronou-se aos poucos. À Cadeira de Geometria e Mecânica não se apresentoupositor algum; as de Filosofia e de História viram-se privadas de alunos, e seus professores com licença do Governo retiraram-se da Província. Sobrevivem apenas as Cadeiras de Latim e Francês, aquela com 17 discípulos, e esta com 2 (PINTO, 1853 p.24).

Para a Inspetoria Geral de Instrução Pública de São Paulo o fracasso dos liceus estava atribuído à má localização dessas escolas. O Liceu Provincial deveria ser estabelecido na capital da província. Não conformada com a falência do projeto de edificação do ensino secundário paulista a Assembleia Legislativa criou projetos de reforma do ensino primário e secundário e em 1854, por meio da lei nº 30, o governo ficou autorizado a reformar a instrução da província por meio de uma comissão por ele nomeada e constituída por três membros.

A comissão nomeada pelo governo provincial foi composta por Antônio Joaquim Ribas, Diogo de Mendonça Pinto e por João Dabney de Avellar Brotero e em 1857 foi publicado e aprovado pela Assembleia Legislativa o Código de Instrução Pública da Província de São Paulo.

No que interessa para esta pesquisa, pode-se aferir do Código de Instrução Pública a criação de um liceu provincial de instrução secundária localizado na capital paulista. O Governo deveria providenciar edifícios apropriados para o estabelecimento do colégio que teria aulas de ensino secundário composta das seguintes matérias: Latinidade; Língua Francesa; Língua Inglesa; Matemáticas Elementares; Princípio de Gramática Filosófica, de Eloquência e de Literatura; Filosofia Racional e Moral; Geografia e História Universal, especialmente do Brasil, e da província de São Paulo; e elementos de História Natural e Física em suas principais aplicações a vida prática.

Houve incentivos quanto à elaboração de livros didáticos. O Governo Provincial cedia uma gratificação de até 1:000\$000 para os autores que escrevessem compêndios das referidas matérias que deveriam ser adaptados a compreensão dos alunos para serem

adotados, comprados e distribuídos pelo Governo Provincial para as escolas. Este incentivo valia para os livros de ensino primário e secundário.

Há especificações quanto à elaboração dos compêndios e o de Geografia deveriam conter *1º Elementos de Geographia Universal; 2º Resumo de Chorographia do Brasil, e especialmente d'esta Província* (RIBAS et. al. 1857 p. 35).

Neste contexto, foi criado em 1862 o segundo livro didático de Geografia escrito na Província de São Paulo para o uso nas escolas primárias de nível médio.

3.2 O livro didático de Oliveira Machado

A *Geografia da Província de São Paulo* foi publicada em 1862, pelo Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, adaptada às escolas e oferecida à Assembléia Provincial de São Paulo. A *Geografia da Província de São Paulo* contém 123 páginas e é dividida em quatorze lições de geografia da Província de São Paulo. Essas lições estão subdivididas por algarismos numéricos no começo de cada parágrafo, fazendo com que cada um possa ser estudado separadamente do contexto da lição. Esse recurso mostra como os pontos de Geografia poderiam ser estudados.

O autor não apresenta as referências que ele utilizou para a composição da obra. No prefácio o autor diz que utilizou de todos os escritos sobre a província que estavam ao seu alcance, além do seu próprio conhecimento de algumas localidades da província e de informações que o autor vinha coligindo desde o seu retorno à São Paulo em 1844 (OLIVEIRA, 1878 p. XIII).

Dessa forma, entende-se que a *Geografia da Província de São Paulo* não fora somente uma compilação de obras já produzidas sobre São Paulo. Se o autor apanhava informações sobre a província desde 1844 e escreveu a obra em cinco meses, por volta do final da década de 1850, o autor teve muito tempo para conseguir considerável levantamento de informações.

Cabe lembrar que o José Joaquim Machado de Oliveira foi, além de militar, um homem de letras. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio honorário da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, Comércio e Artes da Província de São Paulo (OLIVEIRA, 1862). O autor escreveu vinte e uma contribuições que foram publicadas na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (DÉBES, 1978). Escreveu *Aguas thermaes da provincia de Santa Catharina, Desterro; Memória*

Histórica sobre a questão do limites do Brazil Montevidéo; O município de Cananeia; Informações sobre o estado da industria de mineração, da agricultura e da fabril nos municípios da Província de São Paulo; Noticia raciocinada sobre as aldeias da província de São Paulo, Quadro Histórico da Província de São Paulo; Estatística da Província de São Paulo; Lições de Geographia; A província de São Paulo e seus limites; dentre outras obras (BLAKE, 1898 p. 489). Muitos desses escritos foram postumamente publicados no Almanach Literário de São Paulo de José Maria Lisboa.

Machado de Oliveira refere-se aos conhecimentos geográficos como uma especialidade científica e como ciência *auxiliar ás demais ciências naturais* (OLIVEIRA, 1862 prefácio p. XI). Fica clara concepção do autor do conhecimento geográfico: primeiramente um conhecimento moderno/científico e mais especificamente uma ciência natural. Para o autor, a Geografia é a descrição da terra e descrevê-la com precisão dava-lhe o status de ciência. Como ciência natural o campo de estudos da Geografia abordava principalmente o que hoje conhecemos como Geografia Física. Era a descrição da Hidrografia, a Orografia, do Clima e dos Limites – o autor utiliza esses termos na obra. Das quatorze lições de Geografia que o livro apresenta, apenas duas abordam questões relativas à população ou a vida social da província - divisão civil e divisão política; e população.

Antes das lições o livro apresenta uma explicação geral do que seria Geografia e dos seus principais conceitos, o que o autor chama de Regras Preliminares.

Para o autor, *A geografia é a descrição da Terra* (p. 1). A explicação dos principais conceitos geográficos, necessários para o entendimento das lições do livro, segue a ordem do geral para o particular, abordando primeiramente a forma da Terra – esfera, as principais posições geográficas, passando pelos continentes, mares, rios, leito, margem e braços e ramos. Ao todo são vinte conceitos antes da lição 1, que trata especificamente da Província de São Paulo.

Quanto aos conteúdos geográficos sobre a Província de São Paulo o livro está organizado nas seguintes lições: Posição e clima, limites, cordilheiras e serras, montes ou morros, morros do continente, morros ou cabeças do litoral, mar da Província, rios, ilhas, divisão civil, divisão política e população. Há também ao final do livro um resumo cronológico mostrando os principais acontecimentos da história da Província de São Paulo.

O livro foi escrito para servir como obra didática para a mocidade paulista e cumprir com as exigências da Lei Provincial nº 34 de 16 de Março de 1846 que reformulou a instrução pública na Província de São Paulo e estabeleceu o ensino de Geografia nas aulas de Primeiras Letras de Segundo Grau. Pela lei, o estudante deveria passar, primeiramente, pelo processo de alfabetização para depois aprender as primeiras lições de História e Geografia. Machado de Oliveira comenta que o estudo da Geografia convinha ser estudado a partir do momento em que o menino estivesse enriquecido com as primeiras letras (OLIVEIRA, 1862).

Nesta escala e depois de completo o aprendizado rudimentar está em regra o fazê-lo aplicar a geografia e à história geral ou especial do Brasil; e no programa do ensino primário do ensino instituído pela lei provincial de nº 34 de 16 de março de 1846 entram essas disciplinas como um preceito nas escolas de instrução primária quando haja mais de uma nas povoações: isto de necessidade, por que a geografia, além de sua especialidade científica, contém em si a prerrogativa de servir de auxiliar às demais ciências naturais. (OLIVEIRA, 1862)

Na introdução da obra o autor chama a atenção para a importância do ensino dessa matéria. Parece consenso entre os autores que no momento em que a criança conclua o ensino primário, esta deveria começar os estudos de Geografia e História. A *Geografia da Província de São Paulo* foi amplamente elogiada pelo inspetor geral Diogo de Mendonça Pinto que deu parecer favorável a sua publicação e distribuição para as escolas primárias. O parecer afirma que

Na Alemanha¹, e em outros países onde, como aquele, encontra-se entre a conveniente distribuição e propagação dos devidos conhecimentos, quando a instrução primária toma maior desenvolvimento, compreende as noções da História e Geografia pátria. Entre nós também nas segundas cadeiras de primeiras letras está prescrito semelhante ensino, e é natural que se queira, e deva dar maior extensão no estudo de Geografia ao da Geografia da Província. (PINTO, 1961 p. 30).

Dessa maneira percebe-se que se houve ensino de Geografia nas escolas primárias da Província de São Paulo este sofreu forte influxo do estudo específico da Província de São Paulo.

¹ Este parecer foi republicado no prefácio do livro em 1862 com alterações. No parecer publicado no prefácio o autor acrescenta: *Na França e na Alemanha...*

O autor cedeu os direitos de propriedade para a província, como previa o Código de Instrução Pública e a obra foi impressa por ordem do presidente da província, Dr. João Jacyntho de Mendonça que disponibilizou a quantia de 400\$000 réis para a sua impressão e distribuição nas escolas paulistas. Foram impressos dois mil exemplares na Tipografia de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, sendo que alguns foram concedidos ao autor como demonstração de consideração pelo trabalho oferecido (EGAS, 1926 p.301).

Não sabemos como tal obra fora utilizada. De fato, as aulas de instrução média² na Província de São Paulo foram escassas. Em 1858 só havia em toda a Província uma aula de instrução média em uma escola feminina em Sorocaba (PINTO 1858 p.25). Diogo de Mendonça Pinto atribuiu esse fato a dois motivos. O primeiro era a incapacidade da escola normal de formar professores primários. Como os professores poderiam ensinar História e Geografia se não havia formação para isso na Escola Normal? O autor urdia uma reformulação na Escola Normal, aumentando o número de professores e de matérias lecionadas. O outro fator concernia ao baixo ordenado pago ao magistério. Para o autor nenhum bom conhecedor dos elementos básicos de Geografia, História, Aritmética, Moral ou Física se submeteria a tão baixos salários pagos aos professores desse nível (PINTO, 1858 p. 25).

No entanto o livro foi aprovado em 1861 e impresso em 1864. Quando foi emitido o parecer de aprovação de *Geografia da Província de São Paulo* o relator indicava a possibilidade de ele ser utilizado como livro de leitura nas escolas primárias:

...e ainda nas outras escolas é de muito apreciável vantagem pô-lo nas mãos dos meninos, a par do Catecismo da Doutrina Cristã, em vez dessas ruins obras, senão de artigos de jornais, muitas vezes eivadas das odientas paixões dos partidos políticos, que as vezes por falta de livros, e abusivamente, se servem os mestres para os exercícios de leitura de impresso. Com o recurso à Geografia da Província, não só os seus discípulos vão adquirindo conhecimentos úteis, e ganhando afeição esclarecida às coisas da Pátria, mas ainda tem diante dos olhos um escrito expurgado dos erros e vícios que vão abastardando o idioma Português (PINTO, 1961 pp. 30 e 31)

O exemplar consultado na Biblioteca Central da Faculdade de Direito foi doado pelo próprio Machado de Oliveira, conforme dedicatória escrita na folha de rosto da obra. Isso indica que a *Geographia da Província de São Paulo* esteve disponível para

² Também chamada de aulas de instrução primária de 2º Grau.

consulta dos estudantes de Geografia do Curso Anexo, embora não saibamos se de fato estes utilizaram a obra.

O presidente da Província de São Paulo, João Jacinto de Mendonça, julgou importante dar a Machado de Oliveira mais do que alguns exemplares do livro, o presidente entendia que a Assembleia Legislativa deveria dar ao autor uma *demonstração mais eloqüente de apreço e consideração* (EGAS, 1926 p. 301).

Não sabemos se algo a mais foi ofertado a Joaquim José Machada de Oliveira, no entanto, dois anos depois, em 1864 o autor ofereceu uma nova obra didática para a Assembleia Legislativa, *Quadro Histórico da Província de São Paulo* (OLIVEIRA, 1878).

Assim como sua primeira obra o *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, teve ampla aceitação na Assembleia Provincial e em 1864, o então o presidente da Província, João Crispiniano Soares, fez distribuir mil e quinhentos exemplares nas escolas públicas. Do parecer da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo destacamos:

Nestes termos, a comissão opina que se mande imprimir a expensas dos cofres provinciais o Quadro Histórico da Província de São Paulo do brigadeiro José Joaquim Machado d'Oliveira, **recomendando-se a sua adoção nas escolas primárias e secundárias da província ...** (OLIVEIRA, 1878 p. IX grifos nossos)

Mais uma vez, não foi encontrado relatos sobre a utilização desse livro, mas cabe notar a indicação que ele poderia ser usado nas escolas de instrução primária e secundária desta província.

3.3 Os novos estatutos do Curso Jurídico de 1853 e 1854: a indefinição quanto aos saberes escolares.

Por que razão se ocupam muito mais os moços com a literatura de ficção e a poesia do que com os graves estudos jurídicos? Não será certamente por falta de aptidões, mas por que o direito se ensina rebarbativamente, sem que se lhes desperte o espírito de iniciativa, transformadas as aulas em meros solilóquios professorais.

Multipliquem-se os exercícios escolares; distribuam-se casos jurídicos a serem analisados e discutidos. Debatam-se nas aulas as decisões judiciárias sobre a matéria de cada cadeira, desenvolvendo nos alunos o talento crítico, a precisão das investigações, o desembaraço nos argumentos, o destemor das autoridades, a confiança no seu próprio talento; e ainda introduzam-se os

discípulos nos pretórios, nos tribunais, obrigando-os a apresentar atestados de trabalhos de prática, e ter-se-á renovado o curso de direito para que desempenhe as altas funções que dele exigem as tendências democráticas, as aspirações da ciência e as necessidades nacionais.

Discurso do deputado Joaquim Vilela na Câmara dos Deputados de 1851 em virtude da reforma dos Cursos Jurídicos *apud* Venâncio Filho (1982 p. 64)

Se por um lado a intelectualidade paulista articulava um projeto de instrução pública própria, ignorando muitas vezes as políticas educacionais mandonistas traçadas pelo Governo Imperial, este não via de bom grado tamanha autonomia.

Entre os anos 1851 e 1854 o Governo Imperial promulgou uma sequência de regulamentações visando a organização e padronização da instrução pública e particular em todos os níveis de ensino. Nesse período foram emitidos decretos de reformulação dos estatutos das faculdades do Império, instruções para exames e bancas preparatórias e organização da instrução primária e secundária no Município da Corte³. No que tange ao ensino primário e secundário o decreto nº 1331-A aprovou a regulamentação para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Esse decreto ficou conhecido como a Reforma Couto Ferraz, por ter sido implementado pelo então Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Luiz Pedreira Couto Ferraz.

Em linhas gerais, o decreto burocratizou e regulamentou a criação de escolas públicas e particulares no Município da Corte por meio da criação de um corpo de profissionais que deveriam garantir o bom funcionamento desses estabelecimentos. Esses novos funcionários públicos dividiam-se em um inspetor geral, delegados de distrito e um Conselho Diretor formado pelo respectivo inspetor de instrução, o reitor do Colégio Pedro II e dois professores nomeados anualmente pelo Governo.

Esse corpo de funcionários garantiria a abertura, fechamento e fiscalização de estabelecimentos de ensino primário e secundário; deveria presidir e fiscalizar as bancas examinadoras; aprovar, corrigir, designar e revisar compêndios utilizados nesses estabelecimentos; produzir e enviar dados sobre o estado da instrução pública por meio de relatórios apresentando a quantidade de alunos, professores e estabelecimentos; elaborar relatórios trimestrais e anuais sobre o estado da instrução pública apontando as

³ O Decreto nº 608 d 16/08/1851 autorizou o governo à dar novos estatutos aos cursos jurídicos e às escolas de medicina; o Decreto n 1134 de 30/03/1853 deu novos estatutos aos cursos jurídicos; o decreto nº 630 de 17/09/1851 autorizou o governo para reformar o ensino primário e secundário do Município da Corte; o Decreto nº 1386 de 28/04/1854 deu novos estatutos aos cursos jurídicos; e o Decreto 1387 de 28/04/1854 deu novos estatutos às faculdades de medicina.

reclamações de professores, faltas, licenças, necessidades e observações que acharem necessárias.

A Reforma Couto Ferraz também estabeleceu os núcleos para cada nível de ensino, determinando as matérias obrigatórias nos níveis primário e secundário, das aulas que compunham o Colégio Pedro II e aquelas que seriam de habilitação obrigatória nos exames de ingresso para as faculdades do Império.

Desde o ato à Constituição de 1834 o Governo da Corte no Rio de Janeiro estava se constituindo no reduto dos políticos conservadores, das ideias centralistas e nacionais, laboratórios de ideias conservadoras contra as propostas liberais de parte da intelectualidade das províncias que lutavam pela descentralização do poder, o enfraquecimento do poder monárquico e pelas liberdades individuais. A partir desse momento estava se constituindo o que Ilmar de Mattos denominou de o Tempo Saquarema (MATTOS, 1987).

Lembremos que no mesmo ano que Joaquim José Rodrigues Torres se tornava presidente da capital fluminense em 1834, em São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar era presidente da província paulista. Do lado carioca Rodrigues Torres, um dos representantes da Trindade Saquarema⁴ e do lado paulista Tobias de Aguiar representando os liberais paulistas de Venda Grande⁵.

Os liberais queriam conduzir a política do Império de modo que houvesse descentralização do poder e assegurar o predomínio das elites políticas locais. Esse projeto fora suprimido com a derrota dos liberais em 1842 quando as tropas cariocas eliminaram os focos de resistência liberal em São Paulo e Minas Gerais.

Os conservadores transformaram o sentido de revolução em restauração. Isto é, trabalharam pesadamente para que as revoluções liberais ocorridas nas províncias de Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo fossem consideradas rebeliões contra o Império. Os liberais foram perseguidos e retirados dos cargos majoritários do Governo Central e

⁴ Rodrigues Torres juntamente com Paulino José Soares de Souza e Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara formaram a Trindade Saquarema. Esta expressão, cunhada por Mattos (1987) diz respeito ao controle e a posição nos órgãos fundamentais do Império que os três políticos alcançaram a partir de 1834 até meados da década de 1860.

⁵ Ilmar Rohllof de Mattos apresenta diferentes denominações dadas aos liberais: os mineiros chamados de Luzias em referência à derrota desse grupo no combate de Santa de Luzia, os praieiros eram os liberais do norte, principalmente os pernambucanos chamados assim por conta de este grupo ter seu principal jornal - *Diário Novo* – editado na Rua da Praia e os liberais paulistas denominados de Venda Grande, local de triunfo conservador. No entanto o apelido Luzia se consagrou dentre os demais e se tornou como um sinônimo de Liberal (pp. 105 – 106).

partir daí a reação conservadora pôde imprimir seu projeto de nação e unidade para o Império.

Na visão dos Saquaremas a independência do Brasil deveria romper com Portugal, mas sem descentralizar o poder que deveria ser exercido no Rio de Janeiro. Dessa forma o Município da Corte funcionava como um verdadeiro laboratório dos projetos para o Império, esses eram primeiramente implantados no Rio de Janeiro para posteriormente servirem de modelo para o restante das províncias que cumpriam as determinações do governo imperial por meio de leis e decretos.

Em 1843 o grupo político conservador já possuía a hegemonia na Câmara dos Deputados e no ministério do Governo o que facilitava a execução de um projeto de unidade nacional e centrado na Corte. Dessa forma, as constantes reformas na instrução pública no Município da Corte convidavam as demais províncias a também reformularem suas leis provinciais. Podemos afirmar que no período que corresponde de 1834, marcado pelo Ato de 1834 e a ascensão conservadora ao poder imperial até os anos de 1854 com a Reforma Couto Ferraz, o Governo Imperial ainda não tinha conseguido impingir a unidade de um projeto educacional. O ápice do projeto centralizador na instrução pública se dará a partir de 1854, com a reforma promulgada pelo ministro do Império, Luiz Pedreira Couto Ferraz.

A ação conservadora queria tanto instruir como educar, ter o monopólio da educação no governo do Estado, sob responsabilidade do Soberano. Ao longo desse período o Estado passava a exigir o direito da educação com o objetivo de trazer valores, não os da religião mas o da Pátria.

A criação do Colégio Pedro II foi uma resposta dos Saquaremas ao ato de descentralização do ensino de 1834. Ao olharmos somente para o Colégio Pedro II veremos um projeto de nacionalista e centralizador, um projeto de nação que tinha por objetivo a unidade nacional. Mas cabe lembrar que houve embates entre o projeto de ensino secundário promovido pelo colégio imperial e o ensino promulgado nas províncias.

Quando olhamos para o Rio de Janeiro essa ideia de formação da pátria aparece com veemência. Se o projeto de ensino voltado para a unificação da nação era o projeto dos Saquaremas para a instrução pública isso vai ao encontro da tese de Vlach (1988), no entanto basta um olhar mais atento para as províncias para vermos como tais ideias

foram em certa medida subvertidas ou como se deram as disputas pela hegemonia da instrução pública nas demais localidades do país.

Do que já foi apresentando na primeira parte desta tese, pode-se perceber o caráter autônomo que a província de São Paulo procurou exercer no que diz respeito ao ensino, contratando professores liberais, buscando independência na escolha de materiais didáticos, formulando os estatutos e códigos de instrução primária e secundária e até dando novos estatutos aos Cursos Jurídicos em 1831. Por isso defendemos que a unidade político-administrativa alcançada com ênfase no município da Corte pelos políticos conservadores sofreu resistência no âmbito regional. Isso não significa que os conservadores não tenham conseguido impor seu projeto político para o Império no “Tempo Saquarema”, mas devemos nos atentar aos conflitos e particularidades que ocorreram em cada região. Conflitos que mostram maior ou menor avanço dos projetos da Corte para, no nosso caso, a Província de São Paulo.

As mudanças nos estatutos dos Cursos jurídicos em 1851 estavam atreladas a um conjunto de medidas regimentadas pelos conservadores no intuito de dar uma nova organização ao Brasil (MATTOS, 1987 p. 175). Nesse ano José da Costa Carvalho ocupava a presidência do Gabinete do Império assim como exercia a função de Ministro do Império. A Câmara dos Deputados, formada por maioria conservadora, debateu o projeto de reformulação dos Cursos Jurídicos e foi sancionada pelo Ministro por Costa Carvalho pelo decreto 308 de 16 de agosto de 1851.

Os deputados do Parlamento indagavam que os Estatutos de 1831 eram falhos e isso acarretava em inúmeras deficiências nos Cursos Jurídicos. Alegavam que os lentes dos Cursos Jurídicos faltavam demasiadamente e que os diretores não tinham firmeza na conduta e administração, por isso os alunos ficavam soltos não aprendendo o conhecimento necessário para se ofício como afirmou o Deputado Pacheco na sessão de 4 de julho de 1851: *Cumpra-se os programas conscienciosamente; haja a maior assiduidade às aulas e algum rigor nos exames, e veremos, desde logo frutificar o ensino jurídico, pois não falta à mocidade sede de saber, nem talento.* (Deputado Pacheco em discurso à Câmara dos Deputados *apud* VENÂNCIO FILHO, 1882 p.64).

Temos aí uma mudança significativa na implantação dos novos Estatutos dos Cursos Jurídicos em relação aos do de 1831, estes não mais sendo articulados pela Congregação dos Lentes da Academia paulista mas por um projeto elaborado na Câmara dos Deputados. O projeto foi entregue ao Senado e devolvido com emendas em

junho de 1851. Das discussões entre os deputados em torno da reforma dos estatutos nos interessa as questões levantadas pelo deputado Zacarias de Goes Vasconcelos sobre a prerrogativa que o projeto daria ao Governo Imperial de escolher os diretores das faculdades sem consulta da Congregação dos Lentes. O diretor escolhido não precisaria mais ser necessariamente um dos lentes do curso. À Congregação não caberia mais as decisões destinadas a direção da faculdade, ficando restrita somente à implementações de um regimento interno que ainda deveria ser remetido ao Governo Imperial e passível de alterações.

O afã de centralizar o ensino era tal que, ao comando do Deputado supracitado, houve um debate com o intuito de reunir forças para levar todos os cursos superiores do Império para o Rio de Janeiro. Voltava então a já discutida ideia de constituição de uma universidade no Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Outro tema que tramitou pelas assembléias da Câmara dos Deputados era sobre a autonomia dos lentes na escolha dos compêndios utilizados nas aulas. Para Zacarias de Góes era pernicioso o fato de os lentes de uma mesma disciplina em academias diferente pudessem adotar compêndios diversos à livre escolha. Da maneira como estava estipulado pelos estatutos de 1831 a livre escolha dos compêndios opunha-se à unidade do espírito nacional. O deputado asseverava que *é essa completa variedade de ensino em todos os seus graus, desde o elementar até o superior, que se observa em todo o Império, e que á tal, que difficilmente se encontram dois brasileiros que tenham aprendido pelos mesmos livros* (Brasil, Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 16 de junho de 1851).

Em 1851 o Governo Imperial autorizou os novos estatutos aos cursos jurídicos, mas a lei que os reorganizou foi deliberada somente em 1853 pelo decreto nº 1134. Os novos estatutos dos cursos jurídicos do Brasil mudaram o nome do curso passando a ser denominado por Faculdade de Direito de São Paulo e Faculdade de Direito de Olinda. O capítulo II do título II dos estatutos foi dedicado exclusivamente para a reorganização das aulas e dos exames preparatórios.

O artigo 79 dos estatutos mantém o funcionamento das aulas do Curso Anexo assim como a obrigatoriedade de exames nas matérias ensinadas. Os estatutos também não alteraram as matérias obrigatórias para o ingresso na Faculdade de Direito. História e Geografia continuavam matérias lecionadas na mesma cadeira, ou seja, na mesma disciplina e pelo mesmo professor.

No fim de cada ano letivo os professores do Curso Anexo deveriam apresentar a lista dos pontos das matérias que foram lecionadas para os exames preparatórios. Estes, após aprovados ou modificados pelo diretor da Faculdade, eram colocados em uma urna para serem sorteados no dia do exame. De acordo com os estatutos, ainda era prerrogativa do professor da respectiva matéria a escolha dos pontos para os exames. Não há qualquer alusão à obrigatoriedade do Curso Anexo seguir livros ou compêndios adotados no Colégio Pedro II, mas este ainda tinha a direito de emitir cartas de Bacharel em Letras, o que habilitava seus alunos ao ingresso na Faculdade de Direito sem ter que passar por exames.

Assim, os alunos que ingressavam na Faculdade de Direito obrigatoriamente tinham que possuir conhecimentos de História e Geografia, além das outras matérias preparatórias. Porém, esses conhecimentos geográficos não eram necessariamente os mesmos pois muitos alunos vinham do Colégio Pedro II. Em 1853 o Colégio Pedro II já possuía um regime de disciplinas bem consolidado. Segundo Vechia e Lorenz (1998) o Colégio Pedro II possuía aulas de Geografia que iam do segundo ao sétimo ano de acordo com os programas de exame para o ano de 1850, conservando-se até 1856.

O programa do exame de Geografia era vasto no Colégio Pedro II. O segundo ano era composto de quarenta pontos de generalidades sobre conhecimento geográfico, como conhecimentos gerais – golfos, estreitos, ilhas, mares, penínsulas, rios cabos, montanhas, etc. – da Europa, África, Ásia, Oceania e América. No terceiro: quarenta pontos sobre conhecimentos específicos da África e Oceania. No quarto ano: conhecimentos específicos sobre o continente asiático, quarenta pontos. O quinto ano dedicado à Europa e o sexto à América e o Brasil. (VECHIA E LORENZ, 1998, p. 24). No sétimo ano, havia aulas de Geografia Antiga e Cosmografia e Cronologia. Os programas dessas duas aulas dadas do sétimo ano colocavam Geografia e História como conhecimentos conjuntos.

Nesse mesmo período, no Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, conhecimentos históricos e geográficos eram ministrados na mesma cadeira pelo professor Antônio Joaquim Ribas que lecionou no Curso Anexo até 1854.

Os estatutos de 1853 foram alterados um ano depois e em 1854 as Faculdades de Direito passavam por mais uma reformulação. No que concerne às aulas do Curso Anexo, a passagem de um estatuto para o outro nos mostram que aos poucos o Curso Anexo deixa de ser o apregoador dos conteúdos legítimos para os exames preparatórios.

Isso significa não só um desprestígio da instituição mas como uma interferência de outros órgãos na composição dos saberes escolares legítimos que seriam difundidos nas províncias onde havia candidatos interessados em estudar as matérias preparatórias.

O artigo 53 dos estatutos de 1854 deliberava a aprovação dos candidatos ao ingresso da Faculdade de Direito mediante três critérios de aprovação: apresentação de carta de Bacharel do Colégio Pedro II; aprovação em exames preparatórios na presença dos professores do Curso Anexo ou aprovação do candidato em concursos anuais realizados na Capital do Império em conformidade com o Artigo 112 do Regulamento de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte.

Desta forma, os estatutos da Faculdade de Direito abrem mais uma possibilidade de ingresso deixando o município da Corte com a permissão de realizar concursos anuais de seleção de estudantes. Tudo indica que, neste primeiro momento, os exames feitos na secretaria de instrução pública do município da corte eram diferentes dos exames realizados em São Paulo no que diz respeito aos conteúdos selecionados. As matérias eram as mesmas mas os pontos eram diferentes. Era do conselho diretor da secretaria de instrução primária e secundária do município da corte a incumbência de preparar o programa de pontos para os exames anuais na Corte. Os exames tinham a duração de duas horas e tinham duas etapas: a primeira feita de forma escrita e a segunda oral. Os pontos de História e Geografia da prova escrita deveriam indicar períodos históricos importantes, que os candidatos deveriam desenvolvê-los com todos os detalhes geográficos que neles tivessem cabimento (BRASIL, 1855 art. 5).

A comissão de exames era composta pelo Inspetor Geral de Instrução, um membro do Conselho Diretor e um comissário, nomeado pelo Governo. Na prova oral, os candidatos deveriam estender-se sobre as principais noções de Geografia o que abrangia as noções gerais de Geografia Astronômica e Terrestre. (BRASIL, 1855 art. 7)

Isso levou a um impasse na composição dos saberes requisitados para o ingresso na faculdade. O artigo 57 dos estatutos dizia que o Curso Anexo seria regido por regulamentações especiais dadas pelo governo e isso tirava a autonomia da Congregação dos Lentes da Faculdade de decidir sobre o ensino que seria ministrado. Mas enquanto o Governo Imperial não emitiu as regulamentações necessárias ao funcionamento dos exames preparatórias, o Curso Anexo continuava a funcionar de forma autônoma, com seus professores decidindo os conteúdos necessários para os exames preparatórios. Do ponto de vista legal essa medida só foi realmente resolvida

em 1856 pela portaria de 04 de maio que obrigava o Curso Anexo a seguir os programas do Colégio Pedro II.

Todas essas medidas mostram uma clara intenção do Governo Imperial de centralizar e padronizar o ensino secundário brasileiro. Ao alinhar programas dos exames preparatórios com os do Município da Corte o governo acabava por impor um modelo de ensino que seria seguido por colégios particulares, liceus e por todas as instituições que tinham a finalidade de preparar seus alunos para os exames de ingresso nas faculdades brasileiras.

O governo provincial paulista tinha a intenção de transformar o Curso Anexo em um externato secundário, mas isso de fato não aconteceu. Houve resistência por parte dos professores quanto às imposições do Governo Imperial e o Curso Anexo, pela sua estrutura – número de salas de aulas, tempo de ensino e grade curricular – não tinha condições de cumprir com um programa de ensino tão extenso como o do Colégio Pedro II.

3.4 A aula de Geografia do Curso Anexo após as reformas da década de 1850

A partir de 1856 o Curso Anexo começou a passar por várias modificações em seu funcionamento. A Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte envia em 22 de junho de 1858 à Faculdade de Direito de São Paulo cinquenta exemplares do programa de instrução secundária do Município da Corte, organizados pelo Conselho Diretor (MAFD Livro 19 p. 24).

No mesmo mês a mesma instituição enviou mais trinta exemplares do programa e a relação dos compêndios e livros aprovados para o uso das aulas para o ensino secundário (MAFD Livro 19 p.24).

Os professores do Curso Anexo eram obrigados a emitir anualmente uma lista dos alunos matriculados nas respectivas cadeiras, a lista das obras adotadas, contendo a especificação do nome dos autores, lugar e época da edição (MAFD livro 19 p. 80), assim como a lista dos pontos para os exames preparatórios.

Os professores do curso Anexo não poderiam mais lecionar em colégios particulares e a instituição começou a ser supervisionada pelo Conselho Diretor da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. O diretor da Faculdade de Direito ainda era o responsável direto pelo funcionamento do Curso

Anexo, no entanto todas as informações referentes ao curso eram encaminhadas à Inspetoria Geral. Isso fez com que houvesse um desprestígio dos professores do Curso Anexo, antes diretamente ligados à Faculdade de Direito.

Preocupado com a situação do ensino secundário da Província de São Paulo o seu presidente no ano de 1864, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, recém chegado do Rio de Janeiro, onde trabalhou como lente de História Universal no Colégio Pedro II acreditava que o Curso Anexo poderia ser transformado em um internato secundário nos moldes do colégio em que trabalhara. Em ofício ao Governo Imperial de 10 de março de 1864, Homem de Melo faz a seguinte proposta:

Cumprindo dar ao Curso de preparatórios anexo à Faculdade de Direito desta Capital uma organização mais perfeita e consentânea com o aproveitamento dos alunos, sirva-se de Vossa Excelência informar-me sobre a possibilidade de constituir-se o referido curso em um internato à maneira do Colégio de Pedro II na Corte; devendo Vossa Excelência dar-me seu parecer sobre os meios de levar à efeito esta reforma, formulando [?] as ideias que julgar mais convenientes à bem do ensino, a fim de serem elas submetidas à alta consideração de S. M. o Imperador. (MAFD livro 14 p. 72)

O Governo Provincial alegava que a criação de um internato secundário às suas custas iria onerar os cofres públicos e pediu auxílio ao Governo Imperial. Este, por sua vez, não parecia muito preocupado com a criação de um ginásio na capital paulista.

O Decreto nº 798 de 12 de setembro de 1854 concedia aos professores dos cursos de preparatórios anexos às faculdades de Direito *os mesmos vencimentos dos Professores atuantes do Collegio de Pedro Segundo*. No entanto, após a equiparação dos salários em 1854, os professores dos cursos de preparatórios não tiveram aumentos de vencimentos nos anos posteriores como ocorreu com os professores do Colégio Pedro II. Isso levou os professores do Curso Anexo de São Paulo a organizarem uma representação com o intuito de falar diretamente com o imperador. A resposta do Governo Imperial veio por meio de um ofício que declarava que as disposições do referido decreto foram prontamente cumpridas, os professores do Curso Anexo tiveram seus vencimentos ajustados em 1854 aos dos professores do Colégio Pedro II. No entanto o decreto não previa equiparação de salários para reajustes posteriores a sua data de promulgação. (MAFD Livro 19 pp. 168-168)

O jogo político sobre a responsabilidade da instrução secundária paulista fazia com que o ensino secundário público da Província de São Paulo não alavancasse. Pela

lei, cabia à província o provimento e regulamentação do ensino. Porém o Curso Anexo, provido e administrado pelo Governo Imperial servia como único estabelecimento público de ensino secundário. O governo provincial se sentia desobrigado de estabelecer um liceu provincial na capital transferindo essa responsabilidade ao Curso Anexo. Porém não era o plano do Governo Imperial transformá-lo em um liceu. Sendo assim as mudanças ocorridas nos cursos de preparatórios incidiam diretamente no ensino secundário paulista e causava preocupação dos responsáveis pelo ensino público.

Diogo de Mendonça Pinto, na condição de Inspetor Geral de Instrução Pública da Província de São Paulo também demonstra sua preocupação com o Curso Anexo. Pinto já emitia suas considerações sobre o ensino secundário paulista desde o início da década de 1850 quando assumiu a Inspeção de Instrução Pública da Província. Para Pinto, o sucesso do ensino secundário na Província de São Paulo dependia diretamente da fundação de um colégio secundário público na Capital, diante da ausência desta instituição o Curso Anexo à Faculdade de Direito servia como tal. Com as reformas de 1856, Diogo de Mendonça demonstra toda sua insatisfação.

A academia desta cidade acaba de ser reorganizada. Seria furtar-me ao cumprimento de uma parte dos meus deveres se sobre esse ato guardasse absoluto silêncio. A Província não possui em seu seio outras instituições de Instrução Secundária que não seja os colégios particulares da Capital. As aulas de Gramática e Francesa, disseminadas com profusão pela Província, ainda quando plenamente corresponde aos fins de sua criação, isoladas de outros estudos, fazem parte da Instrução Secundária, mas não a compõem. Ora, tanto essas aulas como os colégios estão em íntima relação e dependência com a Faculdade de Direito. Ali é que o exame dos alunos propriamente se efetua; ali eles encontram os juizes que decidem o seu mérito; ali se lhes põem termo aos trabalhos escolásticos da carreira da Instrução Secundária. Encarada a questão só por este aspecto é fora de dúvida que o regime, a que estiverem sujeitas as aulas menores da Faculdade, naturalmente há de estender até certo ponto a sua influência sobre as mencionadas instituições provinciais, e por conseguinte não se me estranhará que, obrigado a falar de umas, eu digo duas palavras sobre as outras.

Longe de mim não votar aos Atos do Governo Imperial o respeito que inspiram, ou julgar-me autorizado a fazer-lhe a crítica. Sei o que devo aos Altos Poderes do Estado, mas também não ignoro o que de mim exige o bem público, e que não seria revelado se por considerações a ele alheias, deparando no serviço, em que me acho empregado, com uma necessidade em sofrimento, deixasse de denunciá-la. A minha obrigação a respeito é tanto mais imperiosa quanto, encarregado da honrosa tarefa de descrever ao Excelentíssimo Ministro do Império a situação da Instrução Provincial, não falo aqui somente para a administração da Província.

A reforma da Faculdade oferece freqüentes testemunhos de sabedoria e devoção patriótica do Governo que a promulgou; há entretanto nela algumas disposições, a respeito cuja conveniência peço permissão para divergir. Eu vou considerá-la só uma parte, que afeta os interesses provinciais: - refiro-me à constituição do magistério das aulas menores. Repito: da sua boa ou má constituição se ressentem o progresso dos nossos estudos, visto que à ele de fato incumbe verificar os conhecimentos dos alunos das nossas aulas e colégios.

A reforma desposou esse magistério da devida importância e do prestígio que urge que o rodeie, e que estava de posse. Semelhante depreciação, que nada vejo justificar, é grave mal. Não me faço propugnador aqui de interesses individuais: digo que é grave mal, mal porém para a causa pública. O mestre é o juiz natural do mérito dos discípulos, e como tal cabe-lhe aquilatar o grau de conhecimento daqueles que querem se mostrar versados na arte ou na ciência que ele professa. Ninguém mais apto para conhecer as condições de habilitação, e nem mais empenhado em que elas são satisfeitas. Se há verdade inconcussa na ciência é esta, verdade hoje vulgar. As considerações de bem público, que a recomendam, abundam; todas as nações, onde a Instrução Pública prospera, a adotam; e ela vigora até nas aulas maiores da Faculdade de Direito. Entretanto, por estranha anomalia não tem aplicação às aulas preparatórias, cujas matérias constituem a Instrução secundária da Província! Segundo o novo sistema o professor e seu substituto continuam a examinar, mas intervindo no julgamento do exame, além do Diretor que o preside, um Delegado do Governo, e um Delegado da Faculdade, ambos estão em minoria, e sua opinião sempre depende de aprovação destes três julgadores, que, permita-se-me acrescentar, não podem rivalizar com eles em idoneidade. Pode-se dizer que os Professores da Faculdade não são mais os juizes da capacidade dos examinandos, nem ainda quando seus alunos. (PINTO, 1857 pp. 6-7)

Desta forma o autor argumentava que além do desprestígio do professor que perdia a prerrogativa de avaliar e decidir a aprovação ou desaprovação dos seus alunos, a perda de autonomia dos lentes dos cursos anexo nos exames preparatórios acarriaria o apadrinhamento. Muitos alunos, mesmo reprovados pelos seus professores no exame, tinham sua aprovação imposta por outros sujeitos completamente alheios ao curso e a matéria avaliada. O Governo Imperial em nada mudou essa situação.

As aulas de Geografia do Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo foram lecionadas pelo próprio Diogo de Mendonça Pinto a partir de 1854, com a realocação de Antônio Joaquim Ribas para exercer a docência no Curso Superior na recém criada Cadeira de Direito Administrativo, que fora constituída pela reforma dos estatutos da Faculdade de Direito.

Nascido em São Paulo em 1818, Diogo de Mendonça fez nesta cidade seus estudos preparatórios e formou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Academia de Direito de São Paulo em 1835. Segundo Monarcha (1999) Pinto foi, nos

moldes da elite formada na Academia de Direito na primeira metade do século XIX, um *intelectual cosmopolita* exercendo diversas funções – jornalista, político, professor, publicista –, atuando nos órgãos do governo provincial e nas artes, participando de grêmios literários e escrevendo peças teatrais.

Diogo de Mendonça além de professor do Curso Anexo foi o primeiro Inspetor Geral de Instrução Pública da Província de São Paulo. Também deu aulas particulares de História e Geografia até 1854, quando os professores do Curso Anexo ficaram proibidos de lecionar em outros estabelecimentos. Fora juiz municipal em Areias, deputado na Assembleia Legislativa de São Paulo nos biênios de 1844-45, 1850-51, 1852-53, 1854-55 e 1856-57 pelo Partido Conservador (NOGUEIRA, 1907 v. 9 p. 32). Foi professor de História e Geografia no Curso Anexo desde 1852 como professor substituto e, em 1854 assumiu a cadeira dessas matérias deixando-as somente em 1882 quando se aposentou.

Formado sob as bases do jusnaturalismo (MONARCHA, 1999 p.23), Diogo de Mendonça fora aluno de José Maria de Avelar Brotero, professor do Primeiro Ano de Direito Natural da Academia de Direito de São Paulo, autor do primeiro compêndio de Direito escrito para o curso de ciência jurídicas e sociais da Província de São Paulo - Princípios de Direito Natural. Segundo Reale (1976) o Direito Natural difundido nesse estabelecimento tinha como fundamento principal as ideias de Destutt de Tracy, Hevelius e Holbach⁶ sendo o principal objetivo a conciliação *das novas doutrinas 'revolucionárias' com os ensinamentos da Igreja*. Esse ecletismo propagado nas Arcadas aproximava-se do krausismo também difundido nesse estabelecimento desde a primeira metade do século XIX pelas mãos do professor da Primeira Cadeira do

6 Esses pensadores compuseram parte da intelectualidade francesa do século XVIII ligada ao Iluminismo que buscou sintetizar as duas vertentes da filosofia moderna: o empirismo e o racionalismo. Claude-Adrien Helvétius (1715-1771) atacou, em sua obra *Sobre o Espírito*, energeticamente, a religião Cristã e as estruturas feudais da França do século XVIII, sendo assim considerado pelas autoridades políticas e eclesiásticas como um dos pensadores mais perigosos e subversivos do seu tempo. Para o autor, a felicidade humana só se concretizaria mediante plena participação dos indivíduos na vida política. Paul-Henri Thiry, o Barão d'Holbach (1723-1889) contribuiu com vários artigos para composição de a *Enciclopédia*. Publicou as *Leis do Mundo Físico e do Mundo Natural* em 1770, onde expôs suas ideias sobre o materialismo e o ateísmo. A explicação da natureza deveria ser feira, para o autor, por meio do estudo das ciências naturais.

Antoine-Louis-Claude Destutt, o conde de Tracy (1754-1836) era tributário das doutrinas de Condilac no que diz respeito a importância da linguagem para a gênese da reflexão. Como os demais iluministas do seu tempo, Tracy buscava no materialismo o caminho para a desconstrução filosófica do espiritualismo. Sendo o fundador da escola dos Ideólogos, Conde de Tracy formou, dentro do Instituto Nacional de Ciências e Artes, em Paris um grupo de pensadores que procuraram, por meio do estudo das ideias, reconhecer a verdadeira natureza humana.

Segundo Ano, Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, ao adotar *Elementos do Direito Natural ou Filosofia do Direito* de Vicente Ferrer Neto Paiva como compêndio para as aulas de Direito Natural do Segundo Ano do curso jurídico. Segundo Antonio Paim (1999) seria por meio dessa obra que o Krausismo fora introduzido na Província de São Paulo. Ao contrário da maior parte do Império que adotou o Espiritualismo Eclético de Vitor Cousin como sistema de ideias filosóficas e políticas que garantiram a consolidação na Nação, a Província de São Paulo sofreu maior influência das ideias de Karl Christian Friedrich Krause⁷ devido ao seu maior contato com a filosofia de Kant já disseminada na província desde os primeiros anos século XIX.

A Faculdade de Direito de São Paulo seguira, entretanto, caminho algo diverso. Embora engajada, sem sombra de dúvida, na causa liberal, vivia clima teórico divergente da opção nacional. A própria liderança da província, com Diogo Antonio Feijó (1784/1843) à frente, não aderira ao espiritualismo cousiniano mas mantinha fidelidade ao Kantismo. (PAIM, 1999, p.5)

Se as afirmativas dos autores estiverem corretas, Diogo de Mendonça Pinto fazia parte dos bacharéis formados na Academia de São Paulo que adotaram o Krausismo como referência filosófica e que, em determinados conceitos, distoava das concepções filosóficas adotadas e reelaboradas em outras partes do Brasil.

Como professor de Geografia e História, Diogo de Mendonça Pinto fora crítico das mudanças no ensino e das instituições particulares de ensino e não se conformava com o que havia ocorrido com o Curso Anexo. Os relatos deixados em cartas que estão guardadas no Museu e Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo atestam a sua insatisfação.

Tive a honra de receber a Portaria de Vossa Excelência de dois do corrente mês em que me ordena para o bem do serviço público [ilegível] remeta a Vossa Excelência a lista dos compêndios de que uso em minha aula, pelo que tenho a declarar que em Geografia o compêndio é o do Senador Pe.

⁷ Karl Christian Friedrich Krause (1871- 1832) foi um filósofo germânico, professor nas universidades de Jena (1802), Göttingen (1823) e Munique (1831). Krause considerava-se continuador da filosofia de Kant e seu pensamento estava ligado a ideia de que Deus não era uma personalidade, mas uma essência do próprio Universo. O Krausismo teve forte repercussão na Espanha devido aos trabalhos de Sanz del Río. No Brasil o Krausismo teve duas fases de imersão na faculdade de Direito de São Paulo, a primeira, na primeira metade do século XIX, por meio do lente Padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, e a segunda pelos professores João Teodoro Xavier de Matos e Carlos Mariano Galvão Bueno, após a segunda metade do século XIX (PAIM, 2007).

Tomás Pompeo de Souza Brazil - última edição. Esta obra deficiente e com muitos erros está não obstante servindo já por que o Governo Imperial o havia adotado no Imperial Colégio de Pedro II, e já por não haver a venda na livraria desta cidade o *Compêndio de Houzée*, obra grande, que notavelmente superior a este e outros compêndios entre nós conhecidos, apesar de ser livro escrito há muitos anos, e por tanto não contém os recentes descobrimentos e as últimas alterações na Geografia Política de alguns Estados. (MAFD Livro 21 carta datada de 10 de setembro de 1867)

Os professores do Curso Anexo eram compelidos a fornecer todas as informações sobre suas aulas ao Diretor da Faculdade, que, por sua vez, remetia à Secretaria de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Entretanto, a documentação consultada aponta para certa resistência por parte dos professores do Curso Anexo. Diogo de Mendonça ao ser questionado sobre os compêndios utilizados em suas aulas tece críticas aos livros adotados pelo Colégio de Pedro II, *obra deficiente e com muitos erros...* Pinto cita que preferia utilizar nas aulas de Geografia um compêndio mais antigo que, mesmo desatualizado, era mais completo do que o adotado pela Corte. Mas como esse livro não era mais vendido pela livraria da cidade, utilizaria o *Compêndio de Tomás de Souza Brasil*, o *Compendio Elementar de Geografia Geral e especial do Brasil*, de que analisaremos mais adiante.

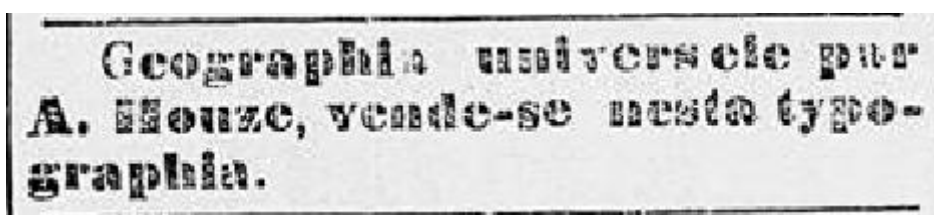
Diogo de Mendonça Pinto adotara em suas aulas, pelo menos até meados de 1867 a *Géographie Universelle* de A. Houzée, obra que se apresentava com o seguinte subtítulo: *à l'usage des maisons d'éducation et des gens du monde* (BOURQUELOT e MAURY, 1852 p. 325). Antonie-Philippe Houzée foi membro da Sociedade Geográfica francesa – *Société de Géographie* – e autor de outras duas obras que foram destinadas e adotadas nos liceus franceses: *Nouveaux Éléments de Géographie Universelle* (1841) e o *Atlas Universel Historique et Geographique* (1837).

Não foi localizado nenhum exemplar da *Géographie Universelle* de Antonie-Philippe Houzée, mas podemos assegurar que esta obra foi oferecida à mocidade estudantil paulista e a todo aquele que se interessasse por Geografia como consta nos anúncios da livraria do jornal *Correio Paulistano* e no *Catálogo de livros necessários para os cursos jurídicos da Academia de São Paulo* do ano de 1863 que vendia ao preço de 1\$000 a obra *Nouveaux Éléments de Geographie* de Houzée.

Na edição de 05 de março de 1862 o *Correio Paulistano* anunciava que sua livraria fornecia *todos os livros tanto para preparatórios como para as aulas maiores da Faculdade de Direito, e por preços módicos* (*Correio Paulistano* 05/03/1862).

Na seção de anúncios do Correio Paulistano da edição de 18 de março de 1862 a *Géographie Universelle par A. Houzé* aparecia em destaque no anúncio com fonte em negrito e tamanho maior, separado dos demais livros oferecidos pela livraria do Jornal o que indica a intenção do editor em mostrar ao leitor que naquela livraria possuía a referida obra, supostamente por que havia na cidade uma procura pelo compêndio de Houzé em virtude de sua adoção nas aulas de Geografia do Curso Anexo. O mesmo anúncio aparece na edição de 21 de março do mesmo ano.

Figura 3.1
Anúncio de *Géographie Universelle*



Fonte: Correio Paulistano, 18/03/1862 p.3

Encontramos anúncios do referido compêndio ainda em 1867, nas edições de 16 de fevereiro e de 29 de maio. Nessa ocasião a *Géographie Universelle par A. Houzé* era vendida a 4\$ no escritório do Correio Paulistano, deste vez em um modesto anúncio junto a uma coleção de outras obras.

Voltando à carta de Diogo de Mendonça e às suas reflexões sobre os compêndios utilizados nas suas aulas de Geografia, não há como negar o uso da obra de Houzé, pelo menos nas aulas do Curso Anexo. Nota-se a insatisfação do professor quanto à utilização de um novo compêndio, imposto pelas Corte que, em sua avaliação, era inferior ao livro didático francês.

Sobre os livros de História, chama a nossa atenção o fato de autor ainda fazer referência ao livro didático de Julio Frank que, segundo Pinto até pouco tempo servia como livro para as suas aulas. Como este compêndio esgotara-se o autor fazia uso da literatura didática francesa.

Em História foi compendio o do inaugurador da aula Julio Frank, escrito em português. Tendo porém se esgotado os exemplares à venda, está servindo o compêndio conhecido entre os estudantes pelo nome de Bacharelado de que é o editor Desoby, escrito em desenvolvimento as teses de História Universal dadas pelo Governo do Imperador da França Napoleão III afim de ser aceita

a obra que melhor satisfizesse o programa. Este livro tenho visto sobre vários títulos. Os exemplares de que me sirvo são em três volumes escritos “Par um Professeur d’Histoire de l’Academie de Paris, Docteur es lettres” e [ilegível] titulam: a Primeira: “Cours d’études pour la section de lettres, redigé conformement aux programmes pour l’examen du Baccalaureat es lettres du 3[ilegível] 1857, Histoire ancienne”, O segundo: Manual d’étudies pour la preparation au Baccalaureat es lettres, redigé conformement au programme du 5 septembre 1857”. O terceiro “Precis d’Histoire Universele d’après les [ilegível] programmes, Histoire des temps modernes”. Igualmente adotado no Imperial Colégio de Pedro II, só em falta de melhor se acha aceito; porquanto nem é [ilegível] resumido para ser compêndio, e nem desenvolvido, como cumpre que seja o expositor. O livro de M. Desderise du Dexert, Professor de História no Liceu Imperial [ilegível], que se intitula “Programme d’Histoire Universelle d’après Le [ilegível] d’études” lhe é superior para compêndio, mas entre más não o há à venda. (...)

Diogo de Mendonça Pinto.

(MAFD Livro 21 carta datada de 10 de setembro de 1867)

A documentação analisada no Museu e Arquivo da Faculdade de Direito também aponta para atraso no envio dessas informações.

Circular aos Lentes

Sirva-se informar-me com urgência quais as obras adotadas para o uso da sua aula com especificação dos nomes dos autores, lugar e época da edição.

15/03/1861 (MAFD Livro 17 p. 3)

Tais relatos levam-nos pensar que mesmo com as imposições do Governo Imperial de impingir um ensino centralizado os professores do Curso Anexo não obedeciam todas as suas determinações.

Além dos livros didáticos as aulas de Geografia do professor Diogo de Mendonça também eram servidas de outros materiais:

Na aula que reço há falta para o ensino da Geografia dos devidos mapas e esferas, havendo uma em péssimo estado que representa a Terra; pelo que tenho a honra de apresentar à vossa excelência sobre esta necessidade, a fim de que se digne providenciar à respeito como julgar conveniente.

É sobretudo muito notável a ausência do próprio mapa do Brasil, devendo aliás o estudo desta parte ser mais profundo. Consta-se que fora remetido pelo Governo Geral ao desta Província um litografado em 1856 e composta pelo engenheiro Conrado Jacob Niemeyer; me persuado que sem [palavra ilegível] dificuldade e prontamente poder-se-ia obter para o referido uso um desses mapas. V. E. entretanto resolverá como entender em seu zelo pela boa marcha de instrução na Faculdade.

São Paulo 20 de junho de 1859

Conselheiro Manuel Joaquim de Amaral Gurgel

Faculdade de Direito (MAFD Livro 15)

Aqui o autor afirma utilizar-se de mapas e globos para as aulas de Geografia e considera o uso desses materiais essenciais. É interessante notar que apesar das exigências de se ensinar a Geografia especialmente do Brasil, não havia em 1859 mapas do Império disponíveis no Curso Anexo. O professor apela para que se tomassem as devidas providências e sugere que fosse doado para o Curso Anexo um mapa do Brasil que pertencia ao Governo da Província.

Sendo assim, devido à falta de material adequado, ao número de aulas reduzido e resistência por parte do corpo docente seria difícil conceber que as aulas desta instituição pudessem seguir fielmente os programas do Colégio Pedro II.

Há registros das aulas de Diogo de Mendonça nas *Tradições e Reminiscências* de Almeida Nogueira (1907). Ali Diogo de Mendonça Pinto é retratado como um professor justo e severo examinador:

Quando em banca de exames, ou na sua aula, interrogava algum discípulo ou candidato, não aprazia, ao Dr. Diogo, que assoprassem o interrogado.

A sua bonhomia não chegava ao extremo de fechar os olhos ou tapar os ouvidos a essa irregularidade.

Percebeu, de uma feita, que, ainda que muito sutilmente, um dos assistentes murmurava as respostas ao examinando, um bicho de nome Guilherme Tell. Quem lhe servia de ponto era o Chico da Cunha, que, depois, se formou em 1873.

O Dr. Diogo de Mendonça não se deu por achado, mas de malicioso formulou uma pergunta difícil.

O ponto emudece. Emudece também o examinando.

Assestando neste o seu monóculo, disse em tom zombeteiro o Dr. Diogo:

— Desta vez não lhe deu assistência o Espírito Santo. (NOGUEIRA, 1907 v. 9 p. 41)

No entanto, quanto ao ensino dos conteúdos das matérias que o professor de História e Geografia ministrava, Diogo de Mendonça Pinto não é retratado como um professor tão meticuloso.

Não suscitava no ensino dos discípulos da sua aula controvérsias de alcance filosófico; antes, por vezes, preocupava-se com questões de *lana caprina*⁸ e tinha sobre tais pontos objeções de algibeira, segundo se diz na gíria escolástica.

Acontecia, porém, que por fim já os rapazes lhe conheciam as baldas e também traziam prontas as fórmulas aceitas e consagradas pela cadeira para a solução das dificuldades propostas.

⁸ Coisa de pouca monta, insignificante.

Assim, em geografia, um dos problemas habituais era — se o mar Cáspio era mar ou lago.

Dissesse o aluno que — era mar, ele opunha-lhe a definição de lago e mostrava que ela quadrava perfeitamente àquele denominado mar.

Se o examinando respondesse — que ó lago, ele replicava que todos os geógrafos o denominavam mar, que era esse o consenso unânime e que toda a gente não podia estar em erro.

A fórmula que dava lugar á nota boa era esta: “O mar Cáspio é um lago; entretanto, os geógrafos têm convencionado denominá-lo mar, e por não termos autoridade para corrigi-los, nós conformamo-nos com essa denominação, ainda que imprópria.”

Análogas dificuldades eram suscitadas e análogas soluções deveriam ser dadas em relação ao Mar Morto e ao Mar da Galileia, também chamados Lago Asphaltite e Lago de Genezareth. (NOGUEIRA, 1907 v. 9 pp. 42-43)

A documentação consultada no Arquivo da Faculdade de Direito mostra-nos também como foram as aulas ministradas por Diogo de Mendonça:

Chamando eu hoje a lição o aluno na aula que eu rejeo – Antônio S. Telles, leu-se o compêndio, e terminando declarei que na leitura que havia procedido omitira uma parte tal [essa parte foi queimada] cumpria ler por conter fatos importantes e risquei [?] a parte omitida. Ao ouvir-me esta saiu-se do assento cheio de ira, e gritando, que não [essa parte foi queimada] para ser por mim debicado!

Diogo de Mendonça Pinto (MAFD Livro 21 carta datada de 26 de outubro de 1868)

Nota-se que Diogo de Mendonça realmente utilizava-se de livros didáticos em suas aulas. Estes eram lidos oralmente pelos alunos que, caso cometessem algum erro, eram advertidos pelo professor. No caso relatado acima, o aluno Antônio Telles não concordou com a advertência do professor. Pelo relato, o aluno foi advertido por ter omitido uma parte importante no momento da leitura do livro didático. Ao exaltar-se, foi levado para fora da sala e mesmo sendo um aluno assíduo – tinha somente nove faltas – foi posteriormente reprovado na matéria de História e Geografia (MAFD Livro 21 Relação dos alunos matriculados na aula de História e Geografia. Carta datada de 31 de outubro de 1868).

Anualmente, Diogo de Mendonça remetia ao Diretor da Faculdade uma relação com a discriminação de todos os alunos matriculados na aula de História e Geografia. A relação continha o nome dos alunos e as faltas. O estudante que tivesse mais de quarenta faltas era reprovado curso. Junto à relação dos alunos matriculados o professor também remetia a lista com os pontos para o exame de preparatório.

Quadro 3.1
Alunos matriculados nas aulas de História e Geografia (1865 – 1868)

Ano	Alunos matriculados	Alunos reprovados	Total de alunos
1865	67	37	104
1866	40	n/c	40
1867	59	n/c	59
1868	59	12	59

Fonte: MAFD livro 21 – Relações dos alunos matriculados na aula de História e Geografia

O professor não usou a mesma metodologia ao compor os relatórios. Em 1865 os alunos reprovados foram separados da relação dos alunos matriculados. Nos anos de 1866 e 1867 não há relação de alunos reprovados. E em 1868 os alunos reprovados estão mencionados na relação total de alunos matriculados. De qualquer maneira, esses relatórios nos mostram que ainda na década de 1860 havia procura pelas aulas de Geografia do Curso Anexo.

Quanto à Lista dos Pontos, que o professor também deveria entregar anualmente ao diretor da faculdade para ser encaminhado para a Secretaria de Instrução Primária e Secundária da Corte, somente a lista do ano de 1869 foi localizada.

Quadro 3.2
Pontos para a Prova Escrita de Geografia - 1869

Ponto	Conteúdo
1º	Geografia: terra, superfície, movimento, eixos, pólos, equador, meridianos, trópicos, círculos polares, zonas da Terra
2º	Divisão da Superfície da Terra em terras, águas, ilhas, continentes. Primeira divisão da Terra. Oceano e suas divisões.
3º	Globo, mapa-múndi, planisférios, cartas geográficas, particulares, corográficas, topográficas, hidrográficas gerais. Horizonte visual, pontos cardeais e colaterais.
4º	Mares, correntes e montanhas de gelo. Fundo dos mares: sua elevação até a superfície e exterior das águas, grupo de ilhas, arquipélago, costas, praias, ribas (sic), dunas penínsulas, istmos e cabos
5º	Planícies, montanhas, serras, grupos, sistemas de montanhas, vales, vulcões, neves

	perpétuas, e geleiras, maciços, estepes, deserto, oásis.
6º	Lagos, lagoas, pântanos, rios, canais, bacias, vertentes, linha de divisão das águas
7º	Região natural, políticos e etnográficas; Estados soberanos e meio soberanos e divisões impregnadas de más definições; Superfície de um estado; População absoluta e relativa
8º	Montanhas, ilhas, cabos, lagos, baías, enseadas, estreitos, rios principais da América do Norte.
9º	Ditos da América do Sul
10º	Rios do Brasil e seus principais afluentes.

Fonte: MAFD Livro 19 pp. 177 - 178

Quadro 3.3 Pontos para a Prova Oral de Geografia - 1869

Ponto	Conteúdo
1º	Suécia e Noruega: seus limites, população, governo, capital e cidades principais.
2º	Rússia da Europa, Prússia, Áustria: limites e população, etc.
3º	Estados secundários da Alemanha, Holanda e Bélgica.
4º	Inglaterra e França.
5º	Itália, Suíça, Estado Pontifício.
6º	Espanha e Portugal.
7º	Turquia da Europa e Grécia.
8º	Rússia e Turquia Asiática.
9º	China e Japão
10º	Índia, e Estados do sudoeste da Índia (sic)
11º	Estados Unidos.
12º	México, América Inglesa e América Russa.
13º	América Central, Estados Independentes e colônias europeias.
14º	Brasil: limites, população, Governo, Capital do Império.
15º	Brasil e Províncias: seus limites e Capitais.
16º	Colômbia, Equador, Peru, Chile, Bolívia: limites, população, Governos e Capitais.
17º	República Argentina, Uruguai e Paraguai: limites, população, Governo, Capitais e cidades principais.
18º	África, Estados bárbaros e Colônia de Argel.
19º	Egito e colônias europeias na África.

Desta listagem, podemos aferir que os pontos para os exames preparatórios do ano de 1869 da Faculdade de Direito de São Paulo emitidos à Corte assemelham-se aos programas do Colégio Pedro II para o ano de 1862 e que vigoraram segundo Vechia e Lorenz (1998) até 1876⁹. Os três primeiros pontos da prova escrita correspondem exatamente aos três primeiros conteúdos do programa para de ensino do Colégio Pedro II para o primeiro ano. Do quarto ao sexto ponto da mesma prova são cópias idênticas dos conteúdos 1, 4 e 6 do programa para o segundo ano. E o sétimo ponto corresponde ao primeiro conteúdo oferecido ao terceiro ano do currículo de Geografia do ginásio carioca.

Não há dúvida que Diogo de Mendonça tinha em mãos programa de Geografia do Colégio Pedro II ao elaborar a lista dos pontos que eram sorteados no exame preparatório. O professor era obrigado a emitir uma listagem em conformidade com este programa e ele simplesmente os transcrevia.

Também podemos atentar para os pontos que o professor de Geografia retirou do vasto conteúdo do programa do Colégio Pedro II. Notemos que ele utiliza-se dos conteúdos dos três primeiros anos, pois estas foram as séries em que matéria de Geografia foi dada separadamente das outras. Do quarto ao sétimo ano os conhecimentos geográficos estavam inseridos nas disciplinas de Geographia e Cosmographia no quarto ano; e Chorographia e História do Brasil no sétimo ano.

Diogo de Mendonça literalmente copiou três conteúdos do primeiro ano, três do segundo e um do terceiro ao elaborar os pontos da prova escrita. Os pontos 8, 9 e 10 foram elaborados pelo próprio professor, atentando-se aos conteúdos referentes à América do Norte no ponto 8; à América do Sul no ponto 9 e ao Brasil no ponto 10. Estes três últimos pontos escolhidos não aparecem de forma direta no programa do Colégio Pedro II. É importante frisar que nos programas dos três primeiros anos desse colégio não há a menor referência a uma geografia do Brasil (ver anexo).

Se compararmos os pontos das duas provas – Escrita e Oral – fica claro a separação dos conteúdos. A primeira concentra-se em pleitear conceitos gerais da

⁹ Cf. VECHIA E LORENZ, 1998 pp. 57-66 A lista dos conteúdos Geografia encontra nos anexos desta tese.

disciplina, buscando uma Geografia Universal. Já a prova oral convergiu para uma Geografia Particular, Geografia Especial dos países. Além do currículo do Colégio Pedro II, é provável que o professor Diogo de Mendonça também tenha utilizado o livro didático de Geografia – *Compendio Elementar de Geografia Geral e especial do Brasil* – para a composição dos pontos da prova oral. Nota-se que os pontos escritos na lista da prova oral aproximam-se dos conteúdos apresentados, de forma mais explícita, na segunda parte do compêndio de Souza Brasil, em que o autor descreve os principais países de cada continente. Cada capítulo corresponde à geografia de um país.

O programa de Geografia do Colégio Pedro II era muito mais extenso do que a as aulas do Curso Anexo que duravam um ano. Sendo assim, os professores das aulas preparatórias selecionavam o que estes entendiam como mais importante para ser lecionado. Pelos conteúdos escolhidos nos pontos para o exame de 1869 podemos conjecturar as prioridades dadas pelo professor de Geografia. Essas prioridades também estavam limitadas pelas condições materiais que o curso oferecia para professores e alunos. Segundo Vechia e Lorenz (1998) o *Compendio Elementar de Geografia* era o livro indicado para o sétimo ano, nos anteriores eram utilizadas apostilas elaboradas pelo professor e o *Atlas Delamarche*. (pp. 56-66). Dessa forma, pode-se deduzir que, se os professores do Colégio Pedro II tivessem realmente seguido rigorosamente o programa de Geografia, o que era pouco provável, o *Compendio Elementar de Geografia* só seria utilizado no sétimo ano do curso, para as aulas de Chorografia e História do Brasil¹⁰ (Vechia e Lorenz, 1988 pp. 65 e 66).

Num curso de curta duração como Curso Anexo um único livro didático era suficiente para compor a seleção dos conteúdos. Isso não significa que Diogo de Mendonça como professor de Geografia, ou mesmo os estudantes da Província não tenham consultado outros materiais para seus estudos. A essa altura a Província de São Paulo já compunha de algumas livrarias que ofereciam certa oferta de livros¹¹.

¹⁰ Sousa Neto (2000) em sua pesquisa sobre o senador Pompeu e seu livro didático de Geografia também afirma que a parte do *Compêndio de Geografia Elementar* referente ao Brasil era a parte efetivamente utilizada no Colégio Pedro II (...).

¹¹ Segundo Hallewell (2012) na década de 1850 a Cidade de São Paulo já possuía três livrarias: *as de Fernandes de Souza (que trabalhava apelas com livros jurídicos), os de Gravesnes e de Torres de Oliveira*. (p.336). Mesmo assim o comércio de livros na cidade ainda era precário. Hallewell chama atenção para o fato de os estudantes da Faculdade de Direito ainda terem que recorrer a Corte para conseguirem livros. Deaecto (2011) acrescenta que os livros vendidos por Fernandes de Souza eram exorbitantes, muito acima dos preços cobrados no Rio de Janeiro e que os livreiros não possuíam muitas obras que os estudantes demandavam. A oferta de livros à venda na Cidade de São Paulo tornou-se vasta somente após a década de 1860 com a instalação do livreiro Anatole Louis Garraux no comércio livros.

Em 1859 instalou-se na capital paulista o livreiro Anatole Louis Garraux, livreiro vindo do Rio de Janeiro com empregado do livreiro Baptiste Louis Garnier. Instalou uma modesta banca no Largo da Sé ao lado da tradicional livraria de Fernandes de Souza, conhecido pela alcunha de Pândegas. A demanda por livros na cidade de São Paulo era tanta que em 1863 Garraux abriu seu próprio comércio, a Casa Garraux & C^a¹², que se tornou a principal livraria da Província de São Paulo na segunda metade do século XIX (HALLEVELL 2012; DEAECTO, 2011).

O *Catálogo dos livros necessários para os cursos da Academia de São Paulo de 1863*, catálogo elaborado pela Livraria A. L. GARRAUX & C^a – livreiros da Academia jurídica de São Paulo, apresentam uma coletânea de vinte e cinco obras de geografia destinadas *para os cursos jurídicos da academia de S. Paulo e livros para os preparatórios* (CASA GARRAUX, 1863 capa). Dentre essas obras, que podem ser conferidas no anexo deste trabalho, estão além do compêndio do senador Pompeo, o *Atlas de Géographie Delamarche*, vendido a 10\$000.

Quadro 3.4

Livros de Geografia necessários ao curso jurídico e aulas preparatórias. Catálogo da Casa Garraux - 1863

Autor	Livros	Valor
Arago	<i>Astronomie. 4 vol. In-4</i>	24\$000
-	<i>Atlas phisique, historique de l'Europe. grand in folio</i>	18\$000
-	<i>Atlas physique, historique et politique de la France. 1 vol. Grand in folio</i>	18\$000
Briot	<i>Cours de cosmographie ou Éléments d'astronomie, comprenant tout ce qui a rapport à cette science. 1 vol. in-4</i>	6\$000
Delamarche	<i>Atlas de géographie. 1 vol. in-folio</i>	10\$000
Delaunay	<i>Astronomie. 1 vol. in-4</i>	6\$000
Dufour	<i>La Terre, atlas de géographie. 1 vol. In-folio avec texte et vignettes</i>	10\$000
Dufour	<i>Le globe, atlas de géographie. 1 vol in-folio</i>	10\$000
Francoeur	<i>Astronomie. 1 vol. in-4</i>	8\$000
Gaultier	<i>Atlas de géographia 1 vol. grand in-4</i>	-
Gaultier	<i>Atlas de géographia. 1 vol. grand in-folio</i>	-
Gaultier	<i>Atlas de géographia universal. 1 vol. in-fol.</i>	6\$000
Gaultier	<i>Lições de Geographia. 1 vol. in-12</i>	1\$000
Guilmin	<i>Leçons de cosmographie à l'usage des lycées. 4^a edition, in-4</i>	4\$000
Houzée	<i>Nouveaux elements de geographie. 1 vol.</i>	1\$000
Humboldt	<i>Cosmos, description physique de la terre. 4 vol. In-8</i>	15\$000
Lavallé	<i>Géographie physique. 1 vol. In-8</i>	4\$000
Malte-Brum	<i>Géographie physique, description de la terre, historie. 8 Vol. grand in-4</i>	50\$000

¹² Em sociedade com Guelfe de Lailhac e Raphael Suarès.

Pompeo	<i>Compendio elementar de geographia. 1 vol.</i>	5\$000
Raffy	<i>Lectures géographiques. In-8</i>	16\$000

Fonte: GARRAUX, 1863 pp. 57-58.

3.4.1 Compêndio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil

Dai-me a carta de um país, sua configuração, seu clima, suas águas, seus ventos e toda sua geografia física; informai-me de suas produções naturais, de sua flora, de sua zoologia, etc., e eu, me comprometo a dizer-vos a priori qual será o homem desse país e que lugar gozará na história; não acidental, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas; enfim a idéia que este país é chamado a representar. (COUSIN, *Cours de Philosophie Apud BRASIL*, 1869 epígrafe do Compêndio)

O Espiritualismo Eclético de Vitor Cousin,¹³ *filosofia oficial durante os quase três quartos do século XIX* até a década de 1870 (SOUSA NETO, 1997 p.51), foi a inspiração teórica da obra de Tomaz Pompeu de Souza Brasil. Segundo Sousa Neto:

Enquanto intelectual liberal, estamos convencidos de que a fonte filosófica de Pompeu foi o espiritualismo eclético, justamente por lhe permitir defender e justificar posições que eram aparentemente indefensáveis. Também o foi por ser a filosofia de sua classe, a seu tempo, em um país onde a moda era conciliar (SOUSA NETO, 1997 p.23)

A inscrição inicial da obra de Tomás Pompeu de Souza Brazil apresenta a forma de como a geografia era entendida. Pelas palavras de Cousin o estudo da geografia servia para conhecer ou mesmo legitimar o estágio civilizatório das nações e esta começaria com a descrição da parte física. Há aqui uma relação determinista entre meio e homem. Mas, deve-se enfatizar, há uma relação. O fato de a geografia se preocupar com a descrição da Terra e dos países serviria, antes de mais nada, para estabelecer uma relação entre o homem e o meio. Nesse caso, o meio natural subordinando o progresso da sociedade.

¹³ Vitor Cousin (1792-1867) foi um dos mais influentes filósofos da França no século XIX, referência para o pensamento educacional brasileiro do século XIX, sua obra conquistou os cursos de Filosofia do Colégio Pedro II e em muitos liceus provinciais (PAIM 1999b). A escola eclética no Brasil teve como base além de Cousin as ideias de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846).

Este entendimento do que é a ciência geográfica foi muito criticado pelos geógrafos hodiernos, principalmente aqueles comprometidos com as mudanças paradigmáticas da chamada Geografia Crítica, mas para a história dessa disciplina não cabe o julgamento se este era ou não a melhor concepção da ciência, este é um julgamento hodierno e, apesar de ter a sua importância, não pode ser o norte da pesquisa em história.

Encontramos na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo a quinta edição de 1869 do compêndio. Não sabemos ao certo a data de sua entrada na biblioteca da Faculdade. O compêndio apresenta o seguinte manuscrito: *Rio, 16 de fevereiro de 1872* e o nome João escritos na folha de rosto. Cabe lembrar que este livro foi adotado pela Congregação do Colégio Pedro II e imposto às demais instituições secundárias do império.

Para Souza Brasil a geografia é a *descrição da Terra em geral* e esta deve *exprimir fielmente o estado atual do mundo, ou dos países que descreve* (BRASIL, 1869 Prefácio). Geografia seria, portanto, a ciência da descrição do espaço e para isso ela deveria utilizar-se das demais *ciências acessórias para preencher o seu fim*. Estas ciências auxiliares da geografia seriam a Cosmografia, a Estatística, a Física, a História Natural, a Astronomia, a Geologia e a Economia Política, como o autor apresenta no prefácio. A Geografia apropriava-se desses saberes tocando *ligeiramente em alguns pontos das ciências acessórias* para dar uma noção geral do globo ou de suas partes.

Dessa forma, o autor divide a obra em três partes. A primeira contendo os dezoito primeiros capítulos apresenta as noções gerais do conhecimento geográfico, explicando estes conceitos em forma de pontos. O primeiro capítulo o autor expõe conceitos gerais da geometria.

Corpo. – É tudo que reúne as três dimensões: comprimento, largura, grossura ou profundidade; quando é redondo chama-se bola, globo, esfera ou esferóide.

Superfície. – é o que termina o corpo e só tem duas dimensões, a da largura e do comprimento.

Linha. – É uma extensão sem largura, nem profundidade, cujas extremidades se chamam pontos; são limites da superfície; são retas, curvas ou quebradas.

Ponto. – É o que termina a linha. (BRASIL, 1869 p. 3).

Da mesma forma o autor apresenta conceitos de cosmografia no capítulo dois e de outras áreas do conhecimento científico na medida em que avançam os capítulos. A segunda parte é destinada à apresentação da Geografia Descritiva que está subdividida em Geografia Geral e Particular. Nesta segunda parte o autor descreve a Terra partindo do geral para o particular. Divide a Terra em continentes descrevendo suas características de situação geográfica, limites, latitude e longitude, aspectos físicos e clima, montanhas, indústria, comércio, religião, governos, costumes, civilização, etc. Após a descrição geral, continente é dividido em países, em que se estudam as especificidades das nações consideradas mais relevantes. Nessa Geografia Particular são utilizados os mesmos critérios do estudo da parte geral. A terceira parte é destinada ao Brasil. Cada capítulo corresponde ao estudo de uma província brasileira e, assim como nas demais partes o espaço é descrito em tópicos.

A primeira alusão ao uso desse compêndio na Província de São Paulo, até o momento encontrado, é a carta do professor Diogo de Mendonça Pinto ao descrever os livros que ele utilizara nas suas aulas de Geografia no Curso Anexo: (...) *tenho a declarar que em Geografia o compêndio é o do Senador Pe. Tomás Pompeo de Souza Brazil - ultima edição (...)*¹⁴ (MAFD Livro 21 10/09/1867).

Em seu relato, Diogo de Mendonça deprecia a obra ao considerá-la *deficiente e com muitos erros*. Não sabemos exatamente a que tipo de erro e deficiência Diogo de Mendonça estaria se referindo no livro de Souza Brasil, mas é certo que ele não estaria falando de desatualizações da obra. Pois o autor preferia o compêndio de A. Houzée, *livro escrito há muitos anos* e que por isso estava desatualizado em relação ao *Compêndio Elementar*. Mesmo assim, Diogo de Mendonça considerava a obra francesa *notavelmente superior a este e outros compêndios entre nós conhecidos*.

Diogo de Mendonça estaria fazendo referência aos mesmos problemas apontados por Issler (1973) quando este diz que o *Compendio Elementar é o retorno da literatura fantástica medieval, com o sabor das aventuras de Marco Polo?* Para responder a tal questão teremos que aprofundarmos nos debates que se tem feito acerca da obra.

O *Compendio Elementar de Geographia Geral e especial do Brazil* já foi objeto de várias pesquisas sobre história da Geografia Escolar: Issler (1973), Rocha (1996), Sousa Neto (2012) e Maia (2014).

¹⁴ Em 1867 o professor do Curso Anexo fez referência à quarta edição da obra.

Bernardo Issler (1973) apresenta o livro de Pompeo como *um dos raros dessa época e, por muitas décadas, o mais aceito (...)*. Realmente, o Compêndio de Souza Brasil, por ter sido aceito pela congregação do Colégio Pedro II passou a ser usado em várias províncias brasileiras. O compêndio foi publicado pela primeira vez na Província do Ceará em 1851 quando Tomás Pompeo ainda era professor de Geografia do Liceu do Ceará. Segundo Sousa Neto (2012) a preocupação inicial dessa obra foi atender às necessidades das aulas do liceu que eram ministradas pelo autor desde a sua fundação, em 1845 (p.2).

A primeira edição foi publicada na Província do Ceará, um livro didático de 284 páginas oferecido à mocidade cearense. Foi a partir da segunda edição de 1856 que o livro de Souza Brasil aparece com a indicação do Colégio Pedro II. Edição revista e atualizada, agora com 536 páginas o *Compêndio Elementar de Geografia Geral e especial do Brasil* começa a ser difundido em colégios, seminários e aulas de ensino secundário do Brasil (SOUSA NETO, 2012).

Não sabemos ao certo as razões que levaram o Colégio Pedro II a adotar este livro didático. Sabemos porém que o seu autor fora um homem influente nas ciências, na política e nas letras, formado na Faculdade de Direito do Recife e pelo Seminário de Olinda, professor, primeiro diretor (1845 e 1849) e um dos fundadores do Liceu Cearense, Deputado na Assembleia Geral entre 1845 e 1848, sócio do IHGB de várias agremiações científicas do Brasil e na Europa e senador do Império em 1864 e que seu livro didático foi produzido e adotado pelo Colégio Pedro II em um momento singular na história da educação do ensino secundário Brasileiro. O livro foi publicado em 1854, mesmo ano que diversos liceus foram abertos nas províncias Brasileiras. Liceu Mineiro, aberto em 1854 (MAIA 2014); o Liceu de Vitória apesar de criado em 04 de julho de 1843 começou seu funcionamento somente em 1854 por falta de recursos financeiros e a disciplina de Geografia passou a ser lecionada somente em 1855 (OLIVEIRA, 2011); em Sergipe, a Geografia foi introduzida no ensino primário em 1854 para atender as exigências da reforma Couto Ferraz (SANTOS 2004). A adoção do compêndio de Tomás Pompeo pelo Colégio Pedro II ocorre em 1856, o mesmo ano da promulgação da Portaria de 04 de maio que obrigava a todas as aulas preparatórias do Império a adotar os programas e livros didáticos do Colégio Pedro II.

Maia (2014) também adverte para o caráter nacionalista da obra de Tomás Pompeo cuja obra se destinava a afirmar o Brasil dentre as nações civilizadas e *mostrar*

através do território uma unidade que permite ao Brasil não ser somente uma nação desenvolvida, porém a mais influente do mundo (p.109). Nesse sentido o *Compendio Elementar de Geographia Geral e do Brasil* se apresentou de forma salutar perante o projeto formação da nação brasileira proposto pelo Colégio Pedro II e pelas políticas de reforma do ensino no Império.

A pesquisa de Bernardo Issler (1973) aponta incongruências no texto do livro didático de Sousa Brasil. Para Issler, Souza Brasil já teria em 1864¹⁵ condições de escrever uma geografia “mais avançada”, ou seja, mais próxima da “Geografia Moderna” de Humboldt ou de Ritter. Vale lembrar que a questão fulcral do autor é entender por que a Geografia Escolar ficou por tanto tempo distanciada da ciência geográfica que procurava analisar o espaço em detrimento da sua pura descrição. Dessa forma o livro de Tomas Pompeu aparenta-se retrógrado, assim como todos os livros didáticos daquele tempo.

Rocha (1996), tributário das concepções de Bernardo Issler no que tange ao livro de Souza Brasil, também o apresenta como uma obra atrasada que mesmo ao citar autores geógrafos de referência como Malte-Brun, Volney, Lamartine, Humboldt, Balbi e Koster, a obra é contraditória, pois ela está recheada de erros que a distancia dessas referências. (p. 167).

Tanto Issler (1973) quanto Rocha (1996) compararam a obra de Tomaz Pompeo com a de Aires de Casal, entendendo que o primeiro foi um mero copiadador do segundo. Issler considera o *Compêndio do senador Pompeo*, na parte que abrange a Brasil um *decalque do modelo de Aires de Casal com algumas modificações ou atualizações*.

Rocha (1996), na esteira de Issler afirma que:

No que diz respeito a parte referente ao Brasil, o autor baseia-se na obra de Aires de Casal, a *Corographia Brazilica*, limitando-se a transcrever informações nela contidas, realizando, entretanto, algumas leves modificações, ou eliminando dados, que por conta da desatualização, não poderiam continuar sendo mantidos. Como na obra que lhe inspirou, este compendio se prestou a veicular uma geografia meramente descritiva, sem preocupação nenhuma com uma análise científica dos fenômenos abordados (p. 167)

Os autores não se atentaram, no entanto, que antes de qualquer coisa, o *Compendio Elementar de Geografia Geral e do Brasil* era, como o próprio nome indica,

¹⁵ O autor analisou a 4ª edição de 1864.

um livro didático e não uma pesquisa acadêmica. Certamente o autor utilizou compêndios, corografias, estudos e outras publicações para compor a sua obra. Como livro didático a obra de Souza Brasil deveria obedecer a certos conteúdos, valores e princípios já consolidados como conhecimento geográfico escolar. Talvez se fosse diferente, não teria sido aprovado pela Congregação do Colégio Pedro II.

Outra questão importante é assinalada por Sousa Neto (2012) ao dizer que o livro didático de Tomás Pompeu é entendido como, ao mesmo tempo, *originalidade, cópia e tradição* (p. 09). Dessa forma, o livro didático em questão *foi escrito para fazer nenhuma revolução epistemológica; seu papel era, desde o início, muito claro, servir à mocidade cearense e depois à juventude brasileira que freqüentava a escola* (p. 12).

Concordamos com as proposições de Sousa Neto (2012) na compreensão de que há sim continuidades no texto que remontam tradições vindas de autores clássicos da Geografia, mesmo por que, quando falamos em “Geografia Clássica” podemos incorrer no erro de supor que esses autores não são mais admitidos no século XIX. Como salienta o autor, a própria *Corographia Brazilica* encontra-se dentro desta tradição. Desta forma, seria um contra-senso entender que o compêndio do padre Tomaz fosse mera cópia da *Corographia Brazilica* ou mesmo que esta seja a matriz de todos os livros didáticos de Geografia do Brasil produzidos no século XIX.

O que há de originalidade, está nas transformações que a tradição vai sofrendo, de uma cópia para outra. Não há, de modo mecânico, uma quebra brusca, uma ruptura imediata. Tal fenômeno é perceptível na mudança gradativa que vão sofrendo as idéias. Adriano Balbi, que teve o seu modelo copiado por Pompeu, já copiara para sua obra o esquema da divisão política dos povos. Tal divisão considerava os povos como sendo selvagens, bárbaros ou civilizados, acompanhando uma tradição fundada no século XVII, herdada na transição entre a baixa idade média e a ascensão da sociedade moderna e solidificada em algumas teorias da História do final do século XVIII e início do século XIX. Por outro lado, a dupla tradição corográfico-matemática, expressa na divisão do Compêndio nas suas três partes: astronômica, *physica* e política, aparece explícita em quase todos os compêndios dos oitocentos e se estende, de certo modo, até os dias de hoje, mas se funda no trânsito histórico entre o medievo e a modernidade. (SOUSA NETO, 2012 p. 11)

Rocha (1996) também afirma que a *Corographia Brazilica* é o reflexo de uma geografia residual, entendendo-a como resíduo de uma geografia clássica que ainda se fazia presente naquele tempo, embora o autor entenda que no começo do século XIX já havia a possibilidade de o Padre Aires de Casal fazer uma geografia “moderna” aos moldes de

Humboldt e Ritter. Mas a obra de Casal estaria filiada a uma segunda tendência, dona de uma tradição que reinava no século XIX (p.140). Rocha está correto quando diz que Aires de Casal era tributário dessa Geografia. No entanto parece que entende essa tradição como algo atrasado, de certa forma, já ultrapassado. Os geógrafos dessa “orientação clássica” entendiam-se como modernos e faziam o que eles entendiam como “geografia de ponta”. Apesar de Humboldt e Ritter já estarem escrevendo seus livros e tratados a geografia considerado “moderna” no século XIX foi predominantemente a Geografia Clássica. Para comprovar tal pressuposto, basta atentarmos para a lista de livros de Geografia oferecidos pela Casa Garraux, apresentados na seção anterior, onde predominam as descrições.

Assim sendo, podemos voltar à pergunta inicial. Diogo de Mendonça Pinto ao relatar sua insatisfação sobre a utilização do *Compêndio Elementar de Geografia Geral e Elementar do Brasil* não estaria reclamando do seu caráter descritivo, muito menos da atualidade de seus conteúdos. Embora não saibamos ao certo, podemos conjecturar que a queixa do professor de Geografia do Curso Anexo estava mais ligada com a sua familiaridade com o uso dos grandes tratados de Geografia para o estudo dessa matéria ou mesmo pouco preocupado em disseminar valores pátrios. Daí a sua preferência pelo *Nouveaux elements de geographie* ou pela *Géographie Élémentaire* de A. Houzée¹⁶.

Vale lembrar que Diogo de Mendonça, nascido em São Paulo em 1818, era formado pela Academia de Direito de São Paulo, provavelmente cursou seus preparatórios no curso Anexo à essa Academia tendo como professor de Geografia o lente Julio Frank e contato profissional com seu discípulo Antônio Joaquim Ribas de quem herdou a cadeira de História e Geografia. Diogo de Mendonça parece fiel às suas origens teóricas, ele mesmo em 1867 ainda fazia menção a utilização do compêndio redigido e utilizado por Frank nas aulas de História. (MAFD Livro 21 carta datada de 10 de setembro de 1867). Notemos também que à relação dos livros utilizados na aula de História, Diogo de Mendonça dera preferência à literatura estrangeira o que também nos mostra um pouco das preferências teóricas deste professor.

¹⁶ Diogo de Mendonça não menciona qual dos livros de Houzée utilizava, mas esses dois livros aparecem à venda nas livrarias da província: *Nouveaux elements de geographie* vendido pela Casa Garraux e *Géographie Élémentaire* vendido pela livraria do jornal Correio Paulistano. A. Houzée foi membro da Sociedade de Geografia de Paris. Escreveu *Atlas Universel historique et géographique*, composto por 101 cartas grand in-4; *Nouveaux éléments de géographie universelle*; e *Géographie universelle à l'usage des maisons d'éducation et de gens du monde, orné de cartes dressées par de Simencourt et Monin* (BOURQUELOT e MAURY, 1852 p. 325)

Cabe ainda ressaltar que Diogo de Mendonça Pinto permaneceu na cadeira de História e Geografia do Curso Anexo até 1882, ano em que se aposentou. Embora não possamos afirmar categoricamente, é possível que mesmo tendo que se adaptar às mudanças curriculares e imposições da Inspeção Geral de Instrução da Corte, Diogo de Mendonça tenha conservado parte de suas leituras, metodologias mantendo assim uma tradição de estudos vinculados à Geografia Universal que, juntamente à Geografia do Brasil compuseram os conteúdos da disciplina de Geografia do Curso Anexo.

3.5 A imposição da Geografia do Brasil

A criação da matéria de Corographia era um projeto de ensinar mais sobre o Brasil. O conteúdo de Geografia do Brasil começa a ganhar notoriedade. Projeto dos professores e da direção do Colégio Pedro II sob gestão Saquarema, entendiam que era preciso trazer conhecimentos do Brasil a mocidade estudantil. Não é por acaso que foi a partir da segunda metade do século XIX que nascem a maior parte dos livros didáticos sobre Geografia do Brasil por autores brasileiros. Há uma lenta substituição da literatura estrangeira para uma nacional e a imposição de uma Geografia do Brasil.

A virada de uma Geografia Universal para uma Geografia do Brasil foi arquitetada e produzida em grande parte pelo currículo do Colégio Pedro II que prescrevia uma geografia particular do Brasil, daí o crescimento das corographias. Era necessário ensinar Geografia do Brasil e não somente Geografia Universal. Mas isso não aconteceu automaticamente, como podemos ver o que ocorreu em São Paulo onde não havia nem mesmo bons mapas do Brasil para as aulas dessa matéria.

Segundo Maia (2014), será a partir de 1855 com o decreto imperial nº 1556, que no Colégio Pedro II começa a existir duas matérias a Geografia e a Corografia, esta última mais ligada ao estudo da História do Brasil. É certo que antes dessa data já havia a preocupação pelos estudos da Geografia do Brasil, mas a introdução de uma matéria separada para os estudos nacionais no currículo do Colégio Pedro II demonstra o empenho de ensinar e inculcar valores nacionais. Maia (2014) entende a Corografia como uma parte da Geografia, procura definir a diferença entre Geografia e Corografia sendo aquela ligada ao estudo do mundo – Geografia Universal e esta ligada ao estudo das partes – Geografia particular ou especial.

A partir dessa perspectiva, pode-se compreender a Corografia como um estágio da Geografia, e isso não quer dizer que a este tornando menor. No entanto, pode-se afirmar com nível de segurança razoável, pois tanto a Geografia quanto a Corografia do início do século XIX atendiam aos seus próprios propósitos: a “Geographia” dedicava-se aos assuntos gerais e a Corografia ocupava-se exclusivamente da descrição do Império e, mais particularmente, das províncias, inclusive quanto a parte dedicada à introdução histórica (p. 50).

Concordamos com a assertiva do autor no que diz respeito às finalidades desses dois saberes, entendendo também que na Geografia escolar brasileira o estudo da Geografia Universal é mais antigo do que o próprio Colégio Pedro II. Esta Geografia Universal que foi difundida em liceus, cadeiras isoladas e cursos preparatórios, ao longo da primeira metade do século XIX, não desconsiderava a Geografia particular do Brasil, mas esta não era o tema principal. O estudo da corografia do Brasil no ensino secundário brasileiro nasce assim como uma necessidade e imposição de se enfatizar as grandezas do território nacional em todos os seus aspectos. Necessidade de mostrar o Brasil como uma potência, uma nação civilizada.

No entanto, diferentemente do que ocorreu no Colégio Pedro II, o Curso Anexo não ofereceu uma cadeira de Corografia do Brasil. A própria disciplina de Geografia esteve vinculada à mesma cadeira que a disciplina de História até 1891 quando houve nomeações para ambas disciplinas, tendo assumido a cadeira de Geografia o professor Vicente de Moraes de Mello Jr e para disciplina de História o professor José Valois de Castro (MAFD Livro 26 pp. 47 e 48). Dessa forma, até 1891 História e Geografia foram matérias que ocupavam a mesma cadeira no Curso Anexo, muito embora os exames já exigissem conteúdos separados. Sendo assim, os conteúdos dessas disciplinas tinham que ser ministrados em curto período obrigando o professor a fazer uma seleção do seria ensinado.

Pensando na trajetória dos professores do Curso Anexo percebemos uma tradição pelos estudos da Geografia Geral ou Universal, mas é preciso também nos atentar às imposições curriculares que os exames sofreram, sendo obrigados a seguirem os estatutos do Colégio Pedro II. A partir de 1856 a Geografia do Brasil ou Corografia seria cada vez mais inserida nos estudos de Geografia no ensino secundário brasileiro. Os estudantes candidatos aos cursos superiores puderam a partir daí saber melhor o que estudar para os exames de preparatórios e os livros didáticos adotados oficialmente puderam servir de guia para esses estudantes.

O primeiro livro didático oficialmente adotado pelo Colégio Pedro II encontrado na documentação e nos arquivos analisados foi o *Compêndio Elementar de Geografia Geral e do Brasil*, já citado anteriormente. Em 1868 o Colégio Pedro II adota para suas aulas de Geografia o *Atlas do Império do Brasil* de autoria do bacharel Cândido Mendes de Almeida. Prontamente o então ministro do império, Paulino José de Souza, enviou um ofício ao diretor da Faculdade de Direito em de 03 de dezembro de 1868 para informar sobre a *conveniência de se adotar nas aulas de preparatórios anexos a essa faculdade a obra denominada Atlas do Império do Brasil, publicada neste Corte pelo Bacharel Cândido Mendes de Almeida, com destino à instrução pública* (MAFD Livro 19 p. 163). No ano seguinte, antes do início das aulas do Curso Anexo o ministro do Império faz nova comunicação, desta vez mais enfática:

Tendo sido aprovado para o uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II, a obra *Atlas do Império do Brasil*, do Dr. Cândido Mendes de Almeida, Sobre o qual V. S. informou favoravelmente no seu ofício de cinco do mês passado, cumpre que a mesma obra seja adotada nas aulas preparatórias dessa faculdade, na conformidade do disposto no artigo 6º do Regulamento de 05 de maio de 1856.

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1869 (MAFD, Livro 19 p.164)

O *Atlas do Império do Brasil* foi organizado para ser, sobretudo, um atlas escolar como o próprio autor assevera na folha de rosto da obra: *destinado à Instrução Pública do Império com especialidade à dos alunos do Colégio Pedro II*. Para Cândido Mendes, havia um atraso no estudo da Geografia, principalmente no que compete à Geografia Pátria o que, segundo o autor, não ocorria nos níveis mais avançados de estudo desta ciência: *Empreendendo a organização de um Atlas geográfico peculiar ao Império do Brasil, não tivemos a mira trabalhar para doutos: estes não precisam das nossas elucubrações e serviços* (ALMEIDA, 1868 p. 7).

A obra foi elaborada para atender as necessidades do estudo da Geografia e História Pátria no ensino secundário brasileiro, não sabemos se ela foi encomendada para tal fim, mas de qualquer maneira veio ao encontro dos estudos de Corografia do Brasil, não é por menos que o atlas foi aprovado no Colégio Pedro II e logo depois prontamente exigida nas aulas preparatórias do Curso Anexo.

O atlas foi composto por 27 mapas sendo eles um mapa-múndi; três mapas do Império do Brasil, um mapa de cada província do Império e um mapa do Município Neutro, além de dois quadros apresentando os donatários das terras brasileiras nos

século XVI e XVII e a distribuição geográfica dos territórios descobertos pelos donatários no mesmo período, suprimindo assim a necessidade de mapas do Brasil e de suas províncias nos livros didáticos.

O *Atlas do Império do Brasil* conjugado com um livro didático específico sobre Geografia do Brasil compunham o material didático apropriado para disseminar a Geografia Pátria no Curso Anexo. Só faltava a aceitação e uso por parte dos professores e alunos. Não sabemos como esses materiais foram usados, mas a documentação estudada atesta a utilização desses livros.

Ao lado do já exposto *Compendio Elementar de Geografia Geral e do Brasil* de Tomás Pompeo de Souza Brasil, livro didático que já continha conteúdos específicos sobre Geografia Especial do Brasil, as *Noções de Corographia do Brasil* de Joaquim Manoel de Macedo também faz parte do acervo didático de Geografia que serviu de estudo aos alunos do Curso Anexo e a demais estudantes e frequentadores da biblioteca da Faculdade de Direito.

Apesar de não termos encontrado menção dessa obra por parte dos professores ou mesmo por correspondência em nome do Governo Imperial exigindo seu uso no Curso Anexo, a marca de uso encontrada na folha de rosto de forma manuscrita com os dizeres *Nasci nesta academia - Álvares de Azevedo* denota que livro foi manuseado por um frequentador da biblioteca da faculdade paulista no século XIX, pois além da grafia característica da época o texto faz alusão ao mito difundido no século XIX de que o poeta Álvares de Azevedo tenha nascido em uma das salas da Faculdade de Direito.

Publicado em 1873 no Rio de Janeiro, *Noções de Corographia do Brasil* foi uma obra encomendada e custeada pela Comissão Superior da Exposição Nacional de 1873 e escrita para representar o Brasil na Exposição Universal de Viena neste mesmo ano. Joaquim Manoel de Macedo, então professor do Colégio Pedro II foi convidado para escrever a obra. A Comissão entendia que a confecção do livro era oportuna para divulgar na Europa os *verdadeiros e precisos conhecimentos do Brasil, considerando a política, moral, econômica e fisicamente*. Posteriormente a obra apresentada na Exposição Universal de Viena foi adotada como livro didático no Colégio Pedro II e divulgado nas demais províncias do Brasil no intuito de ser utilizado nas escolas brasileiras.

Por sua primeira finalidade, o de ser uma obra de divulgação para o público geral, as *Noções de Corografia do Brasil* não apresenta referências didáticas, como

indicação de uso em um referido colégio, não possui exercícios ou qualquer outro recurso didático. O livro assemelha-se mais a uma corografia nos moldes da já mencionada *Chorographia Brasilica*. O autor afirma que utilizou varias obras como compêndios de Geografia, trabalhos de engenheiros, viajantes e naturalistas nacionais e estrangeiros para a confecção da obra e, sobretudo a corografia de Aires de Casal que o autor afirma ser a obra fundamental.

Noções de Corografia do Brasil está dividido em dois volumes o primeiro correspondendo a Geografia Geral do Brasil e o segundo dedicado ao estudo particular das províncias e ao Município da Corte. A obra faz a análise do país e suas províncias seguindo a seguinte descrição: esboço histórico; posição astronômica e limites do Brasil; clima; ilhas principais; cabos; Baias e portos, sistema orográfico, sistema hidrográfico, produções naturais (recursos naturais); indústrias; agricultura, comércio e progresso material; sistemas de governo e administração; civilização e população; e colonização e catequese.

Após um esboço histórico que se inicia com a chegada dos portugueses ao Brasil e termina com a configuração da nação e do território brasileiro sob o reinado de D. Pedro II, o autor descreve os limites do território, procurando demarcar as fronteiras já configuradas e as áreas que ainda se encontravam em litígio com outras nações. Ao descrever os limite e os aspectos naturais do país o autor deixa claro a proposta de mostrar como a natureza exuberante do Brasil favorece o progresso da nação:

O Dr. Sigaud, a cuja obra (*Du Climat et Des Maladies du Brèsü*) pertencem em máxima parte as precedentes informações, **ensinou ainda que o clima do Brazil é com justa razão reputado o melhor das principais regiões do globo**, e que está para o continente das duas Américas no caso em que se acha o da Itália para a Europa. (p. 38 grifos nossos)

Os dados estatísticos também apontam para o estágio civilizatório do povo brasileiro:

A estatística demonstra que a mortalidade é nas cidades mais populosas, e na capital do Brasil comparativamente muito menor ao que nas capitais melhor policiadas da Europa, e os casos de longevidade são nele muito mais numerosos do que em qualquer outro país do velho e do novo mundo. (pp. 39-40)

Os excertos acima mostram como o livro didático de Joaquim Manuel de Macedo apresentava o grau de civilização da nação brasileira, tão desenvolvido quanto os países europeus.

Dessa forma consideramos que o uso da literatura estrangeira nos estudos de Geografia foi declinando de forma lenta e gradual ao longo do século XIX, à medida que eram publicadas obras nacionais, feitas traduções de obras estrangeiras e que professores acostumados com as obras antigas publicados somente em língua estrangeiras iam se aposentando.

Não há como contestar que o estudo da Geografia do Brasil tenha sido introduzido no Curso Anexo e na biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo. No entanto, da mesma forma, a afirmação de que o estudo da Geografia do Brasil predominou em relação à Geografia Universal é um tanto perigosa, pois há evidências de ambas na documentação pesquisada.

O *Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo* do ano de 1887 atesta o predomínio da literatura estrangeira. Dos 51 livros catalogados como específicos da área de Geografia, apenas 21 são obras nacionais.¹⁷ Esses livros estavam disponíveis aos usuários da biblioteca.

O *Catálogo da Livraria Acadêmica da Casa Garraux* mostra que em meados da década de 1880¹⁸ livros franceses de Geografia, Viagens, Cosmografia, livros didáticos etc. eram apresentados separadamente da coleção de obras nacionais, que oferecia livros didáticos, atlas, globos, mapas e corografias.

Desde o regulamento para as aulas preparatórias publicados pela portaria de 04 de maio de 1856, de acordo com o art. 06 nenhum aluno poderia matricular-se na aula de História e Geografia se que mostrasse saber o idioma francês. Essa determinação foi republicada em 1883 nos *Estatutos e Regulamentos das Faculdades de Direito e das Aulas Preparatórias dos Cursos Anexos* coligidos pelo diretor da Faculdade de São Paulo.

Dessa forma consideramos que o uso da literatura estrangeira nos estudos de Geografia foi declinando de forma lenta e gradual ao longo do século XIX, à medida

¹⁷ Estamos considerando apenas os livros catalogados como geográficos. O Catálogo agrupa na Quinta Classe História e Geografia na mesma categoria de livros. Mas essa Quinta Classe possui subdivisões agrupando as obras em História, Geografia e Viagens onde predominam obras estrangeiras.

¹⁸ O catálogo não possui data, porém ele possui livros publicados na década de 1880 como *Continents et oceans, introduction à l'étude de la géographie. 1 vol. in-18, 1881* (GARRAUX: s/d, p.81)

eram publicadas obras nacionais, feitas traduções de obras estrangeiras e que professores acostumados com as obras antigas publicadas somente em língua estrangeiras foram se aposentando.

4. NOVAS INSTITUIÇÕES NA PROVÍNCIA PAULISTA E O DESMANTELAMENTO DO CURSO ANEXO

Felizmente há, quanto a instrução secundária, as aulas preparatórias da Faculdade de Direito, além de onze internatos particulares; mas a existência destes manifesta a insuficiência daquelas, e os internatos da Capital em número de três - as exceções a parte - sobressaem antes com hotéis francos à mocidade de que como instituições de ensino. Ao instalarem-se, magníficos programas e prestigiosos professores anunciam. Depois a concorrência que tais colégios se fazem lhes diminuem os alunos, os fabulosos lucros que visavam se amesquinham, o receio de maior desfalque os assalta. (PINTO, 1864 p. 3)

4.1 A proliferação das aulas e colégios particulares

Com a falência dos liceus paulistas e a insuficiência do Curso Anexo em atender a demanda de alunos, que vinham de todas as províncias do Brasil, a escola privada paulista encontrou um filão extremamente rentável: preparar alunos para os exames de ingresso na Academia de Direito. A partir da segunda metade do século XIX, cresce a oferta de aulas particulares na Província de São Paulo.

Tabela 4.1
Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1857

Professor	Nº de alunos	Instituição/Colégio
Dr. José Fell Ferrão	20	Ypiranga
João Batista Cortines Laxe	5	Brazileiro
José de Castro de Almeida Furtado	2	Emulação
João Batista Cortines Laxe	17	Atheneu Paulistano
João Batista Pereira	49	Culto à Sciencia
D. Rita Leopoldina da Silva	10	-
José Ferreira Dias	2	Sant'ana
	Total: 105	

Fonte: Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1857. Organizado por Daniel Mendes Gomes.

Tabela 4.2
Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1858

Professor	Nº de alunos	Instituição/Colégio
	67	Brazileiro
	1	Emulação
	27	Atheneu Paulistano
	2	Sant'ana
	Total: 97	

Fonte: Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1858.
Organizado por Daniel Mendes Gomes.

Tabela 4.3
Aulas particulares História e Geografia na Província de São Paulo 1861

Professor	Nº de alunos	Instituição/Colégio
João Carlos Borges	9	Atheneu Paulistano
Dr. Emilio Valentim Bareios	25	Piratininga
Carlos Mariano Galvão Bueno	30	Gloria
	Total: 64	

Fonte: Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1861.
Organizado por Daniel Mendes Gomes.

Tabela 4.4
Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1862

Professor	Nº de alunos	Instituição/Colégio
Manoel Gonçalves da Silva Bossi	12	Atheneu Paulistano
Dr. Emílio Valentim	14	Piratininga
Antônio Teixeira da Silva Pinto	8	Gloria
	Total: 34	

Fonte: Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1862.
Organizado por Daniel Mendes Gomes.

Em 1862 o relatório apontou 47 aulas de ensino secundário, ou melhor, das *matérias propedêuticas da Faculdade de Direito* (p. 7). Destas, havia três de História e

Geografia, somando 34 estudantes. Segundo o relator havia ainda mais sete colégios que não foram relatados por falta de informações.

Tabela 4.5
Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1863

Professor	Nº de alunos	Instituição/Colégio
Antônio Ferreira da Silva Pinto	22	Glória
João Carlos Borges	21	Atheneu Paulistano
Dr. Theodomiro Alves Pereira	11	Culto à Sciencia
Dr. Emygdio Joaquim dos Santos	17	Piratininga
	Total: 71	

Fonte: Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1863. Organizado por Daniel Mendes Gomes.

O relatório de 1863 informa que além do Curso Anexo, a mocidade paulista recebia instrução secundária nas aulas preparatórias em mais oito colégios particulares e em 14 aulas avulsas (p. 26). Dentre este total, somente quatro escolas ofereciam aulas de História e Geografia somando 71 estudantes.

Tabela 4.6
Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1864

Professor	Nº de alunos	Instituição/Colégio
Carlos Mariano Galvão Bueno	21	Atheneu Paulistano
Francisco de Preste P. Pimentel	7	Piratininga
José Maria Correia de Sá e Benevides	18	Culto à Sciencia
Pe. Francisco de Assunção Albuquerque	57	São Lageado (Campo Largo)
Joaquim Dias Ferraz	8	(Itu)
	Total: 111	

Fonte: Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1864. Organizado por Daniel Mendes Gomes.

Havia em 1865, segundo o relatório anual de instrução pública, apenas três aulas/cadeiras de geografia incluindo as aulas dos três colégios particulares na capital. Neste relatório o autor não considerou as aulas de geografia do Curso Anexo, pois este

não era supervisionado pela província e as aulas do Seminário Episcopal. Este último estabelecimento, fundado em 1856, não reconhecia a Inspeção Geral de Instrução Pública da Província de São Paulo e, por isso, não emitia relatórios anuais como estava disposto na lei provincial (p. 3). Cabe ainda lembrar que havia escolas particulares que burlavam a lei e não emitiam seus relatórios anualmente como esta exigia. Dessa forma, pode-se inferir que havia um número ainda maior de alunos, professores e instituições particulares de ensino.

O relator contou 16 professores particulares de instrução secundária (p. 5). Segundo Diogo de Mendonça Pinto, em 1865 São Paulo teve 490 alunos matriculados nas aulas de instrução secundária, sendo 94 nas aulas de Latim e Francês; 15 na Aula Pública de Latim da Sé; 8 na aula de Teologia Moral da Sé; 6 na aula de Teologia Dogmática da Sé; 30 em aulas particulares avulsas e 337 em colégios de instrução secundária (PINTO 1865 p. 11)

Tabela 4.7
Aulas particulares de História e Geografia na Província de São Paulo 1866

Professor	Nº de alunos	Instituição/Colégio
Carlos Mariano Galvão Bueno	11	Piratininga
Rvd. Pedro Celestino A. Pacheco	1	Gymnásio Literário
José Ovídio Borches	21	Borches (S. José da Paraíba)
Pe Mariano Joaquim de Paula	19	João Evangelista (Taubaté)
Joaquim Dias Ferraz ¹	4	Ferraz (Itu)
José Maria Correa de Sá e Benevides	6	–
	Total: 62	

Fonte: Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1866. Organizado por Daniel Mendes Gomes.

Segundo o relatório de 1866, das aulas que ensinavam as matérias preparatórias do Curso Jurídico, havia cinco internatos, sendo três deles localizados na Capital. Junto a estes, havia também vinte e uma aulas avulsas de ensino privado, destas uma era de

¹ Não havia professor específico para cada disciplina. As aulas eram dadas pelos professores Joaquim Dias Ferraz (também diretor do colégio), Joaquim M. Teixeira, Braz C. Leão e Dr. Francisco Antonio Barboza.

História e Geografia com a frequência total de 62 alunos (PINTO, 1866 p.8 e 18). Esta aula particular de História e Geografia pertencia ao professor Francisco Maria Correia de Sá e Benevides². A Relação das Aulas Particulares de Instrução Pública não informa a quantidade de seus alunos, mas se comparada a quantidade total de alunos de História e Geografia ministradas nos colégios com o total de alunos matriculados na disciplina de História e Geografia, conclui-se que Sá e Benevides lecionava para seis alunos neste ano.

Os colégios particulares paulistas apresentavam propostas educacionais inovadoras, muitos ofereciam cursos seriados, aulas de religião, ginástica além de ensinar todas as matérias preparatórias. Porém como bem atestou o Inspetor de Instrução Pública de São Paulo, passado pouco tempo de funcionamento a maior parte destes estabelecimentos, quando não fechavam as suas portas, tornava-se cursos avulsos de preparatórios. Anúncios de colégios e aulas particulares eram comuns na segunda metade do século XIX, na Província de São Paulo.

O Colégio Atheneo Paulistano, fundado em 1855 por Júlio Mariano Galvão de Moura Lacerda, anunciou em outubro de 1856 seu novo estabelecimento, que mudara da Rua do Carmo para uma casa situada Rua Boa Vista e estendendo-se pela Ladeira Porto Geral, na Cidade de São Paulo (Correio Paulistano. 15 de outubro de 1856).

Principiou a instituição dos colégios na capital de São Paulo por especulação, hoje porém é uma necessidade indeclinável. Tanto pelo lado do aproveitamento da mocidade quanto pela economia dos pais de famílias; acrescentando a tudo isso a moralidade, a saúde, e civilidade que recebem os mancebos, que um dia talvez formem a felicidade e a do Brasil.

É constante, que a exceção do seminário de Pedro II, no Rio de Janeiro, nas demais partes não se dão cartas de bacharéis em letras, as quais habilitam para a matrícula para a faculdade jurídica. Para o Rio de Janeiro podem ir somente os que tem riqueza; por isso este, ou os filhos da corte são os que aproveitam daquele estabelecimento os mais, que de outros lugares vem com seus preparatórios prontos, devem fazer os exames na faculdade. Muitos inconvenientes e dificuldades encontram quando vão a exames; além de aprenderem por sistemas diversos, e compêndios diferentes lhes é quase impossível fazerem quase todos os exames, que são feitos com todo o rigor. Eis as primeiras vantagens dos colégios na capital: apenas prontos os mancebos em qualquer das matérias fazem seu exame, e passam a estudar outras; deste modo em três ou quatro anos se habilitam para a matrícula da faculdade. Estudantes aparecem tão habilidosos, que fazem dois ou três

² Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, pai do professor e diretor da Escola Normal de 1880 a 1887, José Estácio Correa de Sá e Benevides, estudou no Colégio Pedro II e posteriormente na Faculdade de Direito de São Paulo. (NOGUEIRA, v.8 1907 p. 187)

exames em um ano, estudando nos colégios. (Correio Paulistano, 22 de outubro de 1856 p.2)

Esta nova casa de instrução primária e secundária abrigava todas as matérias preparatórias e tinha capacidade de matricular até duzentos alunos. O comunicado de 22 de outubro de 1856, feito pela redação do jornal Correio Paulistano diz que um colégio tal como este era de extrema necessidade para a população paulista e de outras províncias que desejassem preparar seus filhos para os exames de ingresso na Faculdade de Direito.

Dir-se-á, não há necessidade de colégios, porquanto na faculdade existem aulas para todos os preparatórios.

Assim será. Mas se bem refletirmos nem pela parte de instrução, nem pela economia pode um de fora mandar seus filhos para os preparatórios na faculdade. Por ventura os mestres aqui fazem estudar a mocidade como praticam os diretores dos colégios? Contentam-se em explicar e tomar as lições, ficando da parte do estudante preparar-se quando e como quiser para o dia seguinte dar contas de si. Então por uma triste experiência se observa, que muitos poucos saem no fim do ano capazes de sofrerem exames rigorosos. Entregues a si mesmos, ou a pessoas que não cuidam em sua aplicação, os mancebos passam a tarde, e a noite em distrações, e no dia seguinte não sabem a lição. Nos colégios porém os alunos têm hora certa de estudos, hora de recreios e a noite não tem passeios, nem distrações, nem outros meios de se corromperem e grangear quicá moléstias incuráveis ou terríveis à mocidade, e deste modo, no dia seguinte dão conta de suas ótimas lições. (Correio Paulistano, 22 de outubro de 1856 p.2)

O anúncio de O Correio Paulistano apresentava as vantagens oferecidas pelo estabelecimento de ensino que garantia excelentes aulas que rivalizavam com as da faculdade jurídica quanto à qualidade dos docentes, os equipamentos e materiais de ensino.

Foi para oferecer a província, aos seus patrícios, estas vantagens, que o Dr. Julio Mariano Galvão empreendeu estabelecer um colégio, a que deu o nome de Atheneo Paulistano. Morando em uma casa boa, mas sem os cômodos necessários, procurou uma, em que pudesse melhor satisfazer o seu programa. Conseguiu esta habitação, onde arranhou três raios de dormitórios para as classes maiores, médias e mínimas, e nestes raios pode acomodar de 100 a 150 até 200 alunos; preparou aulas competentes, que no asseio rivalizam com a faculdade jurídica, **com cadeiras para os lentes, bancas, assentos para os alunos, globos, mapas e tudo de mais necessário para cada uma das aulas**, em salas todas forradas a papel; arrendou quintais, uniu ao colégio para tornar agradáveis os recreios dos alunos; fez um arranjo para si e para sua família, afim de que sua presença fosse efetiva e sua

família inspecionasse na mesa, e roupa dos colegiais e pudesse tratar com todo o desvelo e carinho aos que adoecem . Enfim, procurou-se os melhores professores, aos que paga sofríveis ordenados; e ali se observam por dia as seguintes lições duas de primeiras letras de manhã, e de tarde duas de latim 1ª classe (idem) 1ª de inglês , duas de francês 1ª e 2ª classe 1ª de retórica, 1ª de geometria e aritmética, 1ª de história e 1ª de filosofia. (Correio Paulistano, 22 de outubro de 1856 p.2 grifos nossos).

No colégio Atheneo Paulistano as aulas de Geografia e História eram ministradas diariamente das 15 horas e 30 minutos às 17 horas pelo professor João Batista Cortines Laxe em 1856 (Correio Paulistano 18/05/1856). Na propaganda de 17/01/1863 as aulas de História e Geografia eram lecionadas pelo segundoanista João Carlos Borges e em 1864, pelo professor Carlos Mariano Galvão Bueno, conforme relatório enviado a Inspeção de Instrução Pública.

Em 1863 o diretor do colégio salienta que os pais ou responsáveis poderiam assistir a todos os eventos religiosos realizados pelo colégio e tudo o que lhes parecer digno, *pois que nada lhes é oculto nesse colégio*. O anunciante está provavelmente atacando o modelo de ensino proposto pelo Seminário Episcopal onde havia cerimônias restritas à comunidade. (Correio Paulistano 17/01/1863)

Na edição de 24/01/1863 seção intitulada *A pedido* o Colégio Atheneo Paulistano traz uma nota de mais de meia página do jornal sobre o funcionamento do estabelecimento de ensino. Aqui o jornal apresenta os professores do colégio, sendo João Carlos Borges o professor de Geografia e História e José Corrêa de Jesus, o seu substituto. Sobre a disciplina de Geografia o texto a apresenta da seguinte forma: *História e Geographia: História antiga, média, moderna, romana, chorographia, história do Brasil. Geografia: alternada com o estudo da história*. (Correio Paulistano 24/01/1863)

Temos na descrição das aulas desse colégio a maneira como eram ministradas as aulas de Geografia, como descrição do espaço, conforme a necessidade do estudo de História. Dessa forma ter-se-ia nesse colégio Geografia antiga, média, moderna e romana, dentro do que podemos chamar de Geografia Antiga. Temos também a Geografia do Brasil dentro dos estudos da Chorografia e da História do Brasil.

O Colégio Emulação aparece nas propagandas do Correio Paulistano a partir de 1855. Sob a direção do Pe. Antônio Joaquim de Sant'anna o estabelecimento oferecia

aulas de ensino secundário e primário, sendo as aulas de Geografia lecionadas pelo professor Gastoun de Lhailhacar. (Correio Paulistano 28/04/1855)

Em março de 1855 o jornal Correio Paulistano publicou o Estatuto do Colégio Emulação anunciado pelo seu diretor. O colégio comprou uma página inteira do jornal para divulgar o seu estatuto. O colégio dizia que seu estatuto se adaptava às instruções dadas aos exames de preparatórios realizados no Município da Corte que, *um pouco mais ou um pouco menos, seriam seguidos também pelos exames realizados na Faculdade de Direito de São Paulo*. O autor explica que no estatuto do Colégio Emulação, as instruções para os exames foram acomodadas conforme as circunstâncias do colégio, adotando assim aquilo que o diretor achava de bom e modificando aquilo que aqui seria difícil de executar. Segundo o estatuto, o ensino secundário do colégio compreenderia o ensino de todas as matérias exigidas nos exames preparatórios acrescidos de aulas de música e desenho. O curso teria duração de cinco anos. Quanto às aulas de Geografia, estas seriam lecionadas a partir do terceiro ano. O colégio propõe um modelo organizado de ensino e, de acordo com o art. 4, todos os alunos do colégio deveriam seguir as classes regulares, não podendo assim optar por estudar separadamente determinada matéria. As aulas de História e Geografia estariam organizadas da seguinte forma:

TERCEIRO ANO. Uma hora e meia, alternada, história antiga e noções gerais de geografia antiga, decorar resumos e datas, escrever o desenvolvimento desse resumo, explicar na aula os diversos pontos desse resumo.

QUARTO ANO. Uma hora e meia, alternada, história da idade média e noções geográficas necessárias, decorar resumos e datas, escrever o desenvolvimento desse resumo, explicar na aula os diversos pontos desse resumo.

QUINTO ANO. Uma hora e meia, alternada. História Moderna até os nossos dias com as explicações geográficas necessárias dadas sobre o globo e os mapas, decorar resumos e datas. Encher uma hora e meia cartas mudas. Traçar cartas da América, geografia e história especial do Brasil. (Correio Paulistano 28/03/1955 p.4)

O ensino de Geografia aparece associado ao de História, servindo-lhe como matéria auxiliar. De acordo com o excerto acima, predominariam os estudos de Geografia Histórica, isto é Geografia Antiga, Geografia da Idade Média ou Geografia Contemporânea, ou seja, o estudo da Geografia serviria de palco ou cenário para os acontecimentos históricos.

Ao que parece, o Colégio Emulação não teve vida longa. Este desaparece da relação de colégios particulares emitidas pelo Inspetor de Inspeção Pública a partir da década de 1860. Mesmo antes o número de alunos matriculados na disciplina de Geografia é ínfimo. Nos anos de 1857 e 1858 o colégio recebeu respectivamente apenas dois e um alunos. No anúncio publicado em maio de 1856 o colégio anunciava: *Acham-se definitivamente abertas as aulas de História e Filosofia neste colégio* (Correio Paulistano 18/05/1856). A propaganda de aulas avulsas de História e de Filosofia demonstra que os estatutos publicados no ano anterior não foram seguidos.

O Colégio Piratininga em anúncio publicado em janeiro de 1863 diz que os estatutos do colégio seriam elaborados brevemente e em conformidade com os planos de estudos do Colégio Pedro II. Vê-se que boa parte dos colégios particulares de São Paulo fazia do Colégio Pedro II uma referência na hora de anunciar seus programas, mas, na prática, suas aulas não passavam de estudos preparatórios para a Faculdade de Direito.

Segundo o *Almanak da Província de São Paulo para 1873*, que fornecia as informações de serviços na Província, todos os colégios de ensino secundário da província paulista ofereciam aulas de Geografia em seus currículos, inclusive os estabelecimentos estrangeiros como a Escola Americana, fundada em março de 1872 e o Instituto Alemão (Deutsche Schule) que oferecia além do curso secundário completo, aulas particulares de Latim e Geografia.

4.1.1 Seminário Episcopal

Fundado em 09 de novembro 1856, pelo bispo da diocese paulista, D. Antônio Joaquim de Mello o seminário foi primeiramente entregue à direção da missão francesa dos Capuchinos de Savoia recém chegados ao Brasil pelo intermédio do próprio bispo e com a autorização do Papa Pio IX para um projeto de recatolização da Província de São Paulo que há anos estava entregue à clérigos seculares.

A opção de D. Antônio de ignorar o clero paulista na constituição dos quadros de professores do Seminário Episcopal causou-lhe críticas e resistência das elites liberais da província que além de apoiar o clero secular não concordavam com a postura ultramontana do bispo. Desde então, a relação entre o Seminário Episcopal, gerenciada pelos padres de Savoia e a imprensa liberal paulista foi conflituosa.

Segundo Martins (2006) a ordem dos Capuchinhos de Savoia fazia parte da congregação dos franciscanos, no entanto, sua postura assemelhava-se mais com a ordem jesuítica. De acordo com a autora a relação dos Capuchinhos pode ser compreendida como uma retomada das determinações do Concílio de Trento. *Trata-se de uma ordem criada no século XVI com propósitos semelhantes aos da Cia de Jesus*. Movimento franciscano reformado, ultramontano destacado pelo rigor e pelo cumprimento de regras, os Capuchinhos de Savoia chegaram a São Paulo por volta de 1854 quando já lecionavam matérias preparatórias para angariar fundos para a construção do prédio. Segundo Wernet (1987 p. 115) em 1857 os padres franceses lecionaram aulas de preparatórios para 29 alunos dos quais 10 frequentavam aulas de Geografia.

Antônio Joaquim de Melo queria que o seminário fosse utilizado exclusivamente para a formação dos clérigos, mas os capuchinhos afirmavam ser inviável a exclusividade pelo fato de o seminário não possuir verbas próprias, muito embora fosse por diversas vezes subsidiado com dinheiro dos cofres da Província de São Paulo e por doações feitas por fieis que cediam aos apelos do Bispo da diocese paulista.

O Seminário Episcopal foi inaugurado com todas as honras, noticiado na imprensa e recebeu no dia da inauguração em grande festa um evento solene com a participação do chefe de polícia, o presidente da província e o diretor da Faculdade de Direito (POLIANTEIA, 1906 p.129). Em 1856 as obras do seminário ainda não estavam concluídas e a instituição, além de receber verbas do governo provincial, oferecia aulas de ensino secundário, preparatórias aos cursos superiores. Dessa maneira as aulas preparatórias oferecidas no Seminário Episcopal parecem surgir em um momento oportuno de insuficiência do Curso Anexo em oferecer mais aulas das matérias exigidas nos exames e a ausência de um liceu provincial. Também ia ao encontro dos anseios da elite política paulista que relutava em criar um liceu público, custeado pela província. A Assembleia Legislativa de São Paulo liberou a quantia de 4.000\$000 em 1851 para auxiliar a construção do Seminário Episcopal sob a condição de o estabelecimento ser supervisionado pela Inspetoria de Instrução Pública, o que não aconteceu. O bispo paulista aceitou a oferta, porém impediu qualquer intervenção exterior no funcionamento do seminário.

O Seminário Episcopal funcionou desde a sua fundação como seminário para a formação eclesiástica e como curso de preparatórios para estudantes que visavam ingressar nos cursos superiores do país. Essas modalidades de ensino eram chamadas de estudos maiores, para as aulas do seminário e estudos menores para as aulas preparatórias. Embora as obras ainda não estivessem concluídas o seminário começou a receber alunos desde outubro de 1857. Em 1859 foram matriculados 29 alunos que recebiam aulas de diversas matérias pelos professores frei Eugenio de Rumelly, frei Firmino de Centelhas e o padre Joaquim José Gomes de Sant'Anna. (EGAS, 1926 p.254)

Em 1861 o seminário matriculou 116 alunos (EGAS, 1926 p. 290) e em 1864 chegou a 120 alunos matriculados. Para o bispo D. Antônio de Melo o principal objetivo do Seminário era a formação eclesiástica, no entanto com o passar dos anos a escola preparatória ia se tornando um negócio cada vez mais rentável. Entre os anos de 1882 e 1883 o seminário possuía 282 alunos matriculados (EGAS, 1926 p. 575) e entre 1885 e 1886 chegou a 300 estudantes (EGAS, 1926 p.640). Martins (2006) acrescenta que foi progressivo o número de aprovações no curso jurídico da Academia de São Paulo.

O jornal *Correio Paulistano* também atesta para o caráter preparatório do ensino exercido no estabelecimento. Na edição de 07 de junho de 1867 o redator tece críticas ao seminário. Aqui o autor da matéria diz que o seminário começou seu funcionamento com 170 alunos, dos quais 143 eram estudantes seculares para o curso de preparatórios. O autor reclama da falência do seminário que não formava novos clérigos. O *Almanak de São Paulo para o ano de 1873* também nos dá mostras de como o Seminário Episcopal adaptou sua estrutura curricular e dedicou a maior parte do seu corpo docente para os alunos das aulas preparatórias.

O almanaque apresenta a lista de todos os professores que lecionavam no estabelecimento cujo Curso Superior – Teológico – estava naquele ano, organizado da seguinte forma: Teologia moral – Frei Firmino de Centelhas; Teologia Dogmática – Frei Eugenio de Rumilly e Liturgia, Cantochoão e História Eclesiástica – Padre Carlos Maria Terrier; totalizando três disciplinas.

Para o curso inferior – preparatórios – o seminário contava com 16 matérias estruturadas da seguinte forma: Filosofia – Frei Teodoro Moïe; Retórica e Humanidades – Frei Generoso Rumilly; Matemática e Física – Frei Germano de Anecy; História

Moderna – Padre Carlos Maria Terrier; História Média – Padre Henrique Scheffer; História Antiga – Frei Justo Moier; Cosmografia e Aritmética – Padre Henrique Scheffer; Geografia e 1º ano de Latim – Justo Moier; Geografia e 2º ano de Latim – Padre Avelino Marcondes e Silva; Geografia e 3º ano de Latim – Padre Avelino Marcondes e Silva; História Sagrada e aula elementar – Padre Antônio Joaquim Ribeiro; Aula suplementar – Padre Julio Ribeiro de Campos; Alemão – Padre Henrique Scheffer; Música vocal e instrumental – Padre José Ignacio Rodrigues; Padre Mestre Vigilante – Padre Celso Cesar da Cunha; Doutrina Cristã – Padre Carlos Maria Terrier (ALMANAK, 1873 p.72).

O anúncio ainda advertia que o Curso Inferior era apenas uma seção do seminário da diocese e ali recebia alunos de todas as idades desde que soubessem ler e escrever. O Curso Inferior era dividido em categorias – Aulas Principais e Aulas Especiais, podendo o aluno optar em cursar somente as aulas especiais que correspondiam a aulas avulsas para os exames parcelados:

Os alunos que não se destinam a alguma carreira literária, podem, a pedido dos pais, ser dispensados das aulas principais, e frequentar somente os cursos especiais, que lhe convierem, como francês, geografia, aritmética, etc (ALMANAK, 1873 p.73).

Panizzolo (2006 p.123) também verifica que no jornal *A Província de São Paulo* as denúncias feitas por João Kopke contra o Seminário Episcopal delatavam o caráter mercenário da instituição que perdera o foco da formação clerical, transformando-se em um canal de acesso às Academias do Império.

Pouco se sabe sobre os conteúdos ministrados nas aulas inferiores do seminário. A maior parte dos livros utilizados na primeira fase do estabelecimento, período em que o seminário foi administrado pelos Capuchinhos de Savoia compreendido entre 1856 e 1879 foram saqueados ou extraviados como nos relata Monsenhor João Soares do Amaral:

A biblioteca [1881] se achava em estado lastimoso, pois além do abandono em que estava, foi verificado um desfalque de mais de 1200 volumes como consta do exame feito pelo então bibliotecário, Pe Olavo e pode ser verificado pelos documentos pelo mesmo citado em seu ofício a sua S. R. e registrado no livro de tombo (...)
Ordenados, classificados e catalogados os livros existentes na biblioteca e do Seminário Episcopal desta diocese, resta-me levar ao conhecimento a V. R.

o estado contestado em que a encontramos. 140 obras trancadas (...) (Arquivo da Cúria, documento 01.03.01 p.24)

Embora não saibamos quais foram os livros utilizados nas aulas do Seminário e nem tenhamos os conteúdos do currículo que compuseram seus cursos o perfil dos professores que lecionaram nesse estabelecimento pode revelar características peculiares de seus cursos. Preliminarmente, lembremos que o seminário era composto por professores padres cuja principal finalidade era moralizar a sociedade. Os alunos eram confinados no seminário e seu acesso era restrito, dessa forma, não era permitido qualquer acompanhamento do processo pedagógico seja pelo inspetor de instrução pública da cidade ou mesmo pelos pais dos alunos. Há relatos que mostram rigor na conduta disciplinar dos alunos do seminário, inculcando valores morais e o juramento à fé católica como nos mostra o relato extraído das memórias de Lúcio de Mendonça sobre certo amigo chamado Januário, estudante e companheiro de república estudantil em São Paulo na segunda metade do século XIX:

Foi o mais peludo e honesto dos meus companheiros de S. Paulo. Da educação da família, austeríssima, passara, sem escala por nenhum colégio profano, ao curso de humanidades do seminário episcopal; dali, puro como uma donzela, corando à mais inocente liberdade, repassado de fé, saturado de religião, caía-nos em casa no meio de três diabos de voltaireanos desabusados de tudo, o Carmo, o Abreu e mais quem fala.

Januário era, antes e acima de tudo, um cumpridor de deveres. Estava intimamente convencido de que não viera ao mundo para outra coisa; a vida não era nenhuma pândega, era um altar de sacrifícios, um “vale de lágrimas”, onde se tinha de ganhar o céu a poder de estopadas e de goles amargos (MENDONÇA, 2003 p.17)

Confinados no vasto estabelecimento localizado no bairro da Luz os alunos eram obrigados se confessar, participar das missas e todas outras solenidades da igreja. O rigor e a disciplina também foram marcas da educação do seminário como nos aponta Spencer Vampré (1977) ao descrever a pequena biografia de José Rubino de Oliveira, católico convicto, posteriormente lente da Faculdade de Direito, antes, estudante do Seminário Episcopal.

E assim, logo ao inaugurar-se o Seminário Episcopal de S. Paulo, para aqui veio, desejoso de abraçar a carreira eclesiástica.

Assim se conservou cerca de quatro anos, estudando humanidades, e depois teologia.

Católico convicto, não abria mão de certa sobranceira de espírito.

Uma vez argüia-o, em lição, Frei Eugênio de Rumilly. A certa proposição, avançada pelo seminarista, acudiu vivamente o professor:

- “Cuidado. Esta proposição é condenada pelo *Syllabus!*”...

- “Talvez” disse Rubino, com leve tom de mofa.

- “De joelhos, já!”... sentenciou, imperativamente, Frei Eugênio. (VAMPRE, 1977 v. 2 p. 254)

As primeiras aulas de Geografia no seminário foram ministradas por padres estrangeiros. Wernet (1987) diz que em 1857 todas as aulas do seminário eram ministradas pelos três padres franceses de Savoia. Para o autor o primeiro professor de Geografia do Seminário Episcopal teria sido Frei Eugênio de Rumilly.

Martins (2006) traça uma breve biografia dos primeiros professores, reitores e vice-reitores do seminário. A autora retira as informações da Polianteia de cinquenta anos da fundação do Seminário, publicada em 1906. Para Martins, Frei Eugênio de Rumilly que também foi o primeiro reitor do seminário era um francês patriota, *o que valoriza a cultura francesa transmitida na educação* (p. 194). Já o Frei Germano de Anecy foi um homem culto, amante da ciência, estudioso apaixonado pela natureza. Dedicava-se à astronomia, mineralogia e botânica. Foi o organizador do observatório astronômico do Seminário Episcopal. Segundo a Martins (2006), Frei Germano deixou vários artigos sobre astronomia publicados no jornal *A Província de S. Paulo*. Por último, Frei Firmino de Centelhas, era natural da Espanha, tido com o um homem de extraordinária erudição. Conhecia e falava francês, espanhol, inglês, latim, italiano e português; além de estudioso de história. *Dominava autores como Cantú, Rorbaker, Feller e outros historiadores e biógrafos, de sorte que não era fácil encontrar quem pudesse enfrentar com ele ciências históricas e cronológicas* (p. 196).

É bem provável que as primeiras aulas de Geografia do seminário tenham abrangido mais a Geografia Universal, Geografia Histórica ou bíblica e os conteúdos de Astronomia e cosmografia aplicados à Geografia, do que Geografia particular do Brasil. Somente no anúncio de 1873, encontramos a presença de um professor brasileiro, Avelino Marcondes e Silva, lecionando Geografia, ao lado de dois professores estrangeiros, o francês Justo Moier e Henrique Sheffer, natural da Prússia. Nessa época todos os professores que lecionaram no seminário eram padres.

4.1.2 A Escola Normal

Fundada em 1846, pelo decreto provincial nº 34 de 16 de março desse mesmo ano, a Escola Normal de São Paulo é apresentada pela Historiografia da Educação em três fases: a primeira compreendida entre 1846 a 1867; a segunda entre os anos de 1875 e 1878; e a terceira a partir de 1880 (RODRIGUES, 1930; REIS FILHO, 1995; MONARCHA, 1999; DIAS, 2013; MARTINS, 2013). Nos primeiros vinte anos a Escola Normal foi regida por um único professor, Manoel José Chaves, formado em Ciências Jurídicas pela Academia de Direito de São Paulo. Além do professor na Escola Normal, Chaves também era professor de Filosofia e Moral do Curso Anexo. Sem formar sequer 40 alunos³ nessa primeira fase, o Curso Normal funcionou em um edifício contíguo da Sé, ministrando as disciplinas de Lógica, Gramática, Língua Nacional, Aritmética, Geometria Prática, Caligrafia, Doutrina Cristã e Métodos e Processos de Ensino (REIS FILHO, 1995 p.150)

Após o seu fechamento em 1867, a Escola Normal foi restabelecida em 1875, dessa vez com sede na Faculdade de Direito de São Paulo, utilizando as mesmas salas do Curso Anexo no período da tarde. O curso, inicialmente, teve somente duas cadeiras ocupadas pelo professor Paulo Antônio do Vale, que lecionava Língua Nacional, Língua Francesa, Aritmética e Sistemas Métricos, Caligrafia, Doutrina Cristã, Metodologia e Pedagogia, e pelo professor Américo Ferreira de Abreu, que ministrava as seguintes matérias: História Sagrada e Universal, História do Brasil, Geografia especialmente do Brasil e Elementos da Cosmografia (REIS FILHO, 1995 p. 150).

Em 1876 o corpo docente foi ampliado de dois para quatro professores. Com essa ampliação, as matérias de História Sagrada e Universal foram remanejadas para a 4ª cadeira, ministradas pelo professor Antônio Augusto de Bulhões Jardim. As matérias de Geografia e Cosmografia compuseram a 3ª Cadeira, ministrada pelo professor Américo Ferreira de Abreu.

Interessa-nos mais de perto a Escola Normal a partir de 1875, quando a matéria Geografia passou a compor o currículo dessa instituição. No período de 1875 a 1878, segunda fase da escola normal paulista, o curso de Geografia e Cosmografia foi ministrado primeiramente, de 1875 até o início de 1878, pelo professor Américo Ferreira de Abreu e posteriormente, no ano de 1878, pelo professor José Rubino de Oliveira.

³ Segundo Bruno (1954, p. 832 nos primeiros vinte anos da Escola Normal, período correspondente a sua primeira fase, este estabelecimento conseguiu formar somente 18 professores.

O primeiro professor de Geografia da Escola Normal de São Paulo, Américo Ferreira de Abreu, nasceu na capital paulista em 1831 e formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1858. Não encontramos registros sobre seus estudos preparatórios.

Américo de Abreu ingressou na Escola Normal em 1875. Segundo Dias (2013, p. 218), Abreu solicitou ao Inspetor Geral de Instrução Pública a compra de uma esfera terrestre, uma esfera celeste, um mapa da Província de São Paulo, mapa do Brasil e outros mapas para uso nas aulas de Geografia.

Durante os últimos meses de funcionamento da Escola Normal, no ano de 1878, a disciplina de Geografia foi ministrada pelo professor José Rubino de Oliveira. Este professor, nascido de 1837, foi formado pelo Seminário Episcopal, onde estudou Humanidades e Teologia durante quatro anos. Em 1863, Rubino matriculou-se no Curso Anexo e ingressou na Faculdade de Direito um ano depois, em 1864. Segundo Dias (2013, pp 228-229) José Rubino já dava aulas particulares desde a época de estudante no curso jurídico. Também foi professor no Colégio Ateneu Paulistano, em 1871 e do Colégio Pestana, em 1876⁴

Em 1880 com a reabertura do curso normal as matérias de História e Geografia voltam a pertencer à mesma cadeira e serem lecionadas pelo mesmo professor. A Lei Provincial nº 130 de 25 de abril de 1880 reabre a Escola Normal, dessa vez composta por cinco professores tendo na cadeira de História e Geografia o professor José Estácio Correia de Sá e Benevides. Segundo Reis Filho (1995, p. 55), de maio de 1890, a Escola Normal já possuía um corpo docente de dez professores e a Geografia aparece ministrada pelos professores Luís Correia Galvão – Geografia, Cosmografia e História do Brasil e José Estácio Correia de Sá e Benevides – Geografia e História.⁵

A nomeação do professor Paulo Bourroul para exercer interinamente a função de diretor da Escola Normal em 1882 e a criação da biblioteca da Escola Normal, provida por este diretor com livros e materiais adquiridos na França em 1883, parece ter trazido para esta instituição outras concepções teóricas e metodológicas que, num processo

⁴ O Colégio Pestana era uma escola para meninas, dirigido por Dona Damiana Q. Rangel Pestana, esposa de Francisco Rangel Pestana. Segundo Dias (2013, p. 230) o colégio propunha o ensino e divulgação de novos métodos de ensino, seguidos geralmente na Suíça, na Alemanha e nos Estados Unidos.

⁵ Não encontramos mais nenhuma menção ao professor Luis Correia Galvão. Da bibliografia consultada, somente Casemiro dos Reis Filho (1995, p. 55) faz menção da atuação deste professor

lento, trouxeram novos ares para o ensino dos conteúdos e, principalmente, das metodologias de ensino de Geografia nessa instituição.

Paulo Bourroul, em viagem para Paris em 1883, adquiriu 122 títulos que contemplavam todas as matérias do Curso Normal, exceto as matérias de Gramática e Língua Nacional (PESTANA, 2011 p.59). Das obras adquiridas Pestana (2011, pp. 56-60) identificou 23 títulos destinados ao ensino de Cosmografia, Geografia e História:

Quadro 4.1
Livros destinados à 3ª Cadeira da Escola Normal de São Paulo (1883)

Título	Autor
<i>Atlas de Géographie contenant 94 cartes</i>	Eugène Cortambert
<i>Dictionnaire de biographie et d'histoire</i>	Louis Charles Dezobry e Théodore Bachelet
<i>Supplément au Dictionnaire</i>	Dezobry et Bachelet
<i>Histoire de peuple suisse</i>	Karl Dändliker
<i>Histoire sainte</i>	Victor Duruy
<i>Histoire grecque</i>	Victor Duruy
<i>Histoire romaine</i>	Victor Duruy
<i>Histoire du moyen-âge</i>	Victor Duruy
<i>Histoire des temps modernes</i>	Victor Duruy
<i>Histoire de France</i>	Victor Duruy
<i>Histoire de l'Angleterre</i>	Jules Auguste Fleury
<i>L'homme primitive</i>	Louis Figuier
<i>Les races humaines</i>	Louis Figuier
<i>Le terre et les mers</i>	Louis Figuier
<i>Les vies savants illustres</i>	Louis Figuier
<i>Histoire de L'Empire Ottman</i>	La Jonquière
<i>Histoire de L'Autriche-Hongrie</i>	Louis Leger
<i>Histoire ancienne des peuples de l'Orient</i>	Gaston Maspero
<i>La terre et l'homme</i>	Louis-Ferdinand Alfred Maury
<i>Histoire de la Russie</i>	Alfred Nicolas Rambaud
<i>Histoire de l'Espagne</i>	Hemile Reynald

<i>Histoire resumée de l'Italie</i>	Jules Zeller
-------------------------------------	--------------

Fonte: PESTANA, 2011 pp. 59-60

Concordamos com Pestana (2011) ao inserir a biblioteca da Escola Normal de São Paulo como outro espaço de sociabilidade literária na São Paulo oitocentista ao lado da Biblioteca da Faculdade de Direito, das livrarias, cafés e gabinetes de leitura que, a partir da década de 1870, começaram a ser espalhar pela cidade. No caso do ensino de Geografia, a biblioteca da Escola Normal proporcionou a consulta de obras mais recentes que os velhos livros da Faculdade de Direito.

Juntamente com os livros para compor a biblioteca e os materiais destinados ao laboratório de Química e Física, o diretor da Escola Normal também se preocupou em atualizar as aulas das demais disciplinas do curso, trazendo para o Brasil materiais necessários para outras matérias:

Quadro 4.2
Materiais trazidos por Paulo Bourroul da França para a Escola Normal (1883)

Sete caixas com material necessário para as Lições de Coisas
Mapas da Europa, da Ásia, da África, América, Oceania e Mundi
Quadros cosmográficos de Antonie Guilhemini: estrelas e nebulosas, planetas, cometas, o Sol, a Terra e a Lua
Quadro sinótico para trabalho de agulha de Mme. Cocheris

Fonte: PESTANA (2011, p. 64)

Nota-se aí que Paulo Bourroul não se esqueceu da disciplina de Geografia. O diretor da Escola teve a preocupação de incrementar essa disciplina com mapas e materiais diversificados como quadros explicativos de temas ligados à cosmografia para, de uma forma mais visual, ensinar as formas, movimentos e posicionamento dos Astros, da Terra e dos demais planetas.

Pestana (2011) também mostra que o acervo da biblioteca do Curso Normal foi composto, em sua maioria, por livros de caráter pedagógico o que mostra a preocupação do diretor em trazer uma nova maneira de ensinar. Segundo a autora, foram trazidos da França 73 títulos destinados a 4º cadeira - Pedagogia e Metodologia – dos quais havia 9 obras sobre o método Lições de Coisas. A autora ainda salienta que, embora, não há

registros de quem frequentou e do que leram nesse espaço, pode-se afirmar com certeza que ele foi utilizado pela sociedade paulistana⁶.

A Escola Normal de São Paulo tornou-se objeto de disputas políticas com posicionamentos teóricos, ideológicos e educacionais diversos. Segundo Martins (2011) o fechamento da Escola Normal de São Paulo, em 1878, se deu por questões políticas, embora o principal argumento utilizado para seu fechamento fosse as questões de ordem financeira. A segunda abertura do curso normal de São Paulo, em 1975, fora iniciativa do partido conservador. A alternância, na década de 1870, entre Partidos Conservadores e o Partido Liberal fez com que em 1878, na gestão de João Batista Ferreira, membro do Partido Liberal, a Escola Normal fosse fechada.

A Escola Normal foi reaberta dois anos depois sob orientação do então Presidente da Província, Laurindo Abelardo de Brito, membro do Partido Conservador. A partir de então, as disputas entre dirigentes liberais e conservadores em relação à Escola Normal passou a girar em torno de como esta instituição deveria formular, instruir e propagar os métodos pedagógicos, que davam visibilidade aos seus respectivos projetos políticos para a educação. Esta orientação pode ser verificada pela escolha de seus diretores. Paulo Bourroul dirigiu a Escola Normal entre os anos 1882 e 1884 em substituição à Vicente Mamede de Freitas. A direção dos dois primeiros diretores da Escola Normal apoiou o ingresso de professores positivistas como Godofredo José Furtado, Antônio Silva Jardim e Cypriano José de Carvalho. Esse corpo docente, juntamente com Paulo Bourroul, que além de diretor, exercia a função de professor, era adepto de inovações pedagógicas que já eram utilizadas em São Paulo em colégios particulares, o Método Intuitivo.

Segundo Schelbauer (2005, p. 139) as raízes do Método Intuitivo na Província de São Paulo estão ligadas à iniciativa privada do setor educacional laico ou de origem protestante. A autora chama atenção para fundação do Jardim da Infância da Escola Americana, em 1877; do Colégio Culto à Ciência, fundado em 1874, em Campinas; do Colégio Köpke, fundado em 1878 e da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, fundada em 1882 que, juntamente com a imprensa republicana e liberal liderada pelos jornais *A Província de São Paulo*, sob direção de Francisco Rangel Pestana e, Américo de Campos e a *Gazeta de Campinas* dirigida por Francisco Quirino dos Santos divulgaram os novos métodos de ensino na província.

⁶ Foram 140 visitas na primeira quinzena do ano de 1885 (PESTANA, 2011 p. 100)

Segundo Reis Filho (1995 p. 48) havia a intenção por parte de Rangel Pestana pela nomeação de João Köpke para o cargo de Diretor da Escola Normal de São Paulo:⁷.

Sua preferência decorria de antiga admiração pelo trabalho inovador que João Köpke vinha imprimindo ao ensino, seja como preceptor dos filhos das mais abastadas famílias, primeiro em Campinas e depois em São Paulo, seja como professor do Colégio Pestana dirigido até 1880 pela esposa de Rangel Pestana, Dona Damiana Quirino Rangel Pestana (p. 48).

Mesmo com a não contratação de Köpke para a Escola Normal, esta instituição conseguiu, de forma lenta e gradual, trazer outros profissionais ligados aos novos métodos pedagógicos oriundos principalmente dos Estados Unidos, principalmente após a década de 1890 com a administração de Antônio Caetano de Campos. Antes, a direção da Escola Normal de São Paulo passou por oscilações. Paulo Bourroul dirigiu a instituição até 1884, deixando o cargo para exercer a carreira de médico. Em substituição, José Estácio Correia de Sá e Benevides assumiu interinamente a direção do estabelecimento.

Martins (2011) afirma de o professor Sá e Benevides, durante sua passagem como diretor da Escola Normal, entre os anos de 1884 e 1887, apesar de não ser assumidamente positivista, não perseguiu os professores com essa orientação. José Estácio Correia de Sá e Benevides atuou na direção da Escola Normal como conciliador, uma figura controversa que apesar de católico conservador, era querido pelos professores positivistas. O mesmo não ocorreu na gestão do Cônego Manoel Vicente da Silva ao exonerar do cargo os professores Godofredo José Furtado e Cypriano José de Carvalho. De toda forma, os novos métodos pedagógicos que começaram a circular na Província de São Paulo a partir dos anos de 1870 se impuseram na Escola Normal com o passar dos anos e, ainda no século XIX, após a inauguração do novo prédio da Escola Normal na Praça da República, oriunda das reformas administrativas executadas por Caetano de Campos⁸, instaurou-se definitivamente uma nova concepção educacional nessa instituição.

⁷ Como veremos a seguir, Köpke já era neste momento um renomado professor adepto do ensino de Lições de Coisas.

⁸ Foram contratadas para a exercerem a função de professoras na nas duas Escolas-Modelo, anexas à Escola Normal da Praça, as professoras Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Márcia P. Brown com

No caso da disciplina de Geografia, o professor José Estácio Correia de Sá e Benevides permaneceu no cargo de professor de História e Geografia de 1880 a 1914. Segundo Martins (2013) Sá e Benevides se interessou mais pela História do que pela Geografia, não publicando obras dessa última disciplina, apenas seguindo os conteúdos das obras que adotara como compêndio para a matéria, dando preferência pela produção de Alfredo Moreira Pinto⁹.

Mesmo tendo maior propensão para a História, não é verdade que não tenha ocorrido aulas de Geografia na Escola Normal de São Paulo. Além do programa de ensino de os professores eram obrigados a cumprir o ensino de Geografia aparecia como matéria elementar, como textos para leitura como podemos observar nos ponto selecionado para o exame da prova escrita da Cadeira de Gramática e Língua Nacional da Escola Normal de 1889 onde pedia para que o aluno fizesse a descrição da Cidade de São Paulo (Atas da Congregação de professores da Escola Normal de São Paulo dos dias 16 e 19 de Novembro de 1889 *apud* MARTINS, 2013 p. 155).

Já os pontos de Geografia foram os seguintes:

Quadro 4.3 **Pontos da prova escrita para o exame em Geografia da Escola Normal (1889)**

1.	Definição, objeto e fim da Geografia: seu método, suas divisões e ciências auxiliares
2.	Terra: sua forma, dimensões e movimentos
3.	Teoria dos eclipses
4.	Estrelas cadentes, [ilegível] e aerolitos

Fonte: Atas da Congregação de professores da Escola Normal de São Paulo dos dias 16 e 19 de Novembro de 1889 *apud* MARTINS, 2013 p. 155

o objetivo de aplicarem o método de Lições de Coisas em suas aulas. Vale lembrar que Márcia P. Brown, era de origem norte-americana e veio inicialmente ao Brasil, por meio da Escola Americana, para dar aulas nesse estabelecimento.

⁹ Alfredo Moreira Pinto era Bacharel em Letras formando pelo Colégio Pedro II, foi professor de História e Geografia no Curso Preparatório, anexo à Escola Militar. Também lecionava particularmente essas disciplinas para estudantes candidatos nos exames de ingresso das faculdades do Brasil. Para tanto, Pinto desenvolveu seu próprio material, publicando livros de pontos de Geografia, pontos de História, assim como compêndios abordando os elementos das respectivas matérias. Também foi autor do *Dicionário Geográfico do Brasil*. Republicano convicto, signatário do Manifesto Republicano, de 1870, é bem provável que suas obras fossem bem aceitas principalmente nas instituições onde o republicanismo foi incorporado e também nas instituições oficiais logo após a proclamação da República em 1899.

Quadro 4.4
Pontos da prova oral para o exame em Geografia da Escola Normal (1889)

1.	Teoria do Sistema Solar
2.	Teoria das estrelas fixas
3.	Teoria dos planetas
4.	Teoria dos cometas
5.	Europa: descrição física
6.	Europa: descrição política
7.	Ásia: descrição física
8.	Ásia: descrição política
9.	África: descrição física
10.	África: descrição política
11.	América: descrição física
12.	América: descrição política
13.	Oceania: descrição física
14.	Oceania: descrição política
15.	Brasil: descrição física
16.	Brasil: descrição política
17.	Município Neutro
18.	Província do Amazonas
19.	Província do Pará
20.	Província do Maranhão
21.	Província do Piauí
22.	Província do Ceará
23.	Província do Rio Grande do Norte
24.	Província da Paraíba
25.	Província de Pernambuco
26.	Província de Alagoas
27.	Província de Sergipe
28.	Província da Bahia
29.	Província do Espírito Santo
30.	Província do Rio de Janeiro

31.	Província de São Paulo
32.	Província do Paraná
33.	Província de Santa Catarina
34.	Província do Rio Grande do Sul
35.	Província de Minas Gerais
36.	Província de Goiás
37.	Província de Mato Grosso

Fonte: Atas da Congregação de professores da Escola Normal de São Paulo dos dias 16 e 19 de Novembro de 1889 *apud* MARTINS, 2013 p. 155

Da maneira que os pontos foram elencados percebe-se a orientação do professor em partir do Geral para o particular, começando das teorias sobre o sistema solar, as teorias sobre movimentos e sustentação dos planetas para depois, aumentando a escala de análise, abordar os continentes, e por último, buscar uma particularizada do Brasil, bem ao gosto dos livros didáticos e da geografia tradicional ensinada no século XIX. Essa forma de ensinar Geografia ai de encontro as concepções do diretor da Escola Normal, Antônio Caetano de Campos ao afirmar que, ao contrário da proposta de Sá e Benevides, a matéria de Geografia deveria começar do particular para o geral.

A Geografia, contemplada também com todos os seus pormenores, é parte importante do curso. Tendo começado na sala de aula, no 1º grau, ela estende-se à rua, ao distrito, à cidade, ao município, ao estado, e depois irá encaminhando pela superfície de todo o mundo, acabando por considerar o planeta em suas relações com o sistema solar (Caetano de Campos *apud* REIS FILHO, 1995 p. 72)

A figura controversa do professor de Geografia e História da Escola Normal, José Estácio Correia de Sá e Benevides, católico, conservador, mas amigo e querido dos professores positivistas da instituição, mais afetuoso ao ensino de História do que ao ensino de Geografia, que conviveu em um estabelecimento de ensino que ao longo dos anos priorizou os novos métodos de ensino, representa bem como o ensino de Geografia foi, de forma lenta e gradual, incorporando e conciliando novos conhecimentos e novas metodologias. Nesse sentido, concordamos com Martins (2013, p. 61) ao afirmar que a Escola Normal de São Paulo tinha outras finalidades escolares, diferentes das finalidades dos liceus ou do Curso Anexo, de caráter propedêutico, visando a preparação de jovens para o exame de ingresso nas faculdades. Dessa forma a Escola Normal, por ser uma

instituição de formação profissional, de formação de professores, permitiu a entrada de novas metodologias e de novos saberes de maneira mais fácil.

4.2 O desmantelamento do Curso Anexo.

À medida que o Seminário Episcopal e outras instituições particulares de ensino cresciam o Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo definha em um lento processo que começara já na década de 1850. O Curso Anexo sobreviveu de forma precária por praticamente toda a segunda metade do século XIX por conta de sua estrutura de funcionamento que, com aulas parceladas, favorecia a uma significativa parcela da sociedade. As aulas eram mais fáceis de ser burladas e mais baratas para os cofres públicos. Dessa forma o Curso Anexo, mesmo pedagogicamente anacrônico, agradava aos pais e alunos que o viam como caminho mais fácil de acesso ao curso superior e retirava a responsabilidade do poder público que deveria fornecer educação secundária a população.

Enquanto os professores do Curso Anexo tiveram prerrogativas de aprovar ou reprovar os candidatos, ditar os pontos para os exames, selecionar conteúdos, eles ainda gozaram de algum respeito o que garantia certo prestígio ao estabelecimento. À medida que outros estabelecimentos começaram a gozar do direito de constituir bancas examinadoras, o curso preparatório da Faculdade de Direito caía em lento e gradual desprestígio e desuso.

O decreto 5429 de 02 de outubro de 1873 desferiu um duro golpe no Curso Anexo ao permitir a abertura de mesas de exames preparatórios em delegacias especiais de instrução pública em várias províncias do Império. Com isso, além do Município da Corte que já examinava candidatos aos cursos superiores, outras províncias teriam tal prerrogativa. Dessa forma, os professores do Curso Anexo e suas bancas examinadoras corresponderiam somente a uma pequena parte dos alunos ingressos em sua Faculdade. Algumas províncias aprovavam números exorbitantes de alunos. Esse foi o caso da Província da Paraíba do Norte que no ano de 1885 aprovou 164 alunos (MAFD livro 22).

Os professores do Curso Anexo e a Congregação da Faculdade de Direito reconheciam o atraso da instituição paulista e ansiavam por mudanças, mas foram ignoradas pelo Governo Central. Ao relatar as principais ocorrências dos anos de 1883,

o diretor da Faculdade de Direito, André Augusto de Pádua Fleury, comenta sobre a incapacidade do Curso Anexo de atingir os propósitos educacionais:

Quadro nº 1. Curso Anexo. como ponderei no dia 19 de março precisa ser organizado, dotando melhor aos professores ou elevando os seus ao do Colégio de Pedro II , estabelecendo classes ou cursos por séries, tanto para línguas como para as ciências; e dando à Congregação dos Lentes, além da inspeção, a atribuição exclusiva de organizar os programas de ensino e de exame afim de que estes não venham a ser uma surpresa para os estudantes que tem de matricular-se no Curso Superior (MAFD Livro 71 p.92)

O Dr. Fleury já havia feito o mesmo apelo em outra ocasião quando alertava ser *insignificante o contingente com que concorrem para os exames os matriculados do Curso Anexo* (MAFD Livro 71). De fato o número de alunos oriundos do Curso Anexo que eram aprovados nos exames diminuía ao longo dos anos, ao passo que as inscrições nos exames preparatórios aumentavam de forma exorbitante.

Em 1884, dos 109 candidatos inscritos para o exame de Geografia nos exames gerais da Faculdade de Direito, somente 5 eram oriundos do Curso Anexo, o que demonstra que este estabelecimento não atendia mais os seus propósitos (MAFD livro 71 p. 96.) Em 1886, dos 1435 candidatos, somente 86 pertenciam ao Curso Anexo e dos 31 estudantes inscritos para o exame de Geografia o Curso Anexo enviara apenas 1 candidato (MAFD livro 71 p. 132). De maneira lastimosa, carente de professores e com baixa aprovação o Curso Anexo ainda atendia mais de 100 estudantes por ano, o que garantia o seu funcionamento. Foram 142 matrículas em 1885; a cadeira de História de Geografia recebeu 18 estudantes (MAFD livro 71 p. 130).

O fracasso do Curso Anexo também era sentido pela inconstância ou mesmo pela falta de professores. No caso da cadeira de Geografia, a aposentadoria de Diogo de Mendonça Pinto e a morte prematura de Carlos Mariano Galvão Bueno marcaram o fim de uma tradição no ensino desta disciplina. De 1834 até 1883 a cadeira de Geografia tivera somente quatro professores, respectivamente Julio Frank. Antônio Joaquim Ribas e Diogo de Mendonça Pinto e Carlos Mariano Galvão Bueno. Mesmo com todos os problemas que o Curso Anexo enfrentara um professor permanente trazia alguma constância para as aulas. Podemos dizer que até a morte de Carlos Mariano Galvão Bueno o ensino de Geografia conservou algumas características comuns, a cadeira fora regida por um corpo de professores de Geografia que conviveram juntos e trocaram experiências no campo educacional, político e até pessoal. Diogo de Mendonça

trabalhou junto com o Dr. Ribas que também teve sua trajetória ligada à Academia de Direito. Pinto formou-se bacharel em 1839, nascido em 1818 e criado na cidade de São Paulo, é muito provável que o terceiro professor da cadeira de Geografia tenha se instruído com o primeiro, Julio Frank.

Diogo de Mendonça Pinto foi o titular da cadeira de História e Geografia por 21 anos (MAFD livro 71 p.30). Após sua aposentadoria em 1882 as aulas de Geografia do Curso Anexo foram ministradas pelo professor Carlos Mariano Galvão Bueno que faleceu no ano seguinte. Galvão Bueno nasceu no dia 10 de Janeiro de 1834 na cidade de São Paulo, cursou preparatórios nesta mesma cidade no início da década de 1850 e matriculou-se na Faculdade de Direito em 1856, assumiu a vaga de professor substituto das aulas de Filosofia, Retórica e História e Geografia do Curso Anexo em 1867 e em 1874 foi nomeado lente catedrático de Filosofia (O DISCÍPULO, 1884 p. 2)

Disso pode-se apreender que Galvão Bueno também fora discípulo dos primeiros professores de Geografia do Curso Anexo¹⁰. Entrando para a faculdade, ainda como estudante de preparatórios, no início da década de 1850 é provável que Galvão Bueno tenha começado seus estudos de geografia com o professor Antônio Joaquim Ribas e terminado sob a regência de Diogo de Mendonça. Galvão Bueno também fora professor substituto de Diogo de Mendonça nas aulas de História e Geografia por um período de sete anos o que nos leva a crer que estes dois mantiveram contato.

Dessa maneira, podemos dizer que o ano de 1883 marcou o fim de uma geração de professores de Geografia do Curso Anexo que aprenderam essa matéria estudando a História Universal, lendo os velhos atlas da Academia de Direito e os livros didáticos de Geografia que a biblioteca possuía na primeira metade do século XIX.

4.3 Carlos Mariano Galvão Bueno, o ensino de Geografia e o “bando de novas ideias”

As Noções de philosophia têm o tríplice mérito de obra original, verdadeira e útil. O sistema nelas contido é a concepção de um dos genios mais privilegiados dos tantos que a humanidade tem produzido, e cuja exposição é

¹⁰ Segundo o Bacharel M. Correa Dias, lente substituto do Curso Anexo em 1884, o professor Galvão Bueno, nascido em 1834, nunca saiu de São Paulo: *Filho desta abençoada porção do império donde nunca saiu, sem haver contemplado universidades e celebridades científicas, soube entretanto pelo seu acrasiolado talento e inexcidível amor ao estudo elevar seu nome a merecida altura de uma justa celebridade científica* (O DISCÍPULO, 1884 p.3)

feita por uma das inteligências mais robustas e mais ilustradas da geração actual. Krause revive em Tiberghien. Tiberghien continua Krause. Os dois gênios se consorciam no mundo superior das ideias. O vivo universaliza e populariza o morto, completando-o na posteridade.

É neste sentido que as Noções de philosophia têm o mérito da originalidade e da verdade. Expõem um sistema novo, que reúne todos os caracteres da verdade. (BUENO, 1877 p. I)

Galvão Bueno começou sua carreira no magistério como professor de História e Geografia em colégios particulares. Foi professor de Geografia no colégio Glória em 1861, posteriormente professor dessa mesma disciplina no colégio Atheneo Paulistano em 1864 e no colégio Piratininga em 1866. No curso Anexo, Carlos Mariano ingressou primeiramente como professor substituto de Retórica, Filosofia, História e Geografia até 1874, quando assumiu a cadeira de Filosofia. Após a aposentadoria de Diogo de Mendonça Pinto da cadeira de Geografia e História, Galvão Bueno enviou um pedido ao diretor da Faculdade para ser transferido da cadeira de Filosofia para cadeira de Geografia. O pedido foi acatado e Bueno exerceu suas atividades até seu falecimento em 24 de maio de 1883.

O caso do professor e bacharel Carlos Mariano Galvão Bueno é um tanto emblemático. Galvão Bueno é chamado por seus alunos como *amigo da mocidade*, sacerdote da ciência e que só *ensinava o bem, a justiça, a liberdade. Era esse o seu evangelho, era essa a sua bíblia* (Barreto do Amaral, redator chefe de O DISCÍPULO, 1884 p. 2). Galvão Bueno teria iniciado nos estudos filosóficos como professor dessa matéria pelas doutrinas racionalistas de Krause, Ahrens e Tiberghien¹¹ e depois migrando para as doutrinas de positivistas de Comte e Littré¹².

Como era comum à sua época, Galvão Bueno, como professor de Filosofia do Curso Anexo, teria que ensinar as lições da Filosofia Eclética conforme orientação dos Programas do Colégio Pedro II para essa disciplina, utilizando o compêndio de Paulo Janet e Jaffre (VECHIA e LORENZ, 2008 pp. 105-107).

Como já foi visto anteriormente, o Espiritualismo Eclético cousiano ia ao encontro das estruturas econômicas e sociais brasileiras marcadas pelo trabalho escravo, pela hegemonia da igreja católica e adequada ao pensamento conservador. As elites brasileiras conseguiram associar o que era indissociável, aderiram ao liberalismo inglês

¹¹ Karl Christian Friedrich Krause, Enrique Ahrens, (1808-1874) e Guillaume Tiberghien (1819-1901). Estes dois últimos foram discípulos e divulgadores da obra de Krause pela Europa (PAIM, 2007).

¹² Auguste Comte e Maximilien Paul Émile Littré.

assumindo o papel da ciência, mas sem rechaçar os princípios da fé católica, dentro de uma sociedade conservadora e escravocrata.

No entanto na província de São Paulo a versão da filosofia mais aceita entre os professores da Faculdade de Direito foi o sistema de ideias oriundo de Karl Krause, tendo fortes repercussões no pensamento de parte do professorado paulista ligado à faculdade¹³. Segundo Paim (2007) o Krausismo foi introduzido nas Arcadas em dois momentos, na primeira metade do século XIX, por Amaral Gurgel, lente catedrático da primeira cadeira do segundo ano, quando lecionou Direito Natural; Análise da Constituição do Império; Direito das Gentes e Diplomacia. Após a segunda metade do século XIX o Krausismo na Faculdade de Direito teve continuidade nas obras dos professores João Teodoro Xavier de Matos, em *Teoria transcendental do Direito*, e Francisco Mariano Galvão Bueno, em *Noções de Filosofia acomodadas ao sistema de Krause*.

Sobre o último autor, que nos interessa mais de perto, já dizia o lente de Direito Criminal da Faculdade de Direito no ano de 1884, Dr. Joaquim de Almeida Leite de Moraes:

Tendo o espírito impressionado com o mundo moral, e consubstanciado com as doutrinas racionalistas de Krause, Ahrens e Tiberghien publicou, em 1877, as *Noções de Philosophia*, que constituem um livro digno de conduzir o nome de seu autor aos dos beneméritos do progresso científico (Joaquim de Almeida Leite de Moraes *in*: O DISCÍPULO, 1884 p.2).

Noções de Philosophia, accomodadas ao systema de Krause e extraídas das obras philosophicas de G. Tibergien e Ahrens foi o compêndio escrito por Galvão Bueno em 1877 quando ainda era professor da Cadeira de Filosofia do Curso Anexo. O autor dedica a obra à literatura pátria e aos seus discípulos, ou seja, alunos da aula de Filosofia do Curso Anexo.

Como explica o próprio autor no prefácio da obra, o professor de Filosofia já apresentava suas ideias oralmente havia mais de dez anos quando resolveu *formular em*

¹³ Participando do movimento filosófico alemão, Krause se dizia continuador das ideias de Kant, mas desvinculado das interpretações de Fichte, Schelling e Hegel, no entanto seus analistas o enquadram mais em uma vertente espiritualista ligada ao panteísmo. O autor negava tais interpretações. Segundo Paim (2007 v. II p.127) a filosofia krausiana reduzia o idealismo alemão clássico ao simples espiritualismo que via nos processos históricos verdadeiros graus de ascensão até Deus.

miniatura o grande sistema de Krause (BUENO, 1877 p. II). Tratava-se, portanto, de uma obra de vulgarização como atesta o próprio autor:

Almejamos popularizá-lo [Krause] no Brazil, facilitando-lhe a inteligência, como o talento superior de Tiberghien, na esfera mais elevada da originalidade, o tem popularizado no mundo inteiro. É neste sentido que as Noções de Philosophia têm o mérito da utilidade. Tratam de vulgarizar um sistema original, que reúne todos os caracteres da verdade, e dá a solução mais completa, quanto é facultado ao homem, do grande problema da ciência.

Segundo Paim (1999a) a obra de Galvão Bueno tinha como objetivo abranger a totalidade do saber filosófico, sendo sua inspiração geral o Panenteísmo de Krause. Galvão Bueno ao escrever inspirado pelo Krausismo não parece se desvincular de um debate teológico sobre as origens do universo pautadas em uma conceitualização sobre Deus: o que é Deus e onde ele está. Nesse sentido, Galvão Bueno era um crítico tanto do Espiritualismo Eclético quanto do Positivismo.

Deus tem sido confundido, por uns, com a natureza, por outros, com o Espírito, e atualmente mesmo, na doutrina de Augusto Comte, com a humanidade. O materialismo, o ascetismo e o positivismo são três formas de um só erro, que consiste em tomar a parte pelo todo. Deus é mais que a natureza, mais que o Espírito, mais que a Humanidade, mais que a coleção destes três gêneros.

Deus é a causa comum de todos eles, a unidade fecunda, donde procede a diversidade do mundo. (BUENO, 1877 p. 23)

No entanto, a partir do início da década de 1880, o então professor de filosofia Carlos Mariano começaria a beber de novas fontes, entrando em contato com o *surto de novas ideias* (PAIM, 2007 v. II p. 149). Isso significava que o autor estaria rompendo com antigas doutrinas e assumindo o positivismo de Comte e Spencer como fundamento para seu pensamento e base para o seu trabalho como professor.

Morreu precisamente quando abandonava as velhas crenças e começava-se a desdobrar-se lentamente ao influxo das modernas concepções; no momento supremo em que imprimia direção nova à mente da mocidade e impulsava-a para a realização de um novo ideal científico (Manoel José da Lapa Trancoso O DISCÍPULO p. 2)

É interessante notar que no mesmo momento em que Galvão Bueno estava mudando suas concepções teóricas no campo dos estudos da filosofia também estava

abandonando a cadeira de Filosofia do Curso Anexo e migrando para a regência da cadeira de História e Geografia.

Faculdade de Direito de São Paulo, 28 de março de 1882. [...] Tenho a honra de apresentar a V. Ex.^a o requerimento que a sua S. M. dirigem os Professores de Filosofia e de Francês, pedindo o primeiro ser removido para a cadeira de História, e o segundo para a de Filosofia. Informando a V. Ex.^a sobre a pretensão dos suplicantes, devo dizer que me parece digna de ser atendida, como útil e de vantagem. Ambos os suplicantes são dos mais distintos Professores das aulas de preparatórios, e cumprem de modo louvável os desejos, digo, os deveres do magistério, deseja porém o Bacharel Carlos Mariano passar para a cadeira de História, para qual está muito habilitado, tendo-a regido, há anos a esta parte nas repetidas e prolongadas licenças e doenças do proprietário, e deseja pela decidida vocação e gosto que tem aos estudos históricos. [...] Devo acrescentar que se for a cadeira de História a concurso, digo, posta à concurso ninguém se apresentará que possa competir com o Bacharel Carlos Mariano... (MAFD livro 71, p. 32)

A opção de Carlos Mariano por lecionar História e Geografia em vez de Filosofia justamente no momento em que adotava o positivismo como base científica e filosófica não parece ser por acaso. Primeiramente, vale lembrar que os professores de todas as instituições de ensino secundário no Brasil sofriam pressões por parte do Colégio Pedro II que, por vias legais, impunha seus programas de ensino e livros didáticos adotadas por esta instituição de ensino. No caso do curso de Filosofia adverte Antônio Paim:

A filosofia eclética, embora começasse a ser contestada na década de setenta, manteve sua posição hegemônica até os fins do império. Ainda em 1885, ao editar o Tratado Elementar da Filosofia, de Paul Janet, a Editora Garnier advertia que as mesas de exames gerais estavam obrigadas a seguir o programa do Colégio Pedro II e, portanto, a “aceitarem as doutrinas desse compêndio”. Contudo, no denominado “surto de idéias novas” dos anos setenta, gestava-se um novo ciclo do pensamento brasileiro, cujo aspecto essencial consistiria na ascensão do positivismo. (PAIM, 2007 v.1 p. 49)

Dessa maneira, continuar na cadeira de Filosofia do Curso Anexo implicaria para Carlos Mariano se sujeitar a uma doutrina que há tempos não concordava. Pela sua inconformidade com a filosofia do espiritualismo eclético, exigido no programas de ensino do Colégio Pedro II para o ano de 1882 (VECHIA e LORENZ, 1998 pp. 205-107), Galvão Bueno teria pedido sua transferência para a Cadeira de História e

Geografia, de que ele era tão bem habituado, na primeira oportunidade em que a cadeira vagou, pela aposentadoria de Diogo de Mendonça Pinto em 1882.

O próprio ensino da Geografia poderia ir ao encontro das novas tendências epistemológicas do autor que buscava explicar o mundo por uma visão unicamente científica. Ao abandonar as explicações de uma cosmogonia em que o fundamento maior seria a afirmação de Deus como autor supremo do universo, o Positivismo acharia na Geografia e na Física os atributos necessários para explicar o universo dentro de uma cosmogonia científica, tendo a Geografia como a “física do mundo”.

A explicação do mundo e do universo centrado nas leis da física, nos movimentos dos corpos celestes e nas forças de sustentação baseadas nas teorias de Isaac Newton e no evolucionismo de Charles Darwin em breve levaria o conhecimento geográfico brasileiro à incumbência de interpretar a dinâmica da natureza. Autores como Alexander Von Humboldt já eram consultados na biblioteca paulista, mas ao que tudo indica, foi preciso banir do conhecimento científico a forte atração que as ideias ecléticas e espiritualistas exerciam no pensamento dos intelectuais brasileiros para que o conhecimento geográfico desse um salto efetivo no rumo de uma ciência moderna, de um conhecimento novo, completamente limpo de qualquer pensamento escolástico.

No entanto, esse não foi o caso de Carlos Mariano Galvão Bueno. O recém catedrático de Geografia faleceu na noite de 24 de maio de 1883, vítima de um afogamento no Rio Tamanduateí, praticamente um ano após sua transferência da cadeira de Filosofia para a de Geografia e História.

4.4 Novos métodos de ensino na província de São Paulo: João Köpke e sua breve passagem pelo Curso Anexo

Novas ideias e concepções pedagógicas começam a circular na província paulista a partir de meados da década de 1870 trazidas sobretudo por intelectuais ligados ao liberalismo republicano, abolicionistas, positivistas, educadoras protestantes e adeptos da cultura norte-americana. Venâncio Filho (1982 p. 102) embasado no pensamento de Antônio Paim entende que a década de 1870 foi marcada pela entrada de novos postulados filosóficos que colocaram em evidência a instabilidade da monarquia escravocrata no Brasil. Já Martins e Barbuy (1999) apoiadas nos estudos de Sívio Romero salientam que *um bando de ideias novas* invadiu o Brasil nos idos de 1868 e

colocaram em cheque os princípios da escolástica e questionando o atual poderio da Igreja Católica nos negócios do Estado (p.61). Na Faculdade de Direito de São Paulo a liberdade de pensamento nos pátios das Arcadas trazia um intenso debate entre posicionamentos liberais, conservadores, positivistas, ultramontanos, democratas, republicanos, monarquistas, abolicionistas e escravistas manifestado principalmente pela imprensa acadêmica que lançou uma enorme quantidade de periódicos defendendo diversos posicionamentos políticos.

Em 1870 foi inaugurada a primeira escola confessional protestante da província, a Escola Americana preconizando o ensino intuitivo na escola primária paulista (SCHELBAUER, 2005 p. 140). Além das escolas confessionais protestantes que aos poucos se estabeleciam nos campos de Piratininga a escola particular laica de cunho positivista também trazia o ensino das Lições de Coisas como novidade pedagógica, métodos oriundos de pedagogos estrangeiros como Froebel e Pestalozzi. Em 1874 é instalado na cidade de Campinas o colégio Culto à Ciência. O colégio era financiado por particulares, não tinha fins lucrativos e oferecia educação leiga, com ênfase nas ciências (SCHELBAUER, 2005 p. 141). Em 1873 também é fundada a Sociedade Propagadora de Instrução Popular na capital paulista, organizada por lideranças liberais da província.

Cabe lembrar que o grupo liberal liderado por Carlos Leôncio de Carvalho deu total apoio à instalação de instituições não oficiais, mantidas por particulares em São Paulo e posteriormente em todo Brasil com a promulgação do decreto 7.247 de 19 de abril de 1879, a denominada Lei do Ensino Livre. Leôncio de Carvalho assumiu a pasta do ministério do Estado e dos Negócios do Império em 1878. Desde 1871, ele já exercia atividades como professor na faculdade de Direito de São Paulo e como membro do Partido Liberal.

João Köpke faz parte de uma nova geração de professores que, embebidos das novas ideias, dinamizaram o ensino – notadamente o particular – da Província de São Paulo. Nascido em Petrópolis em 1852, ao contrário dos demais professores de História e Geografia que até então haviam lecionado essa disciplina no Curso Anexo – formados desde os preparatórios no Largo São Francisco – Köpke obteve sua educação primária na escola mantida pela sua família em Petrópolis, no Rio de Janeiro – Colégio de Petrópolis – até a idade de quatorze anos e concluiu seus estudos preparatórios em um

estabelecimento particular de ensino, o Colégio S. Pedro de Alcântara. (PANIZZOLO, 2006, p.65).

Segundo Cláudia Panizzolo (2006 p.72) Köpke recebeu sólida formação no colégio mantido pelo seu pai, Henrique Köpke, que já em meados da década de 1850 introduzira em seu colégio estudos simultâneos e seriados, adotando divisão de classes em pequenos grupos de alunos correspondendo ao grau de inteligência e adiantamento nos estudos, além de *procedimentos disciplinares brandos, novos processos para a aprendizagem da leitura, métodos renovados para o estudo das línguas e, sobretudo, a grande preocupação com o vernáculo (...)*.

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, Köpke foi promotor público em São Paulo mas deixou a carreira jurídica para se dedicar ao magistério. Seu interesse pelo Curso Anexo data ano de 1879 quando obteve uma breve passagem por essa instituição como professor substituto de Filosofia, Retórica, História e Geografia. Retornou à Faculdade para assumir a titularidade da Cadeira de Geografia somente em 1883 e, mais uma vez, fez uma passagem curta pedindo exoneração em 1885.

Os interesses de João Köpke pelo magistério vinham desde o ano de 1874 quando ele, ainda no quarto ano do curso de Direito, já lecionava aulas preparatórias em colégio particulares (PANIZZOLO, 2006 p. 107). Köpke lecionou aulas de inglês no Colégio Mamede, antigo Culto à Sciencia, e de várias matérias no Colégio Pestana. Em 1878 lecionava aulas particulares de Geografia na sua própria residência cobrando uma mensalidade de 10\$000 (PANIZZOLO, 2006. p. 106)

Panizzolo (2006) cita que em dezembro de 1879 o jornal *A Província de S. Paulo* anuncia um novo colégio para o sexo feminino fundado por João Köpke – o Colégio Köpke, no entanto, que não passou do ano de 1880. Em 1881 João Köpke mudou-se para Campinas e começou a trabalhar como professor em colégios particulares naquela região, no colégio Culto a Sciencia e no Colégio Florence. Em Campinas João Köpke dedicou-se profundamente ao estudo das novas tendências pedagógicas oriundas dos Estados Unidos e Europa. Comprou seu próprio material didático importando *aparelhos, mapas, quadro e coleções de objetos específicos para o ensino intuitivo*, fazendo seu próprio museu pedagógico que era utilizado em suas aulas. (p. 133)

Köpke foi aprovado unanimemente e em dezembro de 1883 foi nomeado professor da cadeira de História e Geografia.

Realizou-se na capital o concurso para provimento da cadeira de história e geografia do curso à academia. O candidato João Köpke foi plenamente aprovado, sendo examinadores os doutores Justino de Andrade e Américo Brasiliense (A Gazeta de Campinas, 03/10/1883 apud Ribeiro, 1996 p. 101)

Em 1883, Köpke deixa a cidade de Campinas rumo a São Paulo, onde acabava de se tornar vaga a cadeira de História e Geografia do Curso Anexo. Panizzolo (2006), não explica a razão de o professor ter deixado o seu trabalho em dois colégios em Campinas para voltar à Capital paulista para trabalhar no Curso Anexo. A autora levanta a hipótese apoiada no trabalho de Arida Inês Miranda Ribeiro que isso pode ter ocorrido por desgosto que o professor passara pela morte de um filho. De qualquer maneira, o Curso Anexo lhe exerceu alguma atração, talvez por questões de estabilidade profissional, haja vista que, ingressando por meio de concurso público, Köpke seria o titular da cadeira de História e Geografia o que lhe garantiria um emprego fixo e estável até a sua aposentadoria. Köpke lecionou na cadeira de História e Geografia do Curso Anexo por mais dois anos, de 1883 a 1885. Interessante notar que neste momento Köpke já era um profissional renomado no ensino. Como teriam sido as aulas no Curso Anexo? Teria trazido novos métodos de ensino da Geografia para os alunos do Curso Anexo?

Assim o fez Köpke quando montou um laboratório de física no Colégio Culto à Ciência, quando preferiu conferências sobre Ciências Naturais, tratando de assuntos como anatomia humana, ou em suas aulas particulares de Geografia, Geometria, Botânica, Anatomia, Fisiologia, Física e Química. **Em todas estas circunstâncias, utilizou-se dos objetos para o ensino prático que, de tão diversificado, transformaram sua sala de aula em um museu pedagógico.**

Esses objetos e aparelhos foram trazidos para São Paulo e, provavelmente, outros ainda foram adquiridos, passando a compor o verdadeiro arsenal intuitivo da Escola Primária Neutralidade, constituído por materiais voltados ao ensino de Física: barologia, termologia, acústica, óptica, magnetismo, eletricidade, além de alguns classificados como aparelhos avulsos; Matemática, Astronomia, Geografia, Geologia e Meteorologia, Anatomia, Zoologia, Botânica e Mineralogia, Mecânica, Estratégia Militar e Marinha, Escultura, Pintura e Arquitetura, História, Etnografia, Línguas e Noções Gerais (PANIZZOLO, 2006 p. 171 grifos nossos)

O professor pediu demissão em 1885. A autora diz que segundo o jornal *A Província de S. Paulo* isso ocorreu devido ao seu envolvimento na instalação do Colégio Neutralidade na capital, mas a autora também considera a hipótese de Köpke

ter saído do colégio por questões éticas, por não suportar os escândalos que ocorriam no momento do exame daquela instituição em que pais de alunos compravam aprovação no exame (p. 134):

Duas vezes fui professor oficial investido do cargo de examinador, em São Paulo, onde a tolerância ilegal, desde o Chefe do Estado até a última das autoridades propostas ao ensino, permite o monopólio do magistério àqueles que, para a aquisição de clientela, tem o engodo do voto de juízes, e de duas vezes, da borda do chaco, sobre o qual era bastante curvar-me e meter dinheiro da algibeira, afastei-me nauseoso, tolhido de pobreza, mas rico de consciência, sacudindo para longe de mim essa túnica de juiz mercador, que me queimava os ombros só pela suspeita de que me julgariam pela bitola dos que à sombra desfaçada (sic) postergação da lei, prostíbulo um sacerdócio de por engrossar proventos (KÖPKE em discurso de abertura dos exames gerais na *Escola Primária Neutralidade – Instituto Henrique Köpke* (1988) p. 17 *apud* PANIZZOLO 2006 p. 134).

Ficando vaga a cadeira de História e Geografia, a direção da faculdade abriu concurso para provimento de professor dessa matéria em 1886. No ano anterior, após a saída de Köpke foi dada autorização para Manuel José da Lapa Trancoso para assumir por um mês, ou seja, até o término do ano letivo, para reger as aulas dessa disciplina. O novo professor efetivo só viria em 02 de julho de 1886 com a nomeação, por concurso do Professor Cônego José Valois de Castro (MAFD Livro 26).

4.5 José Valois de Castro e Vicente de Azevedo: um retorno ao tradicionalismo.

Sob todos os pontos de vista sempre pertenceu a Igreja a missão de espalhar a luz em todos os recantos do Universo, por isso de seu posto hercúleo protestará contra o monopólio do ensino, que é a transgressão de um direito que lhe assiste, um absurdo no terreno científico, um túmulo à verdade que com todo o brilho deve manifestar-se em toda a sua lucidez; entre o erro e a verdade não transigimos, é a nossa divisa! (A REAÇÃO anno III n° 2 edição de 23 de maio de 1879 p 1)

Ao que tudo indica, as novas ideias pautadas no pragmatismo norte-americano trazidas pelas mãos de professores liberais, positivistas ligados às escolas particulares da província de São Paulo não adentraram ao Curso Anexo. A breve passagem de João Köpke pela cadeira de Geografia não parece ter surtido efeito inovador no ensino dessa disciplina no Largo São Francisco. O mesmo parece ter acontecido com as ideias

renovadoras trazidas pelo positivismo que, com a morte do Carlos Mariano Galvão Bueno, foram abandonadas pelos novos professores de Geografia do Curso Anexo.

As últimas décadas de existência do Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo coincidem com a entrada de uma nova geração de professores, muitos deles ligados à frente católica ultraconservadora organizada desde a fundação, 1856, do Seminário Episcopal que, formava novos quadros não só de clérigos mas também professores, políticos, jornalistas, escritores e outros membros da elite condutora da Província. As décadas de 1870 a 1890 também são marcadas por profundas transformações no cenário político e social desta província o que de certa maneira culminou com a polarização de setores tradicionalistas, adeptos à monarquia e a união entre Igreja e Estado contra liberais republicanos e positivistas, adeptos do Estado Laico.

No caso do curso de Geografia, com exceção do professor Vicente Morais de Mello Jr., nomeado professor de Geografia em 21 de março de 1891, permanecendo na cadeira até 1893, os dois últimos professores do Curso Anexo estiveram ligados ao catolicismo renovado do final do século XIX. Ambos, além de professores, exerceram cargos políticos e defenderam os interesses da Igreja Católica no final do Império e durante a Primeira República.

José Valois de Castro, nascido em São Luis do Paraitinga, ingressou no Seminário Episcopal em 1871 e formou-se em ordens sacras em 1882, no mesmo ano em que ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou em 1882. José Valois tornou-se cônego pela arquidiocese do Rio de Janeiro em 1888. Segundo Faria (2012), José Valois de Castro começou sua carreira docente no Seminário Episcopal lecionando Aritmética e Álgebra em 1879. Martins (2006) também atesta a docência de Valois de Castro nesse estabelecimento. Para a autora o cônego lecionou no Seminário Episcopal por longos anos, conciliando esta atividade com as suas aulas de História e Geografia no Curso Anexo.

Até o momento não foi encontrado vestígios de suas aulas nestes estabelecimentos. No entanto, ao estudar os programas de História do Primeiro Ginásio da Capital, Joana Borges de Faria (2012) identificou que José Valois de Castro, primeiro professor da cadeira de História do ginásio, foi o elaborador do primeiro programa de História desta instituição. Joana Faria atesta para o caráter conservador do programa de História com conteúdos que remetiam à História Sagrada. Seu caráter

conservador também é denunciado pelos seus posicionamentos políticos. Entre 1878 e 1882, juntamente com José Vicente de Azevedo, Valois de Castro colaborou e dirigiu o periódico *A reação*, órgão do Círculo de Estudantes Católicos, que faziam oposição aos periódicos liberais e republicanos (VAMPRÉ, 1977 p. 269).

José Valois de Castro também se dedicou à carreira política, sendo deputado estadual de São Paulo (1898-1900); deputado federal por seis vezes consecutivas (1900-1916) e senador pelo mesmo estado (1916-1918). Tanto Faria (2012) quanto Cunha (2010) afirmam que Castro não se dedicou às questões educacionais nas câmaras legislativas. Suas preocupações giraram em torno da reaproximação da Igreja Católica com o Estado.

De qualquer maneira percebe-se que José Valois de Castro sempre atuou acima de tudo como clérigo difusor das doutrinas e preceitos da Igreja em todos os âmbitos que trabalhou. Seria pouco provável que sua participação como professor de Geografia do Curso Anexo fosse diferente. Nota-se também que José Valois tinha mais propensão para o ensino de História do que o de Geografia. Em 1891, optou pela cadeira de História após do desmembramento das disciplinas História e Geografia do Curso Anexo. A cadeira de Geografia foi posta em concurso público e José Valois permaneceu ministrando aulas de História até o fechamento do Curso Anexo em 1906.

José Vicente de Azevedo, nascido em 1859 na cidade de Lorena, cursou seus estudos primários na cidade natal. Em 1876 veio para São Paulo matricular-se no Curso Anexo terminando seus preparatórios em 1878 e matriculando-se na faculdade no mesmo ano.

Segundo sua biografia feita por seus familiares (FRANCESCHINI *et alii*, 1996) José Vicente de Azevedo já mostrava profunda devoção à fé católica desde tenra idade. Na Faculdade de Direito, Azevedo foi contemporâneo de José Valois de Castro, formando-se em 1882. Ambos foram militantes dos princípios conservadores, fizeram oposição à reforma educacional de 1879, como nos mostra o periódico católico *A Reação* de 21 de julho de 1879:

Creem os partidários do ex-ministro e conselheiro Leôncio que a instrução no Brasil vogará d'ora em diante a pano largo: abriu-lhe as portas para mares nunca dantes navegados o decreto do ensino livre.

[...]

Mas mostrará o tempo como não exageramos um ápice da verdade afirmando que o salvavida da instrução não és a liberdade do decreto. (p.1)

O Círculo de Estudantes Católicos, frente de oposição às mudanças educacionais, era contra o aumento do número de matérias preparatórias exigidas para o ingresso no curso superior, contra as reformas elaboradas por Leôncio de Carvalho e a laicização do ensino. Para o órgão católico, presidido pelos últimos professores de História e Geografia do Curso Anexo, a religião Católica era a única que oferecia o real procedimento para se alcançar razão:

A Igreja Católica tem uma sublime missão a cumprir; qual a de mostrar à luz do século que a ciência e a razão estão de perfeita harmonia com a revelação e o dogma

[...]

Queremos, pois, o ensino livre no círculo das leis divinas, na esfera da Moral e sob os raios da Fé!

[...]

Ainda há superficiais fanáticos que se embespinham contra o “obscurantismo” da Igreja Católica, e desconhecem que só Ela é apta para cultivar nobremente o espírito humano. (A Reação anno III nº 2 edição de 23 de maio de 1879 p.1)

Dessa maneira, tanto José Vicente de Azevedo como José Valois de Castro mostravam-se contrários ao pensamento de seus predecessores nas aulas Geografia do Curso Anexo, adeptos de ideias inovadoras. Azevedo e Castro fizeram forte oposição ao positivismo como demonstra as páginas do jornal *A Reacção*, o que nos leva a entender que estes não incorporaram tais inovações nas matérias que lecionaram:

Os acadêmicos são geralmente sectários do Positivismo, e do Positivismo de Littré, um dos mais notáveis talentos que o mundo tem contemplado, e que, apesar de exclamar “Felizes os que crêem!”, banuiu da ciência a Religião: dando, felizmente nos últimos tempos de sua vida o mais vivo exemplo de amor e obediência ao catolicismo (A Reação anno III nº 2 edição de 23 de maio de 1879 p.1)

E ainda:

Por toda a parte está fazendo eco a carta encíclica de S. Santidade Leão XIII sobre o estudo de que mais deve cuidar o episcopado, o da filosofia.

[...]

O pontífice reinante em sua carta, onde se vê aparelhar uma erudição abundante com uma crítica muito clara sobre o movimento da filosofia, recomenda em resumo que a doutrina escolástica seja estudada com afinco. Recomendar a doutrina escolástica é dizer que estude-se S. Tomás, porque ele é o primeiro que reduziu a um sistema as doutrinas de Aristóteles

modificadas e muito adiantada pela luz da fé, e que elevou tão alto a ciência filosófica que ninguém o excedeu e todos se gloriam de o ter por mestre e guia.

[...]

O pontífice reinante veio incitar os ânimos da mocidade para a doutrina de S. Tomás, aonde tem convergido muita gente, que, experimentada nos sistemas diversos que existem, refugia-se cheia de cansaço e desengano para a sombra do frade Domínico, como a única de que pode-se fiar contra o sol das crenças, o futuro das ciências racionais. (A REAÇÃO anno III nº 7 edição de 18 de Outubro de 1879 p.1)

Segundo Souza e Hilsdorf (2006 p.59) José Vicente de Azevedo presidiu o Clube dos Estudantes Católicos no ano de 1880, mesmo ano que redigiu seu periódico. Nas edições consultadas do periódico católico encontramos o nome de Azevedo como um dos redatores no ano de 1879 e ainda, segundo Franceschini *et alii* (1996) José Vicente ingressou no Círculo de Estudantes Católicos em 1878 quando ainda era estudante na Faculdade de Direito; em maio de 1880 foi escolhido como redator-chefe do jornal acadêmico e em 1882 foi eleito presidente do Círculo, o que mostra que José Vicente estava em sincronia com os debates publicados nesse periódico.

José Vicente de Azevedo assumiu a cadeira de Geografia do Curso Anexo em 1993 sendo o último professor de Geografia desta instituição. Na documentação do Arquivo da Faculdade de Direito de Universidade de São Paulo pouco foi encontrado sobre ensino de Geografia deste professor no Curso Anexo. Entretanto finalizaremos essa explanação procurando entender o que era lido estudado ou ensinado sobre Geografia no ensino secundário paulista no final do século XIX tendo por base o último professor da cadeira de Geografia do Curso Anexo e primeiro professor da mesma cátedra do Primeiro Ginásio da Capital.

4.6 A Geografia estudada e ensinada no ensino secundário de São Paulo no final do século XIX

É quase nula, por imperfeita, a instrução secundária entre nós. Alguns poucos colégios bons, e alguns poucos professores distintos no Curso Anexo à Faculdade de Direito não suprem a deficiência de método, de seriação dos estudos e de dedicação real ao ensino. Os professores em geral não se aplicam a este mister com aquela elevação de intuítos que faz do ensino verdadeiro sacerdócio, tratam de preferência preparar alunos para exames; os alunos por seu lado querem passar por essas provas sem o menor esforço... Cesário Motta Jr. no relatório ao Presidente do Estado de São Paulo no ano de 1894.

O advento da República trouxe uma nova concepção de ensino para o recém-fundado Estado de São Paulo; os republicanos paulistas colocaram a questão da educação como símbolo do novo regime (SOUZA, 1998 e CABRAL, 2002). Sobre o ensino secundário a criação dos ginásios está ligada à lei de número 88, de 08 de setembro de 1892 no artigo 17, que estabeleceu a criação de três ginásios, sendo um deles na capital. Esses ginásios seguiriam o modelo já instituído no então Ginásio Nacional – antigo Colégio Pedro II – com regime de seriação, planos de estudo e com sistema de aulas organizado por classes divididas por idade.

Defensores de um novo regime, os intelectuais republicanos paulistas atacaram as bases escolares do antigo regime sob o discurso do novo, do progresso civilizatório. A princípio houve a tentativa utilizar a estrutura do Curso Anexo, ou seja, seu prédio, suas salas de aulas e os seus professores, para compor o Ginásio da Capital. Assim, o governo federal cederia todos os professores do Curso Anexo para o Governo Estadual, desde que este assumisse todas as despesas, honorários, inclusive as aposentadorias dos funcionários. Segundo o relatório do Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Cesário Motta Jr para o ano de 1894 esta opção não foi viável pois o Estado arcaria com um *pessoal oneroso* e um *prédio ineficiente*. Optou-se dessa forma em se criar uma nova instituição *distinta e vasada de novos moldes*. (MOTTA JR. 1894 p. 92)

No entanto, mesmo diante da nova concepção de ensino secundário o Estado de São Paulo teve seu primeiro ginásio composto por muitos professores oriundos do velho modelo escolar de formação preparatória. Esses professores foram considerados *distintos* por Cesário Mota Jr. que, por meio de concurso público, assumiram cadeiras do novo curso secundário paulista. Esse foi o caso da Cadeira de Geografia e Cosmografia do Ginásio da Capital, assumida pelo professor José Vicente de Azevedo no ano de 1894 quando este ainda era professor de Geografia do Curso Anexo à Faculdade de Direito (FARIA, 2012 p. 50).

José Vicente elaborou o primeiro programa de Geografia do Ginásio da Capital no ano de 1896. Essa disciplina compunha a décima e terceira cadeira do ginásio e era oferecida do primeiro ao sexto ano do curso.

Do ponto de vista da estrutura do programa, o conteúdo do ensino de Geografia permanece praticamente sem alterações em comparação com os conteúdos cristalizados no Império. O ensino de Geografia continuou sustentado pela conceitualização de termos geográficos como planícies, cabos, baías, rios, delta, cordilheira, península,

montanha, lagos, praias, encosta, vertente, latitude e longitude, etc.; em Geografia Física. O mesmo ocorre com a Geografia Política que estudava a população, raças, formas de governo, religião, graus de civilização, línguas e dialetos, limites políticos dos países e Estados do Brasil, indústria, agricultura, comércio, etc.

A Geografia Geral e a Geografia Particular ou Especial também não apresentaram grandes alterações. O estudo era feito de duas formas, primeiramente uma Geografia dos Continentes apresentando as características gerais dos cinco continentes do globo utilizando os conceitos anteriormente discriminados e posteriormente uma Geografia Particular dos países que eram considerados “principais”.

A Geografia particular do Brasil também não perdeu seu espaço. Da mesma forma que no Império, cada Estado era estudado particularmente levando em consideração seus aspectos físicos e políticos. Há também o estudo da cosmografia que abrangia as formas, eixo, linhas e movimentos da Terra, os astros celestes, as leis de sustentação dos astros, etc.

Ao que parece, a principal novidade no ensino da Geografia do secundário paulista era a possibilidade de poder executar um currículo seriado, extenso e com conteúdos concatenados, coisa que o Curso Anexo nunca proporcionou. Outra mudança significativa foi a eliminação de livros ou qualquer conteúdo que fizesse apologia ao antigo regime. Nota-se de forma clara a utilização do Atlas Delamarche ou do Atlas de Schrader em lugar do *Atlas do Império Brasileiro*, então adotado no antigo Colégio Pedro II, já nessa época denominado Ginásio Nacional.

Segundo Franceschini *et alii* (1996 p.83) José Vicente lecionava, aos moldes da época, preocupado com a nomenclatura geográfica.

Em sua biblioteca de professor, alinhavam-se as obras clássicas de Geografia dos oitocentos sendo suficientemente lembrar, entre elas, a monumental “nouvelle Géographie Universelle”, de Elisée Reclus, em dezenove volumes, e os cinco grandes tomos da “Géographie Moderne des Cinq Parties du Monde”, de D. de Varigny. Mas não se estagnara na Geografia do Século XIX. Entre os livros também se encontravam as obras marcantes da ciência geográfica do nosso século o “Traité de Géographie Physique”, de Emanuel de Martone; “La Géographie Humaine” de Jean Brunhes, os trabalhos de Vidal de La Blache, “As raças humanas” de Luiz Figuiier etc. (p.84)

Não parece ser por acaso que José Vicente de Azevedo tenha optado pela “Geografia Clássica” dentro de um Currículo Humanístico. Criado e filiado ao

tradicionalismo, o primeiro professor de Geografia e Cosmografia do Ginásio da Capital e último professor dessa mesma disciplina do Curso Anexo à Faculdade de Direito, tinha suas bases consolidadas na geografia do século XIX. Mesmo a bibliografia do autor apresentando sua biblioteca com obras de eminentes geógrafos de orientação “moderna” ou “científica”, o conteúdo do programa de ensino apresentado e os relatos de suas aulas nos mostra sua predisposição ao currículo clássico-humanista, pelo menos ao final do século XIX e início do XX.

Segundo Cabral (2008, p. 150), ao analisar os exames finais de Geografia do Ginásio da Capital nos anos de 1901 a 1917, o estudo da Geografia continha a descrição detalhada de noções e conceitos geográficos, Estados brasileiros, nações do globo, oceanos e continentes seguindo um roteiro pré-estabelecido que no caso da descrição de Estados ou países seguia a seguinte orientação: descrição da história, limites, população, produções, vias de comunicação indústria, comércio, e cidades principais.

Da mesma forma o conteúdo de Geografia é apresentado nas memórias do estudante do Ginásio da Capital, Amilcar Quintela Júnior descrito por Franceschini *et alii* (1996):

Certa manhã de março, em meio de uma de suas admiráveis lições de Geografia, o Dr. José Vicente de Azevedo chamou-me à lição. [...] O professor interrogou-me sobre a lição do dia: Paraguai. Eu devia saber que era dia de lição e que os alunos seriam interrogados. O fato é que minhas respostas foram um desastre. Merecia zero. Não obstante, o professor declarou bondosamente que “naquele dia não se lançava nota alguma, dava-me outra oportunidade”... Essa oportunidade chegou na primeira aula, para qual havia ficado a parte final do Paraguai e, como matéria nova, o Chile. Respondi tranquilo, por que havia estudado a noite toda e sabia na ponta da língua. “Mas”, retrucou o mestre, “falta a parte final do Paraguai”. Nesse momento senti um calafrio. O Paraguai? Nada sabia a respeito... – como sair da entaladela? – “Pode começar”, ordenou o professor. Hesitei um pouco, engoli em seco e... comeci a discorrer sobre o Chile, sem dar tempo a que ele me interrompesse. Falei tudo o que sabia sobre o país andino. (p. 86)

Essa Geografia ensinada na virada do século XIX para o XX pelo professor José Vicente de Azevedo não era diferente daquela que ele mesmo estudara em meados do século XIX, quando ainda era estudante de preparatórios na cidade de Lorena. José Vicente escreveu entre os anos de 1875 e 1876 esboços de seus estudos sobre o Brasil¹⁴.

¹⁴ São quatro manuscritos datados e assinados por José Vicente de Azevedo. Estes manuscritos encontram-se disponíveis no Museu Vicente de Azevedo mantido pela Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga – FUNSAI. Esses registros foram escritos no momento em que José Vicente de

Tais manuscritos nos dão indícios de como os candidatos aos exames organizavam seus conhecimentos, sistematizando esquemas de estudos, em tópicos. Os estudos versam sobre as principais características do Brasil a começar – Capítulo 1 de *Brasil: Organizado por JVA* – pelo descobrimento, situação, dimensões e limites do Império brasileiro. O segundo capítulo trata da religião, idiomas, Governo e poderes políticos. O terceiro aborda a divisão territorial do Império; o quarto capítulo abrange as divisões das províncias; o quinto trata da população do Brasil; o sexto capítulo estuda as produções naturais, mineralogia, fitologia, e zoologia. O sétimo capítulo aborda respectivamente a agricultura e a indústria e o oitavo capítulo centra-se no estudo da civilização brasileira. No último capítulo, autor fez um esboço inacabado do relevo e da hidrografia do Brasil.

Em outro manuscrito, produzido por José Vicente em dezembro de 1875, o autor elaborou questões sobre o Brasil. As perguntas e respostas redigidas por Azevedo parecem ter sido retiradas do conteúdo dos primeiros manuscritos pois versam sobre a Geografia explanada nestes escritos:

Qual é o clima do Brasil? Em geral quente, o clima do Brasil varia segundo a latitude. Nas províncias do N. é quente, e até ardente no interior do deserto; nas do S., brando e temperado. É porém geralmente saudável, á exceção de alguns pontos do litoral, onde de 1850 para cá tem aparecido a febre amarela [ilegível] grandes mortalidades tem causado.

[...]

Qual é a população do Império? A população do Império é calculada em 12.000.000 incluindo-se 1.100.000 escravos e 500.000 selvagens. (AZEVEDO, 1875 – Perguntas simples sobre o Brasil)

Em outro manuscrito datado de fevereiro de 1875, intitulado *Brasil* o autor divide o texto em duas partes. A primeira parte faz perguntas gerais sobre o Brasil e a segunda, perguntas de Geografia Geral:

Quando o Brasil conquistou sua emancipação política? O Brasil conquistou sua emancipação política em 7 de setembro de 1822, sendo aclamado imperador a 12 de outubro do mesmo ano, D. Pedro I, que abdicou em 1831, sucedendo-lhe no trono seu filho D. Pedro II, sob cuja Dinastia continua a prosperar este vasto e progressivo Imperio do Brasil.

Azevedo estava prestes a ir para São Paulo prestar exames de preparatórios para o ingresso na Faculdade de Direito em 1876, o que nos dá um bom exemplo de como os estudantes se organizavam e estudavam as matérias preparatórias.

[...]

Quais são os seus limites? Tem por limite ao N. o Oceano Atlântico, as Guianas francesa, holandesa e inglesa e os Estados Unidos da Venezuela e da Colômbia [?]; a O estes últimos Estados e as repúblicas do Equador, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina; ao S. as repúblicas Argentina e Uruguai e o Oceano Atlântico; e a L. esse mesmo oceano.

[...]

Qual é o maior istmo que existe? É o de Panamá que une as duas Américas. Qual é o mais extenso oceano do universo? É o Pacífico ou Grande Oceano. Qual é o maior vasto lago? É o denominado Mar Cáspio. Cáspio quer dizer, lago que recebe e não [ilegível] rios. (AZEVEDO, 1875 – *Brasil*)

Encontramos ainda um manuscrito com data de 2 de junho de 1876 que o autor intitulou de *Definições de Geografia*. Nestes escritos José Vicente abordou conceitos da ciência geográfica. O autor começa com a definição do conceito de Geografia que é *a ciência que trata da descrição da superfície da Terra*, seguido da forma da Terra *forma de uma laranja*.

A Geografia é dividida em três partes: Física, Política e Astronômica. A Geografia Física é subdividida em duas partes: Stereografia – que estuda as partes sólidas da Terra; e Hidrografia – que descreve *as águas*. A Geografia Política ou Histórica é a parte que *expõe os Estados, suas dimensões, cidades principais, etc.*. Por fim, a Geografia Astronômica ou Matemática *considera a Terra como um planeta* e sua relação com os demais astros e planetas.

O estudo de cada parte ou subdivisão da Geografia é dado por meio da explicação de termos geográficos como o próprio autor explica:

Existem termos relativos à Terra e à água, os quais são um número um tanto elevado; e por isso, apenas citamos os seguintes: continente, ilha, península, arquipélago, istmo, cabo, monte, serra, cordilheira, pico, vulcão, vale, limites, costas, dunas, planícies, etc.; os relativos à água são: oceano, mar, golfo, estreito, lago, rio, porto, enseada, baía, recife, fluxo, refluxo, foz, barra, canal, etc. (AZEVEDO, 1876 - *Definições de Geografia*)

As *Definições de Geografia* também relatam definições de Geografia Política: impérios, reinos, repúblicas, colônias e outras nomenclaturas que são subdivididas em províncias, departamentos, conselhos, povoados de cidades, vilas, lugares e aldeias. Além dessas divisões o manuscrito ainda descreve as formas de governo: monarquia, república, monarquia absolutista, governo constitucional e confederações; as religiões: fetichismo, bramanismo, budismo, doutrina de Tao, doutrina de Confúcio, islamismo,

judaísmo, chamanismo e o cristianismo subdividido em catolicismo e protestantismo; e noções de etnografia: raças branca, amarela, negra e americana.

Essa sistematização de termos e conceitos geográficos juntamente com um roteiro pré-estabelecido de descrição dos países, províncias e depois dos estados brasileiros parece ter permanecido nas aulas que José Vicente lecionou tanto no Curso Anexo quanto no Ginásio da Capital, os primeiros até o início do século XX. Essas maneiras de ensinar e aprender Geografia não eram peculiares desse professor, era uma constante nos livros didáticos do século XIX. No entanto, ao comparar o programa de Geografia escrito por José Vicente de Azevedo e apresentado pelo diretor do Ginásio da Capital no ano de 1894 com o programa da mesma disciplina escrito no então Ginásio Nacional para o ano de 1895, veremos que este último estabelecimento já utilizava nova metodologia começando os estudos geográficos no primeiro ano ginasial com o estudo da esfera local, do plano da sala de aula e, progressivamente, abrangendo uma escala maior: plano do edifício do colégio, suas adjacências, a cidade do Rio de Janeiro, etc.; num procedimento que procurava partir do particular ao universal. (VECHIA e LORENZ, 1998 p. 146). Isso não significava que o Ginásio Nacional tinha abolido as nomenclaturas de seus programas, mas já demonstrava prenúncios de mudanças na metodologia do ensino de Geografia para o ensino secundário.

Em São Paulo, as mudanças na metodologia do ensino de Geografia não parecem ter partido das instituições públicas secundárias como o Curso Anexo ou o Ginásio da Capital, este pelo menos em seus primeiros anos, mas sim de escolas particulares de orientação protestante, ou mesmo da Escola Normal, que traziam o estudo das Lições de Coisas como metodologia de ensino.

No Largo São Francisco a biblioteca da Faculdade estava defasada. *O catálogo da biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo em 1887*¹⁵ apresentava na sua seção – *Quinta Classe* – o conjunto das obras de História e Geografia que somava a quantidade de 1.237 títulos. A Quinta Classe estava subdividida em seções:

¹⁵ Como nos mostra Carneiro (2007) o catálogo da biblioteca da Faculdade de Direito do ano de 1887 foi elaborado de conformidade com o método Brunet e classificou os livros em cinco classes: 1ª Teologia, 2ª jurisprudência, 3ª ciências e artes, 4ª belas letras e 5ª História e Geografia. Segundo a autora, a quinta classe, correspondendo a 26,7% do total de livros da biblioteca, era composta de obras de filosofia da história, atlas históricos, história universal e antiga, história das religiões e superstições, história moderna da Europa, Ásia, África, arqueologia, história da cavalaria e da nobreza, história literária, biografias, tratados sobre livros e bibliotecas e sua história, miscelâneas e os jornais, revistas e publicações periódicas. Acrescentamos à descrição da autora os livros didáticos de História e Geografia e os livros de viagens.

Prolegomenos Históricos, Geografia, Viagens, e História. A seção de Geografia com 51 obras estava subdividida em cinco partes: a) introdução e dicionários; b) Geografia e Corografia geral; c) Atlas gerais; d) Geografia e Corografia do Brasil; e e) Atlas do Brasil.

Quadro 4.5
Subseção de Geografia da Quinta Classe – História e Geografia – do
Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Direito – 1887

Subsecções	Quant.
Introdução e Dicionários	6
Geografia e Corografia Gerais	25
Atlas Gerais	4
Geografia e Corografia do Brasil	15
Atlas do Brasil	1

Fonte: *Catálogo da Bibliotheca da Faculdade de Direito de São Paulo e 1887*

Essas obras correspondiam em sua maioria aos mesmos livros e atlas que a faculdade havia adquirido até meados da década de 1850. Além dessas 51 obras catalogadas na subseção *Geografia* é possível encontrar obras de caráter geográfico nas outras subsecções, também compostas de títulos antigos, produzidos entre o século XVIII e a metade do século XIX. Tais obras eram em sua maioria estrangeiras predominantemente escritas em francês. Esse caráter arcaico da biblioteca foi percebido e denunciado pelos diretores da Faculdade, como foi o caso do Conselheiro Vicente Pires da Mota, que considerou em 1881:

A biblioteca é pobríssima de obras novas, e não pode ministrar auxílio para se acompanhar o progresso e desenvolvimento que diariamente apresentam as ciências jurídicas: carece de autores mais notáveis, e nem sequer possui algumas das inúmeras revistas, que se publicam no estrangeiro (Conselheiro Vicente Pires da Mota *apud* CARNEIRO, 2007 p. 48).

Esse acervo refletia diretamente na leitura dos usuários da biblioteca, que não dispunham de obras novas e atualizadas sobre a ciência geográfica, como nos aponta Carneiro (2007) ao analisar o perfil do leitor entre os anos 1887 a 1920. Ao analisar os livros de registro de obras solicitadas para consulta da biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo, a autora revela que poucos foram os pedidos sobre obras

geográficas¹⁶. Os poucos registros que a autora relata sobre pedidos de livros de Geografia na biblioteca paulista na virada do século XIX para o XX, mostram que ainda eram consultados velhos livros do século XIX. Ainda segundo a autora, pedidos de atlas, livros de viagem e geográficos aconteciam esporadicamente podendo chegar até semanas sem nenhum registro.

¹⁶ A autora localizou dois pedidos de obras de Geografia, o primeiro em 27 de agosto de 1906 quando foram solicitadas as seguintes obras:

SERPA PINTO, Major Alexandre de. Como eu atravesei a Africa, do Atlantico ao mar Indico, viagem de Benguella à Contra Costa, através regiões desconhecidas; determinações geographicas e estudos ethnographicos.

CAPPELO, E IVENS. De Benguella as terras de Jácca. Descrição de uma viagem na Africa Central e Occidental etc.

AZEVEDO MARQUES, Manoel Eufrásio de. Apntamentos históricos, geographicos, biographicos, estatísticos e noticiosos da Província de S. Paulo.

ALMEIDA, Senador Candido Mendes de. Atlas do Império do Brasil.

ATLAS des enfantes ou nouvelle méthode pour apprendre la géographie, avec um nouveaux traité de la sphère, et XXIV cartes em luminées.

HOMEM DE MELLO, Dr. Francisco Ignacio Marcondes. Atlas do Imperio do Brazil pelo Dr. Cândido Mendes de Almeida.

ABREU , P. de. Elementos de geographia moderna e cosmographia.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Noções de Chorographia do Brazil.

AZEVEDO, Dr. Moreira de. Compendio de Historia Antiga, adoptada pelo Conselho de Instrução Pública.

LAROUSSE, Pièrre. Grand dictionaire universel du XIX. (CARNEIRO, 2007 p. 75).

A segunda solicitação, realizada em 01 de dezembro de 1906, continha as seguintes obras:

AZEVEDO MARQUES, Manoel Eufrásio de. Apntamentos históricos, geographicos, biographicos, estatísticos e noticiosos da Província de S. Paulo.

CAZAL, Padre Manoel Ayres de. Chorographia Brazilica, ou relação historico-geographica do reino do Brazil.

ALMEIDA, Senador Candido Mendes de. Atlas do Império do Brasil.

CAPPELO, E IVENS. De Benguella as terras de Jácca. Descrição de uma viagem na Africa Central e Occidental etc. (CARNEIRO, 2007 p.77)

CONCLUSÃO

A disciplina de Geografia sofreu alterações em seus métodos e conteúdos ao longo do século XIX, adaptando-se e servindo ao currículo clássico-humanista. As aproximações e distanciamentos desse currículo ocorreram conforme a trajetória dos professores que lecionaram essa matéria na província paulista, horas mais ligados ao tradicionalismo, horas filiados a outras correntes que davam a possibilidade de essa matéria tomar outros rumos. Num âmbito geral, houve o predomínio do que convém chamar de “Geografia Clássica”.

O estudo e o ensino de Geografia no ensino secundário paulista demonstrou-se multifacetado. Os conhecimentos geográficos ensinados no Curso Anexo, ao longo do século XIX, serviram muito mais como conhecimentos propedêuticos, preparatórios em que o principal objetivo para os alunos era o de decorar os pontos que seriam sorteados nos exames de ingresso para o Curso jurídico. Isso não significa que o Curso Anexo não funcionou, mas significa que funcionou de forma diferente. O caráter preparatório do Curso Anexo também não o impediu de disseminar valores.

Uma faceta importante do ensino secundário de Geografia na Província de São Paulo foi a forma com que o Curso Anexo constituiu a sua cadeira de Geografia e História. Julio Frank, fundador da primeira cadeira de Geografia da província, instituiu uma tradição de estudos históricos e geográficos pautada em seus conhecimentos de Geografia e História Universal. Frank era estrangeiro, natural da Saxônia, e, ao que tudo indica, pouco conhecia sobre Geografia e História do Brasil. Além de publicar o seu próprio livro didático, Frank também utilizou livros estrangeiros para compor suas aulas. Não foi encontrada nesta pesquisa qualquer referência que Julio Frank tenha utilizado compêndios nacionais em suas aulas. A tradição inaugurada pelo primeiro professor de Geografia do Curso Anexo parece ter se propagado por longo tempo pelos seus ex-alunos que lhe sucederam na cadeira Geografia e por aqueles que lecionaram em aulas particulares e em outros estabelecimentos de ensino na província. Dessa forma, os valores patrióticos, que a Geografia deveria disseminar, não foram difundidos nesse primeiro momento, pelo menos, aos moldes do IHGB ou do Colégio Pedro II.

O propósito político de Julio Frank ao lecionar Geografia e História na Província de São Paulo estava muito mais ligado na divulgação de valores liberais, típicos dos

valores disseminados pelas sociedades secretas do século XIX como a Maçonaria e a própria *Burschenschaft*.

Ao que tudo indica, o Curso Anexo foi perdendo sua conotação política na medida em que esta instituição foi se destituindo de um projeto político e educacional próprio e seus professores foram perdendo as prerrogativas de criar, avaliar e ministrar seus próprios conteúdos de ensino. Isso não ocorreu sem resistência por parte do corpo docente do curso preparatório, mas com o contínuo sucateamento do Curso Anexo, sua finalidade de seu ensino se voltou, cada vez mais, para a estrita formação preparatória.

Outra questão importante para a construção do ensino de Geografia no ensino secundário paulista diz respeito à composição da Biblioteca do Curso Jurídico, formada pela doação e compra de duas bibliotecas particulares – A Biblioteca dos Franciscanos, antes pertencente ao Bispo D. Manoel da Ressurreição e a biblioteca do Bispo D. Mateus de Abreu Pereira. A biblioteca do Curso Jurídico de São Paulo continha, desde a sua fundação, um considerável acervo de obras estrangeiras de Geografia. Entende-se neste trabalho que a biblioteca do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais foi importante para a construção do conhecimento geográfico entre os alunos do Curso Anexo por ela ter sido disponibilizada para toda a comunidade estudantil, sendo que seus livros poderiam ser retirados para o uso nos exames preparatórios (CARNEIRO, 2007 p.35).

Desta forma, o ensino de Geografia no ensino secundário paulista se constituiu na conjugação do material disponibilizado na biblioteca do curso jurídico com a atuação dos primeiros professores dessa disciplina.

A partir da segunda metade do século XIX, com a Reforma Couto Ferraz, o ensino de Geografia do Brasil foi imposto para todo o Império, num projeto de propagação do nacionalismo patriótico e consolidação do Império brasileiro. No entanto, a pesquisa revelou que as normas propostas pelo currículo oficial de Geografia não foram absorvidas de forma mecânica, sem resistência por parte do professorado. A introdução da matéria de Geografia do Brasil, como componente obrigatório, foi acompanhada da manutenção da tradição dos estudos de Geografia Geral e no caso da Província de São Paulo, no Curso Anexo, muito influenciado pelos seus três primeiros professores.

Carlos Mariano Galvão Bueno, quarto professor titular da Cadeira de História e Geografia do Curso Anexo, procurou novos horizontes filosóficos e adotou o positivismo como referência ao final da década de 1870. No entanto, o autor teve uma

breve passagem como titular da cadeira de Geografia devido a um acidente ocorrido em 1883, que ocasionou a sua morte.

Somente em 1883, após a breve passagem do professor Carlos Mariano Galvão Bueno, a Cadeira de Geografia do Curso Anexo não foi ministrada por um ex-estudante do próprio Curso Anexo. Paulo Bourrol, filho de ilustre educador carioca, tivera influência do método intuitivo desde cedo. Ao ingressar na Cadeira de Geografia e História do Curso Anexo, 1883 o ilustre professor já possuía uma trajetória respeitada no ensino por sua atuação em colégios particulares da província e por utilizar o Método Intuitivo em suas aulas. No entanto, Bourrol não teve uma longa trajetória neste estabelecimento, pedindo exoneração em 1885. Não sabemos ao certo, se Paulo Bourrol tentou implantar o ensino de Lições de Coisas no Curso Anexo, mas a pesquisa mostrou a insatisfação deste professor quanto aos exames preparatórios que, em muitos casos eram burlados pela compra ou troca de favores pessoais. De toda forma, a pesquisa mostrou que Paulo Bourrol pouco se adaptou ao Curso Anexo e é bem provável que não tenha conseguido exercer ali um trabalho excepcional.

O trabalho de José Valois de Castro e José Vicente de Azevedo como professores de Geografia do Curso Anexo também não se mostrou inovador do ponto de vista dos conteúdos e das metodologias de ensino. A avaliação continuou sendo a principal finalidade do estudo de Geografia.

A pesquisa também revelou que a disciplina escolar não pode ser entendida sem o estudo da participação dos seus sujeitos. Procurando entender a atuação dos professores de Geografia na província, percebemos que estes estiveram muito mais preocupados com seus projetos e posicionamentos políticos, teóricos e metodológicos, que nem sempre iam ao encontro do currículo oficial, deixando-o, em alguns casos, em segundo plano. Os candidatos aos cursos jurídicos, alunos do curso preparatório, também não pareceram preocupados em assimilar os valores do currículo oficial ou de um “grande ideal de ensino de Geografia”. Estes estiveram mais preocupados em decorar conceitos, localizar cidades, países, acidentes geográficos nos mapas e responder as questões dos pontos que “caiam” nos exames.

As condições materiais e objetivas da província também dificultaram a implementação de um saber único, planejado pela Corte. O Curso Anexo funcionou com aulas reduzidas em relação ao Colégio Pedro II, desde a sua fundação até o seu fechamento. Dessa forma seus professores tiveram que selecionar, no currículo, os

temas que entendiam ser mais importantes que, na prática, acabava sendo uma seleção do que os docentes tinham por preferência.

As instituições particulares também não lograram grande êxito quanto à implementação de um modelo ginásial na província. Estas se adaptaram ao que era possível fazer, muitas vezes com programas inovadores, muito próximos ao modelo ginásial, mas, na prática, devido à procura, tornavam-se verdadeiras escolas preparatórias.

O ensino secundário paulista cresceu quantitativamente a partir da segunda metade do século XIX, acompanhando as mudanças econômicas e sociais da cidade. No entanto, esse crescimento deu-se pela expansão da abertura de aulas e colégios particulares e não pela criação de instituições públicas de ensino, os liceus provinciais da província praticamente não funcionaram. Portanto, até a reabertura da Escola Normal de São Paulo, em 1875, quando essa instituição incorporou o ensino de Geografia como componente curricular, o Curso Anexo foi a única instituição pública que ofereceu aulas de Geografia na Província.

A abertura de outras instituições de ensino na província proporcionou maior divulgação dos conhecimentos geográficos no ensino secundário paulista que passaram a atender boa parte dos alunos candidatos aos cursos jurídicos. Ainda se faz necessário um estudo mais aprofundado dos estabelecimentos particulares e seus professores que trabalharam na província. Esta pesquisa limitou-se na abordagem do Seminário Episcopal, da Escola Normal de São Paulo e na descrição de alguns estabelecimentos. No entanto, devido à longevidade da Escola Normal e a quantidade de documentos relativos a esta instituição, é mister estudos mais específicos sobre o ensino de Geografia neste estabelecimento. Um estudo aprofundado dos livros de Geografia trazidos por Paulo Bourroul da França para a Biblioteca da Escola Normal, em 1873 também se faz necessário. De qualquer forma, a análise da Escola Normal já apontou para novos direcionamentos metodológicos quanto ao ensino de Geografia.

Não foi possível para esta pesquisa uma análise pormenorizada de outras instituições importantes na Província de São Paulo no século XIX, como o Colégio Culto à Ciência, fundado em Campinas em 1874.

A Sociedade Propagadora da Instrução Popular, fundada em 1875, que a partir de 1883 passou a denominar Liceu de Artes e Ofícios, apesar não ter sido uma instituição de ensino secundário, também merece estudo aprofundado. Este

estabelecimento ofereceu aulas de Geografia no período noturno ministrado por eminentes professores da província como os professores José Vicente de Azevedo, Américo de Campos e José Estácio de Sá e Benevides.

Por fim, as escolas de origem protestante – principalmente a Escola Americana – também merecem atenção especial pelo fato de estas terem trazidos novos métodos de ensino para a província de São Paulo, oriundos principalmente dos Estados Unidos

A pesquisa apontou que não foi por meio do Curso Anexo que novos conteúdos e metodologias de ensino no campo da Geografia foram trazidos para a província, mas por meio de outras instituições de ensino que, não seguindo a tradição propedêutica, cunharam novos saberes e novas formas de ensinar conteúdos consagrados da Geografia.

Ainda é importante ressaltar que, nesta pesquisa optou-se em estudar a escola e as origens da Geografia Escolar no ensino secundário. Isso não significa que não houve estudo dessa matéria em outros graus de ensino ou que não existiu em outras instâncias sociais o estudo de geografia, durante o período analisado.

Vimos ao longo das análises que houve na Província de São Paulo quantidade significativa de sujeitos que se dedicaram a algum tipo de atividade de cunho geográfico, seja para implementações de vias públicas, confecção de cartas da cidade, da província, estudos urbanísticos, geológicos, estatísticos e produções literárias. Destacamos as produções de mapas e estudos geográficos de Carlos Rath e seu filho Daniel Rath, os trabalhos de Daniel Pedro Müller, os mapas e projetos de Jules Martin e os textos e obras geográficas publicadas no *Almanach Litterario de São Paulo*, publicado por José Maria Lisboa, durante a década de 1870. Não queremos, nesta tese, negar ou silenciar essas iniciativas e entendemos que elas também contribuíram para a propagação do pensamento geográfico na província.

No entanto, este trabalho, debruçou-se sobre um aspecto do estudo da Geografia, o ensino secundário. Por uma questão estritamente metodológica procuramos abordar essas outras dimensões da ciência geográfica e do pensamento geográfico à medida que essas abordagens contribuíssem no entendimento da escola secundária. Esperamos que esta pesquisa contribua para novos estudos e desdobramentos sobre a história da Geografia, história da educação, história do ensino de Geografia e a história do pensamento geográfico na província de São Paulo.

FONTES

Relatórios

FEITOSA, Miguel Alves. Relatório apresentado ao ilustre cidadão Dr. Antônio Dino da Costa Bueno. M. D. Secretario de Estado dos Negócios do Interior pelo diretor do Gymnasio da Capital Miguel Alves Feitosa. *In.* BUENO. A. D. da C. Relatório apresentado ao Sr. Presidente do Estado de S. Paulo em 15 de março de 1897 pelo secretário de estado dos negócios do interior. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, 1897.

PINTO, Diogo de Mendonça. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1852

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1853

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1854

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1855

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1856

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1857

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1858

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1861

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1862

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1863

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1864

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1865

_____. Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de São Paulo em 1866

Manuscritos

MAFD - Museu do Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo.

Livro 01 - Correspondência do diretor com o Governo Imperial, 1828.

Livro 02 - Correspondência do Ministério do Império, 1928.

Livro 03 - Correspondência do Governo Imperial, 1828/1829.

Livro 07 - Fatos do Poder Legislativo, 1833.

Livro 08 - Correspondências Diversas, 1833.

Livro 09 - Correspondências Diversas, 1838.

Livro 10 - Diário da Biblioteca, 1839.

Livro 11 - Correspondência Governo Imperial, 1840.

Livro 12 - Correspondência Governo Imperial, 1840.

Livro 13 - Ofícios Recebidos, 1844.

Livro 17 - Correspondência com os lentes, 1857.

Livro 18 - Correspondência do bibliotecário com o Diretor, 1857.

Livro 19 - Avisos do Império, 1857.

Livro 21 - Correspondências Diversas, 1865/1868

Livro 22 - Correspondências Diversas, 1865.

Livro 26 - Registros de Títulos dos funcionários, 1872.

Livro 31 - Relatório dos Alunos Aprovados, 1878.

Livro 34 - Correspondências Diversas, 1880.

Livro 40 – Matricula de Geografia e História (1880-1890)

Livro 71 - Ofício Comunicando o incêndio no Arquivo da Faculdade, 1880

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

- Este livro pode servir como diário na Biblioteca Pública desta Cidade. São Paulo, 15de junho de 1839.

- 1844/3 [livro de correspondências]
- Este livro há de servir para o inventário da Biblioteca do Curso Jurídico da Cidade de São Paulo. São Paulo, 03 de setembro de 1844

Museu Vicente de Azevedo. Fundação Nossa Senhora do Ipiranga – FUNSAI

AZEVEDO, J. V. de. Brasil Lorena: manuscrito, 1875a .

_____. Brasil Organizado e resumido por J.V.A. Lorena: manuscrito, 1875b.

_____. Perguntas simples sobre o Brasil. Lorena: manuscrito, 1875c.

_____. Definições de Geografia. Lorena: manuscrito, 1876.

Leis

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto de 26 de julho de 1827.

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto de novembro de 1831.

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto nº 630 de 17 de setembro de 1851.

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto nº 1134 de 30 de março de 1853.

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto nº 1386 de 28 de abril de 1854.

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto 1331 A de 17 de fevereiro de 1854.

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto 1387 de 28 de abril de 1854.

BRASIL. Coleção de Leis do Império. Decreto nº 789 de 12 de Setembro de 1854.

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto ° 1601 de 10 de maio de 1855.

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto nº 4259 de 10 de outubro de 1868.

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto nº 4675 de 14 de janeiro de 1871.

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto nº 5429 de 02 de outubro de 1873.

BRASIL. Coleção de leis do Império. Decreto nº 7991 de 05 de fevereiro de 1881.

BRASIL. Lei Federal nº 429 de 10 de dezembro de 1896.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei Provincial nº 33 de 13 de março de 1846.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei Provincial nº 34, de 16 de março de 1846.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei Provincial nº 29, de 16 de março 1847.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei Provincial nº 30 de 10 de maio de 1854.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei Provincial nº 47 de 07 de maio de 1857.

Catálogos:

CASA GARRAUX. Catálogo de Livros Necessários para os Cursos Jurídicos da Academia de São Paulo. São Paulo, Garraux, 1863.

_____. Catálogo da Livraria Acadêmica da Casa Garraux. São Paulo: Garraux, s/d.

CATÁLOGO da Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo do ano de 1887. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler Comp., 1887.

CATÁLOGO on-line da Biblioteca da FD-USP: <http://www.direito.usp.br/biblifd/> acessado em 01 de julho de 2013.

ELLIS, Myriam. Documentos sobre a Primeira Biblioteca Oficial de São Paulo. Revista de História, 30 pp. 400-447, São Paulo: 1957.

Livros Didáticos

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomathico, 1868.

BRASIL, Thomas Pompêo de Souza. Compendio elementar de geografia geral e especial do Brasil. 5º Ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1869.

FRANK, Julio. Resumo de História Universal: Para o uso da aula d' História e Geografia da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais d' esta Cidade de São Paulo. São Paulo: Typografia de M. F. Costa Silveira, 1839.

JACQUIER. P-J. Géographie Élémentaire. 2 vols. Paris: Chez Raymond, Éditeur, 1825.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Noções de Corographia do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Franco-Americana, 1873

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Geographia da Província de São Paulo. São Paulo. Typ. Imparcial de J. R. de A. Marques, 1862.

_____. Quadro Histórico da Província de São Paulo. Edição fac-similada da 1ª ed. de 1864. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978.

Jornais

A REAÇÃO: Orgam do Círculo dos Estudantes Católicos. Anno III nº 2 edição de 23 de maio de 1879.

A REAÇÃO: Orgam do Círculo dos Estudantes Católicos. Anno III nº 4 edição de 21 de julho de 1879.

A REAÇÃO: Orgam do Círculo dos Estudantes Católicos. Anno III nº 7 edição de 18 de Outubro de 1879.

A REAÇÃO: Orgam do Círculo dos Estudantes Católicos. Anno V nº 2 edição de 8 de Julho de 1881.

Correio Braziliense de julho de 1808.

Correio Braziliense de agosto de 1808.

Correio Braziliense de maio de 1814.

Correio Braziliense de setembro de 1814.

Correio Braziliense de dezembro de 1815.

Correio Braziliense de fevereiro de 1816.

Correio Braziliense de março de 1816.

Correio Braziliense de agosto de 1816.

Correio Braziliense de setembro de 1817.

Correio Braziliense de janeiro de 1818.

Correio Braziliense de março de 1818.

Correio Braziliense de junho de 1818.

Correio Braziliense de julho de 1818.

Correio Braziliense de setembro de 1818.

Correio Braziliense de março de 1819.

Correio Braziliense de abril de 1819

Correio Braziliense de junho de 1822.

Correio Braziliense de junho de 1821.

Correio Braziliense de dezembro de 1822.
Correio Paulistano. 18 de janeiro de 1856.
Correio Paulistano. 21 de janeiro de 1856.
Correio Paulistano. 18 de maio de 1856.
Correio Paulistano. 15 de outubro de 1856.
Correio Paulistano. 23 de outubro de 1856.
O Discípulo: Orgam do Club Galvão Bueno. Ano 1 nº 2. São Paulo: 1884

Anais do Parlamento Brasileiro

Câmara dos Deputados

Brasil, Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 16 de junho de 1851.

Brasil, Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de junho de 1851.

Sites

www.capes.gov.br acessado em 03 de setembro de 2012.

<http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/244/244.html> acessado em 24 de junho de 2013.

<http://www.geographicus.com> acessado em 25 de junho de 2013

http://www.maphist.com/artman/publish/article_221.shtml acessado em 25 de junho de 2013.

<http://www.juliofrank.com.br/> acessado em 27 de junho de 2013.

<http://www.direito.usp.br/biblifd/> acessado em 01 de julho de 2013.

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/> acessado em 16 de julho de 2013.

<http://www2.fe.usp.br:8080/livres/> acessado em 16 de julho de 2013.

<http://www.al.sp.gov.br/> acessado em 18 de março de 2014.

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221711> acessado em 18 de julho de 2015.

Outros Documentos

Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. v. 30 São Paulo: Typographia Paulista, 1896.

ESTATUTOS e Regulamentos das Faculdades de Direito e das Aulas Preparatórias dos Cursos Anexos coligidos por ordem do Diretor da Faculdade de São Paulo. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler Comp., 1883.

FONSECA, Paulo Delfino da. e LUNÉ, Antônio João Batista de. (orgs.) Almanak da Província de São Paulo para 1873. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

POLIANTEIA comemorativa do 1º Quinquagenário da Fundação do Seminário Episcopal de São Paulo (1856 – 1906). 1096

RIBAS, Antônio Joaquim; BROTERO, João Dabney Avellar; PINTO, Diogo de Mendonça. Código de Instrução Pública da Província de São Paulo. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro, 1857.

SECKLER, Jorge. Almanach da Província de São Paulo administrativo, comercial e industrial para 1888. São Paulo: Typographia a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1888.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. As imagens nos livros didáticos de Geografia: uma perspectiva histórica. In: Vasconcelos, J. G. et al. (orgs). Tempo, Espaço e Memória: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- _____. Século de prática de ensino de Geografia: permanência e mudanças. In: REGO; N. et. al. (orgs.). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Penso, 2011.
- _____. Um debate acerca da origem da geografia escolar no Brasil. III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. UFRJ: Rio de Janeiro, 2012.
- _____. Um debate acerca da origem da geografia escolar no Brasil. Interfaces Científicas - Educação. v.2, n.2 pp. 13-23, Aracaju: 2014.
- ALMEIDA, Aluísio de. São Paulo, Formosa Se, Dote? Vida cotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822). In: MOURA, C. E. M.. (org.) Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX. São Paulo: Ateliê Editorial; Fundação Editora da UNESP; Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Cultura, 1998.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da Instrução Pública no Brasil (1500 - 1889). São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.
- AMERICANO, Jorge. O Conselheiro Ribas (Antônio Joaquim Ribas). São Paulo: Faculdade de Direito Universidade de São Paulo, 1944.
- ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Memórias – Arquivo Nacional –Vol. 12, pág. 219-231, 1816. In: RIBEIRO, José Querino. A memória de Martim Francisco sobre a reforma dos estudos na Capitania de São Paulo. São Paulo: Separata do Boletim LIII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1945.
- ANTUNHA, Heládio Cesar Gonçalves. A instrução da Primeira República: A União e o ensino secundário na Primeira República. Concurso para professor titular da Faculdade de Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
- AZEVEDO, Fernando. A Cultura Brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

- BANDECCHI, Pedro Brasil. A bucha, a maçonaria e o espírito liberal. São Paulo: Editora Parma, 1982.
- BAUAB, Fabrício Pedroso. Da Geografia Medieval às origens da Geografia Moderna: contrastes entre diferentes noções de Natureza, Espaço e Tempo. Tese de doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2008.
- _____. A Geografia Geral (1650) de Bernhardus Verenius: a modernidade da obra. RA'E GA nº23 pp. 121-220. Curitiba: Departamento de Geografia – UFPR, 2011.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA M. A. T. de. e RANZI, S. M. F., História das disciplinas escolares no Brasil: Contribuições para o debate. Estudos. Edusf, 2003.
- _____. Livro didático e saber escolar: 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BLACKE, Augusto Vitorino Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. 6 vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
- BLACK, Jeremy. Mapas e História: construindo imagens do passado. Tradução de Cleide Rapucci, Bauru: Edusc, 2005.
- BOLIGIAN, Levon. A cartografia nos livros didáticos e programas oficiais no período de 1824 a 2002: contribuições para a história da Geografia escolar no Brasil. Tese de doutorado. Rio Claro: UNESP, 2010.
- BOTO, Carlota. A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- BOURQUELOT, M. Félix e MAURY, M. Alfred. La littérature française contemporaine: 1827 – 1849. Quarto tomo. Paris: Delarogue Aine Libraire, 1852.
- BRUNO, Ernani Silva. História e tradições da Cidade de São Paulo. v.2 Burgo dos Estudantes (1828-1872). Rio de Janeiro: José Olimpo, 1954.
- BUCHON, J. A. Atlas géographique, statistique, historique et chronologique deux amériques traduit de l'atlas execute em amérique d'après lesage. Paris: J. Carez Éditeur, 1825.
- BUENO, Carlos Mariano Galvão. Noções de Filosofia acomodadas ao sistema de Krause e extraídas das obras de G. Tiberghien e Ahrens. São Paulo: Typ. De Jorge Seckler, 1877.

- BUENO, Francisco de Assis Vieira. A Cidade de São Paulo: recordações evocadas de memórias. v.2 São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.
- CABRAL, Maria Aparecida da Silva. A invenção do aluno: A implantação do Primeiro Gymnásio da Capital, em São Paulo (1894 – 1917). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2002.
- CARNEIRO, Maria Graciete Pinto. Dos leitores: o espaço da leitura na Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo (1887.1920). Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2007.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre: v. 2 pp. 177-229, 1990.
- _____. Quando surgiu o secundário? Revista da Faculdade de Educação. São Paulo: v.18, n.1, pp. 99-112, jan./jun. 1992.
- CHERVEL, André; e COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. Educação e Pesquisa. São Paulo: 25, n.2 p. 147-171. jul./dez, 1999.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros didáticos e das edições didáticas. Revista Educação e Pesquisa. V.30, n.3, pp.549-566, set/dez. 2004.
- CLAVAL, Paul. História da Geografia. Lisboa: Edições70, 2006.
- CONDORCET, Jean-Antonie-Nicolas de Caritat, marquis de. Compendeórias sobre a instrução pública. Tradução e apresentação de Maria das Graças Souza. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- COSTA, Emília Viotti da. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. Revista de História. nº 142-143, pp. 277-308. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- CRONE, Gerald Roe. Maps and their makers: an introduction to the history of cartography. 5° ed. Folkestone-England, Dawson & Son Ltd: Hamden-USA, Archon Books, 1978
- CUNHA, Tiago Donizette da. Igreja e política durante a República: o caso do Cônego José Valois de Castro. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, nº 7, mai. 2010.
- DEAECTO, Marisa Midori. O império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista. São Paulo: Edusp: FAPESP, 2011.

- DÉBES, Célio. In. OLIVEIRA, J. J. M. de. *Geographia da Província de São Paulo*. Edição fac-similada da 1ª ed. de 1862. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978.
- DIAS, Marcia Hilsdorf. *Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita*. Campinas: Editora Alínea, 2013.
- EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: Período Monárquico 1822-1889*. São Paulo: Publicação oficial do Estado de São Paulo, 1926.
- ELLIS, Myriam. Documentos sobre a Primeira Biblioteca Oficial de São Paulo. *Revista de História*, 30 pp. 400-447, São Paulo: 1957.
- FARIA, Joana Borges de. *O ensino de História no primeiro Gymnasio da Capital (1894 – 1931)* Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação. *Revista Educação e Pesquisa* v.30 n° 1, jan/abr. pp. 139-159. São Paulo: 2004.
- FIGUEIREDO, Carlos Honório de. Memória sobre a fundação das faculdades de Direito no Brasil. In *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J. M. N. Garcia, 1859.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais*. Teoria & Educação, Porto Alegre: Artes médicas, 1992.
- FRANCESCHINI, Maria Angelina Vicente de Azevedo. *Et alii*. Conde José de Azevedo: sua vida e sua obra. 2º ed. ampliada. São Paulo: Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, 1996.
- FRANCO, João Nascimento. *Ainda a sombra de Júlio Frank*. São Paulo: Ed. Parma, 1987.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: IGLU Editora, 2004.
- GIMENO SACRISTAN, João. *O currículo, uma reflexão sobre a prática*. Trad. Ernani F. Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas. 1998.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- GODOY, Joaquim Floriano de. A Província de São Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso destinado a exposição industrial de Phildelphia (Estados Unidos). Edição fac-símile (2007). Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1875.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOODSON, Ivor. Tornando-se uma disciplina acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria & Educação*, v. 2 pp. 230-253. Porto Alegre: 1990.
- _____. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes. 1995.
- _____. O Currículo em Mudança: Estudos na construção social do currículo. Porto: Porto Editora, 2001.
- GUISARD FILHO, Félix. Documentos para a História do Vale do Paraíba. Taubaté. Papeis Avulsos (1822-1854). São Paulo: Empresa Editora Universal, 1944.
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. O Ensino Secundário no Brasil Império. 2º ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.
- HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: Sua História. 3ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.
- HANSEN, João Adolfo. Ratio Studiorum e política católica ibérica no século XVII. In: VIDAL, D, G, e HILSDORF, M. L. Brasil 500 anos: tópicos em história da educação. São Paulo: EDUSP, 2001, pp. 13-42.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1820 - 1860). In: VIDAL, D, G, e HILSDORF, M. L. Brasil 500 anos: tópicos em história da educação. São Paulo: EDUSP, 2001, pp. 67 - 96.
- _____. O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HOMEM DE MELLO. Francisco Inácio. Esboços Biographicos. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1862.
- HOUZÉE, Antonie-Philippe. Atlas Universel Historique et Géographique. Paris: A la Librairie Universelle e Maison Bernard Latte, s/d.
- HUMBOLDT, Alexander Von. Atlas Geografique et Physique du royaume de la Nouvelle-Espagne. Paris: Chez F. Schoell, 1811.
- _____. Voyage de Humboldt et Bonpland. Première partie. Relation Historique. Atlas Géographique et Pysique. Paris: Librairie de Gide, 1814- 1834

- _____. Atlas Géographique et Physique des regions équinoxiales du nouveau continent. Paris: Librairie de Gide, 1814- 1834.
- ISSLER, Bernardo. A Geografia e os Estudos Sociais. Doutorado. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente UNESP, 1973.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.
- _____. Disciplinas escolares: objetivos, ensino, apropriação. In LOPES, A. e MACEDO. E. Disciplinas escolares e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- KIDDER, Daniel Parish. Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2001.
- LACOSTE, Yves. A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3ª Ed. Campinas: Papyrus, 1993.
- LONGCHAMPS, M. Buret de. Les Fastes Universele ou Tableaux Historiques, Chronologiques et Géographiques. Paris: Chez Doudey-Dupré Pere & Fils, 1821.
- MAIA, Eduardo José Pereira. A Geografia Moderna nos manuais escolares do século XX. III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Rio de Janeiro: UFRJ 2012.
- _____. A Geografia Escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- MALTE-BRUN, M. Précis de la Géographie Universelle, ou description de toutes les parties du monde, sur un pan nouveau. 6 volumes. Paris: Chez Buisson, 1812.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. História da escola em São Paulo e no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Fernand Braudel, 2005.
- MARTINS, Ana Luiza. e BARBUY, Heloiza. Arcadas: história da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. 1827-1997. São Paulo: BM&F Alternativa, 1998.
- MARTINS, Patrícia Carla Melo. Seminário Episcopal de São Paulo e o paradigma conservador do século XIX. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

- MARTINS, Ritchie Soares Barbosa. O ensino de História na Escola Normal de São Paulo (1880-1890). Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.
- MENDONÇA, Lúcio de. Esboços e perfis; Horas do bom tempo: memórias e fantasmas. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. O Tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.
- MONARCHA, Carlos. Escola Normal da Praça: o lado noturno da luzes. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.
- MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOTTA, Cássio. Cesário Motta e seu tempo. São Paulo: João Bentivegna, 1947.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. (org.) Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX. São Paulo: Ateliê Editorial; Fundação Editora da UNESP; Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Cultura, 1998.
- MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado, 1978.
- MUNAKATA, Kazumi. História das disciplinas escolares e do livro didático. Projeto de pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 2005.
- NOGUEIRA, José Luiz de Almeida. Tradições e Reminiscências: estudantes, estudentões e estudentadas. 9 volumes, *Digitized by the Internet Archive in 2010 with funding from University of Toronto*. São Paulo: 1907.
- NOGUEIRA, Emília. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. Revista de História, nº 16, 4º trim. PP. 317-374. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953.
- NORDMAN, Daniel. L'École Normale de l'na III: leçons d'Histoire de Géographie d'Économie Politique. Paris: Dunod, 1994.

- OLIVEIRA, Mizael Fernandes de. A institucionalização da Geografia Escolar e sua espacialidade nos oitocentos (1843-1889) na província capixaba. Dissertação de mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.
- PAIM, Antônio. O Krausismo Brasileiro. 2ª ed. amp., Londrina: Edições CEFIL, 1999a.
- _____. Escola Eclética: estudos complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil. Vol IV 2ª ed. ver. Londrina: Edições CEFIL, 1999b.
- _____. História da Ideias Filosóficas no Brasil. 6ª edição revista. 2 volumes Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- PANIZZOLO, Claudia. João Kopke e a Escola Republicana: criador de leituras, escritor da modernidade. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2006
- PAULA, Odair Aparecido de. Os caminhos da educação e a educação para os caminhos: a formação de engenheiros de São Paulo (1835-1850). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2011.
- PESTANA, Mariana Gugliotti. Colecionando livros, formando mestres: A Biblioteca Pedagógica da Escola Normal de São Paulo (1883). Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.
- PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna. 4.ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- PIROLA, André Luiz Bis. Lutas, leis e livros: professores de História na história do ensino no Espírito Santo (1850 – 1950). Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013
- PÓVOA, José Joaquim Pessanha. Anos acadêmicos: São Paulo 1860 - 1864. São Paulo: Comissão Estadual de Cultura/Comissão de Cultura, 1964.
- PRADO JR., Caio. Prefácio. In: CASAL, M.A de. Corographia Brazilica. fac-símile da edição de 1817. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro: 1945.
- REALE, Miguel. Filosofia em São Paulo. 2ª ed. rev. e reestruturada, São Paulo: EDUSP, 1976.
- REIS FILHO, Casemiro. Educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista. Campinas: Autores Associados, 1995.
- _____. Índice básico da legislação do ensino paulista: 1890 - 1945. Marília, SP Campinas, SP: UNESP: UNICAMP, 1998.

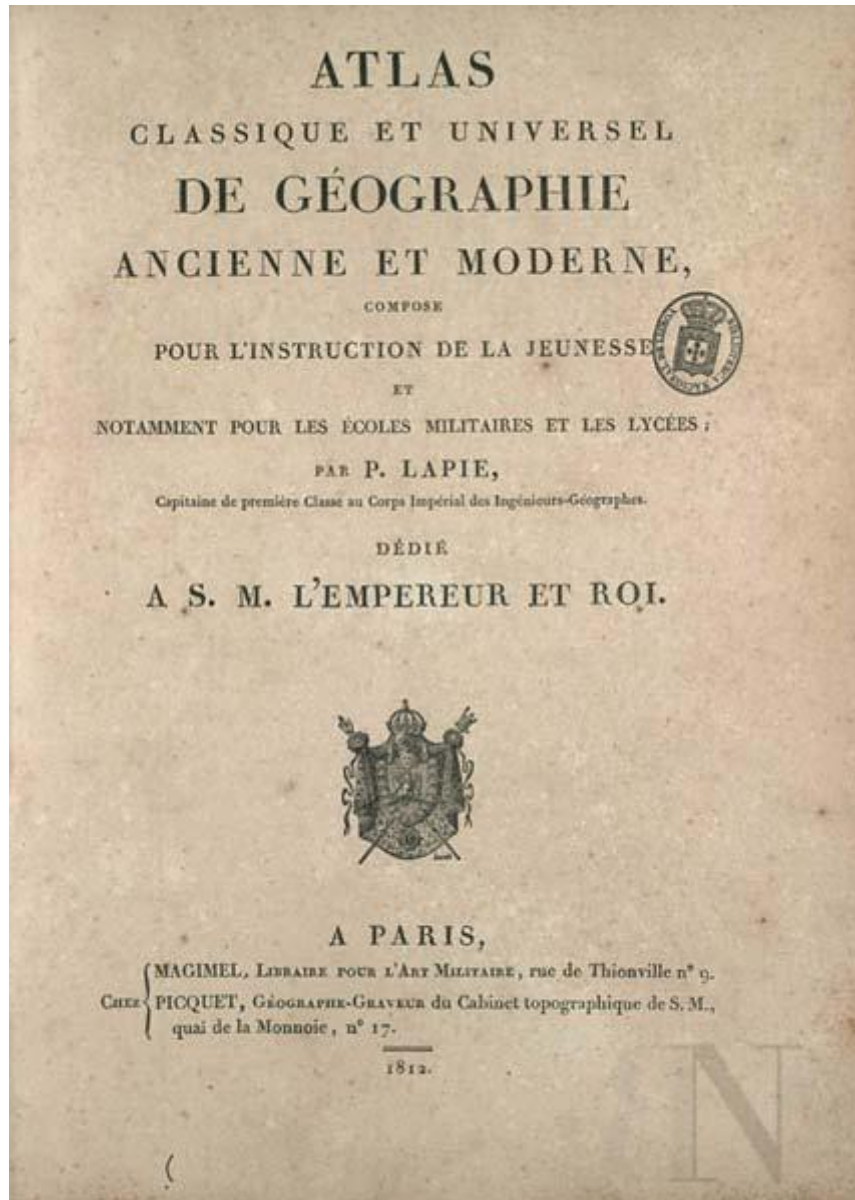
- RIBEIRO, José Querino. A memória de Martim Francisco sobre a reforma dos estudos na Capitania de São Paulo. São Paulo: Separata do Boletim LIII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1945.
- ROBERT, M. Robert. Atlas Universel. Paris: Boudeti Librairie, 1757.
- RODRIGUES, João L. Um retrospecto. Alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo. São Paulo: Instituto Ana Rosa, 1930.
- ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942). Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1996.
- SANTOS, Vera Maria dos. A Geografia e os seus livros didáticos sobre o Sergipe: do século XIX ao século XX. Dissertação de Mestrado. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe. 2004.
- SANTOS, Sulenilde da Costa. Academia de Direito de São Paulo (1827 – 1854): a constituição de uma elite nacional: o lugar da língua portuguesa. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2005.
- SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. *In: STEPHANOU, M. e BASTOS, M. H. C.* Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II-Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SCHILLER, Johann Christoph Friedrich von. Discurso recitado por F. Schiller na abertura da aula de História na Universidade de Iena. *In: FRANK, J.* Resumo de História Universal: Para o uso da aula d' História e Geografia da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais d' esta Cidade de São Paulo. São Paulo: Typografia de M. F. Costa Silveira, 1839.
- SCHMIDT, Afonso Frederico, À sombra de Júlio Frank. São Paulo: Editora Brasiliense, 1950.
- SILVA, Geraldo Bastos. Introdução á crítica do ensino secundário. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Companhia de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, 1959.
- SILVA, Jeane Medeiros. A bibliografia didática de Geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930...). Tese de doutorado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012a.

- _____. Do ensino implícito ao ensino explícito da Geografia: a gênese da disciplina geográfica no Brasil. III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. UFRJ: Rio de Janeiro, 2012b.
- SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Senador Pompeu: um *geógrafo* do poder no Império do Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- _____. O Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil. Terra Brasilis [Online], 2000, posto online no dia 05 Novembro 2012, consultado em 18 de Março 2014. <http://terrabilis.revues.org/283>.
- SOUZA, Maria Cecília C. C. e HISLDORF, Maria Lúcia Spedo. Um olhar para os esquecidos: José Vicente de Azevedo e a educação das crianças negras. In: ROCHA, H. H. P (org.). Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.
- TATHAM, George. A Geografia no Século Dezenove. In. Boletim Geográfico. nº 150, ano XVII; mai-jun. Rio de Janeiro: 1959.
- VAMPRE, Spencer. Memórias para a História de Academia de São Paulo. v1 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1977.
- _____. Memórias para a História de Academia de São Paulo. v2 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1977.
- VECHIA, Ariclê; e LORENZ, Karl Michael. Programas de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951. Curitiba: Ed. Do Autor, 1998.
- VECHIA, Ariclê; e CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX E XX). São Paulo: Annablume, 2003.
- VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In. Setephanou, M. e Bastos, M. H. C. (orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. II – Século XIX. 2º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- VENANCIO FILHO, Alberto. Das arcadas ao bacharelismo. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- WERNET, Augustin. A igreja paulista no século XIX. São Paulo: ed. Ática, 1987.
- VIEIRA, Maurício coelho; e SANTOS, Maurício Santos. As Etapas da Geografia. Boletim Geográfico, nº 194, ano 25, set - out, Rio de Janeiro. IBGE, 1966.
- VLACH, Vânia Rúbia Farias. A propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico. Dissertação de mestrado, USP. São Paulo, 1988.

- _____. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: O ensino de Geografia no século XXI. VESENTINI, J. W. (org.). Campinas: Papirus, 2004.
- VOSGIEN. (Jean-Baptiste Ladvocat). Dictionnaire Geographique Portatif. Paris: Chez DIDOT, 1755.
- _____. Dictionnaire Historique et Bibliographique. Paris: Chez Étienne Ledoux, 1822.
- _____. Dictionnaire Géographique Universel. Paris: Porrat Frères, Éditeurs, 1834.
- VAUGONDY, Robert de. Nouvel Atlas Portatif destine principalement pour l'instruction de la jeunesse d'après la Géographie Moderne de feu l'Abbé Delacroix. Paris: Chez Delamarche, 1795.

ANEXOS

Atlas Clássico de Geografia de P. Lapié



Fonte: <http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/244/244.html>

Mapa da América de Mr. Lapié



Fonte: <http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/244/244.html>

Professores do Curso Anexo

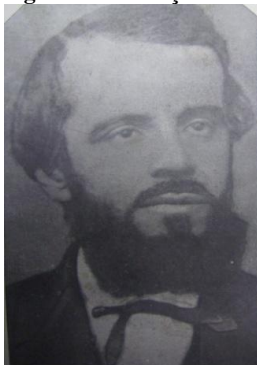
Julio Frank



Antonio Joaquim Ribas



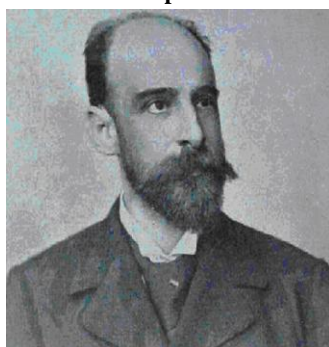
Diogo de Mendonça Pinto



Carlos Mariano Galvão Bueno



João Köpke



José Vicente de Azevedo



Julio Frank

Fonte: <http://www.juliofrank.com.br> Este retrato feito a óleo encontra-se em uma das salas da Faculdade de Direito de São Paulo.

Antônio Joaquim Ribas

Fonte: Retirado de Americano (1944) Este retrato encontra-se na sala Antônio Joaquim Ribas na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Diogo de Mendonça Pinto

Fonte: Retrato retirado de Rodrigues (1930).

Carlos Mariano Galvão Bueno

Fonte: O Discípulo: Organ do Club Galvão Bueno. Ano 1 n° 2. São Paulo: 1884

João Köpke

Fonte: Retrato retirado de Panizzolo (2006)

José Vicente de Azevedo

Fonte: Retrato retirado de Franceschini *et alii* (1996)

Nota: Não foi encontrado retrato dos professores José Valois de Castro e Vicente de Moraes de Mello Jr.

Programa de ensino de para o ano de 1862 – 1º ano Geografia

1	Geografia. Terra. Superfície, movimentos, eixo, pólos, equador, meridianos, tópicos, círculos polares e zonas da Terra
2	Divisão da Terra em terras e águas. Ilhas, continentes. Primeira divisão das terras. Oceano e suas divisões.
3	Globo, mapa-múndi, planisfério, cartas geográficas, hidrográficas gerais, particulares, corográficas e topográficas.
4	Horizonte visual, pontos cardeais e colaterais. Região, país, nação, capital.
5	Divisão, mares, golfos e estreitos da Europa.
6	Divisão, mares, golfos e estreitos da Ásia.
7	Divisão, mares, golfos e estreitos da África.
8	Divisão, mares, golfos e estreitos da América.
9	Divisão, mares, golfos e estreitos da Oceania.

Fonte: VECHIA e LORENZ, 1988 p. 56

Programa de ensino de para o ano de 1862 – 2º ano Geografia

1	Mares, correntes, campos, e montanhas de gelo
2	Fundo dos mares, sua elevação até a superfície e exterior das águas, grupo de ilhas, arquipélago.
3	Costas, praias, ribas, duas, penínsulas, ístimos e cabos.
4	Planícies, montanhas, serras, grupos, sistemas de montanhas, vales, vulcões, neves perpétuas e geleiras, maciços, estepes, desertos, oásis.
5	Lagos, lagoas, pântanos, rios bacias, vertentes, e linha de divisão das águas.
6	Ilhas, penínsulas, istmos, cabos, montanhas, vulcões, planícies, vales estepes, desertos, rios, lagos lagunas, e vertentes da Europa.
7	Vertentes da Ásia.
8	Vertentes da África.
9	Vertentes da América.
10	Vertentes da Oceania.

Fonte: VECHIA e LORENZ, 1988 p. 58

Programa de ensino de para o ano de 1862 – 3º ano Geografia

1	Região Natural e etnografia. Estados Soberanos e meios soberanos, e divisões empregadas na sua descrição. Superfície de um estado. População absoluta e relativa.
2	Governo e formas principais.
3	Religião e suas divisões.
4	Divisão dos povos segundo o seu aspecto exterior e desenvolvimento moral.
5	Clima físico, suas causas e influências sobre a distribuição dos vegetais e animais na superfície da Terra.
6	Latitude, longitude. Escala e principais medidas geográficas.
7	Limites, posições, e superfície da Europa, divisão, governo e religião dos seus países e de suas cidades mais notáveis.
8	Idem da Ásia.

Fonte: VECHIA e LORENZ, 1988 p. 59

Livros de Geografia vendidos no catálogo da Livraria Garraux de 1863

Arago. Astronomie 4 vol. In-4.

Atlas physique, politique et historique de l'Europe, grand in folio.

Atlas physique, politique et historique de la France, grand in folio.

Balbi. Tratado de geografia universal, 2 vol. In-8, atlas in folio.

Briot. Cours de cosmographie, ou Éléments d'astronomie comprenant tout ce qui a rapport à cette science, 1 vol. in-4.

Delamarche. Atlas de Géographie. 1 grand volume in-folio

Delaunay. Astronomie, 1 vol. in-4.

Dufour. La Terre, atlas de Géographie. 1 vol. In-folio avec texte e vignettes.

Francoeur. Astronomie, 1 vol. in-4.

Gaultier. Atlas de Geografia, 1 vol. gr. in-4.

- Atlas de Géographie, 1 vol. grand in-folio.

- Atlas de Geografia Universal, 1 vol. in-12.

- Lições de Geografia, 1 vol. in-12.

- Géographie, 1 vol. in-12.

Guilmin. Leçons de cosmographie à l'usage des lycées 4^a edition, in-4.

Houzée. Nouveaux éléments de géographie, 1 vol.

Humboldt. Cosmos, description physique de la terre, 4 vol. in-8.

Lavallée. Géographie physique, 1 vol. in-8.

Malte-Brun. Géographie physique, description de la terre historie, 8 vol. in-4.

Pompeo. Compêndio Elementar de Geografia, 1 vol.

Raffy. Lectures géographiques, in-8

(Casa Garraux. Catálogo de Livros Necessários para os Cursos Jurídicos da Academia de São Paulo. São Paulo: Garraux, 1863 pp. 57-58).

Programa da 13ª Cadeira de Geografia e Cosmografia do Ginásio da Capital -

1894

1º Ano

1. Geografia e Cosmografia: Objeto e importância. Divisão e subdivisão da Geografia
2. Definições geométricas e noções gerais necessárias ao estudo da Geografia e da Cosmografia.
3. A Terra, forma e superfície. As cinco zonas terrestres. Latitude Longitude, etc.
4. Geografia Física, parte sólida da superfície da Terra:
 - a) Continente, região ou país, ilha, ilhota, grupo de ilhas, arquipélago.
 - b) Litoral, praias, dunas, ribas; península, istmo; cabo, promontório, ponta e cabedelo, escolhos, baixios, banco, recife, etc.;
 - c) Planície, socalco, planalto, campina, charneca, lezíria, deserto, oásis, tundra, estepes, savanas, lanos, pampas, campos gerais, etc.;
 - d) Colina, monte, montanha, base, raiz, encosta, escarpa ou vertente, cimo, ponto culminante, cabeça, balão, pico, agulha, etc.;
 - e) Serra, cordilheira, sistema de montanhas, cumiada, aresta, linha de divisão das águas; nó, contraforte; maciço; desfiladeiro, garganta, etc.;
 - f) Ravina, gruta ou caverna, bacia, rincão, vale, álveo, talweg, margem, etc.; vulcão, cratera, lava, etc.
5. Geografia Física, parte líquida:
 - a) Oceano, mar, golfo, baía, enseada, porto, surgidouro, estreito;
 - b) Lago, laguna, penilago, mar, lagoa, pântano, mangue, banhado, açude sanga, etc.
 - c) Rio, ribeiro, regato, torrente, avalanche, afluente, confluência, nascente, cabeceira; foz, bocas, delta, estuário;
 - d) Rápido, cachoeira, cascata, catarata; canal, sangradouro, etc.
6. Geografia Física, parte gasosa:
 - a) Atmosfera;
 - b) Meteoros aéreos, aquosos, elétricos e luminosos;
 - c) Climas, causas que o modificam; diferentes espécies de climas.
7. Geografia Política:
 - a) Tribo, nação, estado, limites políticos;
 - b) Governo, formas de governo, poderes do Estado;
 - c) População do globo, raças humanas, línguas e dialetos;
 - d) Religiões; a civilização e seus graus.
8. Geografia Econômica:
 - a) Minerais, Vegetais, animais;
 - b) Indústria, agricultura, comércio;
 - c) Dívida pública e fundos públicos, fazenda pública, riqueza nacional.
9. América:
 - a) Limites, posição, superfície, aspecto geral, clima, produções;
 - b) Países, mares, golfos, estreitos, ilhas, península, istmos, cabos;
 - c) Montanhas, pontos culminantes, planaltos, planícies, vulcões, desertos, vertentes, linha divisória da águas;
 - d) Lagos, lagunas, rios, cursos dos principais rios, etc.
10. Europa: idem, idem, idem, idem.

11. Ásia: idem, idem, idem, idem.
12. África: idem, idem, idem, idem.
13. Oceania: idem, idem, idem, idem.
14. Brasil: descrição geral e parte física;
 - a) Situação, dimensões, aspecto e clima;
 - b) Litoral, baías e portos. Cabos e pontas;
 - c) Ilhas e orografia;
 - d) Rios e lagos;
 - e) Minerais, flora, fauna.

Indicação no panorama geográfico e na paisagem em relevo, das diversas formas e acidentes terrestres.

Exercícios em cartas e globos.

2º Ano

Recapitulação, ampliação e continuação do estudo feito no 1º ano.

1. Geografia e Cosmografia: ciências auxiliares. Interesse científico e prático do Estudo da Geografia.
2. Complemente das noções e definições referentes à Cosmografia.
3. Ideia geral de esfera celeste. Estros e sua classificação.
4. A Terra no espaço; forma aparente e real; dimensões: circunferência equatorial e meridiana, raio médio; superfície, parte líquida e parte sólida; volume, etc.
5. Movimento da Terra; seus efeitos; eclíptica e sua obliquidade, inclinação do eixo terrestre, rapidez da translação, duração da revolução, distância ao sol.
6. Representação da Terra, esfera armilar, globo terrestre, cartas, etc. Elementos das cartas geográficas.
7. Elementos da esfera: linhas, pontos e círculos do globo; fins dos diversos círculos.
8. As zonas astronômicas, seus limites convencionais e verdadeiros, representação gráfica; projeção polar dos meridianos, dos paralelos e das zonas.
9. Coordenadas geográficas, medida da latitude e da longitude, extensão em metros dos graus de latitude e longitude. Diferença horária. Principais meridianos usados.
10. Teoria das estações. As estações nos hemisférios boreal e austral.
11. Ano e os meses. As semanas e os dias da semana. Ano sideral, ano trópico, ano civil. Dia natural e dia astronômico. Calendário, reforma Juliana e reforma Gregoriana.
12. América: generalidades, dimensões e formas. Geografia histórica e descrição política e econômica: regiões, população, raças, línguas, religião, governo, etc.
13. Europa: dimensões, configuração. Histórico e descrição político-econômica; regiões, população, raças, línguas, religião, governo, etc.
14. Ásia: dimensões, caracteres gerais. Histórico e descrição político-econômica: regiões, população, raças, línguas, religião, governo, etc.
15. África: vista geral, população, raças, religião, divisões, geografia histórica, estados independentes, possessões e protetorados europeus.
16. Oceania: natureza física, histórico, possessões e estados independentes.
17. Chorografia do Brasil, especialmente a parte política:
 - a) Posição, limites, população, raças, língua, religião;
 - b) Catequese, imigração e colonização;
 - c) Governo da União, dos Estados e do Distrito Federal;

- d) Divisão administrativa, judiciária e eclesiástica;
 - e) Instrução, exército e armada, etc.
- Exercícios de Cartografia acomodados ao preparo dos alunos.
Uso de mapas e globos.

3º Ano

1. História da Geografia:
 - a) Tempos antigos;
 - b) Idade média;
 - c) Tempos modernos;
2. Caráter dos estudos geográficos na atualidade.
3. As origens da Terra; a crosta terrestre.
Continuação e ampliação do estudo dos dois primeiros anos

A física do globo:

4. Os continentes e as ilhas.
 5. Relevo do solo.
 6. Fenômenos vulcânicos.
 7. O oceano; caracteres gerais e movimento do mar.
 8. As águas continentais.
 9. Fenômenos atmosféricos.
 10. Geografia Mineralógica.
 11. Geografia Botânica.
 12. Geografia Zoológica.
 13. Comparações Geográficas.
 14. Corografia do Brasil, especialmente a parte econômica:
 - a) Agricultura, zootecnia, indústria e comércio.
 - b) Moedas, pesos e medidas, estado financeiro.
 - c) Vias de comunicação; estradas de ferro, navegação, correios e telégrafos.
 15. Detalhes sucintos sobre os principais astros.
 16. Noções sumárias sobre história da astronomia.
- Exercícios cartográficos e uso de mapas e globos.

4º ano

Geografia Física, política e econômica dos estados e regiões do globo e estudo detalhado sobre os mais importantes.

1. Estados Unidos.
2. Domínio do Canadá
3. México, América Central.
4. Antilhas, Guianas.
5. Venezuela, Colômbia, Equador.
6. Peru, Bolívia.
7. Chile.
8. República Argentina.
9. Paraguai e Uruguai.
10. Inglaterra.
11. Dinamarca, Suécia e Noruega.
12. Rússia européia
13. França. Mônaco.

14. Bélgica, Holanda.
15. Alemanha.
16. Áustria-Hungria, Suíça.
17. Portugal, Espanha, Andorra.
18. Itália, S. Marino.
19. Turquia Europeia, Grécia.
20. România, Sérvia, Bulgária, Montenegro.
21. Estados Unidos do Brasil e com especialidade:
 - a) São Paulo;
 - b) Minas Gerais;
 - c) Rio de Janeiro;
 - d) Pará;
 - e) Amazonas.
22. O mundo sideral.
23. O sistema solar; leis de Kepler e de Newton.

Exercícios cartográficos e uso de mapas, cartas e aparelhos geográficos.

5º ano

Geografia Física, Política e Econômica dos Estados e regiões do globo e estudo desenvolvido sobre os mais importantes.

1. Japão
2. Império Chinês e Coreia.
3. Rússia asiática, Turquestão e Transcaucásia.
4. Índia e Indo China.
5. Pérsia, Afeganistão e Belutchistão.
6. Turquia da Ásia e Arábia.
7. Egito e Barbaria.
8. Saara, Sudão e Senegambia.
9. Guiné setentrional, Guiné Inferior, Congo.
10. Sudoeste africano, Colônia do Cabo, Natal.
11. Repúblicas de Orange e da África do Sul, África Austral Inglesa.
12. África Oriental Alemã, África Oriental Inglesa, Zanzibar.
13. Abissínia, Eritreia, Núbia, Ilhas Africanas.
14. Brasil:
 - a) Mato Grosso;
 - b) Goiás;
 - c) Maranhão;
 - d) Piauí;
 - e) Ceará;
 - f) Rio Grande do Norte;
 - g) Paraíba;
 - h) Pernambuco;
 - i) Alagoas;
15. Oceania:
 - a) Possessões inglesas;
 - b) Possessões holandesas;
 - c) Possessões de outras nações;
 - d) Estados independentes.
16. Terras antárticas.

17. O sol, a lua, eclipses.

18. Cometas e matérias difusas.

Exercícios cartográficos e uso de cartas, mapas e aparelhos geográficos

6º ano

1. Revisão das teses e dos assuntos de maior interesse tratados nos anos precedentes.

2. Brasil:

a) Sergipe;

b) Bahia;

c) Espírito Santo;

d) Santa Catarina;

e) Paraná;

f) Rio Grande do Sul.

3. Problemas de cosmografia, viagens simuladas, uso de aparelhos geográficos, cartas, mapas e exercícios cartográficos.

Compêndios (provisório):

Lacerda – Curso Methodico (ult. ed.)

Livros auxiliares:

Moreira Pinto – Corografia do Brasil (idem)

Atlas Delamarche ou Schrader (idem)

José Vicente de Azevedo – Lente da Cadeira (FEITOZA, 1896 pp. 67-71)

**Subseção Geografia da Quinta Classe – História e Geografia do Catálogo da
Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo em 1887**

Título	Autor	Ano
Dictionaire géographique portatif	Laurent Echard	1770-1779
Idem	Idem	Idem
Clave geográfica para aprender los que no tienen maestro	P. Mro. Fr. Montardier Florez	1798
Dictionaire Univesel de Géographie physique, politique, historique et commerciale, etc.	J. Mac Carthy	1844
Dictionaire géographique ou description des quatre parties du monde	Vosgien	1813
Dernier édition totalment refondae et corrigée	Idem	1817
Elementos da Geografia Moderna e Cosmografia	P. de Abreu	-
Indagacion e reflexiones sobe la geografia	Tenente Cel. Manuel de Aguirre	1782
Géographie ancienne abrégée	Jean Baptiste Bourguignon d'Anville	1768
Bibliomape ou livre-cartes méthodiques de géographie et de chronologie	Par une société d'hommes de lettres et de savants géographes	1826
Géographie abrégée	Antonie Frédérix Busching	1776-1782
Tratado completo de geografia histórica, physica e comercial, antiga e moderna.	Cel. Joaquim Pedro Cardoso Casado Giraldes	1825-1828
Notitia orbis, sive geographia plenior, ab ortu rerumpublicarum ad Constantidiorum tempora orbis terrarum faciem declarans	Christophorus Cellarius	1731
Géographie Universelle	H. des Combes	1790
Cours de géographie comprenant la description physique et politique et la géographie historique desdiverses contrées du globe	Pierre François Eugéne Cortambert	1877
Atlas do Imperio do Brasil pelo Dr. Cândido Mendes de Almeida	Dr. Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello	1869
Géographie Universelle a l'usage des maison d'éducation et des gens du monde etc.	A. Houzée	1841
Géographie Elémentaire	P.J. Jacquier	1825
Géographie moderne et universelle	Abbé Nicole de La Croix	1817
Geografia histórica de todos os Estados soberanos da Europa.	D. Fr. Luis Caetano de Lima	1725-1736
Précis de la géographie universelle	Conrad Malte Brum	1812-1826
Précis de la géographie universelle – Nouvelle édition revue, corrigée	Conrad Malte Brum	1831-1835
Atlas complet du précis de la géographie universelle	Conrad Malte Brum	1812
Regimento de Pilotos e roteiro da navegação e conquistas do Brazil, Angola, S. Thomé, Cabo Verde, Maranhão, Ilhas e Indias Occidentaes	Des. Antônio de Mariz Carneiro	1655
Abrégé de géographie moderne	J. Pinkerton	1827
Compêndio Elementar de Geografia Geral e especial do Brazil	Pe.Thomaz Pompeo de Souza Brazil	1869
Tableaux de cosmographie à l'usage du Baccalauréat	-	1879

Derrotero de las Costas de España en el oceano Atlantico	Brigadeiro da Marinha Dom Vicente Tofiño de San Miguel	1789
Géographie générale composéé em latin	Dom Joseph Dominique Vaissete	1755
Atlas des enfants ou nouvelle méthode pour apprendre la géographie	-	1784
El nuevo atlas universal abreviado o nuevo compendio de la geographia universal	Dom Francisco Giustiniani	1755
Atlas Universel	Gilles Robert de Vaugondy et Dieder Robert de Vaugondy	1757
Nouvel atlas portatif	Gilles Robert de Vaugondy	1795
Quadro estatístico e geographico da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul	Bacharel Antônio E. de Camargo	1868
Corographia Brazilica	Padre Manoel Ayres de Cazal	1817
Informação sobre os limites da província de S. Paulo	Cel. Manoel da Cunha de Azevedo Coutinho Souza Chichorro	1846
Relatorio concernente a exploração do Rio de S. Francisco desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlantico	Eng. Henrique Guilherme Fenrnando Halfeld	-
Explorations scientifiques au Brésil	Emmanuel Liais	1865
Noções de Chorographia do Brazil	Joaquim Manoel de Macedo	1873
Dicionário histórico, geographico e estatístico da província do Espírito Santo	Cesar Augusto Marques	1878
Chorographia histórica, chronographica, genealógica, nobiliária e política do Imperio do Brazil	Alexandre José de Mello Moraes	1868
Nova carta chorographica da província do Rio de Janeiro	-	1866
Reconhecimento topographico da fronteira do Império na província de S. Pedro.	Cons. Cândido Baptista de Oliveira	1850
Geographia da Provincia de São Paulo	Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira	1862
Fragments geológicos geográficos, etc para a parte physica da estatística das províncias de S. Paulo e Paraná.	Carlos Rath	1856
Mappa da província de S. Paulo	Carlos Daniel Rath	1877
Relatório do Engenheiro Chefe da Comissão Hydraulica sobre o exame do Rio S. Francisco	W. Milnor Roberts	1880
O rio Tapajoz	Tenente Rufino Luiz Tavares	1876
Atlas do Imperio do Brazil	Senador Candido Mendes de Almeida	1868

Fonte: *Catálogo da Bibliotheca da Faculdade de Direito de São Paulo de 1887* pp. 288-292